

P A R T E
APARECIDA NEGRI ISQUERDO

Organizadora

D O
G O V E R N O D O R I
TOPONÍMIA URBANA NO BRASIL

ESTUDOS

Volume 3

APARECIDA NEGRI ISQUERDO

Organizadora



TOPONÍMIA URBANA NO BRASIL

ESTUDOS

Volume 3



Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

RESOLUÇÃO Nº 168-COED/AGECOM/UFMS.

DE 20 DE JANEIRO DE 2023

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Andrés Batista Cheung

Alessandra Regina Borgo

Delasnieve Miranda Daspét de Souza

Elizabete Aparecida Marques

Fabio Oliveira Roque

Maria Lígia Rodrigues Macedo

William Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Toponímia urbana no Brasil [recurso eletrônico] : estudos / Aparecida Negri Isquierdo, organizadora. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2023.
296 p. : il. (algumas color.). – (Série Toponímia ; v. 3)

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-86943-82-5

1. Toponímia – História – Brasil. 2. Toponímia – Brasil. 3. Nomes geográficos – Brasil. 4. Onomástica. I. Isquierdo, Aparecida Negri. II. Série.

CDD (23) 910.0140981

Bibliotecário responsável: Jaziel V. Dorneles – CRB 1/2.592

• Série Toponímia •

APARECIDA NEGRI ISQUERDO
Organizadora



TOPONÍMIA URBANA NO BRASIL ESTUDOS

CAMPO GRANDE - MS
2023

 **editora
UFMS**

© da autora:
Aparecida Negri Isquerdo

1ª edição: 2023

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS,
79070-900 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-82-5

Versão digital: fevereiro de 2023



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

TOPONÍMIA EM LIBRAS DOS BAIRROS DE RIO BRANCO: ANÁLISE DA ESTRUTURA DOS SINAIS TOPONÍMICOS E DOS ASPECTOS MOTIVACIONAIS 16

Alexandre Melo de Sousa

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA TOPONÍMIA URBANA DE PORTO NACIONAL (TO) 54

Franciele Rodovalho Ferreira

Karylleila Dos Santos Andrade

Ana Cláudia Castiglioni

O SINTAGMA DO AXIOTOPÔNIMO: UMA ANÁLISE EM LOGRADOUROS DA CIDADE DE BETIM – MG 83

Jeander Cristian da Silva

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

ESTUDO TOPONÍMICO DE FONTES NATURAIS PÚBLICAS SOTEROPOLITANAS 106

José Martins Abbade

Celina Márcia de Souza Abbade

TOPONÍMIA PARALELA NA CIDADE DE PEDRO LEOPOLDO: MEMÓRIA E HISTÓRIA NO ATO DE NOMEAR E RENOMEAR 144

Letícia Rodrigues Guimarães Mendes

NOMES TRANSPLANTADOS NAS RUAS DE DOURADOS – MS: OS COROTOPÔNIMOS 172

Marilze Tavares

A ANTROPONÍMIA NA NOMEAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE PARANAÍBA/MS..... 204

Neidiani Alves da Silva Dutra

Ana Paula Tribesse Patrício Dargel

MOTIVAÇÃO RELIGIOSA NA TOPONÍMIA URBANA DE CAMPO GRANDE/MS 221

Priscila do Nascimento Ribeiro Rezende

Aparecida Negri Isquerdo

TENDÊNCIAS DA TOPONÍMIA URBANA DE PONTA PORÃ/MS/BR E DE PEDRO JUAN CABALLERO/AMAMBAY/PY: UM OLHAR SOBRE AS TAXIONOMIAS..... 256

Suely Aparecida Cazarotto

OS AUTORES..... 289

ORGANIZADORA..... 295

APRESENTAÇÃO

A natureza dos nomes próprios em geral tem aguçado a curiosidade de estudiosos desde a Antiguidade, mas é a partir do século XIX que passa a configurar-se como área de investigação científica – a Onomástica –, campo do saber que fornece aporte teórico para o estudo de diferentes categorias de nomes próprios, dentre os quais os nomes de pessoas, objeto de estudo da Antroponímia, e os nomes de lugares dos quais se ocupa a Toponímia. Esses dois ramos da Onomástica têm se solidificado como áreas de investigação científica ao longo da história com orientações teóricas marcadas pela interdisciplinaridade necessária às duas áreas cujos objetos de pesquisa se interseccionam, a despeito da autonomia de cada uma das disciplinas.

A Toponímia, por exemplo, tem como objeto de estudo a análise linguística dos topônimos, tendo construído, ao longo da sua história, referencial teórico e método de trabalho próprios, o que lhe confere caráter de disciplina científica. Vincula-se à Onomástica, como já apontado, ciência tradicional que reúne fundamentos teóricos e princípios metodológicos que sedimentam pesquisas sobre o estatuto dos nomes próprios e que tem na Toponímia, desde o início do século XX, um campo de pesquisa consolidado como um ramo dos estudos lexicais, tendo ganhado corpo em vários continentes, solidificando-se como o ramo dos estudos onomásticos que estuda os designativos de lugares, os topônimos, signos linguísticos enriquecidos com elementos da cultura, da história, da geografia da região a que se vincula o lugar nomeado, características essas consideradas por Dick (1990, p. 19)¹, ao conceber a toponímia como “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. A mesma

¹ DICK, Maria Vicentina do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

toponimista brasileira, referendando essa concepção que tem em seu âmago a inter-relação língua-cultura, argumenta ser a Toponímia uma “uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1992, p. II)².

A despeito do seu caráter interdisciplinar, a Toponímia tem como objeto específico de estudo os signos toponímicos, itens lexicais da língua que são investidos, pelo uso, de função denominativa. Atribuir nomes a referentes do lugar em que vive é uma prática milenar como uma forma de o homem situar-se no espaço, marcar território, enfim, garantir o seu “poder” sobre novos lugares. Desta forma, pode-se conceber o ato da nomeação de um lugar como uma forma de apropriação pelo homem do lugar onde habita e exerce suas atividades profissionais. Ao referir-se ao papel do homem “que manipula a cultura” do meio ambiente, Dick (1992, p. II) destaca ser ele o responsável pela nomeação, pois “é quem traz, para os designativos geográficos, a verdadeira psicologia popular, paralelamente ao agir oficial ou sistemático, enfocando, quantas vezes, o que de mais significativo oferece a região”.

Nesse cenário, não pode ser desconsiderado o fato de, no meio rural, os topônimos conferirem identidade regional a acidentes de natureza física (rios, córregos, serras, ...) e humana (fazendas, sítios, estâncias), enquanto no meio urbano identificam vilas, povoados, cidades, além de nomearem e individualizarem os diferentes aglomerados que compõem a tessitura do planejamento das cidades (regiões urbanas, bairros, praças, logradouros públicos – ruas, avenidas, praças...).

É preciso, pois, ter em conta que o estudo dos topônimos, independente da natureza da área geográfica nomeada, propicia o resgate da história

² DICK, Maria Vicentina do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

social do espaço, seja pelo olhar de um denominador anônimo (em especial no caso de nomeações de acidentes físicos rurais), uma toponímia espontânea, seja na perspectiva de grupos específicos, de autoridades locais, tendência mais evidente na área urbana, onde predomina a toponímia planejada, imposta. Enfim, “os nomes de lugares se formalizam segundo condicionantes típicas a cada denominador, isoladamente ou como decorrência de uma manifestação mais ampla da comunidade envolvida” (DICK, 1992, p. 65).

Em se tratando da toponímia urbana, no geral, as condicionantes denominativas são de natureza muito diversas e pontuais, não raras vezes sendo imposta pelos órgãos públicos, ou ainda resultar de interesses diversos, como preferências do proprietário do terreno loteado (valorização da família ou de algum tema de seu interesse particular...); da homenagem a políticos, a autoridades civis e religiosas que exerceram papel de relevância na história da cidade. Assim, a feição toponímica urbana, no geral, incorpora a referência a fatos históricos e deixa transparecer influências de fatores econômicos e ideológicos relacionados à história da formação do povoado, da vila, da cidade.

Considerando-se, ainda, a relação entre nome próprio e nome comum no universo lexical e tendo em vista a dimensão sociocultural do léxico, o que lhe confere o estatuto de patrimônio de uma língua, de uma sociedade, os nomes próprios, nesse universo patrimonial, integram o léxico toponímico que, por sua vez, sintetiza aspectos da cultura, da ideologia, de tendências sociais e econômicas de uma sociedade, podendo ser examinado sob diferentes enfoques e perspectivas teóricas. Nesse sentido, os nomes de bairros, de logradouros públicos, de praças podem ser examinados a partir da perspectiva de que a toponímia é um dos elementos constitutivos da memória coletiva da cidade (MORI, 2007)³, tra-

³ MORI, Olga. Aspectos teóricos relevantes de las designaciones urbanas. In: ILIESCU, Maria; SILLER-RUNGGALDIER; Heidi, DANLER, Paul (dir.) **Actes du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Innsbruck, 2007, p. 315–324.

duzindo um amálgama de marcas sociais, culturais e históricas que, assim como o léxico comum, se move no tempo e no espaço e perpetua a visão de mundo do homem urbano e a sua maneira particular de perceber o meio que o cerca e de traduzi-lo por meio dos nomes atribuídos aos diferentes segmentos que o compõem. Deste modo, atribuir um nome a um lugar pode, por exemplo, representar uma forma de prestar homenagem a pessoas que podem ser cidadãos comuns, indivíduos de expressão local, regional, nacional ou internacional ou a aspectos do meio ambiente físico e cultural.

No caso específico dos nomes de logradouros, o denominador em geral é motivado por causas denominativas distintas relacionadas a acidentes físicos e humanos que interferem nas escolhas do responsável pela denominação. Não é sem razão que Dick (1997, p. 133)⁴ concebe a rua como “um ponto singular de atração da cidade, um microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia a dia, o simples entra e sai das casas, até as grandes comemorações solenes ou festivas”. Essa complexa feição urbana é determinante para a compreensão do processo de nomeação, além de imprimir nos topônimos urbanos características singulares.

Esta obra tem como objetivo precípua reunir estudos sobre a toponímia urbana que discutem resultados de projetos de pesquisa toponímica em desenvolvimento em quatro regiões do Brasil: Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul – UFMS, UFGD e UEMS); Sudeste (Minas Gerais – UFMG); Nordeste (Bahia – UNESB) e Norte (Acre – UFAC; Tocantins – UFT), com o objetivo de dar visibilidade a uma amostra do estado de arte na área de estudos relacionados à toponímia de cidades brasileiras de pequeno, médio e grande porte, a partir de recortes e abordagens distintas.

Os trabalhos abordam a temática sob diferentes enfoques. O primeiro capítulo, assinado por Sousa, tem caráter inovador à medida que discute a nomeação de espaços geográficos urbanos em Libras, focalizan-

⁴ DICK, Maria Vicentina do Amaral. **A dinâmica dos nomes na toponímia de São Paulo, 1954–1897**. São Paulo: Annablume. 1997.

do, mais especificamente, a análise estrutural e motivacional dos sinais em Libras que nomeiam os bairros de Rio Branco, capital do Acre, com destaque para a iconicidade inerente às línguas de modalidade visual-espacial.

O segundo artigo, de autoria de Ferreira, Andrade e Castiglioni, apresenta uma análise dos nomes que homenageiam pessoas na toponímia da cidade de Porto Nacional, estado do Tocantins, dando especial enfoque aos logradouros públicos nomeados com antropotopônimos femininos. O estudo tem como fio condutor a interdisciplinaridade da Toponímia.

O terceiro capítulo, produzido por Silva e Seabra, discute a questão dos axiotopônimos (topônimos compostos formados com palavras que indicam títulos de diferentes naturezas – Duque, Dom, Coronel...), examinando dados toponímicos da cidade de Betim, Minas Gerais com o objetivo problematizar a taxa dos axiotopônimos a partir de uma análise centrada na estrutura sintagmática do termo específico do sintagma toponímico.

Na sequência, o texto de J. Abadde e C. Abadde, o quarto apresentado nesta coletânea, analisa topônimos urbanos que nomeiam *fontes públicas naturais* da cidade de Salvador, capital da Bahia, patrimônios característicos da cidade, tendo em vista as primeiras *fontes* terem sido construídas no período colonial, na época das capitânias hereditárias, para facilitar o acesso da população à água potável para consumo. No caso, os topônimos que singularizam essas fontes, segundo os autores, estabelecem um elo com a comunidade, numa relação homem/espaco, razão pela qual podem ser considerados patrimônio linguístico.

A toponímia paralela – não oficial, mas que existe na memória coletiva – é objeto de estudo do quinto capítulo de autoria de Mendes. A autora discute dados da cidade de Pedro Leopoldo, estado de Minas Gerais, pertencente à região Metropolitana da capital Belo Horizonte, focalizando casos de toponímia paralela que nomeiam acidentes huma-

nos (ruas, avenidas, igrejas e praças), dados coletados por meio de entrevistas orais. A autora examina em que proporção esse tipo de toponímia relaciona-se a aspectos sociais e culturais da cidade por meio da língua e do ato de nomear e renomear.

O sexto capítulo, produzido por Tavares, aborda a questão da saudade na toponímia urbana, discutida, a partir de topônimos da cidade de Dourados, localizada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul. O estudo teve como objetivo verificar a origem geográfica dos nomes transplantados, com destaque para possíveis causas da transplantação e para a existência de áreas toponímicas com esse tipo de motivação na cidade de Dourados/MS.

Na sequência, o sétimo texto, assinado por Dutra e Tribesse, focaliza a questão da antropotoponímia na nomeação de logradouros da cidade de Paranaíba, região Leste do estado de Mato Grosso do Sul, buscando, por meio da investigação toponímica, recuperar condicionantes ambientais relacionados à motivação semântica dos topônimos, com destaque para os antropotopônimos, a categoria mais produtiva no universo de dados analisados pelas autoras.

O oitavo capítulo produzido por Ribeiro e Isquierdo, por sua vez, centra-se na discussão da presença de traços de religiosidade na toponímia urbana de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Assim, partindo do pressuposto de que, ao nomear um lugar, o homem traduz a visão de mundo que o circunda, o trabalho discute a temática da religiosidade na toponímia com base em pesquisa sobre os topônimos urbanos de caráter religioso pertencentes às sete regiões urbanas que compõem a capital sul-mato-grossense – Centro, Imbirussu, Prosa, Segredo, Lagoa, Anhanduizinho e Bandeira. O estudo reitera a tendência de a devoção do nomeador configurar-se como a causa denominativa nos casos de nomeação de lugares com um topônimo de cunho religioso.

Por fim, o nono capítulo, de autoria de Cazarotto, aborda questões relacionadas à toponímia da área de fronteira do Brasil com o Paraguai, com destaque para as interfaces, tendências gerais, semelhanças e diferenças entre a toponímia das cidades de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, e de Pedro Juan Caballero, capital da província de Amambay, fronteira entre o Brasil e o Paraguai. O trabalho destaca influências do episódio bélico da Guerra do Paraguai (1864–1870) na toponímia das duas cidades fronteiriças e aponta o papel da toponímia, particularmente a urbana, para o resgate da história, da memória e da identidade do denominador.

Sublinhe-se ainda que este volume é o terceiro da Série Toponímia, publicada pela Editora da UFMS a partir de 2019, com o objetivo de disseminar resultados de pesquisas toponímicas. Os volumes 1 e 2 reuniram resultados do Projeto ATEMS que foram objeto de discussão pelos pesquisadores vinculados ao projeto. O volume 1⁵ abriga nove artigos que abordam, no seu conjunto, a trajetória seguida pela equipe de pesquisa do Projeto ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul), na busca da construção da metodologia de pesquisa adotada para o projeto, pautando-se, para tanto, na literatura específica da Onomástica, em especial da Toponímia, fundamentalmente na teoria construída por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick durante praticamente quarenta anos dedicados a pesquisas sobre a toponímia brasileira, na Universidade de São Paulo. O volume 2⁶, por sua vez, reúne nove trabalhos que versam sobre as tendências da toponímia rural de Mato Grosso do Sul evidenciadas pelo primeiro volume do ATEMS (2011, inédito)⁷.

⁵ Disponível <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/3491>

⁶ Disponível em: <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/3549>

⁷ ISQUERDO, Aparecida Negri *et. al.* ATEMS - **Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul**. v. 1. Campo Grande: UFMS/CCHS, 2011 (inédito).

Esta publicação, o terceiro volume da *Série Toponímia*, tem como propósito disseminar resultados de pesquisas sobre a toponímia urbana. Nesse sentido, a proposta inova duplamente: i) representa a primeira publicação específica sobre toponímia dessa natureza no Brasil⁸ e discute resultados de projetos de pesquisa sobre a toponímia de cidades pertencentes a cinco Unidades da Federação do Brasil: Mato Grosso do Sul; Acre; Tocantins; Bahia e Minas Gerais; ii) amplia a *Série Toponímia* publicada pela Editora UFMS, à medida que este terceiro volume tem como propósito oportunizar a disseminação de resultados de projetos de pesquisa toponímica em desenvolvimento em outras instituições brasileiras (UFAC, UFT, UFMG e UFBA) e, por extensão, partilhar com os interessados na área uma amostra do estado de arte da área em diferentes regiões do Brasil, no que diz respeito a estudos sobre a toponímia de cidades brasileiras.

Entende-se, pois, que a publicação deste volume, a exemplo dos dois primeiros da *Série Toponímia*, busca dar visibilidade a pesquisas sobre toponímia realizadas no Mato Grosso do Sul, no caso, da toponímia urbana, favorecerá o diálogo do produto desses estudos com uma amostra dos realizados na esfera de outras Unidades da Federação, contribuindo, desta forma, para fortalecer essa área de pesquisa em território brasileiro.

Dois agradecimentos especiais aqui merecem registro. O primeiro à UFMS que, por meio do EDITAL EDITORA UFMS 1/2020 – PÚBLICA UFMS, abriu oportunidade aos pesquisadores da instituição para pleitearem a publicação de livros que resultassem de projetos de pesquisa desenvolvidos em diferentes áreas de conhecimento vinculados às Unidades da UFMS. Desta forma, o resultado positivo alcançado no âmbito desse Edital possibilitou a concretização deste terceiro volume da *Série Toponímia*. O segundo agradecimento se estende à equipe da Editora

⁸ Até o fechamento deste livro não se teve conhecimento da publicação de uma obra específica sobre essa temática nos moldes da aqui apresentada.

UFMS pelo esforço despendido em prol da concretização deste projeto acadêmico que socializa uma amostra dos estudos em curso sobre a toponímia brasileira. O terceiro agradecimento é voltado para os autores que aceitaram o desafio de submeterem seus trabalhos para comporem a coletânea *Toponímia Urbana no Brasil – Estudos*, sem os quais este propósito não se concretizaria.

Este terceiro volume, como os demais da *Série Toponímia*, se destina a pesquisadores que se dedicam a pesquisas na área da Onomástica, subárea Toponímia, no caso desta coletânea, particularmente aos interessados pelo recorte toponímico abordado; a alunos de pós-graduação vinculados a programas que possuem linhas de pesquisas que abrigam os estudos lexicais, em particular os estudos toponímicos; a docentes que atuam nos diferentes níveis de ensino, além de pesquisadores de outras áreas de conhecimento e demais interessadas na temática focalizada na obra.

A obra está, pois, apresentada aos leitores com o desejo de que ela cumpra também o seu papel de estimular novas pesquisas toponímicas nas diferentes regiões do Brasil!

Aparecida Negri Isquerdo

Organizadora

TOPONÍMIA EM LIBRAS DOS BAIRROS DE RIO BRANCO: ANÁLISE DA ESTRUTURA DOS SINAIS TOPONÍMICOS E DOS ASPECTOS MOTIVACIONAIS

Alexandre Melo de Sousa

INTRODUÇÃO

O léxico reflete as marcas linguísticas e culturais de um povo. Nomear as coisas e o estado de coisas, por intermédio das palavras, consiste em uma das primeiras atividades exercidas pelo homem, por estar associada ao “[...] percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (BIDERMAN, 2001, p. 13). Segundo Maeda (2000, p. 246), devemos considerar as divergências próprias do campo da linguagem, quando nomeamos pessoas e lugares, em face do estatuto linguístico. Por isso, do ponto de vista sincrônico, os nomes de indivíduos e de espaços geográficos encontram-se no sistema do próprio código, de modo geral, e no sistema onomástico, de modo mais específico.

Em vista disso, observamos, com clareza, uma estreita relação entre o componente semântico e o referente nomeado, no ato de nomear pessoas e lugares, pois há detalhes vinculados às distintas fontes motivadoras. Com relação ao ato de nomear pessoas, a escolha do prenome, em geral, homenageia familiares, artistas e figuras bíblicas. Com referência a lugares, consideram-se não somente as características geográficas peculiares da região, mas também as personalidades históricas que ali nasceram ou viveram, alguns símbolos da cultura local, nomes de familiares, de políticos, entre outros. A respeito da ação de nomear, Supalla (1992, p. 13) afirma que:

Nomes e nomenclatura são uma daquelas coisas que muitos nos dão como garantidos. Embora tenha havido uma pesquisa extensa sobre a nomeação feita ao longo dos anos, ainda há muitas questões teóricas deixadas sem resposta. Uma pessoa poderia funcionar sem nome? Qual seria a sensação de ser uma pessoa sem nome? Poderia uma cidade funcionar se todos os seus cidadãos não tivessem nomes? Como um barbeiro poderia conversar com esses clientes sem fazer referência a outra pessoa? Certamente, suas conversas seriam limitadas! (tradução nossa)¹.

Os sujeitos surdos, que fazem parte da sociedade e são usuários de uma língua natural (Língua Brasileira de Sinais – Libras), também empregam sistemas de nomeação próprios para pessoas e lugares. Nesse sentido, verificamos que, para haver interação linguística em todas as culturas do mundo, são imprescindíveis os nomes e as nomeações, embora o sistema de composição estrutural dos nomes próprios e das próprias regras de uso seja diferente em cada localidade (SUPALLA, 1992, p. 13). Nesse ponto, cabe lembrar que as nomeações de pessoas e lugares são itens que compõem o léxico de uma língua que, segundo Krieger (2010, p. 169), constitui-se

[...] como um componente que, ao cumprir o papel maior de denominação e designação do mundo humano, torna-se expressão de identidade pessoal e coletiva, manifestada ao longo da história, já que é um sistema aberto e dinâmico. E, como tal, renova-se, funcionando como o pulmão das línguas, mas também assegura a permanência do pilar comum de

¹ “Names and naming are one of those things that many of us take for granted. Although there has been extensive research on naming done over the years, there are still many theoretical questions left unanswered. Could a person function without a name? What would it feel like to be a nameless person? Could a town function if all its citizens had no names? How could a barber talk to his customers if he could not make reference to another person? Certainly, their conversations would be limited!” (SUPALLA, 1992, p. 13).

palavras, condição necessária à comunicação, independente de tempos, regiões, e de outras peculiaridades do uso das línguas.

No âmbito dos estudos linguísticos, a Onomástica se dedica ao estudo dos nomes próprios de pessoas (interesse da Antroponímia) e de lugares (interesse da Toponímia). O objeto de investigação desta última é o topônimo – entendido como “[...] índice de traços culturais, históricos e linguísticos, de determinado espaço geográfico” (ISQUERDO; DARGEL, 2014, p. 63).

Os estudos toponímicos no Brasil têm se mostrado bastante produtivos. Muitas pesquisas têm sido realizadas mostrando a relação entre a nomeação dos espaços geográficos e os aspectos físico-geográficos ou antroponímico-culturais do povo nomeador. Contudo, esses estudos têm posto em destaque, comumente, os topônimos em línguas orais. Como nosso interesse é o de analisar os topônimos em Língua Brasileira de Sinais, convém fazermos, inicialmente, um apanhado dos estudos toponímicos em Libras desenvolvidos no Brasil.

Aguiar (2012), por exemplo, selecionou, descreveu e analisou 252 sinais relacionados às nomeações de espaços geográficos presentes no *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira* (Deit-Libras), quanto às características fonológicas e semânticas. A pesquisadora selecionou apenas os sinais que nomeavam continentes e ilhas, países, estados, cidades, regiões e bairros de São Paulo. A sua análise se baseou nos reflexos da iconicidade e da origem dos sinais toponímicos e revelou que: quanto à iconicidade, 45 sinais foram classificados como icônicos e 207 como não icônicos; quanto à origem, 161 topônimos apresentaram a configuração de mão correspondente ao alfabeto datilológico ou numérico em Libras, e 91 sinais toponímicos apresentavam outras configurações.

Souza Jr. (2012), por sua vez, identificou, armazenou e analisou uma amostra de 265 sinais toponímicos de cidades brasileiras em Libras. O pesquisador destacou a forma como os surdos nomeiam os lugares, as características linguísticas dos sinais designativos de espaços e os fatores motivadores, seguindo a proposta de Dick (1990). Essa pesquisa mostrou que 64% das taxas analisadas eram de natureza antropocultural, 13% de natureza física e 23% das taxas foram opacas quanto aos aspectos motivacionais de nomeação dos sinais toponímicos coletados.

Sousa (2018), com base nas características linguísticas das línguas de modalidade visual-espacial e na cultura surda (de caráter visual), apresenta uma proposta metodológica para o estudo toponímico em línguas de sinais. A metodologia parte da configuração fonomorfológica dos sinais para observar como os traços icônicos são revelados da estrutura morfológica do sinal. Toda a análise se dá a partir da escrita de sinais (*SignWriting*) ou de vídeos com a produção dos sinais, com a explicação dos referentes motivadores dos itens lexicais. Os dados são coletados com os surdos (criadores dos sinais toponímicos ou pertencentes à comunidade surda local). Dadas as influências da língua oral, a análise semântico-motivacional é considerada a partir da dupla motivação, na maioria dos casos.

Sousa e Quadros (2019) dedicaram espaço às contribuições que o estudo da toponímia em Libras pode oferecer à educação de surdos e descreveram o *Web Software Toponímia em Libras*, que apresenta os sinais dos municípios acreanos em Libras, os referentes motivadores de cada sinal, a estrutura fonológica do sinal em *SignWriting* e a localização do município, por meio do *Google Maps*. Todo o *software* está em Libras, com vídeos instrucionais e segue os padrões de acessibilidade e as diretrizes de produção de vídeos e materiais didáticos para surdos.

Urbanski, Xavier e Ferreira (2019), por sua vez, pesquisaram sobre os sinais toponímicos em Libras que nomeiam os municípios do

Paraná. Dos 399 municípios desse estado, apenas 64 têm sinal em Libras. Já Jesus (2019) e Ferreira (2019) estudaram a toponímia em Libras de Feira de Santana, BA. Jesus tratou dos sinais que nomeiam os bairros, em uma perspectiva bilíngue. Ferreira, por sua vez, pesquisou os sinais toponímicos do centro comercial do referido município, em línguas orais e em Libras. Em ambos os estudos, os pesquisadores propõem fichas lexicográficas bilíngues que agregam informações das duas modalidades de línguas.

Chaibue (2020) estudou os sinais em Libras referentes à cidade de Formosa/GO. O *corpus* foi formado por pesquisas na Internet e por meio de observações de conversação, com o registro de frames de sinalização de membros da comunidade surda local, do Distrito Federal e de Goiânia. A pesquisadora identificou quatro sinais diferentes usados para nomear o município e a influência da língua portuguesa na estrutura dos sinais.

Neste texto, tratamos da nomeação de espaços geográficos urbanos em Libras, especificamente os bairros de Rio Branco (Acre). Trata-se de um recorte de uma pesquisa que compõe o *Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira* (ATAOB), em desenvolvimento na Universidade Federal do Acre, que tem por objetivo estudar a toponímia urbana e rural do Acre, em línguas orais e em línguas de sinais. Aqui, focalizamos da análise estrutural e motivacional dos sinais em Libras que nomeiam os bairros da capital acreana: Rio Branco. A construção teórica e o desenho metodológico aplicados neste estudo têm como base Sousa (2019)² e Sousa e Quadros (2021).

² A pesquisa teve financiamento do CNPq (Processo nº 104249/2018-8) e foi supervisionada pela professora Dra. Ronice Müller de Quadros, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CNPq).

1. RIO BRANCO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERÍSTICAS GEOESPACIAIS

O processo de formação do município de Rio Branco foi iniciado a partir da criação do Seringal “Empreza”, às margens do Rio Acre, em 1882, por Neutel Maia que, navegando pelo rio Acre no Vapor Apihy, escolheu a curva do rio (seu lado esquerdo) como ponto de desembarque e ali ergueu o barracão – marco espacial e referencial da Vila Rio Branco (ACRE, 2013).

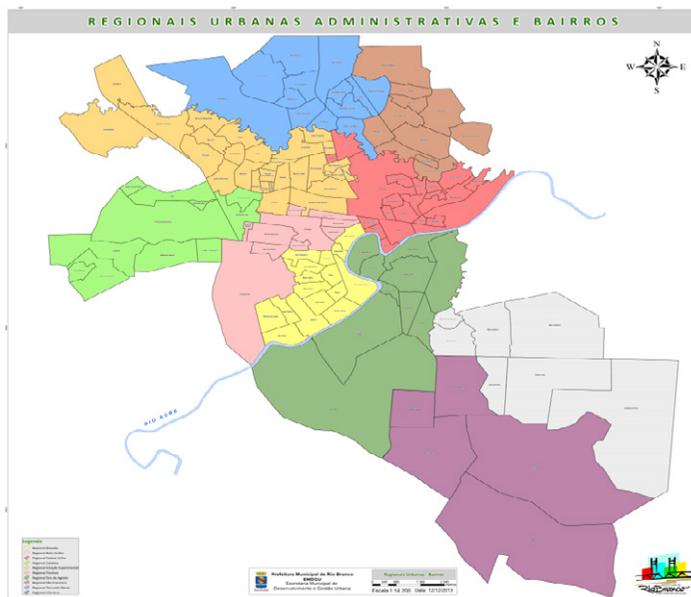
Em 1909, as primeiras ruas (Epaminondas Jácome, Benjamin Constant, Marechal Deodoro e Getúlio Vargas) foram abertas e, em seguida, os primeiros lotes urbanos foram se formando à margem esquerda do Rio Acre. Entre 1942 e 1945, durante a conhecida “Batalha da Borracha”, motivada pela Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade de planejar infraestruturas que dessem condições à produção de materiais para a construção desses prédios. Foi nesse momento que algumas regiões foram estruturadas e deram origem às nomeações de bairros, como os conhecemos hoje. Na região onde foi instalada a “Cerâmica”, com a finalidade de produzir telhas, tijolos e pisos que auxiliaram na construção civil, hoje está localizado o bairro Cerâmica. A região que foi estruturada como “Estação Experimental” de produção de sementes para mudas, servindo de suporte técnico para os agricultores, hoje é o bairro Estação Experimental. A região onde havia o “Aviário”, para a criação e distribuição de aves e suínos, atualmente é assim chamada.

A capital do Acre, Rio Branco, localiza-se no Vale do Acre, região Norte do Brasil. Segundo as *Cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE, 2020), com a população de aproximadamente de 407.319, o município é o mais populoso do estado, com extensão territorial de 8.834,942 km², localizado a 9°58'29' sul e a 67°48'36' oeste e com uma altitude de 153m acima do nível do mar. Rio Branco limita-se, ao norte, com o estado do Amazonas e com os municípios de Bujari e Porto Acre.

Ao sul, faz limite com os municípios de Capixaba e de Xapuri. Ao leste, com o município de Senador Guimard e, a oeste, com o município de Sena Madureira (IBGE, 2020).

Nos anos 70 do século XX, ocorreu uma profunda crise do extrativismo da borracha e houve um grande fluxo migratório de pessoas do campo para a cidade de Rio Branco, provocando “invasões” de terrenos públicos e privados. Esse movimento de ocupação acabou por modelar os bairros de modo precário, desordenado e sem infraestrutura básica (ACRE, 2013). Atualmente, a cidade encontra-se dividida em duas partes: Primeiro e Segundo Distritos, ambos separados pelo Rio Acre, e abriga, administrativamente, dez regionais urbanas, conforme a Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Regionais urbanas de Rio Branco – Acre



Fonte: Oliveira (2015, p. 49)

As dez regionais, por sua vez, agregam 134 bairros, conforme distribuição apresentada no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Regionais e bairros da cidade de Rio Branco – Acre

REGIONAIS	BAIRROS
Regional da Baixada	Aeroporto Velho, Ayrton Senna, Bahia Nova, Bahia Velha, Boa União, Boa Vista, Glória, João Eduardo I, João Eduardo II, João Paulo I, João Paulo II, Palheral, Pista, Plácido de Castro, Preventório, Sobral, Volta Seca
Regional Belo Jardim	Belo Jardim I, Belo Jardim II, Cidade do Povo, Recanto dos Buritis, Rosa Linda, Santa Inês, Santo Afonso
Regional Cadeia Velha	Adalberto Aragão, Aviário, Baixa da Colina, Base, Bosque, Cadeia Velha, Capoeira, Casa Nova, Centro, Cerâmica, Dom Giocondo, Guiomard Santos, Habitasa, Ipase, Jardim América, Jardim Tropical, José Augusto, Morada do Sol, Papouco, São Francisco, Vila Ivonete
Regional Calafate	Calafate, Distrito Industrial, Ilson Ribeiro, Ipê, Jardim de Alah, Jardim Europa, Laélia Alcântara, Pedro Roseno, Portal da Amazônia, Universitário, Village Tiradentes, Waldemar Maciel
Regional Estação Experimental	Boa Esperança, Conquista, Distrito Industrial, Engenheiros, Estação Experimental, Geraldo Fleming, Horto Florestal, Iolanda, Isaura Parente, Jardim Brasil, Jardim Manoel Julião, Jardim Primavera, Joafra, Manoel Julião, Mocinha Magalhães, Nova Estação, Parque Das Palmeiras, Paulo C. de Oliveira, Petrópolis, Rui Lino, Santa Quitéria, Tangará, Tucumã, Universitário, Vila Maria, Village Waldemar Maciel
Regional Floresta	Abraão Alab, Doca Furtado, Floresta, Floresta Sul, Habitar Brasil, Ivete Vargas, Jardim Nazle, Nova Esperança, Novo Horizonte, Vila Betel I, Vila Betel II
Regional São Francisco	Apolônio Sales, Chico Mendes, Eldorado, Jaguar, Jardim São Francisco, Oscar Passos, Ouricuri, Placas, São Francisco, Vitória
Regional Seis de Agosto	Seis de Agosto, Amapá, Areal, Canaã, Cidade Nova, Comara, Quinze, Taquari, Triangulo Novo, Triangulo Velho
Regional Tancredo Neves	Adalberto Aragão, Adalberto Sena, Alto Alegre, Defesa Civil, Irineu Serra, Jorge Lavocat, Montanhês, Novo Horizonte, Parque Dos Sabiás, Raimundo Melo, Tancredo Neves, Vila Nova, Wanderley Dantas, Xavier Maria
Regional Vila Acre	Benfica, Itucumã, Santa Helena, Vila Acre, Vila da Amizade

Fonte: Adaptado de Oliveira (2015)

Conforme dados da Associação de Surdos do Estado do Acre (ASSACRE), o Estado conta com aproximadamente mil surdos, sendo a maioria deles residentes em Rio Branco.³ O Terminal Urbano, situado no Centro comercial da capital, é um dos espaços culturais, de domínio público, onde os grupos de surdos se reúnem após o expediente de trabalho ou após as atividades escolares ou acadêmicas. Além desse espaço, comum entre ouvintes e surdos, outros grupos se encontram no Centro de Apoio ao Surdo (CAS/AC) e em espaços religiosos, como na Igreja Batista do Bosque, onde, com frequência, há reuniões específicas para a comunidade surda (SOUSA; QUADROS, 2021).

As oportunidades de interação entre os surdos propiciam a criação de sinais para os espaços urbanos que se configuram como pontos de referência e de localização na macroestrutura municipal, como é o caso dos bairros da cidade de Rio Branco. Fedatto (2011, p. 73) destaca que

[...] o imaginário de localização que as referências urbanas constroem é paralelo à aparente estabilidade da língua nacional. Esses dois fenômenos são parte do mesmo fato político: a interpelação, pelo estado, do sujeito em cidadão, em um indivíduo que deve saber por onde anda, ter certeza da língua que fala e conhecer suas origens e tradições. Podemos nos perguntar como se funda essa estabilidade e a quais sentidos ela se filia tanto nos estudos da linguagem quanto nos caminhos da urbanização brasileira.

Mesmo havendo a nomeação do bairro em língua portuguesa, o surdo batiza o espaço em Língua Brasileira de Sinais, que é sua língua materna, estabelecendo sua forma de localização e o estabelecimento de marcas visuais que caracterizam sua referência no espaço urbano. Na

³ Os dados foram informados em conferência proferida pelo Presidente da Associação dos Surdos do Estado do Acre por ocasião da *V Semana de Letras Libras*, na Universidade Federal do Acre (2019).

próxima seção, são destacados os aspectos referentes às línguas de sinais e à iconicidade inerentes às línguas de modalidade visual-espacial.

2. A ICONICIDADE NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua natural da comunidade surda do Brasil, reconhecida pela Lei 10. 436/2002. Essa língua, que coexiste socialmente com as línguas orais, é linguisticamente independente e é usada pelas comunidades surdas que vivem especialmente nos grandes centros urbanos do Brasil. Conforme Quadros (2019, p. 17):

A Libras é uma língua visual-espacial. Exibe-se em uma modalidade que utiliza o corpo, as mãos, os espaços e a visão para ser produzida e percebida. As palavras, as sentenças e os sentidos da Libras são produzidos por meio das mãos, do corpo e da face dentro do espaço à frente do sinalizante, numa composição de unidades menores combinadas para formar os sentidos, percebidos pela visão.

A autora argumenta, ainda, que é fundamental observar o papel da iconicidade nas línguas de sinais:

A iconicidade faz parte das línguas de sinais e permeia todos os níveis linguísticos de seu estudo. Mesmo reconhecendo que ela se manifesta convencionalmente nas diferentes línguas de sinais, ainda assim, percebemos tratar-se de um fenômeno bastante produtivo, que evoca os eventos de forma altamente motivada (QUADROS, 2019, p. 113).

Segundo Perniss (2007), a modalidade visual-espacial influencia a estrutura fonológica e morfossintática nas línguas sinalizadas, sendo possível criar efeitos de modalidade em certos campos da expressão linguística, especialmente porque as línguas de sinais são produzidas em

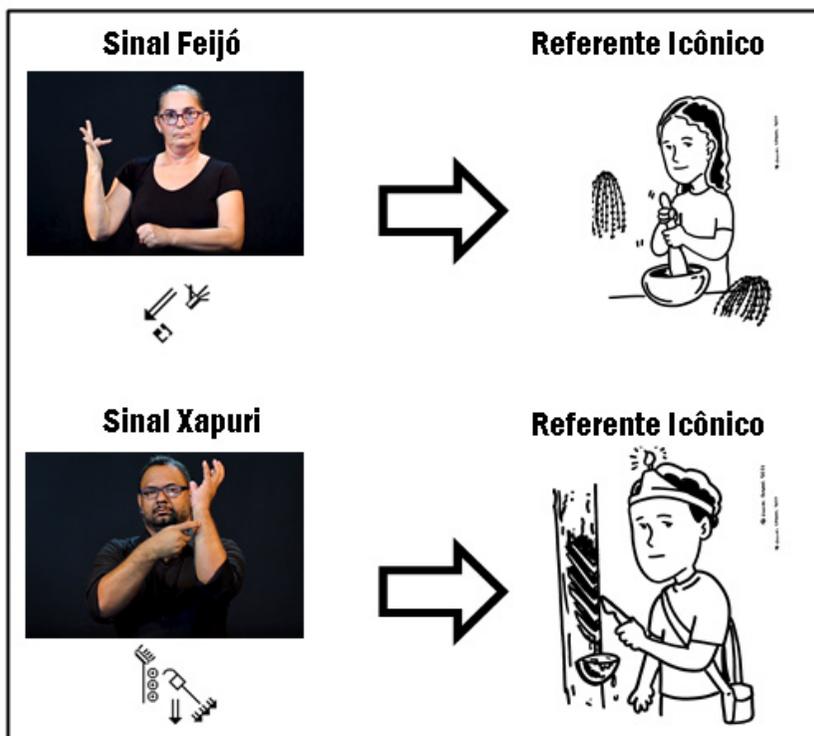
espaço visual tridimensional em que os movimentos dos articuladores parecem representar forma, localização, movimento e ação, aspectos já observados por Taub (2001) e Wilcox (2004). Para Carneiro (2016, p. 110), a natureza articulatória das línguas de sinais “possibilita ao sinalizador codificar concepções diversas e construir estruturas icônicas capazes de transmitir grande número de informações de maneira simultânea”.

Para Taub (2012) há duas formas principais de associação dos sinais icônicos aos seus referentes:

- a) associação entre forma fonética e imagem mental: quando, por exemplo, a configuração das mãos (forma dos dedos e das mãos) fazem referência à forma ou ao comportamento do objeto (ou evento) nomeado;
- b) associação entre imagem mental e conceito: quando, por exemplo, uma característica física de um objeto passa a representá-lo conceitualmente.

Perniss (2007) explica que a base para um signo icônico é a imagem prototípica do referente que o representa. Isso pode ser visualizado na Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Sinal e referente icônico



Fonte: Elaborado pelo autor⁴

Perniss, Thompson e Vigliocco (2010) explicam que assim como há muitos sinais icônicos (porque a modalidade espacial-visual explora o potencial de ícones visuais), há também sinais que podem ser considerados totalmente arbitrários, uma vez que não é possível perceber uma motivação aparente para o mapeamento de forma-significado.

⁴ As imagens estão disponíveis no *Web Software* Toponímia em Libras; www.toponimia-libras.com

Iconicidade e motivação são conceitos que têm fundamental importância no estudo toponímico, especialmente quando se trata de línguas sinalizadas, uma vez que, de acordo com Carneiro (2016, p. 117), “[...] a iconicidade repousa no uso da língua enquanto ferramenta comunicativa. Não seria inconveniente admitir que as línguas são icônicas dentro das possibilidades restritivas pela modalidade do sistema”.

Os aspectos icônico-motivacionais expostos nesta seção foram de grande valia nas análises dos sinais toponímicos dos bairros de Rio Branco. A questão motivacional inerente aos signos toponímicos tem sido destacada por Dick (1990; 1992) e em outras obras que seguem sua orientação teórico-metodológica.

3. OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E A PROPOSTA DE FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA DIGITAL

No Brasil, os estudos toponímicos têm seguido a proposta teórico-metodológica da pesquisadora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990; 1992), que destaca a importância do papel da interdisciplinaridade da pesquisa com os nomes de lugares, sugere uma relação entre língua e cultura, determina a categorização dos designativos, considerando fatores de ordem física e antropocultural inerente a eles, e que confirma as peculiaridades da toponímia quanto à etimologia, à semântica, às transformações linguísticas, e à estrutura fonético-fonológica dos sintagmas toponímicos. Em termos de pesquisa científica, o trabalho de Dick assumiu a posição de grande norteador e propulsor das pesquisas toponímicas até a atualidade.

Dick (2004) trouxe uma contribuição singular, como parte de sua orientação teórico-metodológica, ao partilhar uma ficha lexicográfico-toponímica com os principais elementos para a descrição dos topônimos

(objeto da pesquisa). De acordo com os elementos presentes na ficha proposta por Dick (2004),⁵ pode-se dar seguimento à análise dos dados toponímicos levando em consideração, desde os aspectos estruturais do signo, até as nuances culturais relacionadas ao nomeador e ao espaço nomeado.

Apesar de a ficha sugerida por Dick (baseada na língua oral-auditiva) servir como orientação para esta pesquisa, foi adaptada ao objetivo do estudo qual seja o de mapear os topônimos em línguas de modalidade visual-espacial, daí a importância de acrescentar elementos que contemplam as especificidades linguísticas e culturais, considerando o estudo toponímico em Libras. Os dados procuram, sempre que possível, respeitar essas características. Portanto, partindo-se do modelo de Dick (2004) foram realizadas as devidas adaptações (acréscimos e supressões) para o registro de topônimos em Libras.

As fichas reformuladas contemplam as seguintes informações: **localização** (apresentação do espaço em estudo no *Google Maps*); **tipo de acidente geográfico** (acidente geográfico físico ou humano); **topônimo em Libras** (sinal utilizado pelo surdo para nomear o espaço apresentado em vídeo); **classificação taxionômica** para o topônimo em Libras⁶ (mesmas taxionomias propostas por Dick); **descrição da sinalização**

⁵ Na ficha proposta por Dick (2004) estão presentes os seguintes campos: **Município/Localização** (dados da localização geográfica do espaço em estudo); **Topônimo** (nome geográfico pesquisado); **AG** (tipo de acidente geográfico: físico ou humano); **Taxionomia** (delimitação do topônimo de acordo com o conteúdo semântico, sua natureza física ou antropocultural); **Etimologia** (origem da palavra; explicação do significado da palavra); **Entrada lexical** (elemento linguístico de base; entrada do topônimo); **Estrutura morfológica** (formação do topônimo com o termo genérico e termo específico; termo específico simples, composto ou híbrido); **Histórico** (informações históricas do espaço pesquisado); **Informações enciclopédicas** (informações coletadas em materiais de apoio); **Contexto** (elementos extralinguísticos, sobre informantes, por exemplo); **Fonte** (obras teóricas ou outras fontes de coletas de dados); **Pesquisador/Revisor** (responsáveis pela coleta e análise dos dados); **Data da coleta** (período de coleta e preenchimento dos dados).

⁶ Para a classificação dos topônimos quanto à motivação foi usado o modelo de Dick (1992, p.

(estrutura do sinal toponímico em imagem); **topônimo em escrita de sinais** (será utilizado o sistema *SignWriting* para a escrita do sinal); **estrutura fonológica do sinal toponímico** (apresentação da descrição fonológica do sinal em seus parâmetros formadores); **estrutura morfológica do sinal toponímico** (apresentação morfológica do sinal toponímico, considerando sua estrutura de formação: simples, simples híbrida, composta e composta híbrida); **contexto motivacional de criação do sinal** (vídeos dos informantes surdos); **informações históricas e geográficas do espaço pesquisado** (vídeo em Libras sobre informações históricas e geográficas do espaço pesquisado); **fonte** (obras, vídeos, mapas, sites ou outras fontes utilizadas para a coleta dos dados e para o preenchimento das fichas); **pesquisadores** (surdos e ouvintes que participaram da coleta, do preenchimento e da revisão das informações presentes na ficha).

Figura 3 – Ficha toponímica em Libras

Toponímia em Libras – Acre	
Localização	https://goo.gl/maps/d6PUA1pD7RELPNHFA
Acidente Geográfico	A.H. Município
Topônimo em Libras	http://arquivos.nals.cce.ufsc.br/corpus/toponomia_em_libras/TA_SIN.mp4
Classificação Taxionômica	Fitotopônimo
Descrição da sinalização	
Topônimo em SignWriting	
Estrutura fonológica	P.A CM Contat o Mov.
Estrutura morfológica	 Topônimo Simples Híbrido
Contexto motivacional (referência)	http://arquivos.nals.cce.ufsc.br/corpus/toponomia_em_libras/TA_REF.mp4
Informações histórico-geográficas	Em produção.
Fontes	Em produção.
Pesquisador	Alexandre Melo de Sousa
Supervisor	Ronice Müller de Quadros

Fonte: Adaptado de Sousa e Quadros (2019)

Com base nas informações coletadas com os surdos, foram identificados os fatores motivacionais, a fim de observar a iconicidade do

sinal toponímico, fenômeno linguístico importante nas línguas de sinais por representar, na maioria das vezes, o conceito do topônimo na criação do sinal a ser utilizado para nomear os espaços. Em seguida, com o apoio do sistema *SignWriting*, que constitui uma escritura representativa das unidades gestuais e suas relações e propriedades, produziu-se a escrita de todos os sinais toponímicos, de acordo com as singularidades linguísticas da língua de sinais.

Nas palavras de Luchi e Stumpf (2018, p. 99), o *SignWriting* serve para enfatizar “[...] as diferenças entre línguas faladas e sinalizadas destacando aspectos de comunicação, tais como processos icônicos e indiciais, não-linearidade, e as contingências de desempenho”. Para a análise dos parâmetros fonológicos e da estrutura de formação dos sinais, a escrita do sinal foi imprescindível.

A Configuração de Mão (CM), o Ponto de Articulação (PA), a Orientação (O), o Movimento (M) e a Expressão Não-Manual (ENM) são os componentes da estrutura fonológica empregados na formação do sinal toponímico. O Quadro 2, a seguir, ilustra o termo específico do sinal toponímico BAIRRO UNIVERSITÁRIO, com a descrição dos constituintes da estrutura fonológica:

Quadro 2 – Estrutura fonológica no termo específico do sinal toponímico BAIRRO UNIVERSITÁRIO

TERMO ESPECÍFICO	CM	PA	O	M	ENM
		Espaço Neutro	Palma da mão para frente		Neutro

Fonte: Elaborado pelo autor

Neste estudo, foi analisada a estrutura fonológica de todos os sinais toponímicos coletados, apesar de ser considerada mais relevante a análise morfológica dos referidos sinais. A configuração estrutural dos sinais, em

Libras, utilizada para nomear os bairros de Rio Branco, está registrada nas fichas lexicográfico-toponímicas digitais e armazenadas no banco de dados do Projeto ATAQB. Ademais, a estrutura morfológica do sinal toponímico segue a proposta de Dick (1992), a saber: termo genérico e termo específico. Foram consideradas, ainda, as especificidades de formação de sinais em línguas de modalidade visual-espacial, com ênfase nas seguintes estruturas de formação: simples, simples híbrido, composto e composto híbrido (SOUSA, 2019; SOUSA; QUADROS, 2021).

Segundo Dick (1992, p. 24), o signo toponímico (ou sintagma toponímico) é composto por dois elementos principais: o termo genérico, que localiza o topônimo “na classe genérica” dos elementos geográficos e o inclui entre os elementos de natureza física ou humana; e o termo específico que, de fato, nomeia o espaço e é, portanto, o foco do estudo toponímico, como se pode ver na Figura 3:

Figura 3 – Sinal toponímico – termo genérico e termo específico

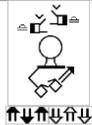
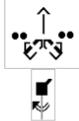


Fonte: Sousa (2019)

No exame do sinal toponímico em Libras foi considerado somente o termo específico, salvo se o termo genérico apresentar algum tipo de variação. Assim no sinal toponímico MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA, foi analisado ACRELÂNDIA, o termo específico do sinal com estrutura de formação simples híbrida, segundo Sousa (2019) que, por sua vez, classifica os topônimos em simples (somente um formativo da língua de sinais nativa); simples híbrido (somente um formativo com empréstimo

da língua oral); composto (somente um formativo da mesma língua de sinais nativa); e composto híbrido (contém mais de um formativo: um da língua de sinais nativa, e outro com empréstimo de língua oral ou outra língua de sinais distinta da nativa)⁷. No Quadro 3, a seguir⁸, são apresentados exemplos dos tipos de estrutura do termo específico.

Quadro 3 – Estrutura de formação do termo específico do sinal toponímico

TERMO ESPECÍFICO	TIPO DE FORMAÇÃO	DESCRIÇÃO
	Formação Simples	O termo específico SENA MADUREIRA é estruturado por um sinal na língua nativa (Libras): dedo indicador em movimentos circulares apontando para a boca (fazendo referência ao mandi, peixe próprio da região)
	Formação Simples Híbrida	O termo específico TARAUCÁ é estruturado por um sinal que apresenta, em sua formação, a configuração em T (letra inicial do topônimo em língua oral)
	Formação Composta	O termo específico ACRE ⁹ é estruturado por dois sinais, ambos em língua nativa (Libras): sinal ESTRELA + sinal ESPADA
	Formação Composta Híbrida	O termo específico JORDÃO é estruturado por dois sinais: um com a configuração em J (letra inicial no topônimo em língua oral) seguido de outro em língua nativa (sinal BARCO)

Fonte: Sousa (2019)

Em sua pesquisa sobre as representações lexicais em Libras, Faria-Nascimento (2009) notou que determinadas unidades lexicalizadas em línguas de sinais se constituem por meio do empréstimo de algum elemento linguístico da língua oral. Para ela, a transliteração se divide em três tipos: pragmática, lexicalizada e da letra inicial. A pragmática advém dos casos de datilologia (soletração) do nome em língua oral e, nesse contexto, na ausência de um topônimo, o sinalizante soletra em Libras. Os estudos de Jesus (2019) e de Ferreira (2019), que descrevem a toponímia de bairros e centros comerciais de Feira de Santana (BA), respectivamente, demonstraram que muitos dos topônimos analisados são soletrados.

O estudo realizado por Sousa e Quadros (2021), sobre os topônimos dos municípios do Acre, mostrou que, dos 22 sinais toponímicos analisados, 21 apresentaram CM de letras dos nomes dos municípios em língua oral, com acréscimos de ritmos e com mudança de local de articulação.

A transliteração por letra inicial é um outro tipo de empréstimo, indicado por Faria-Nascimento (2009) que afirma que esse fenômeno ocorre quando se emprega, exclusivamente, a CM correspondente à letra inicial da palavra em língua oral. Dessa forma, a motivação para a criação da unidade lexical sinalizada obedece às regras de construção lexical, em conformidade com as particularidades das línguas de modalidade visual-espacial.

Os processos de empréstimo resultam da interação linguística entre os surdos e os ouvintes, porque a língua de sinais nativa convive no mesmo território que a língua oficial, social. Língua Portuguesa (oral) e Libras (visual-espacial), por exemplo, estão expostas às situações e aos contextos sociais dentro de um mesmo espaço geográfico. Contudo, a Língua Portuguesa imprime sua marca escrita nos diversos ambientes e situações em que surdos estão transitando, interagindo e convivendo.

Assim, o processo de derivação direta da Língua Portuguesa para a Libras ocorre por intermédio de adaptações fonomorfológicas próprias das línguas de modalidade visual-espacial (SOUSA, 2019; QUADROS, 2019).

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados analisados neste estudo foram coletados por meio de entrevistas filmadas com cinco surdos residentes em Rio Branco/AC, homens e mulheres, pertencentes à comunidade acadêmica do curso de Letras Libras da Universidade Federal do Acre. Todos os informantes exercem papéis de destaque na comunidade surda e têm relação de liderança entre seus pares: um é professor universitário, um é pastor evangélico e três são professores do Ensino Básico.

Após coletados, os sinais foram regravados, como forma de preservar a imagem dos informantes, e postados no canal do *YouTube*, com acesso restrito, para geração de um *link* de acesso, como apresentados no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Sinais toponímicos e links de vídeos de bairros de Rio Branco/AC

SINAL BAIRRO	LINK VÍDEO	SINAL BAIRRO	LINK VÍDEO
SEIS DE AGOSTO	youtu.be/Fgdy7to17_Y	MANOEL JULIÃO	youtu.be/H825AvT01C4
ALTO ALEGRE	youtu.be/Bog8DvejoSU	MOCINHA MAGALHÃES	youtu.be/e4WpqqeniNSo
AMAPÁ	youtu.be/Cgd0vREm0jw	MORADA DO SOL	youtu.be/w4bNqTtAGTg
APOLÔNIO SALES	youtu.be/aXndi8e7v_0	NORTE SUL	youtu.be/2fallZzBtfg
BAHIA	youtu.be/gugKHOYCOXI	PALHEIRAL	youtu.be/wulpxi6D3MI
BELO JARDIM	youtu.be/NaFsVgD-8ys	PÓLO BENFICA	youtu.be/Y1WX0UEhhal
CADEIA VELHA	youtu.be/RLC05XDns6g	QUINZE	youtu.be/t0acSAsC5RA
CALAFATE	youtu.be/GsAvktdpsCk	QUIXADÁ	youtu.be/yFYCM3Ehc9Y
CARANDÁ	youtu.be/W7SKdVN2T3Q	RECANTO DOS BURITIS	youtu.be/k9g0C42k2og
CIDADE DO POVO	youtu.be/1F4838COgqw	SÃO FRANCISCO	youtu.be/YTG3HgkWuNM
CONJ. ESPERANÇA	youtu.be/at5zPKYZ29Y	SÓBRAL	youtu.be/Kh0zOQ3wU-4
CUSTÓDIO FREIRE	youtu.be/-UvOjKMYaW0	TANCREDO NEVES	youtu.be/dj7CHflsBpc
DISTRITO INDUSTRIAL	youtu.be/ERCLF7jeK5I	TAQUARI	youtu.be/WS2Wq9JmrfA
FLORESTA	youtu.be/ZWXURqW6fes	TRANSACREANA	youtu.be/q95J4niQpKc
FUNDHACRE	youtu.be/lhgh0YkEEdw	TROPICAL	youtu.be/e19RFNYqLpY
GINÁSIO COBERTO	youtu.be/GSqsSEX4dU	TUCUMÁ	youtu.be/M6kiB66dtBY
IRINEU SERRA	youtu.be/buYY2j7pPsI	UNIVERSITÁRIO	youtu.be/7vxK4ikJGDQ
JACARANDÁ	youtu.be/HEssXEOPuUI	VILA ACRE	youtu.be/tMipRJ_mp10
JEQUITIBA	youtu.be/cB6N1lhmt0	VILA IVONETE	youtu.be/4QRTL00vxsI
LIBERDADE	youtu.be/zzizVt6fueU	WANDERLEY DANTAS	youtu.be/xhL-O-vAzSA

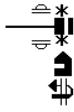
Fonte: Elaborado pelo autor

A geração do *link* tem importância fundamental para o preenchimento das fichas lexicográfico-toponímicas digitais, para a produção da escrita de sinais (*Sign Writing*) e para a análise estrutural e semântico-motivacional dos sinais toponímicos selecionados. A análise dos dados tem por base a sequência proposta por Sousa e Quadros (2021).

4.1 Aspectos estruturais dos topônimos em LIBRAS

O primeiro aspecto considerado no *corpus* coletado foi a formação do signo toponímico em Libras: termo genérico e termo específico. Os dados revelaram variação lexical nos sinais correspondentes ao termo genérico BAIRRO, com duas formas diferentes de nomear o espaço geográfico (Quadro 5):

Quadro 5 – Variação do Sinal BAIRRO

Sinal BAIRRO 1	Sinal BAIRRO 2
	
youtu.be/02MrTatrx9A	youtu.be/YDuDAFNiozA

Fonte: Elaborado pelo autor

Todos os informantes utilizaram o termo genérico ao fazer referência ao sinal correspondente ao bairro na construção em Libras, diferentemente do que acontece, normalmente, nas línguas orais em que a informação correspondente ao termo genérico fica subentendida (elíptica). Quanto à estrutura fonomorfológica, as duas variações do termo genérico apresentaram formações simples. No sinal BAIRRO 1 não houve empréstimo da língua oral; na formação do sinal BAIRRO 2, no entanto, a estrutura do sinal apresentou a configuração de mão em B (letra que inicia o nome na Língua Portuguesa).

Na análise fonológica dos termos específicos, todos os 40 sinais toponímicos apresentaram configurações de mão correspondentes aos nomes dos bairros em língua oral, como se pode notar nos dois exemplos apresentados no Quadro 6:

Quadro 6 – Sinais BAIRRO FLORESTA e BAIRRO JEQUITIBÁ

Termo específico FLORESTA	Termo específico JEQUITIBÁ
	
youtu.be/ZWXURqW6fes	youtu.be/cB6N1lhmt0

Fonte: Elaborado pelo autor

No termo específico FLORESTA, foi utilizada a CM em F (letra inicial do nome do bairro em língua oral). O mesmo acontece com o termo específico JEQUITIBÁ, que utiliza as CM em J e B, referentes às letras constantes no nome do bairro em língua oral.

A análise morfológica foi organizada da seguinte forma: primeiro foram verificados que tipos de formação eram preponderantes na estrutura morfológica dos sinais toponímicos dos bairros de Rio Branco; depois, dos sinais que possuem formação híbrida, com base nos estudos de Faria-Nascimento (2009), verificando-se quais os tipos de empréstimos são mais comuns nos dados analisados.

Dos 40 sinais toponímicos analisados, nenhum apresentou formação simples ou composta pura, ou seja, na língua nativa (Libras), o que já havia sido revelado na análise da estrutura fonológica, em que todos os termos específicos apresentavam CM relacionadas às letras dos topônimos em línguas orais. Desse modo, os sinais toponímicos dos bairros de Rio Branco apresentaram apenas formações simples híbridas e compostas híbridas, como exemplificadas a seguir, no Quadro 7:

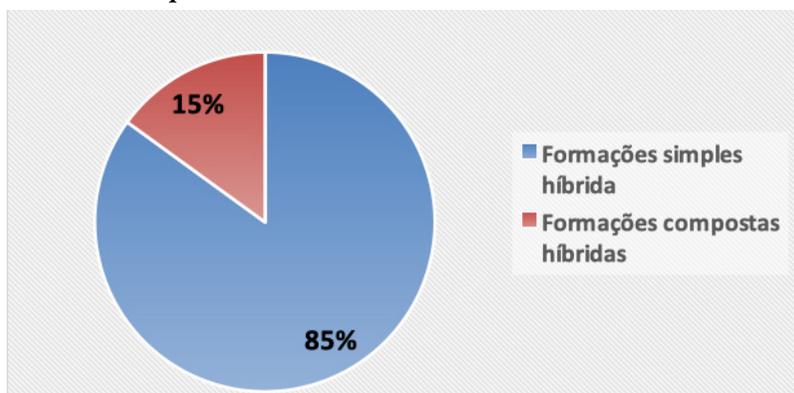
Quadro 7 – Formações morfológicas dos sinais toponímicos dos bairros de Rio Branco – Acre

TERMO ESPECÍFICO	TIPO DE FORMAÇÃO	DESCRIÇÃO
	Simple Híbrida	O termo específico VILA ACRE é estruturado por um sinal que apresenta, em sua formação, a configuração em V (letra inicial do topônimo em língua oral)
	Composta Híbrida	O termo específico MORADA DO SOL é estruturado por dois sinais: o primeiro apresenta a CM da letra M, da língua oral; e o segundo, o sinal SOL, em Libras

Fonte: Elaborado pelo autor

Foram identificadas 34 formações simples híbridas e seis formações compostas híbridas, como se pode visualizar, em números percentuais, no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Produtividade das formações morfológicas dos sinais toponímicos dos bairros de Rio Branco – Acre



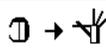
Fonte: Elaborado pelo autor

Faria-Nascimento (2009, p. 61) define o processo de empréstimo por transliteração como “[...] a representação de letras de uma língua oral na CM [Configuração de mão] de uma língua de sinais”. Na análise dos topônimos selecionados para este estudo, utilizou-se a subcategorização dos empréstimos por transliteração elaborados por essa linguista.

Concernente à transliteração pragmática, não foi identificada nenhuma ocorrência nos dados coletados. Dito de outro modo, nos nomes dos bairros de Rio Branco/AC, não se verifica a presença da datilologia como recurso para soletrar os sinais toponímicos. Na amostra analisada, somente o BAIRRO 15 apresentou datilologia numérica, por isso foi classificado como *transemiotização*, por ser essa uma característica dos topônimos sinalizados com números e símbolos, ao invés de letras.

Com relação à transliteração lexicalizada dos sinais toponímicos identificados, 22 apresentaram CM equivalentes às letras dos topônimos em língua oral (LO), além do acréscimo de movimentos próprios e mudança de local de articulação. No *corpus* em exame foram constatados quatro tipos de construções por empréstimo de transliteração lexicalizada, quais sejam: com duas letras iniciais do topônimo; com a primeira letra e a última do topônimo; com a primeira letra do topônimo; e com a letra localizada no meio da palavra em português. O sinal em Libras, constituído de CMs correspondentes às letras iniciais dos dois vocábulos em língua oral, ocorreu quando o topônimo, nessa língua, era formado pelo processo da composição. Os dados do Quadro 8 exemplificam os casos mencionados:

Quadro 8 – Empréstimo por transliteração lexicalizada

TOPÔNIMO	LETRAS REPRESENTADAS NA CM	TOPÔNIMO EM LO
	A e L	Alto Alegre
	A e A	Amapá
	C e F	Calafate
	M e M	Mocinha Magalhães

Fonte: Elaborado pelo autor

A respeito da transliteração pela letra inicial, os dados demonstraram construções em formações simples em dois contextos: quando a letra inicial do topônimo ganha ritmo e sofre mudança de local de articulação ou quando a letra integra o sinal a outra formação na língua portuguesa. O Quadro 9 elucida esse processo de formação:

Quadro 9 – Empréstimo por transliteração da letra inicial

TOPÔNIMO	LETRA REPRESENTADA NA CM	DESCRIÇÃO
	W	O termo específico WANDERLEI DANTAS é formado com a CM em W, na altura do ombro, fazendo dois movimentos retilíneos em diagonal (para cima, à direita)
	T	O termo específico TRANSACREANA é formado com a CM em T tocando a outra mão em formato cilíndrico (fazendo referência ao tamanho do lugar)

Fonte: Elaborado pelo autor

O resultado percentual mostrou que, das 34 formações toponímicas simples, seis (17,65%) apresentaram as CM correspondentes às letras iniciais e incorporaram o sinal toponímico com formação própria da língua nativa. Em 28 sinais (82,35%), as letras iniciais ganharam movimento (ritmo) e houve mudança de locação.

Nas formações compostas híbridas, as CM referentes às letras dos topônimos em línguas orais sempre apareceram “independentes”, ou seja, sem incorporação na formação em língua nativa, como se pode observar nos exemplos a seguir (Quadro 10):

Quadro 10 – Empréstimo por transliteração em topônimos compostos híbridos

TERMO ESPECÍFICO COMPOSTO	DESCRIÇÃO
	<p>Termo específico FUNDHACRE, formado pelo sinal HOSPITAL + a CM referente à letra inicial F acrescida de movimento</p>
	<p>Termo específico MORADA DO SOL, formado pela CM referente à letra inicial M + o sinal SOL (este último, resultado de uma transliteração lexicalizada em S-L + movimento e locação com relação semântica do referente “sol”)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos dados demonstrou que, em sua totalidade, os sinais toponímicos dos bairros de Rio Branco/AC recebem influência da língua portuguesa na sua constituição estrutural. Com efeito, o contato da língua oral com a língua de sinais tem natureza essencialmente visual, resultante daquela língua. A título de exemplo, mencionam-se os casos em que a manifestação visual provém da identificação dos espaços indicados em placas, em suportes visuais e em mapas, porém, ainda ocorre a soletração das letras nos casos de transliteração pragmática; de empréstimo por transliteração lexicalizada e de transliteração pela primeira letra do topônimo.

Além desses fenômenos linguísticos citados, a referência visual de determinado espaço também pode interferir na formação do sinal toponímico, tais como: hospitais, árvores típicas da região, rotatórias de trânsito, entre outros. Na seção subsequente, são descritas as referências de motivação semântica para os sinais toponímicos utilizados para nomear os bairros de Rio Branco/AC.

4.2 A motivação semântica dos topônimos em LIBRAS

Fundamentado na referência semântica de motivação dos designativos geográficos, Dick (1990) elaborou um modelo taxionômico para análise dos topônimos, no que diz respeito à motivação, considerando, sobretudo, o significado do signo toponímico na língua. Nessa perspectiva, Isquerdo e Dargel (2014, p. 75) ponderam que “[...] o topônimo é revestido de um caráter motivador em seu ato de criação, mesmo que venha a se tornar um dia, como todo signo linguístico, arbitrário”. Dick (1990) organizou o modelo em 27 taxionomias, que se subdividem em 11 de natureza física e em 16 de natureza antropológica.¹⁰

Sousa (2019), em investigação sobre a toponímia em Libras dos municípios do Acre, confirmou que o padrão motivacional dos sinais toponímicos segue dois princípios distintos. Segundo o primeiro, o sinal é constituído, exclusivamente, com base na língua nativa (de natureza visual-espacial) e, dessa forma, a referência é direta, como ocorre com o sinal toponímico FLORIANÓPOLIS,¹¹ que faz menção à Ponte Hercílio Luz (símbolo do município catarinense).

¹⁰ Além das taxionomias de Dick (1990) consideram-se as propostas de Isquerdo (1996), de Lima (1997), de Francisquini (1998) e de Souza Junior (2012).

¹¹ Na pesquisa de Sousa (2019), não consta o sinal toponímico FLORIANÓPOLIS, mas Sousa e Quadros (2021) utilizam esse item léxico para ilustrar o padrão motivacional em tela.

No segundo princípio, o sinal é concebido por hibridismo, em conformidade com os processos de empréstimo por transliteração lexicalizada ou por transliteração por letra inicial. Assim, faz-se necessário considerar se o sinal toponímico faz referência motivacional somente às CMs correlacionadas às letras dos topônimos em língua oral ou se a CM combina com outra referência motivacional semântica.

Cumprе ressaltar a possibilidade de que, nesse segundo princípio, as CMs das letras componham o sinal de forma pura, isto é, a CM pode permanecer com sua estrutura inalterada ou de forma incorporada em outros termos, em que a CM parece aglutinar-se nos parâmetros de formação do sinal toponímico). A seguir, listam-se três situações observadas por Sousa (2019) e sistematizadas por Sousa e Quadros (2021):

a) *Situação 1*: Classificação do topônimo como *Grafotopônimo*, caso se apresente em forma datilológica total (transliteração), com base na taxionomia proposta por Souza Júnior (2012);

b) *Situação 2*: Classificação do topônimo como *Acronimotopônimo*, caso se apresente só com a CM correspondente à letra inicial, ou duas CMs com referência às letras formadoras do nome do topônimo em língua oral, sem alterar as características estruturais da CM. Para tanto, orienta-se por Francisquini (1998);

c) *Situação 3*: Classificação do topônimo de acordo com a proposta de Dick (1990; 1992) que considera a motivação semântica e a representação icônica do sinal, caso o topônimo se apresente com a CM correlacionada à letra inicial, ou com duas CMs correlacionadas às letras, formadoras do nome do topônimo em língua oral, desde que estejam incorporadas à estrutura icônica do sinal toponímico (em um processo de aglutinação) ou acrescidas de movimentos ou mudança de locação.

Todos os sinais toponímicos analisados no âmbito deste estudo têm formação híbrida, tanto os de estrutura simples quanto os de estrutura

composta. Considerando as classificações anteriormente descritas neste capítulo, o Quadro 11 reúne alguns exemplos de classificação dos sinais toponímicos, segundo a motivação semântica.

Quadro 11 – Taxionomias toponímicas em Libras

TAXIONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA		
	Astrotopônimo	youtu.be/u_xrXFZLy_s
	Dimensiotopônimo	youtu.be/7Gf5OHD6Cdo
	Cardinotopônimo	youtu.be/0Dt2f_G9vnY
	Fitotopônimo	youtu.be/qF57rzzlO0U
	Geomorfotopônimo	youtu.be/munc6symopI
TAXIONOMIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL		
	Acronimotopônimo	youtu.be/kXmBPqBLcql
	Corotopônimo	youtu.be/kh3ayQknvbk
	Ergotopônimo	youtu.be/A6k4qXa7lUA
	Numerotopônimo	youtu.be/WmXQH5FxD4Q
	Poliotopônimo	youtu.be/VazuWyuRSZE
	Sociotopônimo	youtu.be/QJVOdXR78L8

Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando o sinal do bairro em Libras e a consequente classificação dos topônimos também em Libras, os dados do Quadro 11, em termos taxionômicos, podem ser assim descritos, na sequência. No que se refere à natureza física, quatro topônimos foram motivados por elementos da flora: BELO JARDIM, CARANDÁ, PALHEIRAL e RECANTO DOS BURITIS (*fitotopônimos*); três sinais toponímicos remetem a características dimensionais (distância, tamanho etc.): LIBERDADE, POLO BENFICA E TRANSACREANA (*dimensiotopônimos*); um sinal toponímico foi motivado pelos pontos cardeais (mesma referência do topônimo em língua oral): NORTE SUL (*cardinotopônimo*); um sinal toponímico teve motivação referente a um corpo celeste: MORADA DO SOL (*astrotopônimo*); um sinal toponímico teve motivação nas formas topográficas (ladeiras) do bairro: QUIXADÁ (*geomorfotopônimos*); e um topônimo teve motivação na forma geométrica de uma rotatória que existe na entrada do bairro: VILA IVONETE (*morfotopônimo*).

Já em relação à natureza antropológica, vinte e quatro sinais toponímicos tiveram motivação nos nomes dos topônimos em língua oral, sendo que esses sinais são formados por abreviações: ALTO ALEGRE, APOLÔNIO SALES, IRINEU SERRA, TANCREDO NEVES etc. (*acronimotopônimos*); dois sinais foram motivados por números: QUINZE e SEIS DE AGOSTO (*numerotopônimos*); um sinal teve motivação em outro sinal toponímico relacionado a um estado brasileiro: AMAPÁ (*corotopônimo*); um sinal toponímico teve motivação em elementos da cultura material (cancela da polícia que está situada na entrada do bairro): VILA ACRE (*ergotopônimo*); um sinal toponímico foi motivado pelo hospital que existe no bairro: FUNDHACRE (*sociotopônimo*). Nesse particular, Fedatto (2011, p. 111) argumenta que,

[...] quando tomamos a nomeação de construções urbanas como lugar de reflexão, podemos dizer que a produção de uma referência no espaço tem a ver com a simbolização desse espaço: o modo como um

nome (se) projeta (em) outros, identificando o espaço e recortando uma sua memória.

Com base nos resultados apresentados, pode-se considerar que as motivações semânticas revelam o efeito da iconicidade na estrutura dos sinais, como destacaram Perniss (2007) e Perniss, Thompson e Vigliocco (2010). Outra observação importante: os articuladores ajudam na reprodução visual do elemento que influencia o denominador (sinalizante) no ato do batismo, pois remetem, muitas vezes, às propriedades físicas do espaço nomeado.

Assim como acontece nas línguas orais, os topônimos em Libras refletem os aspectos de natureza físico-geográfica e antropológico-cultural de seu povo, revelando, de forma marcante, a experiência visual do povo surdo, pois, como destacou Carneiro (2016), há uma relação produtiva entre o corpo e a realidade refletida nas línguas sinalizadas. E isso é possível de ser observado nos topônimos em Libras estudados neste texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou uma análise dos topônimos que nomeiam os bairros de Rio Branco, capital do Acre, em Libras. Os dados foram coletados a partir de entrevistas, em vídeos, com cinco surdos de Rio Branco, pertencentes à comunidade acadêmica do curso de Letras Libras da Universidade Federal do Acre, sendo esses quatro alunos e um professor. Dos 134 bairros que compõem as dez regionais de Rio Branco, identificam-se sinais toponímicos apenas para 40 bairros.

Inicialmente, discutiu-se a questão do sistema de análise estrutural (morfológica) dos sinais toponímicos em línguas de sinais e, em seguida, analisam-se os topônimos dos bairros da capital do Acre em Libras quanto aos aspectos motivacionais. Em termos estruturais, os resultados

mostraram que a nomeação dos bairros de Rio Branco em Língua de Sinais tem forte influência da língua portuguesa escrita, uma vez que a maioria dos sinais apresenta, em sua formação fonomorfológica, as configurações de mãos referentes às letras dos nomes dos bairros na Língua Portuguesa. O processo de empréstimo da língua oral, que ocorreu por transliteração pragmática, por transliteração lexicalizada e por transliteração da letra inicial, favoreceu dois tipos de formação de topônimos no âmbito dos dados analisados: formação simples híbrida e formação composta híbrida.

Com relação aos aspectos motivacionais, a análise revelou que 11 sinais toponímicos em Libras foram motivados por referentes de natureza física e 29 por referentes de natureza antropocultural. Os aspectos relacionados à estrutura dos topônimos em Libras têm relação direta com os fatores motivacionais, estritamente visuais. Trata-se, como o demonstrado ao longo deste texto, da representação icônica refletida no ato da produção do sinal toponímico.

REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **A cidade que vivemos**. Rio Branco: Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, 2013.

AGUIAR, Mônica Cruz de. Descrição e análise dos sinais topônimos em Libras. *In*: ALBRES, Neiva de Aquino; XAVIER, André Nogueira (orgs.) **Libras em estudo**: descrição e análise. São Paulo: FENEIS, 2012, p. 109–121.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 13–22.

CARNEIRO, Bruno Gonçalves. Ampliação lexical da Libras: aspectos icônicos. **Leitura**. Maceió. v. 1, n. 57, UFAL, p. 104-119, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2840/2858>. Acesso em: 20 maio.2020.

CHAIBUE, Karime. Toponímia e Libras a partir do sinal de Formosa – GO. *In*: LIMA, Álisson Hudson Veras; PITA, Julianne Rodrigues; SOARES, Maria Elias (Orgs.) **A Linguística na teoria e na prática**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020, p. 408–428.

DICK, Maria Vicentina P. Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo, FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina P. **Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.

DICK, Maria Vicentina P. Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Vol. II, Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 121–130.

FARIA-NASCIMENTO, Sandra Patrícia. **Representações lexicais da Língua de Sinais Brasileira: uma proposta lexicográfica.** 2009. 258f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2009.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira.** 2011, 197f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2011.

FERREIRA, Daniela Betânia dos Santos. **Estudo toponímico do centro comercial de Feira de Santana, BA: línguas orais e Libras.** 2019, 187f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2019.

FRANCISQUINI, Ignez de Abreu. **O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí.** 1998. 263f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama>. Acesso em: 20 maio 2020.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (Orgs.). **As ciências do léxico.** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Vol. IV, Campo Grande: Editora UFMS, 2014. p. 161–175.

ISQUERDO, Aparecida Negri **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural.** 1996, 420f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Linguística) – Universidade Estadual Paulista, UNESP, Araraquara/SP, 1996.

JESUS, Carlos Messias Alves de. **Estudo toponímico dos bairros de Feira de Santana, BA: línguas orais e língua de sinais.** 2019, 176f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 2019.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicologia, lexicografia e terminologia: impactos necessários. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny (orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Vol. 7, Campo Grande: Editora UFMS, 2010. p. 63–80.

LIMA, Ivone Alves. A motivação religiosa nos topônimos paranaenses. **Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, Campinas, v. 1, n. 45, v. 1, n. 45, GEL/UNESP, 1997, p. 422–428.

LUCHI, Marcos; STUMPF, Marianne Rossi. Aspectos linguísticos da escrita de sinais. In: QUADROS, Ronice Müller de.; STUMPF, Marianne Rossi (orgs.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais IV**. Florianópolis: Editora Insular, 2018. p. 85–101.

MAEDA, Raimunda Madalena de Araújo. O nome próprio: significação e referência. **Estudos linguísticos**. São Paulo, v. 1, n. 1, 2000, p. 242–254.

OLIVEIRA, Delbiany Lima de. **A toponímia das regionais, bairros e ruas de Rio Branco**. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade). 2015, 142f. Centro de Educação, Letras e Artes. Universidade Federal do Acre, 2015.

PERNISS, Pamela. **Space and iconicity in German Sign Language (DGS)**, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2066/30937>. Acesso em: 5 maio 2020.

PERNISS, Pamela; THOMPSON, Robin. L.; VIGLIOCCO, Gabriella. Iconicity as a general property of language: evidence from spoken and signed languages. In: **Frontiers Psychology**, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3153832/>. Acesso em: 5 maio 2020.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUSA, Alexandre Melo de. Metodologia para a pesquisa toponímica em Língua Brasileira de Sinais. In: SOUSA, Alexandre Melo de; GARCIA, Rosane; SANTOS, Tatiane Castro dos. (orgs.). **Perspectivas para o Ensino de Línguas 2**. Rio Branco: Nepan Editora, 2018, p. 9–37.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Toponímia em Libras**. Relatório (Pós-Doutorado – Linguística Aplicada/Libras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2019.

SOUSA, Alexandre Melo de; QUADROS, Ronice Müller de. Proposta de ficha lexicográfico-toponímica digital para o estudo da toponímia em línguas de sinais. **Revista Guavira**, Três Lagoas, v. 15. n. 30, p. 126–140, 2019.

SOUSA, Alexandre Melo de; QUADROS, Ronice Müller de. Toponymy in Libras (Brazilian Sign Language): formal and semantic motivational analysis of the signs that name the cities of Acre. **Sign Language Studies**, v. 22, n. 1, 2021, p. 75–105

SOUZA JÚNIOR, José Edinilson. G. **Nomeação de lugares na Língua de Sinais Brasileira**. Uma perspectiva de toponímia por sinais. 2012, 67f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2012.

SUPALLA, Samuel J. **The book of name signs**: naming in American Sign Language. San Diego: DawnSignPress, 1992.

TAUB, Sarah Florence. **Language from the body**: iconicity and metaphor in American Sign Language. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TAUB, Sarah Florence. Iconicity and metaphor. *In*: PFAU, R; STEINBACH, M; WOLL, B. (orgs). **Sign language**: An international handbook. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. p. 388–412.

URBANSKI, Ítalo Rullian Webster; XAVIER, André Nogueira; FERREIRA, Daiane. Topônimos na Libras: análise preliminar de sinais que nomeiam cidades do estado do Paraná. *In*: **Trabalhos completos da XXI Semana de Letras**. Universidade Federal do Paraná, 2019.

WILCOX, Sherman. Cognitive iconicity: conceptual spaces, meaning and gesture in signed languages. **Cognitive Linguistics**. v. 15, n. 2, 2004, p. 119–147. DOI: <https://doi.org/10.1515/cogl.2004.005>. Acesso em: 2 jun. 2020.

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA TOPONÍMIA URBANA DE PORTO NACIONAL (TO)¹

Franciele Rodovalho Ferreira
Karylleila dos Santos Andrade
Ana Claudia Castiglioni

INTRODUÇÃO

Conforme o posicionamento de Sapir (1969, p. 44), o léxico é o nível da língua que mais reflete o ambiente. Por ambiente, o autor entende as influências de natureza física: aspectos geográficos, como a topografia da região, costa, vale, planície, chapada ou montanha, clima, fauna, flora e os recursos minerais do solo; e social: a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte. O ser humano, por meio das unidades lexicais de uma língua, nomeia os lugares e as pessoas. Desta forma, considera-se que atos sucessivos de nomeação dos lugares geram o léxico toponímico de uma comunidade linguística.

Isquierdo (2012, p. 116) define o léxico toponímico “[...] como o universo de topônimos de uma língua que, por sua vez, estão circunscritos a diferentes espaços geográficos do território coberto por esse sistema linguístico”. Segundo a autora, o vocabulário comum, os nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais podem elevar-se à categoria de nome próprio de lugar. Esse lugar pode ser entendido como espaços geográficos mais amplos, continentes, países, estados, cidades, grandes rios, montanhas, vales, até elementos geográficos de menores proporções, ilhas, córregos, vilas, povoados, ruas etc.

¹ Este capítulo é parte da pesquisa de Mestrado intitulada “A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)”, dissertação defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins, *campus* de Porto Nacional sob a orientação da Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade Klinger.

A autora também pondera que a toponímia de uma área territorial constitui, em primeiro momento, a perpetuação do léxico representativo do momento histórico em que o elemento geográfico foi nomeado. Por exemplo, formas linguísticas de tempos pretéritos se perpetuam na toponímia, no caso do Brasil, os topônimos de origem indígena. Desta forma, dá a oportunidade do pesquisador não só fazer uma análise linguística, como também “[...] deixar sobressair imbricações entre o nome e a identidade histórico-cultural do grupo a que pertence o denominador” (ISQUERDO, 2012, p. 118).

A nomeação dos lugares sempre foi uma atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana. “[...] Obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essa prática como costumeira, ainda que distinta, em certos pontos, do processo denominativo vivido modernamente” (DICK, 1987, p. 96). É o que ocorre, por exemplo, com o narrado na Carta de Pero Vaz de Caminha escrita em 1500, quando, após avistarem a terra, prontamente a nomearam de Terra da Vera Cruz e o primeiro monte de Monte Pascoal, assim demarcando o território da Coroa de Portugal: “[...] a terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz”².

Para Dick (1982, p. 75), “[...] o topônimo não é um signo linguístico especial, mas, ao contrário, um designativo vocabular comum, acrescido, porém, da função específica de identificação dos lugares”, ou seja, a função primária do topônimo é a identificação do lugar. Além disso, o topônimo se configura como um verdadeiro testemunho histórico de fatos que ocorreram nos mais diversos momentos da vida de uma comunidade.

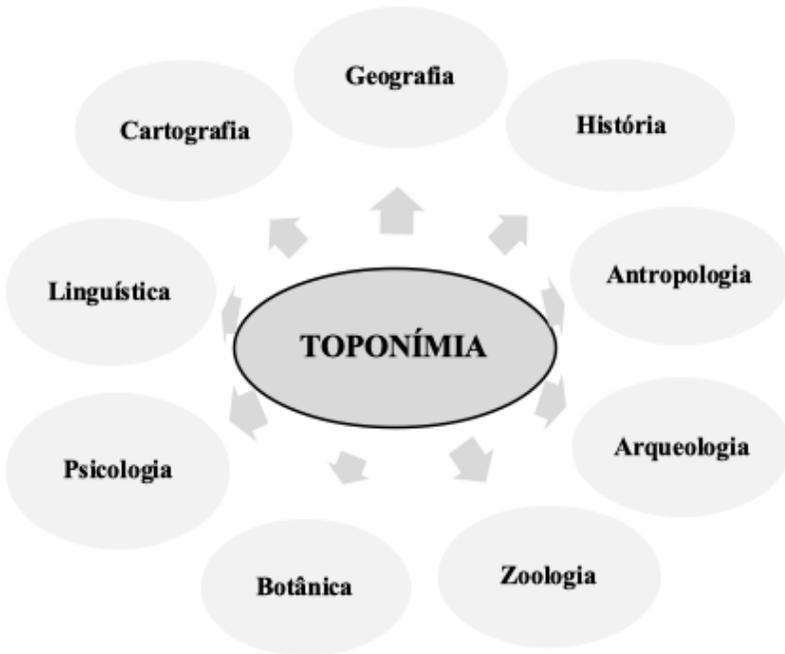
² A Carta de Pero Vaz de Caminha (1500, p. 01). Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990b, p. 19).

O topônimo, nesse sentido, possui uma variedade de nuances significativas, sendo possível extrair dele diversas informações (DICK, 1990a). Devido a essa variedade de significados, outras áreas do saber, como a História, Geografia ou Ciências Sociais podem contribuir com os estudos sobre o topônimo. Desse modo, a Toponímia pode ser definida “[...] como um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não exclusivamente” (DICK, 1990a, p. 16). Visto que “[...] em nenhuma dessas posições, tomadas isoladamente, ou com exclusivismo, será possível atingir a plenitude do fenômeno toponomástico, em seu conjunto” (DICK, 1990a, p. 16).

Desta forma, a Toponímia pode ser pensada como uma disciplina de caráter interdisciplinar, como o ilustrado na figura a seguir.

Figura 01 – Toponímia no contexto interdisciplinar



Fonte: Andrade e Dick (2012, p. 199)

O topônimo tem uma intrínseca relação com a memória de um povo, pois reflete a vivência e o imaginário do grupo social. Por mais que o tempo passe,

[...] a permanência do nome, mesmo em ausência do motivo determinado ou concorrente de sua formação, torna clara outra das características mais significativas do topônimo: sua interpretação como um verdadeiro fóssil linguístico (DICK, 1990a, p. 20).

Tendo como fio condutor a interdisciplinaridade da Toponímia e recorrendo a outras áreas do conhecimento como as Ciências Sociais, a História e a Geografia Urbana, o objetivo deste capítulo é apresentar uma análise dos nomes que homenageiam pessoas da cidade de Porto Nacional

(TO), dando especial enfoque aos logradouros públicos designados com topônimos femininos.

1. TOPONÍMIA URBANA

O espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo realizadas por agentes sociais concretos, tais como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, estado e grupos sociais excluídos: “[...] eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 1989, p. 09). Carlos (2007a), em consonância com Corrêa, define cidade da seguinte forma:

[...] enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico acumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2007a, p. 11).

A cidade deve ser analisada a partir da relação entre espaço e sociedade, pois “[...] as relações sociais se materializam em um território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço através da prática sócio-espacial” (CARLOS, 2007a, p. 20–21). Essa mesma autora (2007b, p. 51) define a rua “[...] como dimensão da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais”. Para ela, a rua guarda múltiplas dimensões, com sentidos como os de ser passagem, do mercado, aquele vinculado a troca, festa,

reivindicação, sentido do morar, sentido de normatização da vida, sentido da segregação social e da formação dos guetos.

O nome do logradouro público “[...] não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade” (DICK, 1990a, p. 48). Ao contrário, o nome “[...] exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica” (DICK, 1990a, p. 22), pois os fatos atuais são materializados por meio da nomeação e, posteriormente, tornam-se históricos. Em outras palavras, Fedatto (2011, p. 115) menciona que

A relação que os nomes projetam sobre o espaço tem, portanto, sua materialidade histórica específica: o espaço urbano que recorta um passado e nomeia a partir de dizeres que poderiam ser outros; produzindo, assim, endereços (e passados) que localizam os cidadãos enquanto remetidos ao espaço nacional, ao estado formado ou em formação. Os sentidos convocados pela memória dos nomes de rua podem ser a nacionalidade, a origem, o poder, o heroísmo e têm sempre algo a ver com um efeito de homogeneidade e controle, próprios ao funcionamento administrativo.

Para Dick (1996, p. 20), as ruas da cidade “[...] foram evoluções melhoradas de trilhos e caminhos espontâneos, que o homem transformou pelo uso habitual das caminhadas”. Também são um verdadeiro microcosmo:

A rua é um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia-a-dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas (DICK, 1996, p. 133).

Ademais, os nomes das ruas “[...] dão pistas do passado e do presente, dos ocupantes, das figuras ilustres homenageadas e dos interesses que estão por trás de sua nomeação” (SARTORI, 2010, p. 32), assim como traduzem características próprias de uma comunidade, como nomes re-

lacionados a datas históricas, santos e santas, nomes de países e de procedência étnica (DICK, 2002–2003).

Segundo Dick (1996), os topônimos de natureza antropocultural são os mais recorrentes na toponímia urbana, a saber: referencial antropotoponímico – ao que tudo leva a crer, é o espontâneo, o natural, nascido popularmente da lembrança daquele morador que melhor identificou o lugar, em seu tempo; referencial hiero-hagiotoponímico – também espontâneo, funcional, adequado ao elemento identificador, de origem religiosa e o referencial historio-sociotoponímico – sistemáticos, oficializados, mas não espontâneos, vislumbrando-se, em seu conteúdo, a tendência a homenagens aos personagens e aos fatos ligados a momentos históricos regionais, ou locais.

Sobre os antropotopônimos dos logradouros públicos de uma cidade, é importante frisar que “o indivíduo simples, o morador da rua ou do canto, o proprietário de um chão ou mesmo uma autoridade civil ou religiosa, poderiam servir de índices qualitativos para uma tendência urbanística incipiente” (DICK, 1996, p. 193). Sendo assim, é necessário buscar informações sobre o homenageado e localizar a sua propriedade primitiva para que tal topônimo não permaneça opaco de significado. Como ressaltado pela autora, “[...] o antropônimo tende a ser tornar opaco e vazio de significado quando fora do contexto em que se inscreve” (DICK, 1996, p. 197).

A história local está relacionada aos registros históricos da cidade, aos seus protagonistas e às datas importantes. Além disso, as características físicas (hidrografia, relevos, flora) da cidade também servem de motivação para a nomeação dos logradouros públicos. Os historiotopônimos, os antropotopônimos podem ser, em UM primeiro momento, opacos de significado caso o pesquisador não se aprofunde na busca pela motivação, pois costumam ser próprios de uma determinada comunidade, num determinado tempo.

Esses topônimos podem ser chamados de variáveis culturais, como explica Dick (1990a, p. 07).

Os [...] grupos humanos apresentam variáveis culturais definidas, com certeza, pela cosmovisão que os anima, a qual, porém, só pode ser apreendida, na totalidade, através de estudos mais aprofundados de seu contexto histórico-social e psicológico.

Ademais, os nomes dos logradouros públicos, de um lado, são chamados de espontâneos, porque são nascidos no seio da população, possuem uma estreita relação com o local. Por outro lado, existem os nomes que não são espontâneos, conhecidos como sistemáticos ou oficiais, atribuídos “[...] aos descobridores, aos dirigentes ou ao poder de mando, legitimamente constituído, ou não” (DICK, 1990a, p. 49).

Segundo Nader (2007, p. 54), o logradouro público pode ser considerado um lugar de memória, pois “[...] permite a comunidade testemunhar seu próprio percurso, ao ver seu passado presente nos bens que usa coletivamente”. Para o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 13):

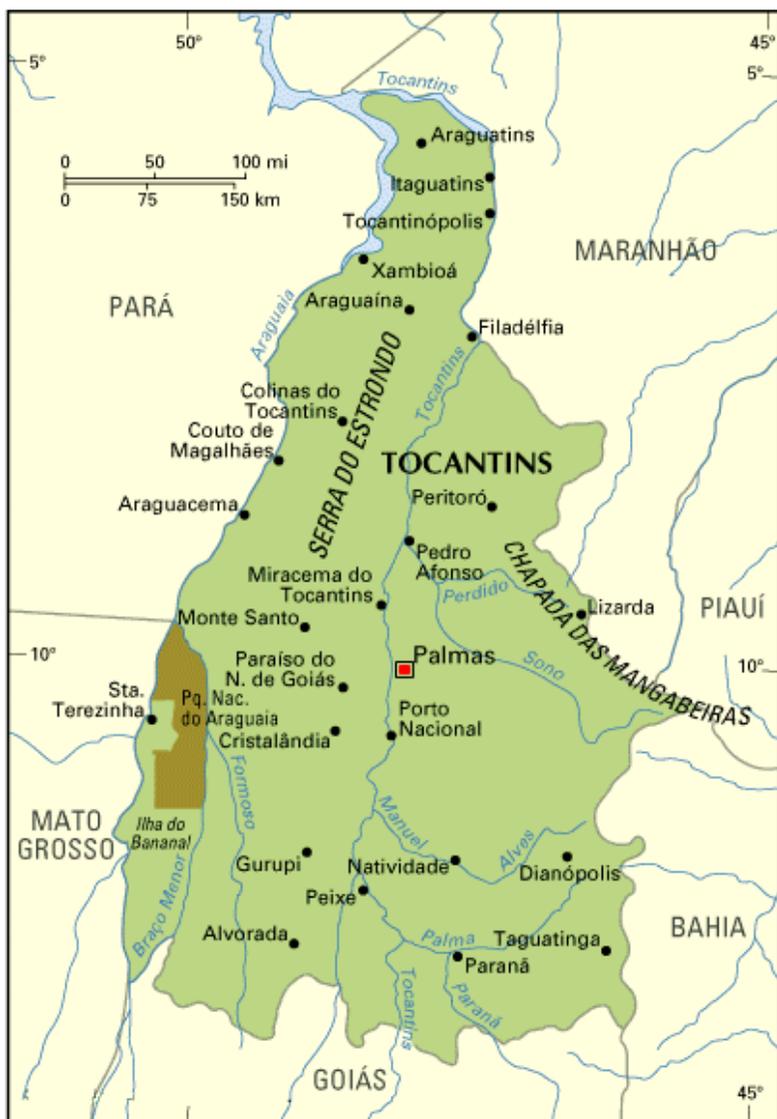
Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...], sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se tornaria lugares de memória. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.

De acordo com Nora (1993, p 25), os lugares de memória não são espontâneos. A sociedade necessita conservar a sua memória, então constrói museus, medalhas, monumentos, bibliotecas e dicionários posto que “[...] a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos”. Assim, além do logradouro ter essa função arquivista, o seu nome também preserva a memória de uma comunidade.

2. SITUANDO A REGIÃO URBANA PESQUISADA

O município de Porto Nacional (TO), campo do estudo apresentado neste capítulo, está localizado na região Oriental do estado do Tocantins, a 64 km da capital Palmas. Possui uma área territorial de 4. 449,917 km². Estima-se que a sua população seja de 52. 700 mil habitantes (IBGE, 2018), sendo a quarta cidade mais populosa do estado do Tocantins. A seguir, pode-se observar a localização do município:

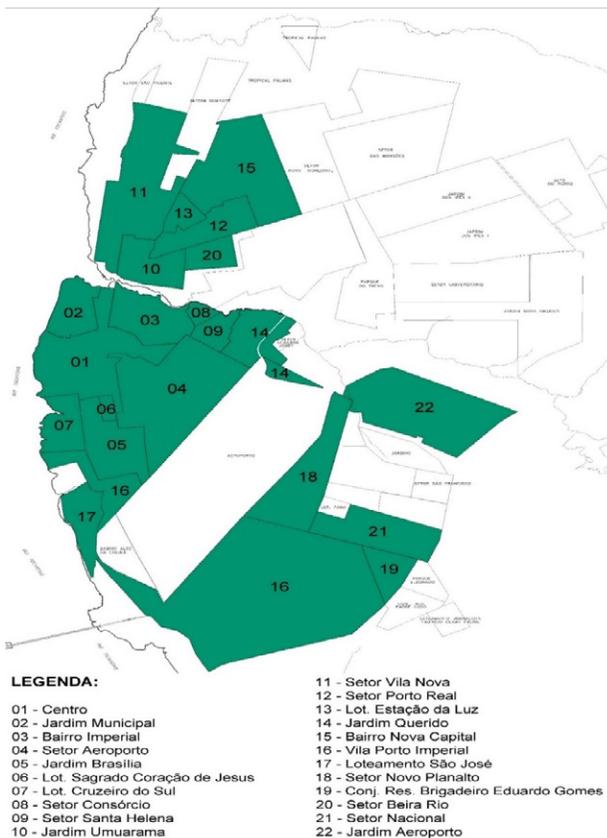
Figura 2 – Localização de Porto Nacional (TO) no estado de Tocantins



Fonte: Disponível em: <http://mapa-da-cidade.blogspot.com/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

De acordo com Rocha (2017, p. 54), a cidade de Porto Nacional (TO) possui 48 unidades urbanas. Entretanto, os dados apresentados neste trabalho se referem à análise dos topônimos dos logradouros públicos das 22 unidades urbanas pertencentes à região central e histórica do município, representadas na figura a seguir:

Figura 03 – Unidades urbanas analisadas



Fonte: Adaptado do Mapa Municipal de Porto Nacional (2018)

A escolha dessa região em estudo justifica-se pelo fato de ser a mais antiga do município. Segundo os registros históricos, Porto Nacional (TO) teve as suas origens no final do século XVIII³, à margem direita do rio Tocantins, motivo primário da existência da cidade (GODINHO, 1988). O Arraial de Porto Real, sua primeira denominação, surgiu como uma passagem entre dois ricos núcleos mineratórios, Monte do Carmo (1746), à margem esquerda do rio e o Bom Jesus do Pontal (1738), à margem direita do rio (OLIVEIRA, M., 2010b). De acordo com as narrativas locais, foi através do curso d'água que aportou o primeiro morador do povoado, Félix Camoa. Conforme Godinho (1988, p. 10):

O ponto escolhido pelo destemido barqueiro Félix Camoa, de origem portuguesa, ficava entre duas linhas, à margem direita do rio, num plano elevado [...] Não tardou que a ideia de Camoa fosse aproveitada também por outras pessoas [...] E assim, na última década do século XVIII e alvorecer do século XIX, diversos barracões foram se aglomerando onde passaram a residir pequenos agricultores, pescadores, fabricantes de barcos para escoamento do ouro para Belém do Pará e transportadores de carga e mercadorias para Carmo, Pontal e para o presidio de “Matança” instalado próximo de Pontal.

Por volta de 1805, o aumento populacional do Arraial ocorreu devido a um ataque da tribo indígena Xerente contra o arraial de Pontal e os sobreviventes fugiram e se estabeleceram à margem direita do rio Tocantins (GIRALDIN, 2002). Contudo, segundo o mesmo autor, esse ataque não corresponde totalmente aos fatos. O historiador ressalta que houve um ataque contra um grupo que estava garimpando no ribeiro da Matança, próximo a Pontal, mas tal ataque não seria suficiente para exterminar um arraial.

³ História de Porto Nacional (TO). Disponível em: <http://www.portonacional.to.gov.br/index.php/historia>. Acesso em: 17 ago. 2020.

De acordo com Parente (2007, p. 86), naquele período as minerações das minas goianas estavam entrando em declínio e “[...] causando o esvaziamento de arraiais e, conseqüentemente, o despovoamento dos sertões e a diminuição das rendas governamentais”. Sendo assim, diante da crise, a solução foi buscar novas formas de subsistências, como a produção agropecuária, pecuária e a navegação no Rio Tocantins. Para Giraldin (2002, p. 137), a “[...] hipótese é que o crescimento das atividades comerciais e de navegação pelo rio Tocantins, levou a população do arraial do Pontal a abandoná-lo [...]”, indo viver em Porto Real. A transferência da sede do Julgado, hoje poder municipal, de Monte do Carmo para Porto Real em 1809, também, contribuiu para o desenvolvimento do arraial, cuja fundação deve ter ocorrido nos primeiros anos do século XIX (GODINHO, 1988, p. 10–19).

Pela lei provincial de 14 de novembro de 1831, Porto Real foi elevado à categoria de Vila com o nome de Porto Imperial. Os principais fatores da promoção de arraial à vila recaem no “[...] declínio progressivo da mineração nos aglomerados vizinhos, o desaparecimento de Pontal e o incremento da navegação do Tocantins, proporcionadora de ativo comércio com a praça de Belém” (GODINHO, 1988, p. 29). Devido ao seu constante crescimento, Porto Imperial, com uma população de 4.313 pessoas, é elevado à categoria de cidade pela lei nº 333 de 13 de julho de 1861 e, posteriormente, no ano de 1890, tem o seu nome alterado para Porto Nacional, cuja motivação está relacionada à Proclamação da República em 1889 (GODINHO, 1988).

3. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Para iniciar a coleta dos dados analisados e apresentados neste trabalho, foi realizada uma visita pessoal à Secretaria de Projetos do município de Porto Nacional (TO) para fins de obtenção do mapa oficial que

contém os topônimos dos logradouros públicos da cidade. De posse do mapa, foram catalogados os topônimos e selecionados os antropônimos, separando-os em masculinos e femininos, conforme os bairros onde estão localizados e, em seguida, organizados em fichas toponímicas (FERREIRA, 2019, p. 83). Após essa etapa, os topônimos coletados foram relacionados com o processo de desenvolvimento social, político e econômico do município a fim de identificar qual foi a época em que esses logradouros foram nomeados. Além desses aspectos, em relação aos nomes femininos, foi necessário saber qual era o *status* e o papel social desempenhado por cada mulher homenageada no conjunto toponímico recolhido.

Os procedimentos adotados na coleta e na análise dos dados foram, principalmente, de base bibliográfica e documental. Foi necessário acessar as leis⁴ municipais promulgadas referentes às denominações dos logradouros públicos de Porto Nacional (TO) a fim de encontrar a motivação toponímica dos seus nomes. Após a catalogação, conforme já mencionado, os dados foram organizados em uma ficha lexicográfico-toponímica baseada no modelo utilizado no Projeto ATT (Atlas Toponímico do Tocantins) (ANDRADE, 2010) e na ficha toponímica de Faria (2017). A partir disso, foi elaborado um novo modelo de ficha, com as adaptações necessárias, considerando o conjunto toponímico analisado, especificamente dando espaço aos aspectos históricos e sociais que envolvem os topônimos foco da análise.

A primeira parte da ficha traz informações a respeito do logradouro:

Localização — indica em qual bairro o logradouro está localizado;

Imagem do mapa — a imagem do logradouro representado nos mapas de base digital;

⁴ Site da Câmara Municipal de Porto Nacional (TO) Disponível em: <https://sapl.portonacional.to.leg.br/norma/pesquisar>. Acesso em: 17 ago. 2020.

Foto da placa — foto da placa onde está escrito o topônimo;

Foto do logradouro — imagem do logradouro (FERREIRA, 2019, p. 83).

A segunda parte da ficha se refere ao topônimo:

Topônimo — o nome do logradouro; no caso o que possui nome feminino;

Taxionomia — classificação dos topônimos de acordo com as taxionomias toponímicas de natureza física ou antropológica (DICK, 1990a, p. 31–34);

Informação biográfica — informações biográficas das mulheres homenageadas;

Fontes de pesquisa — as diversas fontes de consulta utilizadas para buscar as informações biográficas, por exemplo fotos, mapas, principalmente livros sobre a história de Porto Nacional (TO) (FERREIRA, 2019, p. 83).

Durante a descrição dos dados, sobretudo para preenchimento do item ‘informação biográfica’, foram consultadas as seguintes obras que abordam a história de Porto Nacional e do Tocantins: Godinho (1988), Giralдин (2004), Oliveira, S. (2009), Oliveira, M. (2010a), Oliveira, M. (2010b), Andrade (2010), Parente (2007), Nunes (2016), Bressanin (2017) e Rocha (2017).

A seguir, pode-se observar um modelo de ficha lexicográfico-toponímica preenchida.

**Quadro 1 – Exemplo de ficha lexicográfico-toponímica preenchida –
Rua Irmã Maria Rudegude**

LOGRADOURO		
Localização: Jardim Brasília – Porto Nacional (TO)		
IMAGEM NO MAPA	FOTO DA PLACA	FOTO DO LOGRADOURO
		
TOPÔNIMO		
Rua Irmã Maria Rudegude		
Taxionomia: Axiotopônimo		
Informação biográfica:		
Irmã Maria Rudegude chegou a Porto Nacional em 18/06/1907. Ela foi professora do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional (TO) entre 1912 a 1935 (DOURADO, 2010, p. 104).		
Fontes de pesquisa:		
DOURADO, Benvinda Barros. Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional . 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFG (Universidade Federal de Goiás), Goiânia – GO, 2010. GOOGLE MAPS, Mapa digital de Porto Nacional (TO) . 1 mapa. Disponível em: https://www.google.com.br/maps . Acesso em: 05 nov. 2020. Foto do logradouro tirada por Ferreira (2018)		

Fonte: Ferreira (2019, p. 98)

4. ANÁLISE DOS DADOS

De um *corpus* de 441 topônimos, pertencentes aos logradouros da região estudada, foi observada a ocorrência de 13 topônimos com nomes femininos, que são os apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Topônimos com nomes femininos – Porto Nacional/TO

Logradouro	Nome do logradouro	Taxionomia	Localização
1. Rua	Madre Nelly	Axiotopônimo	Centro
2. Rua	Rachel de Carvalho Manduca	Antropotopônimo	Centro
3. Rua	Custódia S. Pedreira	Antropotopônimo	Centro
4. Rua	Custódia Leite Ribeiro Maia	Antropotopônimo	Setor Aeroporto
5. Rua	Alzira Braga	Antropotopônimo	Setor Aeroporto
6. Rua	Gercina Borges	Antropotopônimo	Setor Aeroporto
7. Rua	Maria Angélica da Silva Prado	Antropotopônimo	Setor Nova Capital
8. Rua	Belarmina Prado Aires	Antropotopônimo	Setor Nova Capital
9. Rua	Felismina Aires da Silva	Antropotopônimo	Setor Nova Capital
10. Rua	Felismina Aires Fernandes	Antropotopônimo	Setor Nova Capital
11. Rua	Alyce Aires Sousa	Antropotopônimo	Jardim Brasília
12. Rua	Irmã Maria Rudegude	Axiotopônimo	Jardim Brasília
13. Rua	Madre Inez	Axiotopônimo	Jardim Brasília

Fonte: Ferreira (2019, p. 101)

Em termos percentuais, os topônimos com nome próprio feminino representam apenas 3% em oposição aos 97% de outros topônimos distribuídos, segundo a sua motivação toponímica (topônimos com nomes de cidades, números, letras, plantas e cursos d'águas). Além do mais, nenhum topônimo com nome feminino pertence às ruas principais, estando localizados no entorno do bairro no qual estão situados.

Consoante a Dick (2002–2003, p. 191), a toponímia urbana releva características comemorativas,

[...] como homenagens políticas, devocionais ou de credos, de amizade, de respeito, de reverência filial ou familiar, enfim, de aspecto ideológico”. Complementando a autora, predominantemente, os home-

nageados são do gênero masculino, como demonstrado em pesquisas que abordam o mesmo tema⁵.

Igualmente, nos dados catalogados em Porto Nacional, os logradouros públicos com nomes próprios “evocam nomes de vultos ilustres” (GODINHO, 1988, p. 270) que contribuíram para o desenvolvimento da cidade e são, majoritariamente, do gênero masculino: 94 topônimos do total, distribuídos entre as taxas historiotopônimos, axiotopônimos e antropotopônimos. Foi possível consultar a biografia de 55 dos homenageados e observou-se que a motivação toponímica recaiu no cargo ou título que o indivíduo detinha em vida. A historiadora Oliveira M. (2010a, p. 27) também notou esse fato. Segundo ela, “como na maioria das cidades brasileiras, os nomes antigos das ruas da Porto Nacional, que geralmente designavam algo que as caracterizavam, foram substituídos por nomes de pessoas influentes do lugar”.

Já em relação aos 13 topônimos com nomes femininos catalogados (quadro 02), apenas três fazem referência ao cargo exercido em vida. Os topônimos estão antecidos com o título de Madre (Superiora de um convento) e de Irmã (sinônimo de Freira), configurando-se, assim, como axiotopônimos. Os logradouros são: Rua Madre Nely, Rua Madre Inez e Rua Irmã Maria Rudegude, mulheres consagradas da Ordem Dominicana.

Dick (1996, p. 15–16), em relação à toponímia urbana, explica:

[...] uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome; deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo.

⁵ Confira em Filgueiras (2011) e Cioato (2012).

Nesse sentido, em relação à motivação toponímica dos outros dez topônimos, analisando o nome, sobrenome e a biografia de cada homenageada, pode-se afirmar que o grau de parentesco (mãe, filha, esposa) que possuíam com homens considerados importantes no município foi o que influenciou na nomeação dos logradouros públicos em homenagem a elas. No quadro 03, é possível, por meio do resumo da biografia das homenageadas, perceber o grau de influência da relação que a mulher possuía com os “homens importantes” da comunidade.

Quadro 3 – Informação biográfica a respeito das mulheres homenageadas

Sintagma toponímico	Informação biográfica
Rua Madre Nelly	Madre Nelly foi Superiora do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional (TO) no período de 1948–1955. Faleceu no dia 25 de maio de 1957 em São Paulo (GODINHO, 1988, p. 105).
Rua Irmã Maria Rudegude	Irmã Maria Rudegude chegou a Porto Nacional em 18/06/1907. Ela foi professora do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional (TO) entre 1912 e 1935 (DOURADO, 2010, p. 104).
Rua Madre Inez	Madre Maria Inez foi uma das fundadoras do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Porto Nacional (TO) em 1904 e foi diretora do Colégio entre 1904 e 1921 (GODINHO, 1988, p. 105).
Rua Rachel de Carvalho Manduca	Raquel de Carvalho Manduca foi esposa de Manoel Aires Manduca, fazendeiro local. Sabe-se que Raquel foi dona de casa e mãe de 22 filhos (GODINHO, 1988, p. 173).
Rua Custodia Silva Pedreira	Custódia da Silva Pedreira nasceu no município de Monte do Carmo (TO), no dia 25 de julho de 1886, era filha do comerciante Carolino Pereira da Silva e da dona de casa Maria Pereira da Silva. Passou sua infância e adolescência ao lado de seus pais e aos dezoito anos, na data de 16 de julho de 1904, casou-se com Manoel José Pedreira, natural de Porto Nacional, filho de Pacífico José Pedreira e de Ruth Aires Pedreira e teve com ele 13 filhos. Custódia da Silva Pedreira faleceu aos 91 anos de idade no dia 10 de julho de 1977. Eximia cidadã, mãe exemplar e dona de casa, residia em Porto Nacional, na Rua Getúlio Vargas em um dos primeiros casarões históricos da cidade, que perdura até os dias atuais. Além da rua, seu nome serviu de homenagem a IX Unidade do Colégio da Polícia Militar em Porto Nacional (TO) ⁶ .

⁶ Entrevista oral com a Diretoria Regional de Educação de Porto Nacional (TO), endereço: Av. Luís Leite Ribeiro – Jardim Brasília, Porto Nacional (TO).

Sintagma toponímico	Informação biográfica
Rua Custódia Leite Ribeiro Maia	Custódia Leite Ribeiro Maia é filha de Luis Leite Ribeiro e de Benícia Ribeiro da Silva Leite. Custódia foi casada com Antônio Borges Maia. Tiveram cinco filhos. Benícia, Nadir, Joaquim, Didimo e Aquiles Maia Leite. O seu filho Aquiles Maia Leite foi prefeito de Porto Nacional (TO) no período de 1965–1966. Faleceu em um acidente automobilístico em Goiânia. Seu outro filho, Didimo Maia Leite, foi o primeiro sacerdote da diocese ordenado por Dom Domingos Carrerot (BRESSANIN, 2017, p. 192). Além disso, Custódia é bisavó do atual prefeito de Porto Nacional (TO), Joaquim Maia Leite Neto ⁷ .
Rua Alzira Braga	Alzira Braga, esposa de Joaquim Braga. Tiveram quatro filhos, dentre eles, as professoras Eulina e Messias Braga (GODINHO, 1988, p. 251).
Rua Dona Gercina Borges	Dona Gercina Borges Teixeira nasceu em 26 de agosto de 1900, na cidade de Rio Verde (GO). No ano de 1917, concluiu o curso de Normal Superior. Em 1918, casou-se com Pedro Ludovico Teixeira e tiveram seis filhos. O seu esposo, Pedro Ludovico Teixeira, foi governador do estado de Goiás em 1935, também conhecido como o fundador da atual capital do Goiás, Goiânia em 1937 ⁸ .
Rua Maria Angélica da Silva Prado	Dona Maria Angélica da Silva Prado nasceu em 16 de julho de 1874. Foi filha de Belchior Pinheiro Coutinho e de D. Emiliana da Silva Prado. Foi casada com o seu primo, Belmiro da Silva Prado em 1887 (GODINHO, 1988, p. 293).
Rua Belarmina Prado Aires	Dona Belarmina Prado Aires foi filha de Dona Maria Angélica da Silva Prado e de Belmiro da Silva Prado. Nasceu em 06 de agosto de 1895. Casou-se com o Vereador Deocleciano Aires da Silva ⁹ em 15 de fevereiro de 1915 e tiveram 12 filhos (GODINHO, 1988, p. 293).
Rua Felismina Aires Silva	Felismina Aires Silva é filha de Dona Belarmina Prado Aires e do Vereador Deocleciano Aires da Silva ¹⁰ .

⁷ Disponível em: <https://www.portonacional.to.gov.br/index.php/governo/galeria-de-prefeitos>. Acesso em: 30 ago. 2020.

⁸ Disponível em: <https://especiais.opopular.com.br/goiania85anos/dona-gercina>. Acesso em: 30 ago. 2020.

⁹ Entrevista oral com os parentes da homenageada: Deocleciano Aires da Silva, filho de Filismina Aires da Silva e de José Rodrigues da Silva. Filismina é prima do Dr. Francisco Aires da Silva. Os pais são irmãos (Joaquim Aires da Silva e Raimundo Aires da Silva).

¹⁰ Entrevista oral com os parentes da homenageada: Irmã de Deijayme Aires da Silva, proprietário da Cocana Doces, Biscoitos e Licores, comércio situado na cidade de Porto Nacional (TO).

Sintagma topônimo	Informação biográfica
Rua Felismina Aires Fernandes	Felismina Aires Fernandes é filha de Felismina Aires da Silva e de Manoel Fernandes. Neta do Vereador Deocleciano Aires da Silva ¹¹ .
Rua Alyce Aires Sousa	Alyce Aires Sousa é filha do Dr. Francisco Aires da Silva com Angélica Ribeiro Aranha (2ª núpcia). Sabe-se que Alyce foi casada com Joaquim Thomaz de Sousa. Coursou o Normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus em 1923 (DOURADO, 2010, p. 141).

Fonte: Ferreira (2019, p. 87–99)

A maioria dos homens de quem essas mulheres são parentes também emprestam os seus nomes para os logradouros públicos da cidade, como: Rua Manoel Aires Manduca, Avenida Manoel José Pedreira, Avenida Luís Leite Ribeiro, Avenida Pedro Ludovico, Rua Belmiro da Silva Prado, Rua Ver. Deocleciano Aires da Silva e Rua Dr. Francisco Aires da Silva. De forma geral, observa-se que as mulheres portuenses não foram creditadas como força construtiva, juntamente aos homens, no momento da nomeação dos logradouros públicos do espaço geográfico em análise.

Como colocado por Pandolfo (2011, p. 01), “consideram relevante o papel desempenhado pelo homem no processo de constituição social, política e histórica do município, mas não destacam a importância da mulher nesse contexto”. Por muito tempo, o espaço público fora reservado aos homens e o privado, às mulheres: “aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa” (PERROT, 2005, p. 459). Consequentemente, os nomes dos logradouros públicos homenageiam personalidades históricas, majoritariamente, homens.

¹¹ Entrevista oral com os parentes da homenageada: Sobrinha de Deijayme Aires da Silva, proprietário da Cocana Doces, Biscoitos e Licores, comércio situado na cidade de Porto Nacional (TO).

No século XX, entre 1930 e 1940, as mulheres já haviam adquirido, formalmente, o direito ao voto, a ingressar nas instituições escolares e a participar do mercado de trabalho (ALVES; PITANGUY, 1985). Contudo, nesse mesmo período, ocorreu o fim da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), com isso há o: “[...] retorno da força de trabalho masculina, a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 50).

A maioria das mulheres homenageadas na toponímia urbana portuense viveu entre a década de 50/60 do século XX. Sobre a década de 50, conhecida como “Anos Dourados”, Bassanezi (2004, p. 608) diz: “as distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceito”. Na família-modelo dessa época:

Os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais — ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido — e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura (BASSANEZI, 2004, p. 608).

Ser mãe, esposa e dona de casa, no imaginário da época, era considerado o destino natural das mulheres. O magistério era visto como o que mais se aproximava da função de “mãe”, sendo uma escolha comum entre as moças. Esse fato se reflete nas poucas mulheres homenageadas na toponímia urbana de Porto Nacional, sendo a maioria delas, donas do lar, como Rachel de Carvalho Manduca, Custódia da Silva Pedreira e Custódia Leite Ribeiro Maia. Madre Inez, Madre Nelly e Irmã Maria Rudegude atuaram na área da educação, provavelmente as homenagens que receberam ocorreram devido à função que exerciam na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A toponímia urbana de Porto Nacional (TO) reflete a história local por meio de nomes que homenageiam as personalidades históricas do município. De um total de 107 logradouros com topônimos que fazem referência a pessoas, distribuídos entre as *taxes* *historiotopônimos*, *axiotopônimos* e *antropotopônimos*, as ruas com nomes que homenageiam homens foram de maior recorrência, com 94 topônimos. A maior motivação está relacionada ao fato de os homenageados terem contribuído para o desenvolvimento da cidade, como: Francisco Aires da Silva, médico, Luiz Leite Ribeiro, jornalista, Feliciano Braga, juiz de direito. Já, das 13 ruas com nomes de mulheres, dez são *antropotopônimos* e ocorreram por causa do seu grau de parentesco com homens, considerados “importantes” no município e não porque essas mulheres homenageadas ocupassem espaços de poder, como a ocupação de cargos da administração pública do município. Os outros três nomes são *axiotopônimos* e referem-se às professoras do Colégio Sagrado Coração de Jesus, profissão considerada historicamente como feminina.

A partir desses dados, se pode observar que os homens ocupam lugar de destaque na toponímia urbana, diferentemente das mulheres que são uma parte quase invisível, à semelhança de outras áreas, como aponta Perrot (1989, p. 09): “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues. A narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas pouco aparecem”.

Essa invisibilidade na toponímia urbana no espaço analisado também tem relação com o fato de que as mulheres portuenses homenageadas viveram em um período, década 50/60 do século XX, no qual as expectativas do gênero feminino ainda estavam reservadas ao espaço privado, ser esposa, dona do lar e mãe.

Em relação ao período histórico, é oportuno recuperar o pensamento de Dick (1996, p. 16) que aponta como “períodos ou estágios onomásticos que talvez reflitam momentos distintivos do pensar da época analisada”. Sendo a cidade uma construção humana, transparece por meio da toponímia urbana essa desigualdade de gênero, seja pela quantidade de topônimos com nomes próprios femininos, seja pela localização não privilegiada de ruas com esses nomes, seja pelo fato de que as mulheres são homenageadas, em sua grande maioria, por causa do seu grau de parentesco com algum homem conhecido e não por reconhecimento à sua contribuição com o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

AS MUITAS FACES DE UMA MULHER NO SEIO DO PODER. **Jornal O Popular**, Goiânia. Seção Especiais. Disponível em: <https://especiais.opopular.com.br/goiania85anos/dona-gercina>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline Alves. **O que é o FEMINISMO**. 8. ed. São Paulo: Abril Cultura/ Brasiliense, 1985.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2012. p. 193–258.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. 1. ed. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 607–639.

BRESSANIN, Cesar. **A Ordem Dominicana nos Sertões do Norte**: entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional. Palmas: Nagô Editora, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CIOATO, Fernanda Bassanesi. **Os nomes do município de São Marcos**: linhas, comunidades, bairros e ruas. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Origens históricas da Toponímia Brasileira. Os nomes transplantados. *In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 24. USP: São Paulo, 1982, p. 75–96. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69706> Acesso em: 25 maio 2019.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e cultura. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, SP, n. 27, p. 93–101, 1987.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Aspectos de etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana - contrastes e confrontos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 180-191, dezembro/fevereiro, 2002–2003.

DOURADO, Benvidinha Barros. **Educação no Tocantins**: Ginásio Estadual de Porto Nacional. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. **Tradição e memória**: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. 2017. 686 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. 2011. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FERREIRA, Franciele Rodvalho. **A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte**: passado e presente. 2011. 349 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.

GOOGLE MAPS, **Mapa digital de Porto Nacional (TO)**. 1 mapa. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 05 nov. 2020.

GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004, 446 p.

GIRALDIN, Odair. Pontal e Porto Real: Dois Arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de História**, v. 1, n. 1, p. 131–146, jan/dez. 2002. Disponível em: http://www.uft.edu.br/nea1/file/odair_pontal_porto_real.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

GODINHO, Durval. **História de Porto Nacional**. [s.l], [s.e], 1988.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico de Porto Nacional (2018)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 05 nov. 2020.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (orgs.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. vol. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012. p. 115–139.

NADER, Penha Mara Fernandes. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos**. Vitória (ES). 1970–2000. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7–28.

NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir**: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz. 2016. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2016.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral**: cultura e o cotidiano em Porto Nacional 1880–1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010a.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do Sertão**: cidades ribeirinhas do rio Tocantins. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010b.

OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **Porto Nacional**: de Porto Real a Espaço Periférico de Palmas (TO). 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Fundação Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PANDOLFO, Maura Coradin. Os bairros de Nova Prata: um estudo de gêneros sociais. ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES DA UCS, 29, 2011, Caxias do Sul. **Resumos**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2011. P.01–01. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Resumo_Maura_Coradin_Pandolfo.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins Colonial**. 3. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2007.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 18, p. 9–18, 1989.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad.: Viviane Ribeiro. Bauru (SP): EDUSC, 2005, 520 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL (TO). Disponível em: <https://www.portonacional.to.gov.br/index.php/governo/galeria-de-prefeitos>. Acesso em: 30 ago. 2020.

PORTO NACIONAL, **Lei 1543, de 18 de dezembro de 1996**. Muda denominação de rua. Porto Nacional (TO): Câmara Municipal (2019). Disponível em: <https://sapl.portonacional.to.leg.br/norma/pesquisar>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ROCHA, Elieth Soares. **Dinâmica do crescimento urbano na cidade de Porto Nacional (TO), Segregação socioespacial: O Capital Incorporador e a Especulação Imobiliária.** 2017. 69 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário de Porto Nacional (TO), Porto Nacional (TO), 2017.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. *In*: SAPIR, Edward. **Linguística como Ciência: Ensaio.** Tradução J. Mattoso Câmara Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SARTORI, Tríssia Ordovás. **Rua de minha cidade: um estudo hodonímico.** 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

SECRETARIA DE PROJETOS. **Mapa municipal.** Porto Nacional, TO, 2018.

SEPLAN (Secretaria do Planejamento e Orçamento). **Perfil socioeconômico dos municípios.** Governo do Estado do Tocantins, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/340102/>. Acesso em: 11 jun. 2019.

O SINTAGMA DO AXIOTOPÔNIMO: UMA ANÁLISE EM LOGRADOUROS DA CIDADE DE BETIM (MG)¹

Jeander Cristian da Silva
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

INTRODUÇÃO

A toponímia urbana, apesar de, na maioria das vezes, não ser espontânea e, sim, “imposta por autoridades ou eventuais detentores do poder” (DICK, 1990a, p. 294), mantém o potencial de conservar e transmitir às gerações futuras os aspectos sócio-históricos-culturais de sua comunidade. No âmbito do Projeto ATEMIG² (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais), o estudo da toponímia urbana tem dado foco ao domínio dos nomes que se encontram presentes nos logradouros dos municípios mineiros. De acordo com Faria e Seabra (2016), o topônimo registrado em logradouro tem como objetivo específico contribuir para o conhecimento, descrição e memória da cidade: “Apesar de nem sempre ser tratada de maneira cuidadosa pelas autoridades locais a quem cabe essa tarefa, o batismo de logradouros constitui-se um importante registro histórico de uma cidade” (FARIA; SEABRA, 2016, p. 604). Essas autoras apresentam um estudo taxonômico da toponímia urbana da cidade de Ponte Nova/MG e o resultado evidencia uma forte presença de antropotopônimos e axiotopônimos.

¹ Este capítulo é um recorte da dissertação de Mestrado *Axiotopônimos: um estudo dos logradouros públicos da cidade de Betim (MG)*, defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Profa. Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

² Projeto coordenado pela Profa. Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, na UFMG, desde 2004.

O objetivo deste estudo é problematizar a taxa dos axiotopônimos a partir de uma análise centrada na estrutura sintagmática do termo específico³. Segundo Dick (1990b, p. 32), constituem essa taxa os “topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais”; por nomes próprios individuais, entendem-se os antropônimos. Tendo em vista essa definição, pressupõe-se que os nomes que compõem essa taxa sejam compostos e que sua estrutura sintagmática seja constituída por um axiônimo⁴ e por um antropônimo. Entretanto, dados encontrados nos nomes de logradouros do município de Betim/MG⁵ revelam a presença de outra estrutura formada por um axiônimo e um locativo ou um nome próprio de lugar, podendo este vir, ou não, precedido de uma preposição, abrindo possibilidades de se repensar a definição para essa taxa.

Como metodologia, adota-se a Teoria X-barras e representam-se as estruturas analisadas em diagramas com árvores, com o objetivo de tornar mais clara a natureza dos elementos que compõem o sintagma axiotopônimo. Nessas estruturas, observou-se que o locativo ou o nome próprio de lugar pode ser encontrado dentro de um SP (sintagma preposicional), caso dos exemplos em (1), ou fora de um SP, caso dos exemplos em (2):

³ Sabe-se que o nome genérico acrescido do nome próprio, ou topônimo, constitui o sintagma toponímico. Neste trabalho, não será analisado o sintagma toponímico, será analisada a estrutura morfológica do termo específico encabeçado por um axiônimo.

⁴ O dicionário Aulete Digital online define *axiônimo* como “o nome das palavras que constituem formas corteses de tratamento, expressões de reverência, títulos honoríficos, etc., como, por ex. *Excelência, Doutor, Dom*”. Origem etimológica: “gr. *Axia* (valor, dignidade) + *onyma* (nome)”.

⁵ O município de Betim se destaca por ser polo industrial da Região Metropolitana de Belo Horizonte, formado, principalmente, pela Refinaria Gabriel Passos, afiliada da Indústria Petrobrás, e pela fábrica FIAT automóveis.

(1) *Barão de Cocais, Barão de Monte Alto, Duque de Caxias e Visconde de Itaboraí,*

(2) *Almirante Tamandaré.*

Opta-se, também, por apresentar uma breve biografia desses sujeitos com o intuito de explicar a motivação desses nomes.

Este texto está organizado da seguinte forma: a seção 1 compõe o embasamento teórico que orienta o estudo e busca descrever alguns trabalhos desenvolvidos pelo Projeto ATEMIG sobre antropotoponímia, que ora contemplam os axiotopônimos ora não; a seção 2 descreve e embasa a metodologia adotada; as seções 3 e 4 são dedicadas à análise dos dados e, em seguida, são apresentadas as considerações finais e as referências.

1. ESTUDOS DE TOPONÍMIA URBANA NO ÂMBITO DO PROJETO ATEMIG

No âmbito do Projeto ATEMIG, a descrição sistemática dos topônimos registrados nos mapas dos municípios do estado de Minas Gerais tem se concentrado nos dez objetivos elencados a seguir:

1. Constituir um *corpus* com todos os topônimos presentes nas cartas geográficas do IBGE⁶, correspondentes aos 853 municípios mineiros;
2. Catalogar e reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros;
3. Classificar e analisar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração);

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4. Buscar a influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos);
5. Cartografar nomes de acidentes físicos e humanos do estado de Minas Gerais;
6. Realizar gravações orais com o objetivo de coletar outros topônimos que não constam na rede toponímica oficial do estado;
7. Analisar a toponímia de mapas antigos que remetem ao território mineiro;
8. Realizar estudos diacrônicos a partir dos dados coletados;
9. Construir glossários toponímicos;
10. Estudar os nomes de logradouros (bairros, ruas, praça, becos etc.) presentes em cidades mineiras.

Os estudos de toponímia urbana no âmbito desse projeto têm dado foco à descrição e à análise dos topônimos que nomeiam logradouros das cidades sedes dos municípios mineiros, contemplando, principalmente, o décimo objetivo.

Filgueiras (2011) estudou, em sua dissertação de mestrado, *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*, 183 antropotopônimos de origem italiana da cidade de Belo Horizonte com o propósito de reunir informações biográficas sobre os homenageados e comparar dados oficiais (fornecido pelo IBGE) e não oficiais (nomes registrados nas placas de logradouros e nomes fornecidos pelos moradores em entrevistas orais). Os nomes pesquisados por essa autora fazem referência aos imigrantes que atuaram na construção da nova capital mineira (por volta do final do século XIX e início do século XX), exercendo atividades profissionais voltadas para a construção civil – construtores, engenheiros, arquitetos, mestres de obra, calceteiros, marmoristas, pedreiros

etc. Dentre os resultados dessa pesquisa, o confronto entre os dados revelou o desconhecimento da população quanto à representatividade desses nomes, pelo fato de haver altos índices de adaptação dos prenomes como *Domingos para Domenico, José para Giuseppe, Luiz para Luigi e Francisco para Francesco*. Além disso, os dados orais revelam muitos casos de toponímia paralela que se justificam pelo fato de os moradores indicarem, nas entrevistas, outros nomes para o logradouro, além do oficial.

Em virtude desse fator, a mesma pesquisadora, em sua tese de doutorado, *Italianos em Belo Horizonte: estudo léxico-social e proposta de dicionário* (2016), ampliou os seus dados, de 183 nomes para 3.630, e construiu um dicionário biográfico com o objetivo de resgatar e registrar os feitos históricos desses homenageados que, ao longo dos anos, caíram no esquecimento da população. Cabe destacar que, reconstruindo a trajetória de vida de cada imigrante italiano, a autora estava, ao mesmo tempo, reedificando a história de Belo Horizonte, uma vez que a interseção entre a vida privada e a vida pública trouxe à tona informações que retratam aspectos do todo da história da cidade. A pesquisa reafirmou a relevância dos estudos onomásticos – antropônimos e toponímicos – para o conhecimento de aspectos históricos, econômicos e socioculturais de uma comunidade.

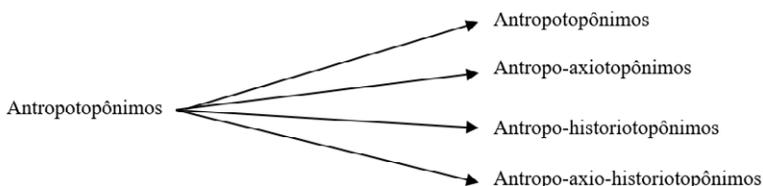
Na dissertação de Gontijo (2017), *História e cultura do centro-oeste mineiro retratadas na antropotoponímia da cidade de Bom Despacho*, pode-se perceber a presença de 398 antropotopônimos registrados nos logradouros da cidade de Bom Despacho (Centro-Oeste mineiro). De modo geral, esses nomes revelam a intenção do nomeador de dar destaque a indivíduos com bom status social (militares, políticos, médicos e personalidades religiosas que tiveram contribuições para cidade), além de um grupo de fazendeiros, refletindo a principal atividade econômica do município: agropecuária. A autora ainda classificou os seus nomes em axiotopônimos (71 dados) e axio-historiotopônimos (sete dados). Ao analisar a frequência dos títulos, percebeu que é possível inferir fatos sobre as relações

de poder da comunidade, uma vez que documentou 22 títulos relativos a militares; 20 a religiosos; 13 a políticos; sete a médicos; sete a donas de casa; quatro a professores e cinco a outras áreas de atuação. De modo geral, no que concerne ao perfil sócio-histórico-cultural da área toponímica estudada, os resultados indicaram uma comunidade tradicional, patriarcal e conservadora.

Faria e Seabra (2016), por sua vez, apresentam um estudo taxonômico da toponímia urbana do município de Ponte Nova/MG e o resultado mostra que, dos 558 nomes de logradouros estudados, 525 são de natureza antropocultural. Destes, 355 classificam-se como antropotopônimos e 66 como axiotopônimos, evidenciando, portanto, a forte presença dessas taxas na toponímia urbana da cidade.

Em sua tese de doutorado, *Tradição e Memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*, Faria (2017) apresenta uma nova proposta de classificação toponímica para os antropotopônimos, axiotopônimos e historiopotopônimos que se referem a seres humanos. Segundo a autora, por se referirem a antropônimos, essas três taxas poderiam se congregarem à taxa dos antropotopônimos. A Figura 1, a seguir, elucida a proposta de divisão dessa autora:

Figura 1 – Nova proposta de classificação toponímica



Fonte: Faria (2017, p. 112)

Dentro dessa nova proposta taxonômica, os antropotopônimos

comprenderiam os nomes de pessoas que passaram a nomear logradouros, ex.: rua *Pedro Soares de Souza Moura*; os antropo-axiotopônimos, os topônimos identificados por nomes de pessoas precedidos por títulos e dignidades, ex.: rua *Professora Inhá Torres*; os antropo-historiotopônimos, os topônimos que além de homenagearem uma pessoa (por isso, antropotopônimo), homenageiam, também, o papel histórico exercido por ela, seja na área da cultura, da política, dos movimentos sociais ou outros, ex.: rua *Alvarenga Peixoto*; os antropo-axio-historiotopônimos, os topônimos que são antropônimos (referem-se a pessoas), são axiotopônimos (pois estão acompanhados de títulos e dignidades) e, também, são historiotopônimos (pois têm seus nomes registrados na história do país), ex.: *Imperatriz Leopoldina*.⁷ A justificativa da autora para essa nova classificação é o fato de que esses sujeitos “antes de serem reconhecidos como autoridades ou históricos, foram cidadãos comuns que tiveram seus nomes registrados em pia batismal e em cartório” (FARIA, 2017, p. 111).

A partir dessa revisão bibliográfica, é possível perceber que os estudos de toponímia urbana desenvolvidos dentro do projeto ATEMIG, ora contemplam uma análise dos axiotopônimos (GONTIJO, 2017; FARIA, 2017) ora não (FILGUEIRAS, 2011; 2016). A próxima seção é destinada à exposição da metodologia que vem sendo adotada na pesquisa em curso a que se vincula este trabalho.

2. METODOLOGIA

A lista oficial dos logradouros da cidade de Betim fornecida pelo setor de geoprocessamento da Prefeitura Municipal registra 3.620 topônimos, dos quais 1.056 (29%) classificam-se como antropotopônimos e 133 (4%) como axiotopônimos. Nomes que se enquadram em outras taxes

⁷ Exemplos retirados do *corpus* de Faria (2017).

representam 67% dos dados; estes não foram submetidos a uma classificação, tendo em vista os objetivos da pesquisa e dada a dificuldade de identificar as suas causas motivadoras.

Ainda que a taxa dos axiotopônimos não seja representativa para a toponímia urbana de Betim, a relevância da pesquisa desenvolvida está no fato de que, dentro dos estudos toponímicos, raros foram os trabalhos que se debruçaram, especificamente, na descrição dos nomes que compõem essa taxa e, quando o fizeram, não se concentraram em sua estrutura.

No que concerne à sua morfologia, Dick (1990b, p. 10) explica que o topônimo é formado por dois elementos: o *termo* ou *elemento genérico*, que se refere à entidade geográfico-espacial, extralinguística, que irá receber a denominação, e o *termo* ou *elemento específico*, que se refere ao “topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes”.

Os dados desta pesquisa revelam que os axiotopônimos podem ser formados pela sequência de um axiônimo e um antropônimo, ou de um axiônimo e um locativo ou um nome próprio de lugar. Reitera-se que este último, quando aparece, configura-se ora como complemento de um SP (sintagma preposicional), ora como um SN (sintagma nominal).

Reitera-se que este último, quando aparece, configura-se ora como complemento de um SP, ora como um SN. Adota-se a Teoria X-barras para bem ilustrar, por meio do diagrama com árvores, a natureza dos elementos que compõem o sintagma do axiotopônimo dos dados encontrados nesta pesquisa. A construção das árvores se deu com a utilização do software online *jsSyntaxtree*⁸, que faz a projeção automática das árvores a partir da segmentação entre colchetes.

⁸ O link de acesso ao portal oficial *Js Syntax Tree (Software livre disponível online)* encontra-se listado nas referências.

As informações biográficas a respeito dos homenageados foram retiradas, quando possível, da própria biografia dos sujeitos homenageados, ou, também, de informações biográficas disponibilizadas em portais como: a *Wikipedia*, o Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, a Biblioteca Digital Luso-Brasileira, portais oficiais da prefeitura dos municípios mineiros de Barão de Cocais, Barão de Monte Alto, dentre outras fontes. O objetivo foi coletar informações que respondessem à motivação dos títulos e dos topônimos que acompanham esses títulos.

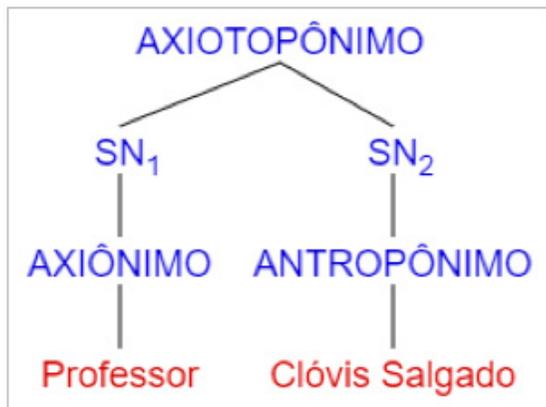
Passa-se, a seguir, para as seções 3 e 4, dedicadas à análise dos dados que correspondem a cada uma dessas estruturas.

3. A ESTRUTURA AXIÔNIMO + ANTROPÔNIMO

O topônimo composto formado por essa estrutura vai ao encontro da definição de Dick (1990b) para a taxa dos axiotopônimos: “topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais”. Nos dados aqui analisados há 128 nomes formados por essa sequência, tais como: *Capitão Mariano*, *Comendador Ernesto Von Wilker*; *Cônego Domingos Martins*; *Coronel José Félix da Mata*; *Coronel Abílio Rodrigues Pereira* etc.

Ao se analisar essa construção, observa-se que estes são morfologicamente estruturados por dois SN's, sendo um que representa o axiônimo e, o outro, o antropônimo; ambos compartilham o mesmo traço semântico [+humano]. Com objetivo de melhor ilustrar essa estrutura sintagmática, apresenta-se a representação arbórea a seguir:

Figura 01 – Representação arbórea SN(axiônimo) + SN(antropônimo)



Fonte: Elaboração dos autores

De acordo com Perini *et al.* (1996, p. 65), os itens que compõem o sintagma nominal distinguem-se, semanticamente, por sua propriedade de referir-se a uma entidade ou qualificar uma entidade. Tomando como base a estrutura analisada na Figura 1, entende-se que os dois SN's, apesar de compartilharem o mesmo traço semântico [+humano], possuem apenas uma referência, que parece ser dada pelo nome próprio.

Dentro da Onomástica, consideram-se os nomes próprios os itens com emprego referencial por excelência, já que se caracterizam por sua opacidade, esvaziamento de sentido, com a função apenas de “identificar uma pessoa ou objeto singularizando-os dentre outras entidades semelhantes”⁹ (ULLMANN, 1962, p. 83); a identificação, nesse caso, “pode não passar pelo sentido, sendo remetidos diretamente pelo referente” (SEABRA, 2006, p. 1955).

⁹ “un nombre propio sirve meramente para identificar a una persona u objeto singularizándolo de entre entidades semejantes” (ULLMANN, 1962, p. 83).

Além disso, Stuart Mill assume que os nomes próprios não são conotativos, ou seja, “designam os indivíduos que por eles são chamados; mas não indicam nem implicam nenhum atributo como pertencente a estes indivíduos”¹⁰ (MILL, 1879, p. 33–36 apud ULLMANN, 1962, p. 84).

Tendo em vista esses argumentos, defende-se que, dentro da estrutura analisada, o centro da referência é o antropônimo, portanto, este parece ser empregado com uma função referencial e o axiônimo, com uma função qualificativa.

Por meio do que explicam Amaral e Seide (2020, p. 117), tomando o exemplo do SN com determinação definida *O presidente Pompidou está em visita oficial no Japão*, de Gary-Prieur (1994, p. 84), pode-se dizer também que o papel do axiônimo seria o de fazer referência não à pessoa propriamente dita, mas ao cargo ou papel social que ela ocupa em determinado momento: “[...] a intenção de quem enunciou a sentença seria a de fazer referência não à pessoa de Pompidou ela mesma, mas sim àquele que, naquele momento, ocupa o cargo de presidente, ou seja, Pompidou enquanto presidente” (AMARAL; SEIDE, 2020, p. 117).

4. A ESTRUTURA AXIÔNIMO + LOCATIVO OU NOME PRÓPRIO DE LUGAR

O axiotopônimo formado por essa estrutura parece não ser previsto na definição de Dick (1990b). Os dados em análise apresentam cinco nomes com essa construção – *Almirante Tamandaré*, *Barão de Cocais*, *Barão de Monte Alto*, *Duque de Caxias* e *Visconde de Itaboraí* – que se diferem sintaticamente entre si.

¹⁰ “Los nombres propios–dice–no son connotativos: designan a las personas que son llamadas por ellos, pero no indican ni implican ningún atributo como perteneciente a estos individuos” (MILL, 1879, p. 33–36 apud ULLMANN, 1962, p. 84).

Observa-se que o axiotopônimo Almirante Tamandaré é formado pela sequência SN + SN, na qual o primeiro elemento refere-se ao axiônimo e, o segundo, ao locativo ou nome próprio de lugar. Os outros quatro nomes são formados pela sequência SN + SP, na qual o primeiro elemento também se refere ao axiônimo e o locativo ou nome próprio de lugar está contido dentro do SP na forma de outro SN. Observe as ilustrações a seguir:

Figura 02 – Representação arbórea SN_1 (axiônimo) + SN_2 (locativo)

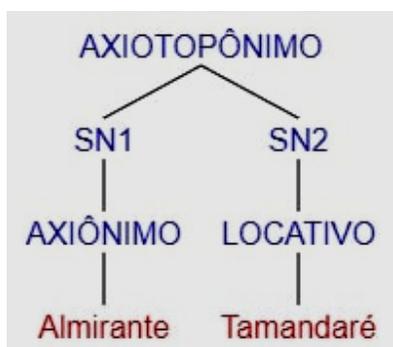
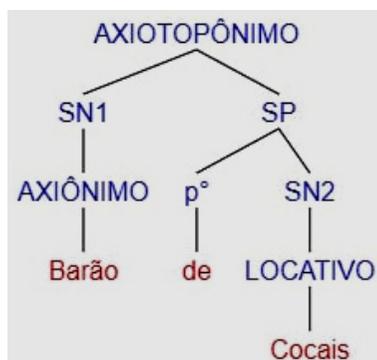


Figura 03 – Representação arbórea SN_1 (axiônimo) + SP (SN_2 locativo)



Fonte: Elaboração dos autores

Ao contrário da estrutura analisada na seção 3, esses nomes parecem ter como núcleo referencial o axiônimo, que contém o traço [+ humano]; já o SP parece funcionar como complemento desse nome comum (ou nome geral), restringindo a sua referência. Para exemplificar, ao se tomar os nomes *Barão de Cocais* e *Barão de Monte Alto*, o SP locativo parece especificar, dentre vários barões, o “de Cocais” ou o “de Monte Alto”. O mesmo se pode dizer a respeito dos outros nomes: dentre vários duques,

o “de Caxias”; dentre vários viscondes, o “de Itaboraí”. Acredita-se que a mesma interpretação possa ser feita para *Almirante Tamandaré*, ainda que a preposição, nesse nome, tenha sido omitida. Talvez, isso se explique pela função identificacional do topônimo.

Dick (1990b, p. 179–180) explica que Leite de Vasconcelos citou a possibilidade de o antropônimo vir precedido de um topônimo indicando a naturalidade ou residência do indivíduo, como em *Daniel Osseda*; porém não há nenhuma passagem que comente a respeito da possibilidade de um nome comum, ou axiônimo, aparecer junto a um topônimo.

Em nossos dados, observa-se que o locativo, dentro do SP, refere-se ao local de nascimento, em *Barão de Cocais e Visconde de Itaboraí*; à propriedade (fazenda de café) de uma pessoa, em *Barão de Monte Alto*; ao local onde o homenageado teve alguma importância histórica, como *Duque de Caxias* e, no caso do nome *Almirante Tamandaré*, o topônimo corresponde ao local onde o irmão de um militar vinculado ao imperador Dom Pedro II faleceu em combate. Considerando essas informações, julga-se que a preposição *de*, nesses nomes, indique a ideia de ‘pertencimento, naturalidade, posse’ ou ‘dominação do lugar’.

As informações analisadas sobre a motivação do topônimo podem ser confirmadas por meio das biografias dos homenageados, dispostas a seguir:

Almirante Tamandaré: título concedido ao militar Joaquim Marques Lisboa, também conhecido como Marquês de Tamandaré, nascido em Rio Grande¹¹. Seu irmão, Manuel Marques Lisboa, morreu no combate da Confederação do Equador, em 1824, na Vila de Tamandaré, um importante porto no litoral de Pernambuco. Ao pedir a Dom Pedro II que fizesse o translado dos restos mortais de seu irmão, Joaquim Marques Lisboa recebe o título de Barão da Vila das mãos do imperador:

¹¹ Atualmente, é um município do Estado do Rio Grande do Sul.

Logo que o Imperador regressou ao Rio-de-Janeiro, na primeira reunião do Ministério, ocupou-se da concessão do título de Barão ao Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa. Tendo o Ministro da Marinha lembrado que se lhe concedesse o baronato do Rio-Grande-do-Sul, sua terra natal, o Imperador, discordando, mandou lavrar o decreto da concessão do título de Barão de Tamandaré, à recordação do episódio ocorrido naquele lugar, ao pé dos baluartes do forte, de onde piedosamente o afeto fraterno recolheu os despojos de um bravo com o seu testemunho comovido e o seu auxílio de monarca generoso (COSTA, 1946, p. 55).

A Vila de Tamandaré parece corresponder ao atual município de Tamandaré, localizado no litoral sul do estado de Pernambuco, considerando o seguinte indício: “Tamandaré é uma localidade bastante antiga, cuja denominação resulta do acidente geográfico que é a baía de Tamandaré”¹².

Barão de Cocais: título concedido ao militar, político e empresário, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, nascido na Fazenda da Cachoeira, Vila Colonial de Cocais — atual distrito Cocais¹³ (Barão de Cocais – MG). Tudo indica que ele recebeu o título de Dom Pedro II, em um processo de anistia, por não ter participado de uma batalha contra as tropas do Barão de Caxias em Santa Luzia no ano de 1842:

Não participou da batalha final contra as tropas do Barão de Caxias em 20 de Agosto de 1842 em Santa Luzia e teve seus direitos políticos cassados e bens confiscados por dois anos. Foi anistiado pelo Imperador Dom Pedro II, em 14 de março de 1844, no aniversário da Imperatriz Tereza Cristina, e titulado

¹² Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tamandar%C3%A9_\(Pernambuco\)&oldid=58439273](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tamandar%C3%A9_(Pernambuco)&oldid=58439273). Acesso em: 5 jun. 2020.

¹³ “Pequeno distrito de Barão de Cocais situado a cerca de 100 km de Belo Horizonte, Cocais é cercado de montanhas e belíssimas paisagens”. Disponível em: <http://www.institutoestradaareal.com.br/cidades/cocais/18>. Acesso em: 08 jun. 2020.

Barão com Grandeza de Cocais na mesma data, no ano de 1855.¹⁴

Barão de Monte Alto: título concedido à Francisco Alves da Silva Pereira, proprietário da Fazenda Monte Alto, atual Fazenda Califórnia, na região que correspondia ao povoado de Morro Alto. Em 1962, com a emancipação de Morro Alto, Cachoeira Alegre e Silveira Carvalho, em sua homenagem foi criado o município de Barão de Monte Alto. A seguinte passagem menciona o documento que torna oficial o recebimento do título:

Das mãos do Imperador Dom Pedro II recebeu o título de Barão, cujo documento contém o seguinte texto: 'Querendo distinguir e honrar Francisco Alves da Silva Pereira, hei por bem fazer-lhe mercê do título de Barão de Monte Alto. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e cinco de setembro de mil oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência do Império.¹⁵

Duque de Caxias: título concedido ao militar Duque de Caxias pelo imperador Dom Pedro II, em 18 de julho de 1841, como homenagem pela pacificação da revolta Balaiada em Caxias no Maranhão¹⁶.

¹⁴ Informações biográficas retiradas do portal da prefeitura do município de Barão de Cocais. Disponível em: <https://www.baraodecocais.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/monografia-apresentada-por-militar-resulta-em-lei-municipal/6843>. Acesso em: 07 jun. 2020.

¹⁵ História de Barão de Monte Alto. Prefeitura de Barão de Monte Alto. Disponível em: http://www.baraodomontealto.mg.gov.br/_site/nosso-municipio/historia/. Acesso em: 08 jun. 2020.

¹⁶ "É bom lembrar que, ao contrário do que muita gente pensa, o nome Caxias não se atribui a Luís Alves de Lima e Silva, patrono do Exército Brasileiro. Ele, sim, recebeu o título Barão de Caxias, por ter sufocado a maior revolução social existente no Estado do Maranhão: a Balaiada. A cidade de Caxias foi palco da última batalha do movimento. Posteriormente, já em terras do Rio de Janeiro, o Barão de Caxias foi condecorado, novamente, com o título de Duque de Caxias". Disponível em: <http://caxias.ma.gov.br/caxias-181-anos-de-emancipacao-politica/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

Caxias simbolizava a revolução subjugada. Essa princesa do Itapicurú havia sido mais que outra alguma afligida dos horrores de uma guerra de bandidos; tomada e retomada pelas forças imperiais, e dos rebeldes várias vezes, foi quasi ali que a insurreição começou, ali que se encarniçou tremenda; ali que o coronel Luiz Alves entrou, expedindo a ultima intimação aos sediciosos para que depozessem as armas; ali que libertou a província da horda de assassinos. O título de Caxias significava portanto: – disciplina, administração, victória, justiça, egualdade e glória (CAMPOS, 1878, p. 63, grifo do autor).

O militar nasceu em Porto da Estrela, atual município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1803.

Visconde de Itaboraí: título dado a Joaquim José Rodrigues Torres, nascido em 13 de dezembro de 1802 em S. João de Itaboraí, Rio de Janeiro¹⁷. Foi o primeiro Presidente da Província do Rio de Janeiro e o primeiro presidente do Banco do Brasil¹⁸. Tudo indica que o topônimo *Itaboraí* se refere a sua cidade natal.

Por meio das biografias, nota-se que a maioria desses títulos foi concedida pelo imperador Dom Pedro II. Pode-se dizer que esse título seja concedido oficialmente por uma pessoa de poder a um portador que o utilizará em lugar do seu nome civil para identificar o seu poder político-social. O ato da nomeação parece marcar a passagem de ascensão social do portador.

Destaca-se ainda que, mesmo na sincronia atual, é possível perceber que esses topônimos se reportam a antropônimos que foram utili-

¹⁷ Informações biográficas de Joaquim José Rodrigues Torres retiradas da fonte: <http://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/49745>. Acesso em: 08 jun. 2020.

¹⁸ Informações constantes em: <http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/joaquim-jose-rodrigues-torres>. Acesso em: 08 jun. 2020.

zados no passado; entretanto, a opacidade do título não permite identificar o nome civil do seu portador. Em outras palavras, ao se tomar como exemplo o nome *Barão de Cocais*, sabe-se que este se trata de um nome de lugar que se refere a um nome de pessoa, porém, excetuando-se o resgate de informações históricas, nada se sabe a respeito do seu nome civil e dos seus feitos históricos.

Esse fato corrobora o trabalho de Faria (2017), visto que, mesmo contendo essa estrutura sintagmática, o axiotopônimo não deixa de fazer referência a um ser humano e, por isso, é possível congregá-lo à taxa dos antropotopônimos, sendo possível a denominação antrotopônimo.

Por fim, ressalta-se que, concernente ao locativo ou nome próprio de lugar no interior do SP, foi possível perceber que, de certa forma, este se encontra presente na sincronia atual, existindo assim: um município em Pernambuco cuja denominação é Tamandaré¹⁹, dando origem ao nome do Almirante; um distrito em Barão de Cocais (MG) cuja denominação é Cocais²⁰; um município no estado do Maranhão cuja denominação é Caxias²¹; um município no Rio de Janeiro cuja denominação é Itaboraí²². Obviamente, pode ser que esses territórios atuais não tenham a mesma configuração daqueles que lhes deram origem. Com relação ao nome *Monte Alto*, julga-se tratar, baseado nas informações encontradas,

¹⁹ Informações constantes na aba *História do município*, do portal da Prefeitura Municipal de Tamandaré. Disponível em: <https://tamandare.pe.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

²⁰ “Pequeno distrito de Barão de Cocais situado a cerca de 100 km de Belo Horizonte, Cocais é cercado de montanhas e belíssimas paisagens”. Informação disponível em: <http://www.institutoestradaeal.com.br/cidades/cocais/18>. Acesso em: 08 jun. 2020.

²¹ Informação retirada do portal da prefeitura do município de Caxias, Disponível em: <http://caxias.ma.gov.br/caxias-181-anos-de-emancipacao-politica/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

²² Informação retirada do portal da prefeitura do município de Itaboraí. Disponível em: <https://www.itaborai.rj.gov.br/conheca-nossa-historia/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

de um topônimo fossilizado que se refere a uma fazenda de café, propriedade do Barão, localizada no vilarejo de *Morro Alto*, atual cidade de Barão de Monte Alto. Além disso, todos esses topônimos também se conservam em algumas denominações municipais do Brasil, sendo possível, nesse caso, classificá-los como corotopônimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho põe em evidência a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a natureza do sintagma do axiotopônimo que possam sustentar uma redefinição da taxa dos axiotopônimos. Os dados encontrados na toponímia urbana de Betim (MG) permitem a constatação de que esses nomes possam ser formados tanto pela sequência ‘axiônimo + antropônimo’ quanto ‘axiônimo + locativo ou nome próprio de lugar’.

Os resultados mostram que a primeira sequência foi formada por um nome comum e um nome próprio, ambos com traço [+ humano]. Como mencionado, na visão de Perini *et al.* (1996, p. 65), os itens que compõem o sintagma nominal distinguem-se, semanticamente, pela função de referir-se a uma entidade, ou, pela função de qualificar uma entidade; assim sendo, tomando como base a estrutura analisada na figura (1), entende-se que os dois SN’s, apesar de compartilharem o mesmo traço semântico [+humano], possuem apenas um núcleo referencial, que parece ser constituído pelo nome próprio. O axiônimo está, portanto, cumprindo uma função atributiva, conforme a teoria explanada por Perini *et al.* (1996).

Na segunda sequência, observa-se um comportamento sintático diferente entre os nomes pesquisados. Enquanto o axiônimo é sempre representado por um SN, o locativo ou nome próprio de lugar pode ser representado por um SN diretamente vinculado ao axiônimo, como em

Almirante Tamandaré, ou, indiretamente, por meio de uma preposição, como em *Barão de Cocais*, *Barão de Monte Alto*, *Duque de Caxias* e *Visconde de Itaboraí*. Um fato que se destaca a respeito dessa sequência é que o núcleo do sintagma parece ser o axiônimo e o SP parece atuar como complemento desse axiônimo, especificando sua referência.

Independentemente de sua estrutura, o axiotopônimo não deixa de fazer referência a um indivíduo no mundo, o que permite dizer que o traço [+humano] sobressai na estrutura do sintagma do axiotopônimo. Esse fato corrobora a tese de Faria (2017) de que essa taxa também pode ser rotulada como antropto-axiotopônimo.

Nota-se também que esses axiotopônimos funcionaram, no passado, como títulos dados a determinadas pessoas, como forma de identificar o seu poder político social. Ao afastar-se de seus condicionantes temporais-espaciais, esse título torna o nome civil do seu portador opaco e somente a informação histórica permite resgatar o ortônimo, bem como os feitos históricos desse indivíduo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/nomes-proprios-de-pessoa-introducao-a-antroponimia-brasileira-1614/ciencias-humanas-e-comunicacao-114>. Acesso em: 30 maio 2020.

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Dicionário online Caldas Aulete**. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/axi%C3%B4nimo>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. **Vida do Grande Cidadão Brasileiro**: Luiz Alves de Lima e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518639>. Acesso em: 03 jun. 2020.

COCAIS: informações sobre o distrito de Barão de Cocais. **ER – Estrada Real**. Disponível em: <http://www.institutoestradaareal.com.br/cidades/cocais/18>. Acesso em: 08 jun. 2020.

COSTA, Dídio. **Tamandaré**: Almirante Joaquim Marques Lisboa, 3. ed., Rio de Janeiro: Imprensa Naval do Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://portalbarcosdobrasil.com.br:8080/bitstream/handle/01/268/001169.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jun. 2020.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. **Tradição e memória**: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. 2017. 686 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defe-sas/1479D.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos; SEABRA, Maria Cândida Trinda-de Costa; Toponímia Urbana: Nomes de ruas da cidade mineira de Ponte Nova. *In: II Diverminas (II Encontro sobre a Diversidade Linguística de Minas Gerais)*. **Cale-troscópio**, v. 4, n. Especial, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/caletroscopio/article/view/3683>. Acesso em: maio 2020.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte**: passado e presente. 2011. 349 f. Dissertação (Mestrado, Linguística Teórica e Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/DAJR-8H5TJ4>. Acesso em: 20 set. 2020.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **Italianos em Belo Horizonte**: estudo léxico-social e proposta de dicionário. 2016. 997 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-AAPJ5Y>. Acesso em: 20 set. 2020.

FRANCISCO ALVES DA SILVA PEREIRA. *In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Francisco_Alves_da_Silva_Pereira&oldid=57568007. Acesso em: 08 jun. 2020.

GONTIJO, Fernanda Lellis Fernandes Loureiro. **História e cultura do Centro-Oeste Mineiro retratadas na antropotoponímia da cidade de Bom Despacho**. 2017. 142p. Dissertação (Mestrado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-ANBR5U>. Acesso em: 20 set. 2020.

JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES TORRES: Visconde de Itaborahy. **Biblioteca Digital Luso-Brasileira**. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/49745>. Acesso em 08 jun. 2020.

JOAQUIM MARQUES LISBOA. *In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Joaquim_Marques_Lisboa&oldid=58193984. Acesso em: 5 maio 2020.

JS SYNTAX TREE: **Iron Creek Software idea and linguistic and guidance.** © 2003 – 2019, Mei Eisenbach & André Eisenbach. Disponível em: <https://ironcreek.net/syntaxtree/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA: EXÉRCITO BRASILEIRO. **Portal oficial do Exército Brasileiro.** Biografia resumida do Duque de Caxias (Luiz Alves de Lima e Silva). Disponível em: http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/biografia-resumida-do-duque-de-caxias?inheritRedirect=false. Acesso em: 08 jun. 2020.

Pasta Imperial do Segundo Reinado de Dom Pedro II – Ministros: Joaquim José Rodrigues Torres. **Migração:** Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii/pasta-imperio-segundo-reinado-dom-pedro-ii-ministros/joaquim-jose-rodrigues-torres>. Acesso em: 08 jun. 2020.

PERINI, Mário; FRAIHA, Sigrid; FULGÊNCIO, Lúcia; NETO, Regina Bessa. O SN em português. **Revista de estudos da linguagem.** ano 5, n. esp. p. 43–132, 1996. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/7170/6173>. Acesso em 06 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS. **Monografia** apresentada por militar resulta em Lei Municipal em Barão de Cocais. Publicação: 04 jun. 2014. Disponível em: <https://www.baraodecocais.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/monografia-apresentada-por-militar-resulta-em-lei-municipal/6843>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MONTE ALTO. **História de Barão de Monte Alto.** Disponível em: http://www.baraodomontealto.mg.gov.br/_site/nosso-municipio/historia/. Acesso em: 08 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS (RJ). **História de Duque de Caxias.** Disponível em: <http://caxias.ma.gov.br/caxias-181-anos-de-emancipacao-politica/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ (RJ). **História de Itaboraí – RJ.** Disponível em: <https://www.itaborai.rj.gov.br/conheca-nossa-historia/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. Referência e onomástica. *In: Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006, p. 1953–1960.

SILVA, Jeander Cristian. **Axiotopônimos: um estudo dos logradouros públicos da cidade de Betim (MG)**. 2021, 439 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TAMANDARÉ: História do município. **Governo Municipal da Prefeitura de Tamandaré**. Disponível em: <https://tamandare.pe.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

TAMANDARÉ (PERNAMBUCO). *In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre*. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tamandar%C3%A9_\(Pernambuco\)&oldid=58439273](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Tamandar%C3%A9_(Pernambuco)&oldid=58439273). Acesso em: 5 jun. 2020.

ULLMANN, Stephen. El significado. *In: ULLMANN, Stephen Semántica: introducción a la ciencia del significado*. Traducido del inglés por Juan Martín Ruiz - Werner, 2. ed. Madrid (España): Basil Blackwell, Oxford, 1962, p. 83–84.

ESTUDO TOPONÍMICO DE FONTES NATURAIS PÚBLICAS SOTEROPOLITANAS

José Martins Abbade

Celina Márcia de Souza Abbade

PALAVRAS INICIAIS

Grande parte do corpo humano é constituído de água, esse essencial recurso natural cada vez mais escasso em nosso planeta, devido à ação indiscriminada do homem, tanto no desperdício e mau uso, quanto na degradação do meio ambiente. Da *Odisseia*, de Homero, ao *Severino sertão*, de João Cabral, quer pela abundância ou por sua escassez, as águas, refletidas na linguagem, ratificam que palavras são pistas, indícios, partes de um quebra-cabeça complexo e, ao mesmo tempo, fascinante que, uma vez ordenado, é capaz de trazer à tona o vivenciar de sociedades em determinadas épocas.

Como podemos perceber, a partir de um único lexema, “água”, nos é possível realizar um estudo linguístico, sob a égide de uma ou mais de suas teorias, confirmando que, por meio da linguagem, mais precisamente do léxico de um povo, podemos acessar e conhecer a sua cultura, pois estudar o léxico propicia compreender aspectos socioculturais, políticos, históricos e linguísticos dessa comunidade sincrônica e diacronicamente, em busca de seus elementos identitários. E todo esse aparente “chove e não molha” fraseológico tem o seu porquê, a sua motivação, aliás, como ocorre em Onomástica – área da Lexicologia – cuja base etimológica vem do grego *onoma* ‘nome’. Tais estudos permitem experienciar a linguagem viva, traduzindo a vivência cultural do povo (BASSETO, 2010). A Antroponímia e a Toponímia, áreas de estudo da Onomástica, se constituem de elementos linguísticos que mantêm antigos estágios denominativos (SEABRA, 2008).

Desta forma, a partir da Onomástica, por meio da Toponímia urbana, apresentamos o presente trabalho, cujo objetivo foi o estudo dos topônimos que designam as *fontes públicas naturais* da cidade do Salvador, tendo como *corpus* de base a obra *O Caminho das águas em Salvador: Bacias hidrográficas, bairros e fontes* (SANTOS *et al.*, 2010), associado às fontes constantes da relação de bens tombados pelo IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia, que figurou como *corpus* de confronto, perfazendo um total de 35 topônimos analisados. Este texto é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia, intitulada *Água doce, o saber que vem das fontes: Estudo toponímico de fontes na cidade do Salvador* (ABBADE, 2020)¹, cuja proposta foi a de analisar os topônimos que designam fontes naturais públicas soteropolitanas, a partir da proposta teórico-metodológica de Dick (1990a; 1990b; 1992). Desta forma, a partir da Onomástica, por meio da Toponímia urbana, apresentamos este estudo, cujo objetivo foi o estudo dos topônimos que designam as *fontes públicas naturais* da cidade do Salvador.

No presente trabalho, originalmente, utilizamos o método investigativo, sob forma de análise teórica, exploratória, com suporte em pesquisa bibliográfica. No decorrer da pesquisa, sentimos necessidade de ir a campo, visitando algumas das *fontes* públicas para, presencialmente, averiguarmos o seu real estado de conservação, coletar possíveis informações e inscrições presentes, com o registro fotográfico, quando possível, das mesmas. Cabe ressaltar que, devido a fatores como localização geográfica, acessibilidade e segurança, não nos foi possível ter acesso a todas as *fontes*, as quais os nomes integram o *corpus*. Aliado a isso, realizamos visitas junto a órgãos públicos, nas esferas municipal, estadual e federal contribuindo, assim, para o andamento da pesquisa.

¹ Dissertação orientada pela Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade.

A análise toponímica dos nomes das respectivas *fontes* se deu a partir da categorização taxonômica nas 27 taxes propostas por Dick (1990a, 1990b, 1992). A ordenação do *corpus*, por meio do levantamento, identificação e classificação dos topônimos, de acordo com sua natureza física ou antropológica, permitiu uma averiguação de suas motivações toponímicas, acompanhada de pesquisa enciclopédica e etimológica a respeito dos topônimos, quando possível. Os resultados foram preenchidos em fichas lexicográfico-toponímicas e, finalmente, acrescentadas as indicações relativas a dados históricos e demais informações pertinentes.

Tal estudo faz parte do Projeto ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia, desenvolvido no NEL – Núcleo de Estudos Lexicais, coordenado pela Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade, projeto inspirado no ATB – Atlas Toponímico do Brasil, formalizado por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, com o intuito de abarcar as modalidades onomásticas existentes no país. Conforme Abbade (2016, p. 580),

[...] a partir do ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia, pretende-se identificar e classificar, tanto os aglomerados humanos (municípios, vilas, aldeamentos, distritos, povoados, comunidades quilombolas), quanto os acidentes físicos (rios, riachos, cachoeiras, lagos, lagoas, ilhas, serras, morros, montanhas) de cada Mesorregião do Estado inscritos na cartografia estadual em escalas de 1:50.000 ou 1:100.000, complementados com fontes secundárias e pesquisas de campo.

1. SALVADOR, CIDADE DAS ÁGUAS E DAS FONTES

É notória e perceptível a relação que Salvador estabeleceu com as águas, que vem desde sua edificação, em 1549, a começar pela própria Baía de Todos os Santos, hidrônimo que motivou, inclusive, a nomina-

ção do estado a que pertence. Ao circular pela cidade, percebemos lugares como Dique do Tororó, Caixa D'água, Águas Claras, Água de Meninos, Ladeira da Água Brusca, Rio Vermelho e Fonte Nova que, além de *fonte*, é Largo e Arena Esportiva.

Segundo Chevalier (2001), a água sempre foi um elemento de grande importância nas variadas culturas. Na Ásia, além de representar a origem da vida, regeneração corporal e espiritual, a água é símbolo de pureza, fertilidade, sabedoria, graça e virtude. No mundo islâmico, representa várias realidades. Nas tradições judaico-cristãs, primordialmente, a água simboliza a origem da criação, logo, também é fundamental na recriação, na regeneração. Nas religiões de matriz africana, a água é utilizada de diversas formas ritualísticas, que vão desde os banhos, chás, até o preparo de alimentos. Em suma, Chevalier (2001) esclarece que, em praticamente todas as tradições do mundo, a água desempenha um similar papel primordial, que se articula em torno de três temas: fonte de vida, meio de purificação e centro de regeneração. Como se percebe, a importância e representatividade da água vão muito além do aspecto biológico, refletindo-se na cultura e, claro, no léxico de seu povo. Segundo Bachelard (1997, p. 193), “A água é a senhora da linguagem fluida, da linguagem sem brusquidão, da linguagem contínua, continuada, da linguagem que abranda o ritmo, que proporciona uma matéria uniforme a ritmos diferentes”.

Mesmo que de maneira metaforizada, é inegável a relação entre água e linguagem, observada, inclusive, em clássicos da literatura e da história mundial, no decorrer dos tempos: as cheias do Nilo, fecundando solos, lendas e mistérios; as epopeias gregas, cruzando mares, mitos e amores; a expansão marítima europeia que, entre realidade e ficção, teve suas páginas escritas a pena e água e, numa dessas expedições, por cá chegaram e aqui se estabeleceram.

Um fator fundamental para a escolha do local de fundação da Cidade do Salvador, em 1549, além da topografia e questões náuticas, foi

a disponibilidade de água doce. Thomé de Souza recebera do Rei² a ordem de construir a cidade num sítio com abundância de água, além de bons ares. A cidade, *a priori*, foi nominada pelos portugueses de Cidade do São Salvador da Baía de Todos os Santos. Entretanto, bem antes da chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, essa baía já tinha nome próprio, ou seja, o seu topônimo. Primordialmente, a Baía de Todos os Santos fora denominada de Kirimurê (“grande mar interior” em tupi) pelos Tupi-nambás, povo indígena nativo da região.

Ao se mudar um nome, por direito ou imposição, legitima-se a propriedade, já que “em função do dominante, definem-se situações reveladoras, pelos nomes empregados, de poder, autoridade, opressão; e no plano do dominado, submissão, obediência ou acomodação” (DICK, 1990b, p. 100). Podemos considerar esse rebatismo como um dos primeiros apagamentos toponímicos da história soteropolitana, quiçá brasileira, visto que Salvador foi a primeira capital de nosso país.

2. AS FONTES NATURAIS SOTEROPOLITANAS

*Eruditos e investigadores:
belo tema de pesquisa e indagação: as fontes da Bahia!
(Peixoto, 1945)*

As primeiras *fontes* do Salvador foram construídas na época das capitanias hereditárias para facilitar o acesso da população à água para consumo. No *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, Gabriel Soares relata a existência de três fontes na praia, “[...]com as quaes os marcantes fazem

² Regimento Thomé de Souza. Sem referência. Disponível em <https://docplayer.com.br/31223194-Regimento-que-levou-tome-de-souza-governador-do-brasil-almerim-17-12-1548-lisboa-ahu-codice-112-fls-1-9.html>. Acesso em: 12 dez. 2018.

sua aguada bem à borda do mar, das quaes se serve também muita parte da cidade, por serem estas fontes de muito boa água” (SOUZA, 1851, p. 123). Outras fontes antigas vêm resistindo ao tempo e descaso, entre elas, a *Fonte das Pedreiras*, no bairro do Comércio; a *Fonte do Gravatá* que, apesar de suja e malconservada, mantém sua estrutura; a *Fonte de Santo Antônio*, em situação similar à *do Gravatá*; a *Fonte da Graça*, que tem sua primeira construção atribuída a Diogo Álvares Botelho, o Caramuru. Segundo narrativas, a índia Catarina Paraguaçu se banhava nessas águas e, nas proximidades da fonte, foi erguida a capela de Nossa Senhora da Graça. Não sabemos se é mito ou verdade. O que vale é constatar a importância do léxico no resgate da história de uma sociedade, que culminou nessa miscigenação étnica e cultural de nosso povo.

Conforme crescia a cidade, novas fontes e chafarizes eram construídos. Após gradativa expansão do sistema de abastecimento, as fontes públicas foram perdendo sua principal função de suprimento de água, o que acarretou a extinção, bem como a deterioração de inúmeras dessas fontes. Entretanto, muitas delas ainda resistem e, mesmo com água de qualidade imprópria para ingestão, são utilizadas para lavagem de carros, como a *Fonte das Pedras* e a *Fonte Nova*. Moradores de rua e transeuntes ainda utilizam as águas para banho, como na *Fonte das Pedreiras* e a *Fonte do Gravatá*. Outras fontes somente são lembradas em períodos de racionamento de água, gerando grandes filas e, até mesmo, renda a moradores próximos, como é o caso da *Fonte do Estica* (no bairro da Liberdade) e da *Fonte do Santo Antonio*, revivendo, nos dias atuais, a época dos antigos vendedores de água, os aguadeiros.

3. LÍNGUA E LÉXICO: EMERSÃO DA CULTURA PELA PALAVRA

É impossível dissociar a tríade léxico, cultura e sociedade, uma vez que, por meio da língua, mais precisamente do léxico, é possível acessar

sincrônica e diacronicamente a cultura de um povo e, ao conhecer seu *modus vivendi*, hábitos e costumes, é possível compreender a funcionalidade e dinamicidade de tal sociedade em determinada época, permitindo conhecer e compreender aspectos sociais, políticos, históricos e linguísticos, em busca de seus elementos identitários. Segundo Robi (1975, p. 6),

A língua, pois, não é apenas um elemento da cultura. Destaca-se entre todos porque é um instrumento de comunicação de todas as atividades culturais. De sorte que precisa abranger e falar toda a cultura, inclusive a si mesma. E é nessa função metalinguística que se encontra a relação interpretativa, mercê da qual a língua engloba os outros sistemas.

Porém, mesmo englobando outros sistemas e sendo parte indissociável da cultura, a língua é uma seção autônoma que, ao se destacar, torna possível o seu estudo em separado, sendo justamente este o fator que distingue o linguista do antropólogo (CÂMARA JR., 1969, p. 21). Muitos estudos sincrônicos da língua isolada, por assim dizer, vêm trazendo contribuições fundamentais para a compreensão de determinados aspectos linguísticos. Entretanto, é justamente por meio do léxico que os indivíduos se expressam, bem como externam suas crenças e valores (SEABRA, 2006), o que torna imprescindível estudar a língua inserida na cultura:

Partindo-se do princípio de que a língua se evidencia como parte da cultura de uma sociedade e que é através do sistema linguístico, mais especificamente do seu léxico, que os indivíduos se expressam e expressam seus valores, construindo a sua história, faz-se, pois necessário estudar a língua inserida na cultura (SEABRA, 2006, p. 28).

Ao se tentar definir “cultura”, vários são os caminhos, o que gera, ainda hoje, divergência e, até mesmo, alguns equívocos em quem insiste em reproduzir sentenças que, à guisa de exemplo, classificam quem tem e quem não tem cultura. Segundo Santos (2008), o mecanicismo biná-

rio não contempla os conceitos de cultura e sociedade, pondo em xeque as dicotomias orgânico/inorgânico, humano/não humano. DaMatta (1986), por sua vez, considera a cultura como um conceito chave para a interpretação da vida social. No sentido antropológico, a cultura é conceituada como algo distinto da natureza, como “conhecimento distribuído” (DURANTI, 2000), é comunicação, mediação e interação. De fato, para os estudos lexicais, em toda sua potencialidade plural e interativa, podemos dizer que a cultura se apresenta como uma “categoria intelectual” (DAMATTA, 1986), um conceito que pode auxiliar na compreensão do mundo e tudo o que acontece em seu entorno. Vals (2000), por meio da antropologia linguística, percebe as línguas como “constructos humanos”, em que o estudo da língua em uso permite explicar o significado que as formas linguísticas adquirem nos respectivos contextos em que são utilizadas.

Batoréo (2015), com fundamentação na Linguística Cultural, uma vertente da Linguística Cognitiva, apresenta a cultura pensada na dimensão cognitiva das interações humanas. A cultura consiste, enfim, nessa organização de normas e regras, que variam entre as sociedades humanas, logo, é de cunho biopsicossocial e linguístico, uma vez que se manifesta por meio de palavras. As palavras estão carregadas de sentido, de significação. São elas as relatoras e deladoras da história e, por meio delas, podemos materializar ideias e, assim, eternizá-las ou não, já que a língua é um organismo vivo e dinâmico, logo, passível de modificações semânticas para um mesmo item lexical. Segundo Gnerre (1994, p. 13–14),

[...] as palavras não têm realidade fora da produção linguística; as palavras existem nas situações nas quais são usadas. [...] Isto é tão verdadeiro que a identidade da forma através das variações dos contextos pode passar despercebida. Entender não é reconhecer um sentido invariável, mas “construir” o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece.

De fato, a palavra cria, modifica, indaga, responde, desconfia, procura, acolhe, provoca, perturba, consola, manipula, ressignifica, fala e, até mesmo, cala, quer por omissão, quer por intenção. Mais que isso, “a palavra nomeia o mundo e as coisas desse mundo” (ABBADE, 2011). Nomear não é simplesmente atribuir mero rótulo estanque a algo ou alguém. Um nome, além do aspecto lexical, traz em si uma forte carga semântica, uma história, que pode vir a retratar uma época, um estilo de vida, um modelo de sociedade, bem como diversas interpretações no decorrer do tempo. Segundo Seabra (2015, p. 73),

Considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como signos operacionais, é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época.

Desta forma, o léxico de um povo é um patrimônio que, uma vez estudado diacronicamente, pode refletir antigas práticas culturais de seus pregressos integrantes. A importância da nomenclatura reflete-se em vários setores de nossa sociedade, inclusive, na arte. Na obra teatral intitulada *O Homem do Princípio ao Fim*, Fernandes (2001, p. 22) faz referência à cosmogênese bíblica, porém de maneira parodiada, com nítido traço de humor: “Trabalhar no escuro era muito difícil. Deus então murmurou ‘Fiat Lux’. E a luz foi feita”. Além disso, faz uma analogia entre nomear e criar, fortalecendo a ideia de que as coisas passam a existir, de fato, quando são nominadas. A este ramo da Lexicologia que estuda os nomes próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos), denominamos de Onomástica.

4. ONOMÁSTICA, O PODER DA NOMINAÇÃO

A Onomástica tem como ponto de partida a filosófica questão que, há muito, acompanha a humanidade e se intersecciona com as diversas áreas do conhecimento: quem sou (antroponímia) e onde estou (toponímia). O nome próprio, quer de pessoas, quer de lugares, em si mesmo, já indica pertencimento, identidade, propriedade, particularidade. Logo, estudá-los pode, em muito, contribuir para o conhecimento do eu, do outro e da realidade circundante, além de possibilitar, diacronicamente, compreender o presente de determinada sociedade – e suas práticas culturais – por meio do passado, visto que língua e cultura são partes constituintes e de um mesmo amálgama.

A Toponímia e a Antroponímia se constituem de elementos linguísticos que mantêm antigos estágios denominativos (SEABRA, 2008). A Toponímia pesquisa o léxico toponímico, por meio da motivação dos nomes de lugares, reflexo de um núcleo humano existente e, muitas vezes, preexistente. Segundo Dick (1998), uma palavra se torna nome após sua transmigração do sistema lexical para o sistema onomástico, pelo nomeador ou enunciador/emissor:

O ato intelectual de nomear, onomasticamente, é distinto da constituição/criação da palavra, enquanto elemento do léxico e integrante do enunciado de língua. Para se tornar nome, a palavra passa por um experimento seletivo e interpretativo, que pressupõe a articulação pelo nomeador (ou enunciador/emissor) de conceitos, valores, intenções, códigos e usos convencionais, de modo a constituir, como diz Foucault (1995:153), quase “uma linguagem segunda a partir dessa linguagem primeira. Ao se penetrar, assim, no campo onomástico, ganha forma, por necessário, o problema da representação externa ou do referente e o modo pelo qual os nomes se atrelam às entidades representadas (DICK, 1998, p. 101).

A mesma autora esclarece que, no léxico em geral, chega-se do nome ao referente por meio do sentido, da conceituação. Já no sistema onomástico, em linhas gerais, passa-se diretamente do nome para o referente, sem recorrência ao seu conceito. Segundo Seabra (2008), “[...] o topônimo e o antropônimo são, pois, entidades que vão além da expressão linguística e envolvem, obrigatoriamente, os referentes que destacam” (SEABRA, 2008, p. 1956). Assim, é possível destacar as práticas de determinada comunidade e situá-las no tempo:

Basta o contato com a toponímia e a hidronímia de alguma região para que, em nossa mente, retomem imagens de épocas recuadas. Assim, não estranha que datem da Antiguidade as primeiras reflexões sobre a natureza do nome; não é também de se estranhar que, contemporaneamente, tais reflexões tenham adquirido caráter científico, encontrando-se vinculadas a várias áreas de estudos sobre a linguagem humana, dentre elas a Linguística Histórica, a Sociolinguística e a Etnolinguística (SEABRA, 2004, p. 22).

Logo, tais palavras intencionais, por assim dizer, merecem um estudo à parte, visto que não seguem o mesmo padrão dos demais nomes comuns e arbitrários (SAUSSURE, 1969[1916]). Para ser Cláudio³, não precisa ser manco. Da mesma forma, nem toda Márcia⁴ é guerreira e nenhuma delas, segundo consta até o presente momento, veio de Marte. Em relação a nomes de lugares, uma cidade denominada Barro Branco não terá, necessariamente, barro e, mesmo que haja tal ocorrência, não

³ Cláudio tem origem no latim *Claudius*, que deriva da palavra *claudus*, que quer dizer “coxo”. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/claudio>. Acesso em: 13 abr. 2019.

⁴ Márcia significa “guerreira”, “dedicada a Marte” ou “marcial”, “aquela que apresenta características de guerreira”, “aquela que invoca Júpiter”, “nascida no mês de março”. Márcia é uma variante feminina do nome Márcio. Tem origem no latim *Marcus*, de *martius*, que deriva também de *Marcus*, nome que está ligado a *Mars* (Marte, em português). Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/marcia>. Acesso em: 13 abr. 2019.

se pode garantir a coloração branca. No Bairro da Paz, em Salvador, está difícil encontrar a paz, assim como em tantos outros *topos* além trópicos. Desta forma, os estudos onomásticos, além da Linguística, por meio da Lexicologia, recorrem a outras áreas do saber e, em contrapartida, as retroalimentam. Logo, possui caráter interdisciplinar e, muitas vezes, subjetivo. O nome próprio, além de identificar, também significa. O poema de Bandeira (1993) ratifica que um nome próprio traz, em si, outros aspectos, de acordo com o nominador:

Santinha nunca foi para mim o diminutivo de Santa. / Nem Santa nunca foi para mim a mulher sem pecado. / Santinha eram dois olhos míopes, quatro incisivos claros à flor da boca. / Era a intuição rápida, o medo de tudo, um certo modo de dizer “Meu Deus, valei-me (BANDEIRA, 1993, p. 222).

Como se percebe, a construção de uma nomenclatura depende de outros fatores que extrapolam os limites do léxico, direcionando-se ao extralinguístico, ainda que se mantenham os padrões conceituais de um símbolo linguístico. Dessa forma, a arbitrariedade do signo linguístico (SAUSSURE, 1969 [1916]) se torna menos evidente no que se refere à Onomástica, visto que a relação significado/significante reflete escolhas indicativas a partir da motivação que, muitas vezes, segundo Dick (1990a), não está diretamente ligada ao sentido. A Onomástica compartilha da ideia de que a nomeação não se dá de forma acidental ou despropositada:

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termo de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (DICK, 1990a, p. 38).

Levando em consideração que a nomenclatura geográfica deverá conter a suficiente explicação de sua constituição, podemos dizer que o topônimo fala por si, cabendo ao pesquisador extrair as informações linguísticas, históricas e etnoculturais, verificando a etimologia, morfologia, localização geográfica, bem como demais informações da ocorrência do respectivo topônimo em livros, documentos e periódicos, como revistas e jornais e, muitas vezes, recorrer ao resgate da história e cultura de um grupo social por meio da oralidade. Sapir (1961), ao relacionar língua e ambiente, esclarece que “se o ambiente físico, característico de um povo, assim se reflete em grande parte na língua, o mesmo acontecerá [...] em relação ao ambiente social” (SAPIR, 1961, p. 50).

Segundo Dick (1990a), geralmente, as nomenclaturas geográficas (ou topônimos) são constituídas por um termo genérico e um termo específico, formando-se assim um “sintagma toponímico”, uma vez que se configura uma relação de subordinação entre tais elementos, em que o termo genérico (determinado) submete-se a um termo específico (determinante). No sintagma toponímico, apresenta-se o termo genérico – denominação genérica do elemento geográfico, físico ou antropocultural – precedendo o termo específico, por uma estrutura de justaposição. O termo específico, por sua vez, é a denominação restrita que o torna único, singular. Dick (1992) esclarece que o sintagma toponímico é o bloco resultante da entidade geográfica denominada, acrescida do topônimo.

Como faz um filólogo na crítica textual, o trabalho do toponimista é, entre outros, o de investigar a origem, ou seja, o mais próximo do momento de sua nomeação, garantindo assim maior legitimidade e autenticidade, visto que, no decorrer da história, diversos lugares vêm sofrendo alterações em sua denominação (apagamento toponímico), muitas vezes, por interesse político ou desconhecimento das leis que protegem os topônimos e sua relativa imutabilidade.

5. A TOPONÍMIA DE FONTES SOTEROPOLITANAS

Quando estamos falando em toponímia, quero me referir à importância da água nesta cidade do Salvador. [...] Uma cidade onde a fonte, onde a água é constante na toponímia urbana

(Cid Teixeira)⁵

Ao se consultarem obras lexicográficas e terminográficas de diferentes áreas, como Filologia, Geologia, Hidrologia e Mitologia, é possível identificar várias acepções para a palavra ‘fonte’. Porém, para o presente estudo, delimitamos sua significação de acordo com Gonçalves (2002), que a define como um lugar na superfície terrestre onde brota água corrente como na interseção da superfície do terreno com o aquífero livre, visto que nosso objeto é o conjunto de nomes de *fontes* naturais soteropolitanas, listadas a partir do *corpus*.

Uma vez delimitado o *corpus*, realizamos a análise do vocabulário toponímico relativo às denominações das *fontes* catalogadas, verificando a origem linguística, a estrutura morfológica e a etimologia, quando possível, com o intuito de averiguar influências sócio-histórico-culturais, caso ocorram, nos topônimos em questão⁶. A análise toponímica dos nomes das *fontes* foi realizada a partir da categorização taxonômica proposta por Dick (1990a), composta por 27 *taxes*, que classifica os topônimos em dois grupos, de acordo com a sua natureza, sendo 11 as *taxes* de natureza física e 16 as de natureza antropocultural. A partir de obras acadêmicas, históri-

⁵ *Toponímia da cidade do Salvador* (2018). Documentário exibido pela TVE Bahia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A3uSVKEKAQY#:~:text=Narrado%20por%20Cid%20Teixeira%2C%20o,na%20Sala%20Walter%20da%20Silveira>. Acesso em: 22 abr. 2019.

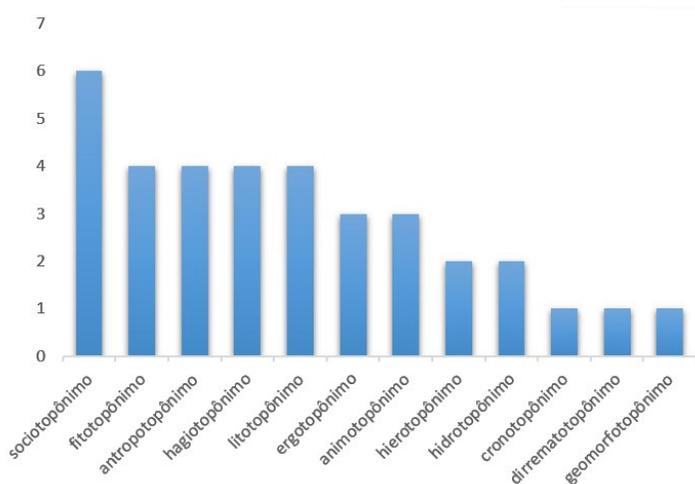
⁶ No *corpus* pesquisado, há ocorrências de fontes homônimas, localizadas em bairros diferentes. É o caso da *Fonte da Bica* (uma no Bom Juá e outra em São Caetano) e *Fonte das Pedreiras* (uma no Comércio e outra na Cidade Nova).

cas e jornalísticas, bem como documentos oficiais e extraoficiais junto aos órgãos públicos, buscamos conhecer as motivações das lexias examinadas, bem como acessar a história das *fontes* soteropolitanas. Por se tratar de um estudo de caráter interdisciplinar, buscamos demais pesquisas e projetos sobre as *fontes* naturais do Salvador, em diversas áreas do conhecimento, como História, Geografia, Arquitetura, Hidrologia, Biologia e Literatura que, apesar de escassas, tais informações foram imprescindíveis para o preenchimento das algumas lacunas deixadas pelo tempo. As informações obtidas foram sistematizadas em fichas lexicográfico-toponímicas, cujo modelo foi adaptado ao proposto por Dick (2004), organizadas em ordem alfabética a partir do termo específico (topônimo), relativas a dados históricos, morfológicos, etimológicos (quando possível) e motivacionais dos topônimos constantes do *corpus*, com imagens fotográficas das respectivas *fontes*, acrescentadas as demais informações pertinentes (vide anexo 1). E, finalmente, a partir das fichas, realizamos a análise dos dados, apresentando em gráficos os resultados obtidos, seguidos de nossas considerações, conforme exposto a seguir.

6. SABOR E SABER: ANÁLISE TOPONÍMICA DAS FONTES PESQUISADAS

Inicialmente, de maneira global, apresentamos as 12 *taxes* encontradas no presente estudo, conforme gráfico a seguir:

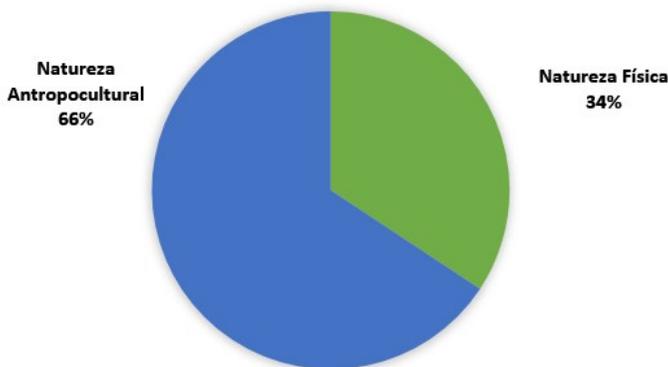
Gráfico 1 – Panorama das taxes observadas



Fonte: Abbade (2020)

Das 27 taxonomias toponímicas propostas por Dick (1990a), observamos a ocorrência de 12 delas nos topônimos das *fontes públicas naturais* presentes em estudo. Partindo-se do geral para o específico, como primeira classificação, as taxonomias toponímicas podem ser de natureza *física* ou *antropocultural* (DICK, 1990a). No *corpus* analisado, verificamos a predominância de topônimos de natureza antropocultural, num total de 23, que correspondem ao percentual de 66%, enquanto os de natureza física, a ocorrência é de apenas 12 topônimos, num percentual de 34% do universo pesquisado, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxonomia quanto à natureza (física ou antropocultural)



Fonte: Abbade (2020)

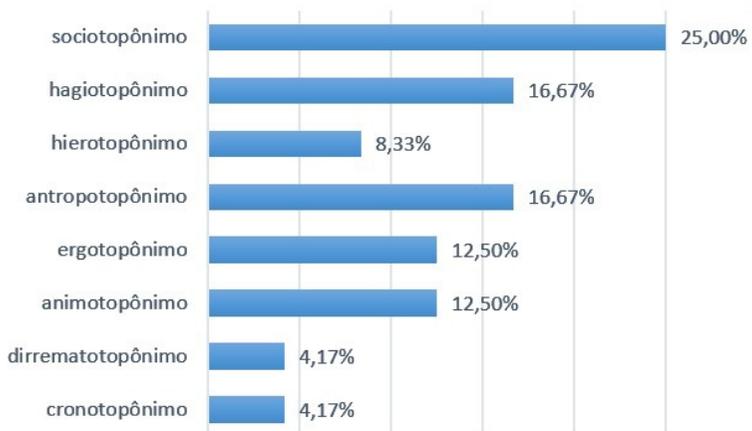
Como se pode perceber, há predominância dos topônimos de natureza antropocultural, o que pode nos levar a considerar a função das *fontes* soteropolitanas, em que muitas foram construídas no período da edificação da cidade do Salvador, justamente para facilitar o acesso à água doce, um dos principais fatores na escolha do sítio ideal para se construir a primeira capital do país. Embora a água seja um bem de consumo de ordem física, a relação do homem com a água se reflete também na cultura e no léxico, atribuindo às águas, valor que ultrapassa as necessidades biológicas, principalmente nos primeiros séculos de colonização, em que as nascentes eram a principal fonte de água doce para a população.

6.1 Os topônimos de natureza antropocultural

Dentre os 23 topônimos de natureza antropocultural, foram identificados seis sociotopônimos: *Fonte Conjunto Bahia*, *Fonte Banheiro dos Jesuítas*, *Fonte de Biologia*, *Fonte do Gueto*, *Fonte do Horto Florestal* e *Fonte do Zoológico*;

quatro antropotopônimos: *Fonte do Gabriel, Fonte do Pereira, Fonte Davi, Fonte do Unhão*; quatro hagiopotônimos: *Fonte de Santa Luzia, Fonte de Santo Antônio, Fonte de São Pedro, Fonte Santo Antônio do Cabula*; dois hierotopônimos: *Fonte da Graça, Fonte dos Padres*, três animotopônimos: *Fonte da Estica, Fonte do Queimado, Fonte Vista Alegre de Baixo*; três ergotopônimos: *Fonte da Bica (Bom Juá), Fonte do Baluarte, Fonte da Bica (São Caetano)*; um dirrematotopônimo: *Fonte do Chega Nego*; e um cronotopônimo: *Fonte Nova*. Os sociotopônimos, numa primeira análise, representariam maior percentual entre os topônimos de natureza antropocultural (25%). Entretanto, reconhecendo que os hagiopotônimos (16,67%) são uma subdivisão dos hierotopônimos (8,33%), a soma de ambos é exatamente o mesmo percentual dos sociotopônimos. Em seguida, os antropotopônimos, com percentual de 16,67%; os animotopônimos e os ergotopônimos com o mesmo percentual de 12,50% e, por fim, com 4,17% cada, os dirrematotopônimos e os cronotopônimos, conforme apresentado, a seguir, no Gráfico 3.

Gráfico 3– Taxes de natureza antropocultural



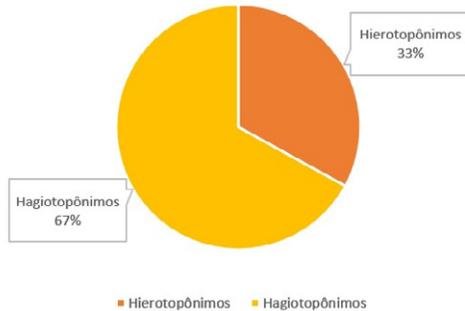
Fonte: Abbade (2020)

Nas taxes de natureza antropocultural, verificamos a predominância dos sociotopônimos, na mesma proporção dos hierotopônimos

somados aos hagiopônimos que, de fato, é uma de suas subcategorias. Por conta disso, mesmo que no gráfico apareçam separadamente, os mantivemos próximos e foram quantificados juntos. Desta forma, tais topônimos ocorrem na mesma quantidade dos sociotopônimos, confirmando a importância da água nas relações sociais e nas relações com o sagrado, permitindo, inclusive, uma analogia à expressão latina *ora et labora* que, em linhas gerais, pode ser remetida aos tempos de edificação da Cidade do Salvador, das *fontes* naturais cujas águas foram fundamentais na construção das fortificações, casas e igrejas, bem como na convivência, pacífica ou truculenta, de seus habitantes invasores, nativos e escravizados que, inevitavelmente, compuseram o matiz cultural soteropolitana.

Dentre as categorias taxonômicas de natureza antropocultural, Dick (1990) subdivide os hierotopônimos (relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemeridades religiosas, associações religiosas e aos locais de culto) em hagiopônimos (relativos a santos e santas do hagiológico católico) e mitotopônimos (referem-se a entidades mitológicas). No presente estudo, não houve ocorrência de mitotopônimos. Como resultado, verificamos a predominância dos hagiopônimos, com o percentual aproximado de 67% em relação aos hierotopônimos, com 33%, conforme observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Hierotopônimos e suas subdivisões



Fonte: Abbade (2020)

Das seis *fontes* classificadas como hierotopônimos e sua subdivisão hagiotopônimos, verificamos que cinco delas são fontes históricas, sendo três tombadas: *Fonte de Santo Antônio*, *Fonte de São Pedro*, e *Fonte dos Padres*; duas são sítios históricos: *Fonte de Santa Luzia* e *Fonte da Graça* que, antes de sua mudança toponímica, era denominada *Fonte de Nossa Senhora da Graça* e, até hoje, no que chamamos de toponímia paralela, figuram ambas as denominações. Tais ocorrências coadunam com o já observado por Dick (1990a, p. 311),

A razão de ser dessa toponímia de origem religiosa encontra no homem, ou no denominador, a sua expressividade, objetiva e concreta. Legítimo produto de uma mentalidade da época, liga-se a todo um processo subjetivo de reflexão, muito mais próximo, portanto, do intangível, que de suas manifestações reais do mundo sensível, a cercar o ambiente natural onde o indivíduo se movimenta.

Como percebemos, além de encontrar no indivíduo sua expressividade objetiva e concreta, a toponímia do sagrado, por assim dizer, também pode ser fruto de dominação e poder, como ocorrido no Brasil, no período colonial, também observado por Dick (1990a, p. 312),

Ninguém ignora, por exemplo, que o Brasil nasceu sob o signo da Cruz e da Fé, e é justamente nesses elementos que se deve ir buscar as raízes da toponímia religiosa nacional, assentada, em seus primórdios, na carta de Pero Vaz de Caminha.

De fato, no período colonial, a prática de batizar lugares com nomes ligados à fé católica foi uma das ordenações do Rei de Portugal, resultando em topônimos como Baía de Todos os Santos, Ponta de Nossa Senhora, Freguesia de São Pedro, entre tantos outros nessa Cidade do Salvador, conforme observado por Coelho Filho (2012, p. 80),

Os nomes escolhidos revelam a necessidade por parte dos portugueses de afirmar e expandir a religião cató-

lica pelo mundo. [...] O catolicismo, mais do que uma religião, era o ideal que unia boa parte dos portugueses, criando a unidade de pensamento capaz de mover o formidável esforço de transposição do oceano.

Retomando aos sociotopônimos presentes no *corpus*, que se referem às atividades profissionais, locais de trabalho e aglomerados humanos, o elevado percentual encontrado não é uma surpresa, visto que as *fontes*, antes da implantação do sistema de abastecimento de água em Salvador no início do século XX, eram verdadeiros pontos de encontro e circulação, tanto dos que iam se abastecer, quanto de quem ia lavar roupa. “Esta era a mulher que levava roupa para a fonte, tipo que está gradativamente desaparecendo” (VIANNA, 1973, p. 151). As lavadeiras eram frequentadoras assíduas das fontes de Salvador e “ir para a fonte poderia significar uma fonte pública ou as muitas existentes por todas as roças da cidade” (VIANNA, 1973, p. 156).

Na figura, a seguir, apresentamos a imagem da obra *Aguadeiros de Salvador*, uma pintura que retrata o acesso a uma *fonte* pública no séc. XIX:

Figura 1 – Aguadeiros de Salvador no séc. XIX



Fonte: Sampaio (2005)

Nos dias atuais, muitos desses equipamentos passam despercebidos pela população, salvo em períodos de racionamento de água, quando parte das comunidades ainda recorre às *fontes* públicas para abastecimento, principalmente nos bairros mais populares conforme imagem a seguir da *Fonte da Estica*, localizada no bairro da Liberdade, em Salvador:

Figura 2 – Fonte da Estica, na Liberdade



Fonte: Jornal Correio, 08/04/2015⁷

A imagem, apesar de recente, analogamente nos remete à primeira, na qual se retrata um passado que, embora distante cronologicamente, ainda se faz muito presente, numa sociedade excludente e cruel que, muitas vezes, subjaz na linguagem e ações, as marcas discriminatórias que nos assolam desde os tempos do Brasil Colonial.

⁷ Site Jornal Correio, de 08.04.2015. *População recorre às fontes históricas de Salvador para garantir abastecimento de água*. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/populacao-recorre-as-fontes-historicas-de-salvador-para-garantir-abastecimento-de-agua/>. Acesso em: 13 ago. 2019.

Dando prosseguimento às taxes encontradas de natureza antropocultural, figuram os antropotopônimos, relativos aos nomes próprios individuais. Tais topônimos são muito utilizados, inclusive na atualidade, com o intuito de prestar homenagem a pessoas consideradas ilustres (muitas vezes apenas pelo nominador), normalmente ligadas ao poder político e econômico, eternizando, assim, a memória daquela pessoa por meio da toponímia. Em relação ao gênero, todos os antropotopônimos encontrados são masculinos, o que também não é novidade, já que nossa sociedade foi construída sobre pilares notadamente patriarcais.

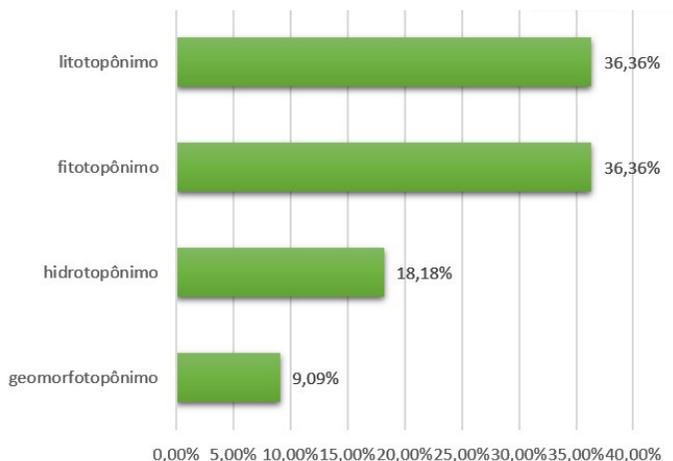
Dos quatro antropotopônimos encontrados, três se referem a personalidades históricas dos séculos XVI e XVII na Cidade do Salvador e as respectivas fontes datam do mesmo período: *Fonte do Gabriel*, relativa a Gabriel Soares, autor do *Tratado Descritivo do Brasil, de 1547*; *Fonte do Unhão*, relativa ao desembargador Pedro Unhão Castelo Branco e a *Fonte do Pereira*, que “foi descoberta por um dos 400 degredados que vieram com Thomé de Sousa, de sobrenome Pereira, junto da qual se estabeleceu para vender água à marinhagem” (BOCCANERA JR, 1921, p. 75). O quarto antropotopônimo, *Fonte Davi*, é uma fonte recente e não sabemos, até o momento, a sua motivação.

Por fim, foram encontrados, ainda, três animotopônimos, três ergotopônimos, um dirrematotopônimo e um cronotopônimo.

6.2 Os topônimos de natureza física

Nas taxes de natureza física predominam, com o mesmo percentual, os litotopônimos, que se referem aos minerais e constituições do solo; e os fitotopônimos, topônimos de índole vegetal, ambos num percentual de 36,36 %. Em seguida, os hidrotopônimos, resultantes de acidentes hidrográficos em geral, com percentual de 18,18% e, por último, os geomorfotopônimos, num percentual de 9,09%, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Taxes de natureza física



Fonte: Abbade (2020)

Dentre os topônimos de natureza física, foram identificados quatro litotopônimos: *Fonte das Pedras*, *Fonte das Pedreiras*, *Fonte das Pedreiras*; *Fonte da Pedra Furada*; quatro fitotopônimos: *Fonte do Gravatá*, *Fonte Chapéu de Couro*, *Fonte da Munganga*, *Fonte do Coqueiro*; dois hidrotopônimos: *Fonte do Dique do Tororó*, *Fonte do Buraquinho* e um geomorfotopônimo: *Fonte do Vale do Tororó*.

Todos os quatro litotopônimos presentes no *corpus* têm em seu sintagma toponímico os elementos “pedra” ou “pedreira”, justamente por onde brotam, por assim dizer, as águas das *fontes*. Na mesma proporção, temos os fitotopônimos, que somados aos litotopônimos, representam o cenário descrito nas cartas e relatos de viagem dos cronistas da época do “descobrimento”, com topografia privilegiada, ampla vegetação nativa e águas infindas, sendo essas características, como já observado, cruciais na escolha do sítio para edificar a Cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos.

Se formos reparar na topografia soteropolitana, várias *fontes* localizam-se na mesma encosta. Trata-se de uma falha geológica (BOMFIM, 2010), denominada Falha de Salvador, característica peculiar que permitiu separar a cidade em dois planos, a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Esta falha geológica originou as *fontes: do Unhão, do Gabriel, das Pedreiras, do Pereira, dos Padres, do Taboão, da Munganga e Banheiro dos Jesuítas*, sem contar as *fontes* que não foram contempladas no presente estudo, pois desapareceram no decorrer do tempo. Todas elas são fontes de vale e permitiam o fácil acesso da população. “O ser humano depende muito do acesso fácil à água: não dispõe de mecanismos para retê-la, por longos períodos, em seu organismo” (TUAN, 1980, p. 134).

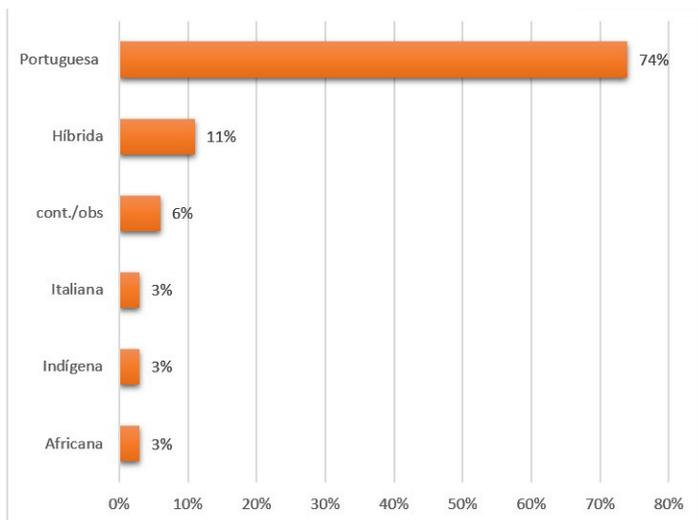
Em relação à vegetação, Bomfim (2010, p. 42) alerta que “[...] a exuberante vegetação original apresenta hoje muita devastação”. E todos os fitotopônimos encontrados se referem a plantas genuinamente tropicais: *Coqueiro, Chapéu de Couro, Gravatá* (bromélia) e a Munganga, uma variante de *Moganga* (do banto) que, segundo Castro (2005) é definida como abóbora moranga. “A *Fonte* da Munganga serviu, inicialmente, aos moradores do Jequitaiá e redondezas. Com o passar dos tempos, sua única bica passou a servir aos feirantes da antiga Água de Meninos” (FELIX, 1982, p. 66). A fonte era bastante frequentada, abastecendo a população e trabalhadores da Feira de Água de Meninos, onde “[...] as bananas, o côco, a batata doce, o milho verde, o chuchu, a farinha, **a abóbora** (grifo nosso), em grandes montes, se espalham pelo chão” (BRANDÃO E SILVA, 1958, p. 223).

6.3 A origem linguística dos topônimos pesquisados

Em relação à origem linguística, verificamos que os topônimos são predominantemente de origem portuguesa, com percentual de 74%. Em sequência, os de origem híbrida, com 11%. Os topônimos de origem lin-

guística africana, com 3%; indígena 3% e italiana também com 3%. Os de origem linguística controversa ou obscura perfizeram um percentual de 6%, conforme identificado no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Origem linguística dos topônimos



Fonte: Abbade (2020)

Dos 35 topônimos pesquisados, numa ordem crescente, observamos um de origem africana: *Munganga*, um de origem indígena: *Gravatá*; (ambos fitotopônimos), um de origem italiana: *Gueto* que, diferentemente da etimologia, tem motivação genuinamente afro, visto que foi denominada por estar perto do *Candeal Gueto Square*, espaço cultural promovido por Carlinhos Brown e, cujas águas da *fonte* serviram de inspiração para a música *Água Mineral*, de sua autoria, gravada pela Timbalada em meados da década de 90.

Em seguida, quatro de origem híbrida: *Santo Antonio do Cabula*; *do Chega Nego*, *do Vale do Tororó* e *do Dique do Tororó*, confirmando a miscigenação cultural do povo brasileiro, refletindo, assim, na linguagem, no léxico de seu povo; duas de origem controversa ou obscura, *do Buraquinho* e *da Estica* que, de certa forma, também corroboram a testificação desse matiz etnocultural de nosso país.

E, por fim, as demais 26 fontes têm origem portuguesa. Conforme o esperado, a predominância de topônimos provenientes da língua portuguesa é notória, cenário em que nomenclatura combina com dominação, utilizando-se os nomes como marcadores ideológicos (DICK, 1998), associando toponímia e poder (RAMOS, 2006) que, muitas vezes, andam de mãos dadas.

Com a chegada do europeu, no séc. XVI, junto a esses nascedouros, foram edificadas estruturas, por questões de proteção e até mesmo, controle, conforme observado por Danneman (2018, p. 20),

Os lugares em que a água brotava da rocha recebiam elementos arquitetônicos (bacias de recolhimento, espaldares, bicas), como forma de organizar sua distribuição e como marcação visual dos pontos essenciais para a sobrevivência da população. Simbolicamente, expressaram a linguagem dos que ocupavam o território e se apossavam dos seus recursos.

Não podemos perder de vista que, no séc. XVI, essa região já era povoada pelos Tupinambás que, por razões óbvias, se abasteciam nas fontes naturais da região e, para diferenciá-las, supõe-se que elas deveriam ter alguma denominação, mesmo integradas à natureza, como tantos topônimos de origem indígena da época, como a própria *Kirimurê*, rebatizada como Baía de Todos os Santos pelos portugueses.

PALAVRAS FINAIS

Estudar os hidrônimos da Bahia, por meio do projeto ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia, originou a presente pesquisa, que teve como objetivo principal o estudo toponímico de *fontes* naturais públicas soteropolitanas. As leituras e a pesquisa de campo permitiram experimentar, ou melhor, experienciar, de fato e de direito, o que os estudos onomásticos visam alcançar: a linguagem viva, traduzindo a vivência cultural de um povo através dos nomes, nesse caso, os topônimos que designam essas nascentes.

As *fontes* públicas de Salvador merecem maior atenção, pois além de serem pontos vivos de preservação ambiental e cultural, muitas delas, tombadas ou não, fazem parte dos bens materiais de Salvador, pois “[...] as edificações são como livros que [...] podem nos dizer muitas coisas acerca de um determinado povo e de um determinado lugar” (GALEFFI, 2011, p. 1). De fato, dentre tantas linguagens, a arquitetura, por meio do patrimônio edificado, expõe, literalmente, um discurso material, físico, concreto, tal qual os topônimos que, entre outros signos, constituem o patrimônio vivo de uma língua e precisam ser observados pelos pesquisadores, governantes e sociedade.

Salvador é, de fato, a cidade das águas. Seus aquíferos, bacias, *fontes*, rios, praias e baía foram fundamentais para a sua edificação, lá em meados do séc. XVI e, até hoje, é um fator que atrai pessoas de todo o mundo, em busca do paraíso divulgado por Caminha, Gabriel Soares, entre outros expedicionários e cronistas. Paraíso este, mais tarde, ressignificado e problematizado por Jorge Amado e, de maneira própria e inimitável, apresentado por Dorival Caymmi, inclusive, na paradoxal expressão “É doce morrer no mar”. Além das belezas naturais, clima agradável, água abundante e bons ares, tais obras ajudam a promover a *topofilia*⁸ em Salvador, a “Cidade da Bahia”. Segundo Tuan (1980, p. 131):

⁸ A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material (TUAN, 1980).

Não é difícil entender a atração que exercem as orlas marinhas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado, as reenâncias das praias e dos vales sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia.

A *topofilia* fez e faz de Salvador uma capital diferente das demais. Mesmo tendo problemas estruturais que se arrastam desde a invasão europeia, intensificados pelo massacre aos povos indígenas, em nome da fé, seguido dos horrores da escravidão, ainda assim, o seu povo vem conseguindo alinhar sua história de resistência e conquista com a fluidez de um rio, desviando de obstáculos com uma primazia que impressiona e, ao mesmo tempo acalenta, atribuindo, assim, qualificadores como “terra da felicidade” e, segundo Bochichio (2003), “Salvador das mil fontes”.

Chevalier (2001) esclarece que a água sempre foi um elemento de grande importância nas variadas culturas, que vai muito além do aspecto biológico, refletindo-se na cultura e transbordando no léxico de seu povo. Para Bachelard (1997), a água é a senhora da linguagem fluida. Já Roque Ferreira, compositor baiano, diz que “[...] toda fonte é sagrada, toda água é doce, toda alma é pura, toda aura é bela”⁹.

Voltando ao nosso leito percorrido, com pedras, desvios, achados e outras características naturais a qualquer percurso, a Lexicologia, por meio da Onomástica, serviu de bússola para nos guiar nesta incursão, rumos aos topônimos das *fontes* presentes no *corpus*, trazendo à tona informações, fatos, lendas e mistérios dessa cidade plural e diversa – por vezes adversa e alheia aos filhos seus – em busca de conhecimento, nesse indissociável triplo amálgama linguagem, cultura e sociedade.

⁹ Água Doce. A autoria de Roque Ferreira, compositor baiano.

Após levantamento bibliográfico interdisciplinar, em áreas além da Linguística, como História, Geografia, Turismo, Antropologia, Arquitetura, Mitologia, Literatura e Hidrologia, visto que os estudos onomásticos podem e devem beber de outras “fontes”, nos foi possível comprovar, *a priori*, que estudar o léxico de uma sociedade, além de contribuições linguísticas, possibilita a emersão de aspectos sociais, históricos, políticos e étnicos de um povo, ou seja, os elementos identitários de sua cultura, pois conforme observado por Seabra (2006), é por meio do léxico que os indivíduos se expressam e expressam seus valores, construindo a sua história, logo, estudar a língua inserida na cultura é algo essencial, já que a língua, por sua vez, é um recorte da realidade (ROBI, 1975), não apenas um elemento da cultura.

DaMatta (1986) reconhece a palavra “cultura” como um conceito chave para a interpretação da vida social, também observado em Durante (2000) que, no sentido antropológico, conceitua cultura como algo distinto da natureza, como *conhecimento distribuído*, comunicação, mediação e interação. E, nesse arquipélago social, histórico e linguístico, não podemos deixar de observar a especificidade cultural (SILVA, 2011 *apud* BATORÉO, 2015), já que o culturalmente específico particulariza o uso das lexias de determinada cultura, ou seja, diferentes grupos sociais refletem diferentes grupos linguísticos.

De fato, por meio das palavras, conforme já observado, ordenamos e compreendemos o mundo. Para Gnerre (1994), as palavras não têm realidade fora da produção linguística e, ainda, atenta para o poder de algumas palavras que, em geral, expressam os valores aceitos e ditados pelas classes dominantes, conforme observado, inclusive, no *corpus* do presente trabalho. As *fontes* soteropolitanas, principalmente as nomeadas entre os séculos XVI e XVIII, em sua maioria, trazem nas respectivas nomenclaturas, conforme modelo teórico proposto por Dick (1990a), os hierotopônimos, relativos a nomes sagrados (nesse caso, do catolicismo)

e os antropotopônimos, relativos a nomes de pessoas que, no estudo em questão, todos são ligados a homens ilustres, pertencentes à sociedade patriarcal da época. Enfim, “o topônimo configura-se como um índice de traços culturais, históricos e linguísticos de determinado espaço geográfico” (ISQUERDO; DARGEL, 2014, p. 63). Da mesma forma, em relação à origem linguística, quase 75% das denominações são oriundas da língua portuguesa, conforme o esperado. Tais resultados demonstram, como já observado por Dick (1998) e Ramos (2006), que nomenclatura e ideologia, associados, muitas vezes resultam em poder e dominação.

E, por falar em poder, item lexical polissêmico e homonímico, retornamos à água que, originalmente, inspirou a realização deste trabalho. Apesar de a representatividade sociocultural da água ser observada globalmente, a relação de Salvador com esse elemento tão simples e, ao mesmo tempo imprescindível, faz dela uma cidade que, apesar da dureza de suas mazelas diárias, consegue ser fluida, límpida e transparente, quer num olhar de aconchego, quer num sorriso largo e franco do povo soteropolitano. Assim como a linguagem interpenetra a experiência (SAPIR, 1961) e, mais que um instrumento de comunicação, a linguagem é uma atividade constitutiva do ser humano (FRANCHI, 2011), a água é também elemento que nos constitui, visto que grande parte do corpo humano (e demais seres vivos) é composto por água.

Assim sendo, esperamos, com este trabalho, contribuir de alguma forma para que as fontes públicas naturais soteropolitanas sejam reinseridas, dignamente, no cenário urbano de Salvador, restituindo-lhes o poder de *topos*, ou seja, lugar geográfico, turístico e discursivo e, mais ainda, que essas fontes sejam requalificadas, como patrimônio histórico e ambiental que são, por natureza. Da mesma forma, que sejam consideradas patrimônio linguístico de Salvador e tenham seus nomes próprios grafados e legitimados em placas públicas que as identifiquem, devolvendo à população o sentimento de pertencimento, pois o topônimo estabelece um elo

com a comunidade, nessa relação homem/ espaço. Quem sabe, assim, tais fontes não tenham o mesmo fim da *Fonte do Pereira*, restando-lhe, apenas a placa incrustada no paredão que a dizimou, conforme figura a seguir, tal qual sua transcrição:

Figura 3 – Placa Fonte do Pereira



*“Aqui houve a Fonte do Pereira até o
ano de 1912. Sendo estabelecida
em 1599 por um indivíduo com tal
nome. Nella se abasteciam os navios
da precisa água, quando neste lugar
batia o mar, que se foi recuando à
proporção que se foram contruindo
caes, que do actual é o terceiro”*

Fonte: Abbade (2020)

Como se percebe, a placa histórica funciona como uma espécie de lápide, evidenciando, inclusive, o poder da língua, já que, por meio dela, foi possível manter viva a sua memória. Em suma, se a água é mole ou a água é dura, a maior riqueza está nessa mistura de palavras que nos levam a lugares físicos e lendários, sons, aromas e temperaturas, desvelando segredos, reescrevendo a história e fortalecendo a cultura.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. ATOBAH: proposta de elaboração do atlas toponímico da Bahia. **Caletroscópio** –Volume 4/ n. Especial – II DIVERMINAS, 2006, p. 576–588 . Disponível em: <https://periodicos.ufop.br:8082/pp/index.php/caletroscopio/article/view/3681/2901>. Acesso em 12 out. 2018.

ABBADE, Celina Márcia de Souza. A lexicologia e a teoria dos campos lexicais. **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. XV, n. 5, t. 2 XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2011. (Congresso). p. 141–161. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf. Acesso em 20 abr. 2018.

ABBADE, José Martins. **Água doce, o saber que vem das fontes**: estudo toponímico de fontes na cidade do Salvador. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) - Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da vida inteira**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BASSETO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: História Interna das Línguas Românicas, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

BATORÉO, Hanna J. Linguística Cultural e o estudo do léxico da Língua Portuguesa (PE e PB): A linguagem em uso, os sentidos múltiplos e as operações de perspectiva competitiva. In: ALMEIDA, A. Domingues Almeida; SANTOS, E. Santana dos; SOLEDADE, J. (Eds.), **Saberes lexicais**: Mundos, mentes e usos. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 217–254.

BOCCANERA JR, Sílio. **Bahia histórica**. Reminiscências do passado. Registros do presente. Salvador: Typ Bahiana de Cincinnato Melchides, 1921.

- BOCHICHIO, Regina. Salvador das mil fontes. **Jornal A Tarde**, 03 ago. 2003.
- BOMFIM, Juarez Duarte. **O centro histórico da cidade do Salvador**. Sua integração sociourbana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.
- BRANDÃO, Darwin; SILVA, Motta. **Cidade do Salvador**: caminho do encantamento. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- CÂMARA Jr. J. Mattoso. **Princípios de linguística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2005.
- CHEVALIER, Jean. **Dicionário de Símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- COELHO FILHO, Luiz Walter. **A fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2012.
- DAMATTA, Roberto. **Você tem cultura?** Explorações: ensaios de sociologia interpretativa, Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 121–128.
- DANNEMANN, João Carlos Silveira. **Arquitetura da Água em Salvador**: Legibilidade na Preservação de Fontes e Chafarizes Públicos. 2018. 371 fls. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A toponímia como meio de investigação linguística e antropológica. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **Estudos geolingüísticos e dialetais sobre o português**: Brasil – Portugal. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 215–231.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. V. 2. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 121–130.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica Linguística**, João Pessoa/ Plêiade, v. 7, nº 01, p. 97–122, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia do Brasil**: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DURANTI, Alessandro. **Antropología Linguística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FÉLIX, Anísio. **Bahia, prá começo e conversa**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, BA, 1982.

FERNANDES, Millôr. **O homem do princípio ao fim**. Floresta: L&PM, 2001.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – atividade constitutiva. In: FRANCHI, Eglê; FIORIN, José Luis (org.). **Linguagem atividade constitutiva**. Teoria e Poesia. São Paulo: Parábola, 2011. p. 33-47.

GALEFFI, Lígia Maria Larcher. **Patrimônio edificado**: um livro em forma de arquitetura. Salvador: IPAC, 2011. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/patrimonio-edificado.pdf>. Acesso em 20 set. 2018.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, Escrita e Poder**. 1ª reimpressão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GONÇALVES, Mario Jorge de Souza. **Glossário de hidrologia**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2002.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e toponímia: interferências entre meio ambiente e história. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani (orgs.). **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. 7, Campo Grande: Editora UFMS, 2014. p. 63–80.

PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Toponímia e poder: a igreja e a política na formação da toponímia dos municípios da Bahia. Rio de Janeiro: **CiFEFil CADERNOS do CNLF**, Rio de Janeiro, Vol. X, n. 14, X Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2006 (Congresso). s/p.

ROBI, Affonso. Língua e recorte da realidade. **Revista LETRAS**, Curitiba/UFPR, v. 24, p. 3–20, 1975.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Cinquenta anos de urbanização**: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Elizabete *et al.* **O caminho das águas de Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: SAPIR, Edward **Linguística como ciência**. Ensaio. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1969 [1916].

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Língua, Cultura e Léxico. In: SOBRAL, Gilberto Nazareno; LOPES, Norma da Silva; RAMOS, Jânia Martins (orgs.). **Linguagem, sociedade e discurso**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 65–84.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, José Sueli de. ; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (orgs). **Múltiplas perspectivas em Linguística**, Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 1953–1960.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. ATEMIG Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do ATB. Múltiplas perspectivas em linguística: **Anais** do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL). Uberlândia: ILEEL, 2006, p. 1945–1952

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**. 2004. 368 f. 2 v. Tese. (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALS, Amparo Tusón. Prólogo a la edición española. In: DURANTI, Alessandro. **Antropología Lingüística**. Madrid: Cambridge University Press, 2000, p. 7–10.

VIANNA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim**. Salvador: Itapuã, 1973.

ANEXO 1

Quadro 1 – Exemplo de ficha Lexicográfico-toponímica (ABADDE, 2020)

01 – FONTE DO BALUARTE			
TOPÔNIMO	(do) Baluarte	TAXONOMIA	Ergotopônimo
TIPO	Tombada	NATUREZA	Antropocultural
LOCALIZAÇÃO:	Ladeira de Água Brusca, s/n, Santo Antônio.		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA :	Elemento específico simples.		
ORIGEM:	Portuguesa. BALUARTE . Fortaleza inexpugnável. Do prov. ant. <i>baluart</i> , através do fr. <i>boulevard</i> 'trincheira' (HOUAISS, 2009)		
HISTÓRICO:	n/e		
IMAGENS			
			
(BAHIA, 1975)	(ABBADE, 2019)	(ABBADE, 2019)	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS			
A Fonte do Baluarte situava-se na ladeira da Água Brusca, aos fundos do baluarte ou fortaleza na freguesia Santo Antônio Além do Carmo, originária do séc. XVIII. (NUNES NETO, 2014). Segundo Wanderley (1980), seu frontispício tem semelhança aos das igrejas baianas do séc. XVIII. A fonte foi tombada em 1981 (IPAC).			
Nota: Atualmente, está desativada e possui uma grade, que permanece fechada.			
CONTEXTO			
<i>Os traços barrocos ainda são visíveis, mas o estado de conservação da Fonte do Baluarte, na Ladeira da Água Brusca, também é deplorável.¹</i>			

Fonte: Arquivo dos autores 2021.

¹⁰ Site Jornal Correio, de 17.08.2009. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/antigas-fontes-da-capital-baiana-sao-entregues-ao-descaso/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

TOPONÍMIA PARALELA NA CIDADE DE PEDRO LEOPOLDO: MEMÓRIA E HISTÓRIA NO ATO DE NOMEAR E RENOMEAR¹

Letícia Rodrigues Guimarães Mendes

INTRODUÇÃO

A toponímia urbana, bem como a toponímia paralela, têm sido alvos constantes de inúmeras investigações no território mineiro e nacional. Este texto discute dados sobre tais temáticas, por meio de um estudo realizado no município de Pedro Leopoldo – MG. A cidade faz parte da região Metropolitana da Capital Mineira, Belo Horizonte, e é um dos berços mais antigos da civilização humana, pois em território pedroleopoldense foi encontrado o crânio de Luzia, cuja idade estimada é de 11 ou 11,5 milhões de anos, “o que faz dele, até o momento, o fóssil humano mais antigo descoberto nas Américas” (MARTINS, 2006, p. 19)². O interesse pelo assunto nasceu a partir de leituras de pesquisas já realizadas no mesmo campo (FARIA; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008; VIEIRA, 2000; FAGION; MISTURINI, 2014; FARIA, 2017, entre outros), as quais têm se mostrado proficuas para a área da toponímia urbana.

Muitos pesquisadores têm se debruçado ao estudo de fenômenos linguísticos presentes em seus próprios locais de nascimento ou em ci-

¹ Este trabalho discute resultados de pesquisa desenvolvida no ano de 2018, apresentados em forma de comunicação oral no V CIDS – Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística, realizado em Salvador, BA, no período de 11 a 14 de setembro. O trabalho não foi publicado.

² No território pertencente hoje a Pedro Leopoldo, bem como na cidade vizinha de Lagoa Santa e nas áreas cársticas adjacentes, há inúmeros campos arqueológicos em que foram descobertos restos humanos e de animais relativos ao período da ocupação das Américas pelo homem. Peter Lund, naturalista dinamarquês, já realizava pesquisas na região por volta dos anos de 1840 (MARTINS, 2006, p. 19–26).

dades em que atualmente residem. Desenvolver uma investigação tendo como pano de fundo esse ambiente é algo que desperta curiosidade e entusiasmo ao pesquisador: é comum que suposições preestabelecidas a respeito da motivação da escolha de alguns nomes de logradouros públicos (por conhecer histórias ou ouvir contar fatos do imaginário popular sobre a cidade e suas personagens) sejam evocadas. O foco deste texto é discutir casos de toponímia paralela no município de Pedro Leopoldo, na nomeação de acidentes humanos (ruas, avenidas, igrejas e praças) e verificar em que proporção esse tipo de toponímia representa aspectos sociais e culturais dessa região, por meio da língua e do ato de nomear e renomear. Buscam-se, assim, valendo-se de pesquisa embasada na teoria toponímica e nos estudos sobre variação e mudança, respostas sobre o tema de investigação proposto.

Os nomes fazem parte da memória coletiva das cidades e podem revelar, muitas vezes, traços representativos de determinado ambiente e do modo de ali se viver, legitimando, assim, a identidade cultural de um povo. Esse tipo de estudo tem se mostrado relevante tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade não acadêmica, uma vez que os próprios cidadãos comuns podem tomar ciência sobre o ambiente que os rodeia, além de representar uma forma de resgate e preservação da memória do lugar.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Pelo ato de nomear, constroem-se legados e histórias, de modo que a memória social de uma comunidade é perpetuada. No campo da Onomástica, nos estudos da Toponímia, faz-se possível conhecer, pelo levantamento e análise dos topônimos, como a cultura influencia a toponímia de determinada região. Para Duranti (2000), o estudo da língua, quando inserido no universo cultural, abarca o amplo campo da antropo-

logia, uma vez que a linguagem é examinada pelo prisma dos interesses desta ciência, que abarca a reprodução e a transmissão da cultura, bem como sua relação com diferentes formas de organização social.

Em Sapir (1969), como defendido também por Dick em diversos de seus estudos (1990a; 1990b; 1998; 1999; 2004), tem-se que essa relação do homem com seu ambiente, cultura e língua apresenta-se como rico repositório no qual se descortina, muitas vezes, a própria panorâmica regional, em seus diversos aspectos; o estudo antropológico da língua conduz ao estudo da cultura e da sua relação com questões linguísticas. Sobre a mesma temática, Seabra (2004, p. 29) postula que,

[...] considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração em geração como signos operacionais, é através dos nomes que o homem exerce sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo reflexões e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerada como testemunho de uma época.

Os estudos toponímicos têm como foco, ademais, a motivação dos nomes, que pode estar relacionada a aspectos antropolinguísticos, geo-históricos ou socioeconômicos. Segundo Dick (1998), a análise toponímica deve levar em conta diversas particularidades, como as mudanças dos nomes, sua evolução fonética e os inúmeros tipos de alterações pelas quais passa. Para o desenvolvimento da investigação cujos resultados são aqui apresentados, tomou-se como base a perspectiva diacrônica, partindo do presente, na observação do nome, voltando ao passado, para buscar sua motivação e voltando ao presente novamente, para verificar como os atuais frequentadores/moradores veem o local nomeado e como com ele se relacionam.

Dauzat (1926) considera que a pesquisa etimológica sobre o nome de determinado lugar não deve ser feita apenas levando-se em consideração a sua forma atual, pois é necessário voltar ao passado e estabelecer relações com as várias formas até encontrar a mais antiga a que se tem menção. Além disso, o autor acredita que as diferentes formas do nome permitirão ao pesquisador rastrear as alterações que, frequentemente, ocorrem ao longo dos anos.

No desenvolvimento deste estudo, considerou-se ainda a questão da motivação toponímica, tendo como principal característica os traços semânticos, baseando-se em Dick (1990b) e em Souza (2007). Dick (1990b) explicita que o elemento linguístico, na nomeação, de comum passa a ter função identificadora de lugares, integrando um processo indissociável de motivação. Para essa autora, embora existam várias teorias que procurem estabelecer e/ou fixar a natureza dos motivos, esses, são, de modo geral, influenciados por fatores biológicos, sociológicos, psíquicos, sobrenaturais e racionais; parece existir um consenso a respeito da substância motivadora desses elementos.

Por seu turno, Souza (2007) defende que a motivação apresenta duplo aspecto, sendo o primeiro relativo à intenção do denominador na escolha do nome, influenciado por fatores objetivos e subjetivos e, num segundo aspecto, há de se considerar que a nomeação pode estar relacionada à etimologia das palavras, às questões semânticas relacionadas ao termo, revelando, assim, transparência ou opacidade, o que dificulta a identificação de sua origem. Por isso, o estudo toponímico reveste-se de grande valia para a recuperação de diversos fenômenos relacionados à língua de uma comunidade e ao seu lugar de ocupação.

1.1 A toponímia paralela

A toponímia paralela, como o próprio nome indica, é a designação atribuída a um topônimo que “caminha” ao lado dos nomes oficiais dos acidentes. Segundo Vieira (2000), muitas vezes as denominações paralelas, ou não oficiais, estão presentes apenas no cotidiano popular, sendo ignoradas pela administração pública. Por esse motivo, os nomes paralelos sofrem ameaça constante de desaparecimento, caso caiam em desuso. São muitas as razões para que isso aconteça, como o distanciamento temporal dos fatos que podem ter gerado a motivação do signo toponímico, uma vez que permanecem apenas na memória de alguns usuários.

Ainda para Vieira (2000), no nome não oficial, ou seja, nos casos de toponímia paralela, pode ocorrer um fenômeno capaz de “padronizar” um comportamento linguístico social, mesmo que sem intenção. Além disso, nem sempre haverá a completa transparência de alguns topônimos paralelos pelo fato de atenderem um grupo específico de usuários. “Os topônimos paralelos, portanto, necessitam de registro [...] por trazerem em suas formas, inúmeras vezes, evidências claras do cotidiano, tornando-se valiosos fundos de memória social” (VIEIRA, 2000, p. 02).

O estudo no qual se pauta este trabalho não teve como objetivo a classificação de cada topônimo paralelo, segundo o faz Vieira (2000). O *corpus*, na pesquisa aqui exposta, se compôs de um conjunto restrito de topônimos e a proposição foi catalogar os nomes oficiais desse *corpus*, bem como os seus paralelos e ainda observar a existência e a espontaneidade desses junto aos usuários. Busca-se ainda propor uma diferenciação entre a adoção de nomes de forma *oficial* e *formal* pela administração pública e por outros órgãos, como a imprensa e outros tipos de publicações. Nesta investigação, considerou-se como *oficial* o uso dos nomes dentro das publicações feitas pela Prefeitura Municipal, que é a representante legal dos documentos no município, nas áreas pesquisadas; já como *não oficial* definiu-se o uso dos nomes em documentos impressos oriundos de

outros órgãos, como listas telefônicas, notícias, entre outros; documentos aos quais se atribuiu a denominação de *formal*, neste trabalho.

Foram observados, conforme postulam Faria, Nascimento e Nascimento (2008), os aspectos mais gerais do topônimo paralelo, listados a seguir: a) sua existência não oficial; b) seu caráter espontâneo; c) sua fácil aceitação e, d) o fato de o nome paralelo ter seu uso mais restrito do que o topônimo oficial. No caso específico deste trabalho, observou-se a ocorrência e o uso *oficial* ou *não oficial* dos nomes, bem como o uso *formal*, conforme já postulado. Têm-se, como base de análise, os dados oferecidos pelos entrevistados, apresentados na próxima sessão, acerca de cada um dos topônimos examinados, além de outros documentos.

Não se pode deixar de observar ainda que este estudo busca relacionar os nomes estudados à cultura, à história e à memória do município, pois, “[...] tanto na Toponímia como na Antroponímia, melhor dizendo, na Onomástica em geral, ocorrem os interditos de marcas, cujas causas originam-se nos próprios costumes e hábitos do grupo, definidores da macrovisão de sua cultura” (DICK, 1998, p. 99).

2. CAMPO DE PESQUISA: PEDRO LEOPOLDO – MG

Conforme mencionado na introdução, em território pedroleopoldense foi encontrado um dos fósseis humanos mais relevantes para a história da paleontologia atual: o crânio de Luzia. O município relaciona-se, numa perspectiva mais moderna, à chegada das bandeiras paulistas à porção central de Minas Gerais, no último quartel do século XVII. A bandeira de Fernão Dias Paes Lemes, que saiu de São Paulo em 21 de junho de 1674, segundo Martins (2006, p. 34), “é associada ao momento inicial do povoamento colonial da região onde se situa o atual município de Pedro Leopoldo”.

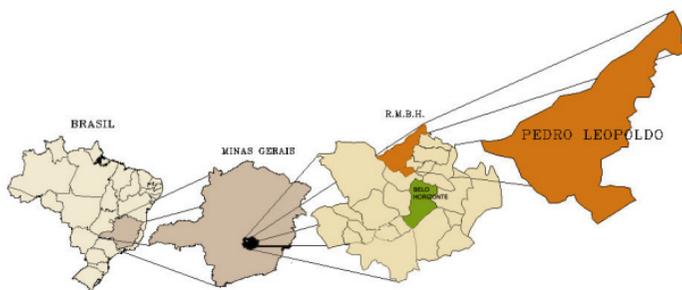
Segundo esse mesmo autor, o território atual da cidade em questão integra-se à rede de caminhos que cortou Minas Gerais e a interligou ao norte e ao sul do Brasil, pois “existiam no local fazendas dedicadas ao abastecimento das áreas mineradoras do centro de Minas” (MARTINS, 2006, p. 16). Trata-se, assim, de uma região antiga, pois os bandeirantes, em seu trajeto em busca de esmeraldas, foram abrindo caminhos pelo interior e chegaram à localidade que compreende na atualidade o território de Pedro Leopoldo por volta do ano de 1680, plantando diversas povoações pelo caminho. Permaneceram ali, principalmente, índios e escravos que, na obrigação de cultivar a terra para o abastecimento das expedições futuras, acabaram por se estabelecer na região.

Pedro Leopoldo foi elevado à categoria de município no dia 27 de janeiro de 1924. O seu nome é uma homenagem ao engenheiro Pedro Leopoldo da Silveira, que trabalhou no planejamento da malha ferroviária que corta a cidade, um projeto pertencente à expansão da Estrada de Ferro Central do Brasil. O Sr. Pedro Leopoldo faleceu por volta de 1895, durante a execução de seu trabalho. Como a estação ferroviária era uma referência para o local, rapidamente o nome oficializou-se e a localidade, antigamente chamada de Cachoeira das Três Moças ou Cachoeira Grande, passou a ser conhecida como Pedro Leopoldo.

Na atualidade o município, bem como outras cidades do entorno, integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A cidade possui, segundo o último censo levantado pelo IBGE (2018), 64.258 moradores residentes. A sua área territorial total é de 292,947 km², divididos entre a sede (Pedro Leopoldo) e seus distritos: Doutor Lund, Fidalgo, Lagoa de Santo Antônio e Vera Cruz de Minas. Tem-se, na sequência, na Figura 1, o mapa do município e sua respectiva localização.

Figura 1 – Pedro Leopoldo – MG – localização

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO
Minas Gerais - 2003



FONTE: GeoMina, BH, 1998. Adaptação: Rosemary Campos Ribeiro

Fonte: Barbosa (2002, p. 9)

Pedro Leopoldo guarda em si rica história por trás de seu passado, que influencia seu presente e influenciará seu futuro. Faz-se relevante trazer à tona, por meio de pesquisa, fatos que possibilitem que os habitantes do município conheçam mais sobre suas origens e outros aspectos relacionados à sua cultura, sociedade e realidade. Dick (1998, p. 98) considera que “[...] a linguagem como fato social põe em destaque ações, atividades, valores e referenciais do cotidiano do grupo”. Paz (1993, *apud* DICK, 1998) considera que a linguagem vai muito além de ser apenas um fenômeno cultural, pois constitui, ao mesmo tempo, os fundamentos da sociedade e a expressão social do homem em sua completude. Assim, acredita-se que a toponímia paralela é capaz de revelar e, também, de

[...] rememorar a história de uma cidade, de qualquer lugar público, patrimônio de todos que ali também se constituíram nas suas histórias pessoais, permite que se lance nova luz aos sujeitos comuns, munda-

nos, ordinários, visto que a memória se revela e se realiza por meio deles. (FARIA; NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008, p. 05).

3. METODOLOGIA

Neste trabalho, tem-se como objeto de investigação dez topônimos. A seleção se deu pelo fato de serem frequentemente usados pela população, reconhecidos na sede e nos distritos de Pedro Leopoldo. Englobam: três avenidas, três bairros, uma igreja, uma praça e duas ruas. Quanto à localização, cinco estão na região do centro da cidade e os demais se situam em diferentes bairros e distritos do município. Seguem, listados no Quadro 1, os nomes que são alvo deste estudo, tanto em sua forma oficial, quanto paralela, organizados em ordem alfabética.

Quadro 1 – Topônimos oficiais e paralelos em Pedro Leopoldo – MG

TOPÔNIMO OFICIAL	TOPÔNIMO PARALELO
Avenida Coronel Juventino Dias	Avenida Cauê
Avenida Gil Antônio Pereira	Avenida das Antenas/da Cemig
Avenida Rômulo Joviano	Avenida da Fazenda Modelo
Bairro Lagoa de Santo Antônio	Cochos
Bairro Santo Antônio da Barra	Bairro Matuto
Bairro Teotônio Batista de Freitas	Bairro da Lua
Igreja de Nossa Senhora Desatadora dos nós e Santo Expedito	Igreja dos Bexiguentos
Praça Getúlio Vargas	Praça do Japonês
Rua Comendador Antônio Alves	Rua Principal
Rua Lúcio Cardoso Teixeira	Morro dos Apartamentos

Fonte: Elaboração da autora.

Para a investigação dos topônimos escolhidos, tomou-se como base o registro oficial e o formal de cada nome (conforme explicitado no item 1.1 deste texto) registrado nos mapas da cidade, em documentos veiculados pela Prefeitura Municipal e, também, por meio da lista telefônica da cidade (em suas últimas versões impressas, nos anos de 2013/2014). A escolha por esses documentos se fez com base em pesquisas anteriores na área, como se observa em Filgueiras (2011).

O método de investigação para a confirmação ou não da presença do nome paralelo aconteceu por meio de entrevistas orais com moradores do município, habitantes das ruas citadas, ou frequentadores/conhecedores dos locais selecionados (no caso de praças e igreja ou vias com poucas residências), bem como na análise de alguns tipos de publicação, tanto oficiais quanto não oficiais.

Optou-se por realizar, para este estudo, uma entrevista de curta duração, cujo foco recaísse realmente na investigação relativa ao topônimo oficial/formal, ao seu paralelo e ainda à predominância de um em relação ao outro. Tal *modus operandi* facilitou os contatos com os entrevistados e permitiu a abordagem de indivíduos nos diversos espaços públicos, em algumas residências, comércios, entre outros locais. Para se preservar a identidade dos entrevistados, foram usadas as iniciais do nome de cada um. As entrevistas foram numeradas e organizadas em quadros.

No total, foram realizadas 35 entrevistas, devidamente registradas nas fichas de dados e gravadas em áudio. Entre os entrevistados, 23 pessoas eram do sexo feminino e 12, do sexo masculino. Com relação à faixa etária, o entrevistado mais jovem tinha 18 anos e o mais idoso, 86 anos. Todos os entrevistados moravam na cidade há, pelo menos, 15 anos.

4. RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

Em se tratando da motivação dos nomes, os resultados mostraram que quatro dos topônimos considerados como paralelos possuem motivação aparente, ou seja, estão relacionados a situações específicas, como a evolução da cidade, a presença das indústrias que nela se estabeleceram e as melhorias que aconteceram na urbanização do município, como instalações para a iluminação pública, obras para promover o abastecimento de água, a construção de conjuntos habitacionais, entre outros.

No Quadro 2 estão explicitados os topônimos, os nomes paralelos e a motivação³ a eles relacionada. Essa motivação pôde ser confirmada por meio de depoimentos dos moradores e consultas a referências históricas, como Martins (2006).

Quadro 2 – Topônimos transparentes, seus paralelos e sua motivação

Topônimo	Paralelo	Motivação
Av. Coronel Juventino Dias	Av. Cauê	Instalação da Companhia de Cimento Portland Cauê no município, no ano de 1952 (MARTINS, 2006). Essa fábrica, embora hoje desativada, (encerrou suas atividades no ano de 2019) ainda possui instalação física na cidade.
Av. Gil Antônio Pereira	Av. das Antenas; Av. da Cemig	Presença das antenas de fornecimento de energia elétrica no bairro Felipe Cláudio de Sales, por toda a avenida.
Rua Lúcio Cardoso Teixeira	Morro dos Apartamentos	O primeiro conjunto de apartamentos criados na cidade (MARTINS, 2006) está situado no cume de uma montanha e é visível de muitos pontos do município.
Av. Rômulo Joviano	Av. da Fazenda Modelo	A avenida leva à Fazenda Modelo, hoje escola rural, pertencente à UFMG.

Fonte: Elaboração da autora

³ Observe-se o conceito de motivação, explicitado no item 1 deste texto.

Por seu turno, há seis topônimos sem motivação transparente, quanto ao nome paralelo. Por nomes paralelos sem motivação aparente consideram-se aqueles cuja motivação é conhecida apenas pelos que têm ciência sobre o contexto histórico do município.

No Quadro 3 são registrados os topônimos cujos paralelos apresentam motivação não transparente.

Quadro 3 – Topônimo paralelo com motivação não transparente

Topônimo	Paralelo	Motivação não transparente
Rua Comendador Antônio Alves	Rua Principal	Durante os seus primeiros anos de história, Pedro Leopoldo possuía poucas ruas delineadas, sendo a Rua Comendador Antônio Alves a mais importante delas (MARTINS, 2006). Mesmo com o crescimento da cidade, muitos ainda conhecem esse logradouro pelo nome paralelo (Rua Principal). Porém, devido ao crescimento da cidade, não se aplica mais o qualificativo “principal” para esse logradouro.
Bairro Teotônio Batista de Freitas	Bairro da Lua	A motivação desse paralelo é, segundo Martins (2006) e os próprios moradores, política e histórica, relacionada à década de 1980, segundo informações apuradas nas entrevistas.
Distrito Santo Antônio da Barra	Matuto	Não se encontrou a razão dessa denominação.
Distrito Lagoa de Santo Antônio	Cochos	Denominação antiga da localidade, quando ali havia currais e cochos de pastagem (MARTINS, 2006).
Praça Getúlio Vargas	Praça do Japonês	Havia na região um varejão pertencente a um homem de ascendência japonesa que, devido ao exercício do comércio, ficou bastante conhecido pela população.
Igreja de N. Sra. Desatadora dos nós e Santo Expedito	Igreja dos Bexiguentos	O nome paralelo relaciona-se à presença de um local específico para se enterrar os acometidos pela Varíola (Bexiga) em épocas pretéritas da história do município (MARTINS, 2006).

Fonte: Elaboração da autora

Na próxima seção, apresentam-se alguns casos especiais encontrados na amostra da pesquisa, os quais serão considerados para a discussão de alguns conceitos relativos à temática da nomeação paralela.

4.1 Casos especiais

Alguns dos nomes analisados neste trabalho foram objetos de análise mais específica, por se configurarem como casos que se destacam quanto aos resultados obtidos na pesquisa e que, de certo modo, apresentam novos vieses quanto à toponímia paralela.

4.1.1 O Bairro da Lua

No referencial teórico foi pontuado que, em muitos casos, as denominações paralelas fazem parte apenas do domínio popular, não sendo, na maioria das vezes, consideradas pela administração pública, ou seja, não seriam usadas em contextos oficiais. Em um dos bairros alvo da pesquisa que deu origem a este texto, entretanto, tal hipótese não se confirma. Trata-se do *Bairro Teotônio Batista de Freitas*, também conhecido como *Bairro da Lua*.

Em obra que versa sobre a memória histórica do município de Pedro Leopoldo, Martins (2006, p. 192) assinala que “[...] cumprindo uma promessa eleitoral, o prefeito Cecé – César Julião de Sales, por volta de 1983–1984, doou lotes e material de construção para famílias carentes, sem qualquer cadastramento anterior, construir suas casas”. Mesmo que tenha ocorrido nos anos de 1980, ainda hoje esse fato é conhecido na cidade, por pessoas de diferentes idades e classes sociais, disseminado entre a comunidade e lembrado no Centro e no Bairro em questão, inclusive pelas pessoas mais jovens.

Na entrada do bairro, há uma placa oficial da Prefeitura Municipal, de uma administração recente (2001–2004), que endossa a força simbólica do paralelo, nos dizeres: “Esse bairro tornou-se realidade graças à determinação de um grande homem, realizando o sonho de centenas de pessoas. O nome popular Lua tem um significado importante, retratando

o compromisso assumido por Cecé e a descrença daqueles que não acreditavam na sua implantação”.

A seguir, no Quadro 4, tem-se um exemplo de entrevista oral em que se encontra narrado, por um morador, o fato histórico que gerou o nome paralelo no *Bairro Teotônio Batista de Freitas (Bairro da Lua)*.

Quadro 4 – Bairro da Lua – excerto de entrevista com morador

ENTREVISTA 1

Legenda: P= Pesquisadora; E= Entrevistado

(Dados sobre o entrevistado: J.H.S.P – 21 anos; residente no bairro há 15 anos)

P – Qual que é o nome do seu bairro?

E – *Teotônio Batista de Freitas*.

P – “Cê” sabe se ele é conhecido por outro nome?

E – *Bairro da Lua*.

P – E por qual dos dois “cê” acha que é mais conhecido?

E – *Bairro da Lua... foi na época de um prefeito... se não me engano, Cecé... que ele prometeu pro pessoal dar lotes lá e o pessoal não acreditava né... falava só se for na Lua e aí quando ele ganhou ele realmente deu e aí deram esse nome no bairro, tem até uma Lua na entrada de baixo.*

Fonte: Mendes (2018)

Nas entrevistas realizadas com moradores desse bairro, houve casos em que todos os informantes forneceram respostas semelhantes a essa. Só um deles desconhecia o motivo do nome *Bairro da Lua*. Assim, nesse caso, tanto o nome oficial do bairro (*Teotônio Batista de Freitas*) quanto o paralelo (*Bairro da Lua*) são difundidos, utilizados e conhecidos, tanto pela população como por alguns órgãos oficiais.

Na entrada do bairro, como foi citado na Entrevista 1, há uma espécie de monumento, que se constitui de uma grande placa em formato de lua nova, dentro da qual se encontram os dizeres *Bairro Teotônio Batista de Freitas*. Logo abaixo da figura da Lua, há a placa da Prefeitura Municipal, cujos dizeres foram anteriormente citados. A imagem, relacionada ao texto, aos depoimentos e à contextualização histórica, não deixa dúvidas sobre a correlação entre os nomes.

Na Figura 2, apresenta-se o monumento, em diferentes perspectivas. Nele, abaixo da Lua, está afixada a placa feita por uma administração atual, conforme já mencionado.

Figura 2 – Monumento na entrada do Bairro Teotônio Batista de Freitas – Bairro da Lua



Fonte: Acervo pessoal da autora (2020)

Como mais um exemplo de que o nome paralelo caminha lado a lado com o nome oficial/formal, nesse caso específico, tem-se, no Quadro 5, o registro, transcrito da lista telefônica (2013/2014), contendo os dois nomes (o formal e o paralelo). Observe-se que a localidade é a mesma, os endereços pertencem ao mesmo bairro. Porém, algumas vezes esse bairro foi chamado de “Lua”, que é o nome paralelo, e outras vezes, de *Teotônio B. Freitas*, que é o nome oficial.

Quadro 5 – Registro dos nomes *Teotônio Batista de Freitas e Lua* na lista telefônica (2013/2014)

TOPÔNIMO OFICIAL	TOPÔNIMO PARALELO
JOSÉ LIMA, R TEOTÔNIO B FREITAS – 33.600-000 (Endereços Pedro Leopoldo, p. 10)	JOSÉ PELICA, R LUA – 33.600-000 (Endereços Pedro Leopoldo, p. 10)
JOSÉ MOREIRA, R TEOTÔNIO B FREITAS – 33.600-000 (Endereços Pedro Leopoldo, p. 10)	JOSÉ UTSCH, R LUA – 33.600-000 (Endereços Pedro Leopoldo, p. 10)
SÉRGIO FALCÃO, R TEOTÔNIO B FREITAS – 33.600-000 (Endereços Pedro Leopoldo, p. 15)	TEODORO VIANA, R LUA – 33.600-000 (Endereços Pedro Leopoldo, p. 16)

Fonte: SG Guia Completo Lista Telefônica Pedro Leopoldo/Matozinhos (2013/2014)

Quadro 6 – Registro do nome *Bairro da Lua* em documento oficial da Prefeitura Municipal

LAGOA DE SANTO ANTÔNIO	LAGOA DE SANTO ANTÔNIO	RUA	B. (DIST. IND. BAIRRO DA LUA)
LAGOA DE SANTO ANTÔNIO	LAGOA DE SANTO ANTÔNIO	RUA	B. (DIST. IND. BAIRRO DA LUA)

Fonte: Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo. Proposição de Lei (2017)

Os exemplos apresentados demonstram um caso em que a forma oficial e a paralela coexistem e, ao contrário do que se observa na maioria dos estudos sobre a temática, o topônimo paralelo foi adotado formalmente. Trata-se de um fenômeno curioso em que a força do nome paralelo não se sobrepuja, mas se coloca no mesmo patamar da linguagem oficial.

4.1.2 – A Rua Comendador Antônio Alves

A *Rua Comendador Antônio Alves* é uma das mais antigas de Pedro Leopoldo. Por ela passava o bonde de tração animal que, logo no início das atividades na fábrica de tecidos, levava, da estação ferroviária até os galpões de tecelagem, os fardos de algodão. Também nessa rua se situa-

vam muitas das casinhas da modesta cidade. Com o passar do tempo, o logradouro foi expandido e hoje atravessa toda a parte plana da cidade, tendo extensão aproximada de 2,6 quilômetros. O nome é uma homenagem ao fundador da fábrica de tecidos de Pedro Leopoldo.

Muitos são os moradores que se referem a esse logradouro como “Rua Principal” em seu cotidiano e, na pesquisa realizada, havia a expectativa de corroborar essa informação por meio das entrevistas. Entretanto, constatou-se que não há consenso entre os moradores sobre a predominância de um dos nomes, o oficial ou o paralelo, como se observa nos dados coletados e apresentados nos quadros 7 a 12, que trazem as entrevistas relativas a esse antropotônimo.

Quadro 7 – Entrevista *Rua Principal* (1)

ENTREVISTA 1

Legenda: P= Pesquisadora; E1= Entrevistado 1

(Dados sobre o entrevistado 1: J.M.S.V – 86 anos; reside na cidade há 86 anos)

P – Essa rua que nós estamos aqui a senhora ‘conhece ela’ com que nome?

E1 – *Naquele tempo a gente falava Rua Principal... Sabe? Talvez já tivesse nome. Mais... a gente nasceu aqui... Todo... Todo mundo falando Rua Principal, Rua principal, ficou Rua Principal. Pra mim é Rua principal até hoje. Mas hoje eu já falo Comendador Antônio Alves.*

P – “Cê” acha então que *Rua Principal* seria tipo um nome mais antigo e *Comendador Antônio Alves* um nome mais atual.

E1 – *Ah, é. É.*

P – E “cê” acha que o povo conhece aqui mais como *Comendador* ou como *Principal*?

E1 – *Ah, Comendador. Ninguém fala Rua Principal mais não.*

Fonte: Mendes (2018)

Na Entrevista 1, observa-se que o entrevistado reconhece os dois nomes e, para ele próprio, houve a mudança ao longo do tempo, em que o nome oficial, hoje, suplanta o paralelo.

Quadro 8 – Entrevista *Rua Principal* (2)

ENTREVISTA 2

Legenda: P= Pesquisadora; E2= Entrevistado

(Dados sobre o entrevistado: R. V. B.M. – 78 anos; reside na cidade há 78 anos)

P – Essa rua aqui que a gente “tá”, “cê” conhece ela com que nome?

E2 – *Essa rua é Comendador Antônio Alves.*

P –Essa rua tem outro nome? Ou um apelido... pelo qual ela seja conhecida?

E2 – *Não. Que eu saiba, não. Comendador Antônio Alves.*

P –Ela é conhecida assim pelo povo da cidade, todo mundo conhece como *Comendador Antônio Alves?*

E2 – *É.*

Fonte: Mendes (2018)

Na Entrevista 2, percebe-se que o cidadão, embora viva no município há muitos anos, afirma não conhecer o nome paralelo, apenas o oficial.

Quadro 9 – Entrevista *Rua Principal* (3)

ENTREVISTA 3

Legenda: P= Pesquisadora; E3= Entrevistado

(Dados sobre o entrevistado: F.G.L.D. – 54 anos; reside na cidade há 54 anos)

P – Como que essa rua chama?

E3 – *Comendador Antônio Alves.*

P – E... essa *Comendador Antônio Alves*, “cê” acha que ela é conhecida por outro nome aqui na cidade?

E3 – *É. Rua Principal.*

P – E... Desses dois nomes [...] por qual você acha que ela é mais conhecida?

E3 – *(Pausa) Hã... Atualmente, é Comendador. Eu acho que o pessoal mais antigo falava Rua principal, mais agora é só Comendador. Antigamente o pessoal falava só Principal mesmo.*

Fonte: Mendes (2018)

Na Entrevista 3, mais uma vez, percebe-se que o entrevistado julga que o nome paralelo foi substituído, ao longo do tempo, pelo topônimo oficial.

Quadro 10 – Entrevista *Rua Principal* (4)

ENTREVISTA 4

Legenda: P= Pesquisadora; E4= Entrevistado

(Dados sobre o entrevistado: A.F.E.D. – 42 anos; reside na cidade há 42 anos)

P - Aquela rua ali “cê” sabe o nome?

E4 - *Rua Principal.*

P - “Cê” sabe se ela é conhecida por outro nome?

E4 - *Não, eu sei que ela se chama Comendador... Melo Viana... Só que... Não ouço outro nome, só conheço como principal, até Comendador Viana não ouço falar muito não.*

P - E qual que “cê” acha que é o nome mais conhecido?

E4 - *Ah, sem dúvida, que é Rua principal.*

Fonte: Mendes (2018)

Na entrevista 4, percebe-se que o informante sequer conhece o nome oficial completo. Note-se que, curiosamente, trata-se de uma pessoa mais jovem do que os outros entrevistados, mas reside na cidade há um tempo considerável.

Quadro 11 – Entrevista *Rua Principal* (5)

ENTREVISTA 5

Legenda: P= Pesquisadora; E5= Entrevistado

(Dados sobre o entrevistado: J. R. D. – 63 anos; reside na cidade há 63 anos)

P – Qual que é o nome dessa rua?

E5 – *Rua Comendador... Antônio Alves.*

P – Cê sabe se ela é conhecida por outro nome?

E5 – *Não.*

P – Não? Apelido...?

E5 – *Também não sei.*

Fonte: Mendes (2018)

Nessa entrevista, observa-se novamente o desconhecimento, por parte do morador, do nome paralelo, mesmo sendo ele residente na cidade há muitos anos.

Quadro 12 – Entrevista *Rua Principal* (6)

ENTREVISTA 6

Legenda: P= Pesquisadora; E6= Entrevistado

(Dados sobre o entrevistado: S.L.S – 55 anos; reside na cidade há 55 anos)

P – Qual é o nome dessa rua?

E6 – *Oficialmente, Comendador Antônio Alves, e a gente chama de Rua Principal.*

P – Então... Esse outro nome pelo qual a rua é conhecida é *Rua Principal*.

E6 – *Rua Principal.*

P – Por qual dos dois nomes “cê” acha que ela é mais conhecida?

E6 – *Para os pedroleopoldenses, Rua Principal. Pra quem vem de fora, Comendador Antônio Alves.*

Fonte: Mendes (2018)

Nessa entrevista, observa-se que o informante reconhece a diferença quanto ao uso dos nomes oficial e paralelo pelos nativos e pelos visitantes/turistas. O entrevistado pontua que o nome oficial seria o usado por quem não pertence à comunidade local, ao passo que os naturais da cidade usariam o nome paralelo.

Fazendo-se uma síntese do conteúdo das entrevistas apresentadas nos quadros anteriores, percebe-se que, entre os entrevistados, há o ponto em comum de que todos nasceram na cidade e nela vivem há muitos anos (pelo menos 42 anos), o que poderia justificar o fato de tanto o nome oficial como o paralelo serem conhecidos por todos os participantes da pesquisa, mas isso não ocorreu.

Pontua-se, também, que, entre as informações fornecidas, dos seis entrevistados, três acreditam que o logradouro é mais conhecido por seu nome oficial, e dois, pelo paralelo. Um dos entrevistados pontua que há uma diferença quanto ao reconhecimento da denominação entre os naturais da cidade e os que vêm de fora, o que não ficou comprovado pelos dados a que se teve acesso. Entretanto, cabe assinalar que esse entrevistado mostrou, de certo modo, que há uma diferenciação entre os nomes, ao considerar que o nome não oficial seria usado pelos moradores da cidade, talvez por ser, o paralelo, um nome mais “íntimo”.

Na próxima seção, são discutidos os dados relativos aos nomes de uma conhecida igreja da cidade de Pedro Leopoldo.

4.1.3 – A Igreja dos Bexiguentos (*Igreja de Nossa Senhora Desatadora dos nós e Santo Expedito*)

A *Igreja de Nossa Senhora Desatadora dos nós e Santo Expedito* está situada perto da antiga Fábrica de Tecidos de Pedro Leopoldo. Em tempos pretéritos, esse território integrava a Fazenda do Campinho, de propriedade do senhor Agenor Teixeira. Devido a esse fato, o lugar é conhecido como Bairro Parque Agenor Teixeira. Embora a Igreja esteja localizada em uma região mais elevada, o local não é avistável da cidade e é pouco frequentado pelos moradores, de modo geral. Atualmente, celebra-se uma missa semanal na capela que, nos demais dias, permanece fechada.

Essa igreja tem uma história envolvida em certo mistério e misticismo, que remonta à época da presença de escravos na região, muito antes de a própria cidade ser elevada a município, quando seu entorno era constituído de fazendas. A *Igreja dos Bexiguentos* é considerada como um “local sagrado” (MARTINS, 2006, p. 148), como se constatará nas entrevistas e em alguns relatos orais de outros informantes. A igreja foi edificada em data desconhecida, mas no local há uma placa em que consta o ano de 1988, quando foi reformada.

Nenhum dos entrevistados conhece o nome oficial; nota-se que poucos habitantes da cidade têm ciência dele (foram entrevistadas uma professora de História do município e uma jornalista que vivem em Pedro Leopoldo há pelo menos 35 anos e ambas não sabiam a motivação da denominação).

Na sequência, observem-se os dados levantados por meio de entrevista oral. Foi inserida apenas uma entrevista como exemplo, no Quadro 13, pois todas as respostas foram iguais, para os cinco entrevistados – o primeiro deles tem 44 anos; o segundo, 64 anos; o terceiro, 62 anos; o quarto, 55 anos, e o quinto, 80 anos. Todos residem na cidade desde o nascimento.

Quadro 13 – Igreja de Nossa Senhora Desatadora dos nós e Santo Expedito/ Igreja dos Bexiguentos – motivação do nome

Entrevista “Bexiguentos” (1)

Legenda: P= Pesquisadora; E7= Entrevistado

(Dados sobre o entrevistado: S.L.S – 55 anos; reside na cidade há 55 anos)

P – Qual que é o nome daquela igreja ali perto?

E1 – *Igreja dos Bexiguentos.*

P – “Cê” sabe se ela é conhecida por outro nome?

E1 – *Não; é Igreja dos Bexiguentos.*

Fonte: Mendes (2018)

Na busca por mais informações sobre os fatos que envolvem essa igreja e seu respectivo nome, foi encontrada uma narrativa sobre o local, feita pelo Sr. Geraldo Leão, arquivista da cidade, no ano de 2011, a um blog de turismo sobre o município de Pedro Leopoldo:

[o arquivista] nos contou a história dos Bexiguentos, que era mais ou menos assim: há bastante tempo estava tendo surto de uma doença que estava matando muitas pessoas da cidade. A doença era conhecida como Bexiga, mas hoje já se sabe que era a varíola. Na intenção de não contaminar mais moradores, criaram um cemitério especial para os escravos que estavam doentes e os enterraram semivivos lá. Então o surto acabou. A população, depois disso, considerou o fato como milagre, no qual os escravos pagaram o mal que fizeram a eles com o bem, e por essa razão muitos se tornaram devotos das milagrosas almas dos bexiguentos. E sempre vão ao local em que eles estão enterrados para fazer preces, pedidos e acender velas, principalmente às segundas-feiras. Uma senhora, como agradecimento por uma graça alcançada, providenciou a construção de uma capela no local⁴.

⁴ Disponível em: <http://maetobem.blogspot.com/2011/11/pedro-leopoldo-dias-21-e-22.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Corroborando essa versão dos fatos, Martins (2006) registra o relato de um morador de Pedro Leopoldo sobre a localidade, publicado em um jornal da cidade no ano de 1994⁵, aqui transcrito na íntegra:

Há muitos anos ocorreu em Pedro Leopoldo uma terrível doença chamada “bexiga”, que contaminou um sem número de pessoas e se espalhou de modo assustador, dizimando famílias inteiras [...]. O pavor se apoderou da população e, no auge do desespero, foi tomada uma providência impiedosa: os escravos contaminados de nome Joaquim “Bixento”, Carmélia, Camelita, Camila, Candinha e Emília, afora outras pessoas, foram sepultados semivivos em local afastado, fora do cemitério comum, no campo santo que passou a ser conhecido como Cemitério dos Bexiguentos. A partir daí [...] a paz voltou a reinar na cidade, e os pedroleopoldenses respiravam aliviados ante o desaparecimento total da enfermidade, da qual ninguém mais foi vítima (MARTINS, 2006, p. 148-149).

Observa-se, por meio desses relatos, que o nome oficial/formal sequer foi mencionado. Sobre a construção da igreja, reza a lenda popular que alguns cidadãos passaram a rezar pela alma dos bexiguentos e, certa senhora atuante na sociedade, por ter as preces atendidas, ergueu a edificação [em data não confirmada]⁶.

Entretanto, ao se pesquisar o assunto em fontes oficiais, percebe-se que há apenas a nomeação oficial, sem qualquer menção ao nome “Igreja dos Bexiguentos”, como se vê no Mapa que segue (Figura 3).

⁵ Relato do Sr. Oswaldo do Carmo, pedroleopoldense, ao jornal O Observador, edição de novembro de 1994, citado por Martins (2006, p. 148-149).

⁶ Relato sobre o nome Igreja dos Bexiguentos. Disponível em: <http://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/pedro-leopoldo/igreja-dos-bexiguentos>. Acesso em: 01 set. 2020.

Figura 3 – Mapa da Localidade da Igreja de Nossa Senhora Desatadora dos nós e Santo Expedito



Fonte: Google Maps⁷

CONCLUSÕES

Este estudo permitiu a elucidação de alguns aspectos relacionados à toponímia paralela na cidade de Pedro Leopoldo/MG. Em relação ao topônimo *Rua Principal*, por exemplo, os entrevistados possuem dúvidas sobre qual é o topônimo predominante, contrariando assim a hipótese inicial do estudo, de que o nome paralelo seria o mais usado. Questiona-se, nesse sentido, se investigações com uma amostra maior de informantes, de diferentes faixas etárias e moradores do centro da cidade e de outros bairros, poderiam fornecer outro panorama sobre a temática da toponímia paralela. Estaria o nome em transição entre o oficial e o paralelo? Ou estaria o nome paralelo prestes a desaparecer?

A investigação realizada revelou ainda que fatos que marcaram de modo especial a história da cidade são registrados por meio de topônimos paralelos que predominaram sobre os nomes oficiais e têm, geralmente,

⁷ Google Maps, versão para Android. Acesso em: 05 set. 2020.

causas transparentes. No caso da *Igreja dos Bexiguentos*, embora os cidadãos conheçam (100% dos entrevistados) o nome paralelo, a administração pública considera apenas o nome oficial.

O topônimo *Bairro da Lua* é um caso relevante de toponímia paralela que é reconhecido pela administração pública e que caminha lado a lado com o nome oficial, indo em direção oposta às postulações sobre o assunto, expostas no item 1.1 deste texto. Investigações em outros municípios, com outros nomes, poderiam indicar se os casos encontrados em Pedro Leopoldo são isolados, ou se há outras ocorrências desse fenômeno em outras cidades brasileiras.

Mesmo que o estudo realizado tenha demonstrado como se processa a questão do nome paralelo e o nome oficial no município de Pedro Leopoldo, reconhece-se que a investigação se limitou a uma pequena amostra de topônimos paralelos. Dessa forma, trabalhos futuros podem ser planejados para que uma maior amostragem de dados endosse ou refute as conclusões aqui apresentadas.

Ainda assim, acredita-se que os dados discutidos retratam uma parcela da cultura e da história locais materializada nos topônimos analisados. Ficam evidentes, pois, as marcas das denominações e seu viés cultural no recorte toponímico examinado, à medida que a discussão acerca das particularidades de cada denominação pode revelar estratos etno-históricos incorporados à língua como marcas do pensamento social por elas explicitado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Daniela Batista Lima. **Geoprocessamento aplicado às análises de distribuição de valores do imposto predial e territorial urbano: IPTU e índice de qualidade de vida urbana – IQVU na área central de Pedro Leopoldo – MG.** 2002. 65f. Monografia (Especialização em Geoprocessamento), Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux.** Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade Brasileira.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de.; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). **As ciências do léxico.** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 1998, p. 77–88.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações.** Linguística e Teoria Literária. Recife, UFPE, v. 9, p. 119–148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (orgs.). **As ciências do léxico.** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. v. 2. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2004, p. 121–130.

DURANTI, Alessandro. **Antropologia Linguística.** Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água** (online), São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141–157, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370/91674>. Acesso em: 20 out. 2020.

FARIA, Vanessa Fabíola Silva de; NASCIMENTO, Ana Maria do; NASCIMENTO, Yara Cândida do. A memória social na micro-toponímia de Pontes e Lacerda (MT). **Revista Cordis**. Revista Eletrônica de História Social da Cidade. PUC/SP, n. 01, p. 1–19, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10315/7700>. Acesso em: 04 nov. 2020.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova/Minas Gerais. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, UFMG, v. 26, n. 3, p. 1151–1174, 2017. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/download/12998/pdf_1. Acesso em: 08 nov.2020.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte**: passado e presente. 2011. 349 f. Mestrado (Dissertação em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa do Município de Pedro Leopoldo (2018)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pedro-leopoldo/panorama>. Acesso em: 01 set. 2020.

MARTINS, Marcos Lobato. **Pedro Leopoldo**: Memória Histórica. 2. ed. Pedro Leopoldo: Gráfica Tavares, 2006.

MENDES, Letícia Rodrigues Guimarães. Toponímia paralela na cidade de Pedro Leopoldo: memória e história no ato de nomear e renomear. Comunicação apresentada no **V Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística**, realizada em Salvador, BA, no período de 11 a 14 de setembro de 2018 (inédito).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO. **Proposição de Lei**. Disponível em: <https://www.pedroleopoldo.mg.leg.br/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais**: a toponímia da Região do Carmo. 2004, 399 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SG – Guia Completo Lista Telefônica Pedro Leopoldo/Matozinhos 2013/2014. 4. ed. – assinantes/endereços/classificados, 2013.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira**: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos. 2007, 122 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

VIEIRA, Zara Peixoto. **Estudo Onomástico do Município de Socorro**: reconstituição dos antropônimos e da memória da imigração. 2000, 194f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NOMES TRANSPLANTADOS NAS RUAS DE DOURADOS – MS: OS COROTOPÔNIMOS

Marilze Tavares

INTRODUÇÃO

Estudos relativos à microtoponímia dos espaços urbanos têm demonstrado que, quando se investigam os aspectos motivacionais, fatores antropoculturais são mais recorrentes que fatores de natureza física, sobretudo em relação aos designativos de ruas e avenidas.

Tavares (2017), por exemplo, ao apresentar resultados de uma pesquisa sobre as tendências gerais no que se refere à nomeação das ruas de Dourados – MS, demonstrou que o emprego de nomes de pessoas – majoritariamente, nomes masculinos – sobressai nesse tipo de toponímia, ficando em primeiro lugar quanto ao número de ocorrências.

Esse resultado pode ser atribuído ao fato de que a toponímia urbana referente a acidentes geográficos humanos tem como uma de suas características não ser espontânea como a de outros acidentes geográficos da área rural. Um curso d'água, por exemplo, pode receber o nome que a comunidade local escolher sem nenhuma necessidade de controle formal. Já os nomes de ruas e de outros logradouros públicos, em Dourados, por exemplo, são disciplinados por legislação: eles devem, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Dourados (2019, p. 07), receber preferencialmente “[...] nomes de pessoas, de datas, de fatos e referências relativos à história do município [...]”.

É nesse sentido que se costuma afirmar que os topônimos urbanos, além de sua função de individualizar e especificar os referentes – como os demais nomes próprios – costuma ser um espaço de homenagem. Como

prevê a Lei, é recomendável que as homenagens sejam em referência à história do município, entretanto, basta um exame rápido dos nomes de algumas ruas para se perceber que personalidades e fatos da história regional ou nacional também estão presentes nos designativos geográficos.

Considerando ainda apenas as ruas, o segundo tipo de topônimo mais recorrente é aquele que recupera nome de outro espaço geográfico: um município, um estado, um país, entre outras divisões administrativas. Em outras palavras, trata-se da utilização de nomes transplantados nos logradouros públicos. Esse tipo de nomeação não está previsto na referida Lei, ao menos de maneira explícita, mas dada a quantidade de ocorrência se mostra como um dos procedimentos mais importantes da toponímia urbana douradense. O destaque dessa categoria, a propósito, também já foi comprovado em outros municípios de Mato Grosso do Sul, como será possível constatar neste texto.

Tendo em vista que a categoria dos nomes de pessoas é muito ampla e tem sido analisada a partir de recortes menores (nomes de mulheres, personalidades da história local, da história nacional...), ou seja, que a primeira categoria motivacional mais produtiva já vem sendo analisada a partir de recortes menores, neste estudo o objetivo geral é apresentar e discutir o deslocamento ou transplantação de topônimos, considerando, para análise, apenas aqueles relativos a outras divisões administrativas, que foram utilizados para nomeação de ruas de Dourados.

O estudo objetivou também verificar a origem geográfica dos nomes transplantados, ou seja, de quais tipos de espaço eles vêm, quais as possíveis causas da transplantação e a existência de áreas toponímicas com esse tipo de motivação na cidade de Dourados. Além disso, pretendeu apresentar uma reflexão sobre as dificuldades relativas à interpretação de um topônimo como transplantado ou não.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa realizada, assim como a maioria das investigações que se insere na área de Toponímia, toma como hipótese o fato de que os designativos geográficos estão relacionados a questões do ambiente físico e/ou a questões relativas à cultura e à história, como colonização, levas migratórias, transformações sociais relativas ao desenvolvimento do lugar. Assim, parte-se de um conjunto de topônimos, que se constitui como um recorte, tendo em vista o universo mais amplo, para verificar as condicionantes que o envolvem.

Para a coleta dos nomes geográficos que integram o *corpus* deste estudo, utilizou-se, essencialmente, o Mapa Urbano Básico, disponível no site da Prefeitura de Dourados. E, tendo em vista o recorte estabelecido, selecionaram-se apenas os nomes das ruas da área urbana que recuperam topônimos de divisões administrativas, quais sejam: distritos, municípios, estados, países, regiões, continentes.

Para um estudo anterior sobre tendências gerais da toponímia urbana de Dourados (TAVARES, 2017), a autora já havia realizado uma coleta dos nomes de ruas. Entendendo-se, porém, que o desenvolvimento urbano e o processo de nomeação das ruas de uma cidade como Dourados são muito dinâmicos, os dados foram novamente conferidos nos meses de abril e maio de 2020. Assim, o *corpus* deste trabalho ficou constituído de 116 nomes de ruas, que foram analisados, sobretudo, a partir das reflexões de Backheuser (1952), Nascentes (1960), Dick (1990a; 1990b) e Mori (2007; 2014), que tratam de toponímia em geral e da questão da transplantação ou deslocamento de nomes geográficos. A propósito, convém esclarecer que os termos transplantação e deslocamento estão sendo utilizados, neste estudo, como sinônimos.

No que se refere ao universo da pesquisa, ou seja, à cidade de Dourados, considerou-se relevante apresentar, na sequência, apenas algumas informações que possam situar o leitor deste texto quanto à localização geográfica e/ou que possam ser úteis para a compreensão de alguns topônimos.

O estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, foi criado em 1977 a partir do desmembramento do estado de Mato Grosso; o município de Dourados está localizado no sul de Mato Grosso do Sul e, de acordo com informações do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a população estimada em 2019 era de 222.949 pessoas. Está a, aproximadamente, 220 km de Campo Grande, a capital do estado, e a 120 km de Ponta Porã, município que fica na fronteira com o Paraguai.

No que se refere à formação administrativa, o IBGE (2020) registra que, em 1914, foi criado o distrito de Dourados, subordinado ao município de Ponta Porã; apenas em 1935 o distrito é elevado à categoria de município. Em leis que tratam de divisões territoriais, o município aparece constituído de diversos distritos entre os quais, Angélica, Caarapó, Douradina, Juti, Vila Brasil (Fátima do Sul), Vila Glória (Glória de Dourados) – atualmente municípios emancipados. Desde 1988, Dourados é formado pelos seguintes distritos: Guassu, Indápolis, Itaum, Panambi, Picadinha, São Pedro, Vila Formosa e Vila Vargas,

Já em relação à formação da população, é preciso lembrar que o território onde hoje está Dourados foi, originalmente, ocupado por populações indígenas das comunidades Kaiowá, Guarani e, posteriormente, pelos Terena. Já a população não indígena foi sendo constituída sobretudo por migrantes de vários estados brasileiros que vieram para a região especialmente incentivados pelo projeto de ocupação territorial do Governo Federal, a CAND – Colônia Agrícola de Dourados, criada em 1943.

Como resultado do Censo de 2010, o IBGE, em seu site, disponibiliza informações a respeito do local de nascimento dos moradores. Trata-se de dados objetivos sobre a migração para o município. A Tabela 1 foi elaborada para este trabalho com dados do referido site.

Tabela 1 – Distribuição da população de Dourados em 2010 conforme a região de origem

Local	Quantidade
Brasil	
Região Norte	1.197
Região Nordeste	8.590
Região Sudeste	20.779
Região Sul	16.088
Região Centro-oeste	148.170
Sem especificação	549
Países estrangeiros	662
Total	196.035

Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2010)

Conforme se constata, de acordo com o último Censo, havia em Dourados moradores oriundos de todas as regiões do país (além de países estrangeiros), tendo a maioria se deslocado do Sudeste e do Sul. Entre os principais estados de origem dos migrantes estão São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

2. A TOPONÍMIA URBANA E OS NOMES TRANSPLANTADOS

A Toponímia já foi entendida como uma área de estudo que procurava apenas elucidar a etimologia e o significado de uma lista de nomes próprios de lugares. O linguista francês Albert Dauzat (1946, p. 09), no entanto, há muito tempo já afirmava que “[...] essa ciência constitui, antes

de tudo, um capítulo precioso da Psicologia Social”¹. De acordo com o autor, ao se estudar a designação de cidade, vila, campos, ruas e montanhas, pode-se “[...] entender melhor a alma popular, suas tendências místicas ou realistas, seus meios de expressão”².

No mesmo sentido, Backheuser (1952, p. 166) lembra que, além de ser possível saber sobre línguas faladas por uma comunidade no passado, uma vez que um topônimo pode ser um “verdadeiro fóssil linguístico”, um conjunto de nomes geográficos também pode mostrar o nível de cultura e o estado psicológico de grupos humanos em uma época.

Assim, corroborando o pensamento desses autores, Dick (1990b, p. 55) afirma que “[...] os nomes de lugares se formalizam segundo condicionantes típicas a cada denominador, isoladamente ou como decorrência de uma manifestação mais ampla da comunidade envolvida”.

Conforme depreende-se das palavras desses autores, os nomes geográficos são expressão do que a comunidade pensa e tem como valor. Neles, ou seja, nos topônimos, podem-se encontrar reflexos da cultura, da história e do modo de vida dos grupos humanos. Isso só é possível, entretanto, quando se analisam um conjunto de designativos – seja de uma área rural ou de uma área urbana – para além de sua etimologia e de seu significado.

No tocante à toponímia urbana, tema deste estudo, uma das obras de referência é *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo, 1554–1897*, de Dick (1996). Nesse trabalho, a autora analisa os “motivos conformadores”

¹ “Cette Science constitue d’abord un chapitre précieux de psychologie sociale” (DAUZAT, 1946, p. 09) (Tradução nossa).

² « [...] elle nous fait mieux comprendre l’âme populaire, ses tendances mystiques ou réalistes, ses moyens d’expression [...]” (DAUZAT, 1946, p. 09) (Tradução nossa).

da toponímia da área relativa ao núcleo central da cidade de São Paulo no período de 1554 a 1897. Trata-se de uma obra com viés histórico muito rico, e o sexto capítulo, dedicado aos nomes de ruas, é o mais extenso e com maior quantidade de informações.

Nesse capítulo, a pesquisadora esclarece que a base para análise dos nomes é o modelo taxionômico elaborado por ela, mas que, no estudo dos nomes de ruas de São Paulo, aplica o que chamou de “referenciais toponímicos”. Assim, juntam-se duas categorias nas quais haja intersecção de suas características, como no caso do referencial hiero-hagiotopônimo e do referencial histórico-sociotopônimo, e amplia-se o alcance da categoria dos antropotopônimos, por exemplo, que se torna, então, o referencial antropotopônimo. Essa nova organização, de acordo com a autora, poderia justificar melhor a inclusão de alguns topônimos em determinados referenciais (DICK, 1996, p. 147).

Os demais referenciais propostos são o hidrotopônimo, o geomorfotopônimo, o litotopônimo, o fitotopônimo e o animotopônimo. Entende-se que dada a natureza dos dados encontrados pela pesquisadora, no período estudado, esses referenciais foram suficientes para a base de sua análise e, por essa razão, não foram apresentados outros. Ao que consta, a adoção de uma classificação como essa pode ser uma possibilidade, mas não anula o modelo taxionômico³ proposto anteriormente pela autora.

Este estudo parte de uma das 27 categorias desse modelo taxionômico, os corotopônimos, que são aqueles designativos geográficos “[...] relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões, continentes [...]” (DICK, 1990b, p. 32). Ainda que a autora não tenha mencionado, na definição dessa taxa, o termo “distritos”, entende-se que os nomes de dis-

³ Para conhecer o modelo completo, ver Dick (1990b, p. 31–34).

tritos, também regiões administrativas, se encaixam naturalmente nessa categoria.

Os corotopônimos constituem uma categoria muito relacionada ao que se costuma chamar de “nome transplantado”, isto é, [...] o designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer [...]” (DICK, 1990b, p. 90). Convém esclarecer que se entendem também como transplantados nomes como Rua *Aquidaban* (nome de rio do Paraguai) e Rua *Mediterrâneo* (nome de um mar entre a Europa, Ásia e África). Como, entretanto, não fazem referência a regiões administrativas, não são incluídos na taxa dos corotopônimos.

Além do modelo taxionômico mais amplo e dos referenciais toponímicos elaborados por Dick, considerando os estudos de toponimistas brasileiros, não se tem conhecimento de trabalhos que apresentem propostas teóricas e metodológicas específicas para estudo de toponímia urbana. Eventualmente, se tem acesso a propostas de autores estrangeiros, naturalmente elaboradas para análise de uma realidade toponímica distinta da que se tem no Brasil.

Billy (2001, p. 17), por exemplo, analisando, diacronicamente, um conjunto de designações de ruas – *désignations odonymiques*, de várias localidades da França, propõe a seguinte macroestrutura para classificar a motivação: “i) descrições funcionais, ii) universo social, iii) universo histórico, iv) universo geográfico, v) universo natural, vi) universo mental, vii) universo psíquico”⁴. Cada um desses itens é dividido em vários subitens; por exemplo, o item “universo geográfico” é subdividido em cidades, cidades estrangeiras, países, povoados franceses, povoados estrangeiros

⁴ “i) descriptions fonctionnelles, ii) l’univers social, iii) l’univers historique, iv) l’univers géographique, v) l’univers naturel, vi) l’univers mental, vii) l’univers physique” (BILLY, 2001, p. 17, tradução nossa).

etc. De acordo a classificação desse autor, os topônimos analisados neste texto seriam inseridos na categoria “universo geográfico”, que é a que inclui os nomes transplantados.

A transplantação de topônimos já foi observada, por vários autores, entre os quais, Backheuser (1952) e Nascentes (1960), como um mecanismo de nomeação recorrente. O primeiro autor trata do assunto em seção intitulada “topônimos alienígenas” e apresenta uma síntese sobre as condições pelas quais os nomes geográficos se deslocam.

a) A primeira delas é o transporte pelo povo que emigra, e que impressionado por alguma semelhança de paisagem ou pelo só desejo de prolongar a pátria em longes terras, vai batizando alguns dos novos lugares encontrados por nomes que lhes são familiares [...].

b) A segunda fonte de migração de topônimos é o prestígio do nome originário. Essa transladação ocorre principalmente em países novos de crescimento rápido e cheio de esperanças prognosticando futuros êxito para as cidades nascentes [...] (BACKHEUSER, 1952, p 186–188).

O mesmo autor observa ainda que os nomes se deslocam com a mesma escrita, com pequenos alterações de desinências ou antecidos pelos adjetivo “novo(a)”. Convém lembrar, mais uma vez, que apenas os nomes incluídos na categoria dos corotopônimos integraram o *corpus* da pesquisa realizada. Por isso, também ficaram de fora, neste estudo, topônimos transplantados como Rua *Nova Roma*.

Ainda a respeito das reflexões de Backheuser sobre o assunto, é preciso mencionar que os exemplos citados são, em sua maioria, nomes que se deslocam de um país para o outro. Entretanto o autor também registra:

Até dentro de um mesmo país se verificam na toponímia influências miméticas. A existência de dado nome figurar na onomatologia de vários estados, se na maioria dos casos revela a existência da mesma fonte, em outros traduz evidente influência de imitação (BACKHEUSER, 1952, p 188).

Assim, conforme já havia observado o autor, os nomes se deslocam de um país para outro e de um estado para o outro no interior do mesmo país. No caso dos dados analisados neste texto, como se trata de nomes de logradouros, observou-se que eles se deslocam até de distritos do mesmo município.

Já Nascentes (1960, p. 102–103) registra que a transplantação de nomes geográficos é um mecanismo muito antigo. Desde o século XVI, os navegadores portugueses saíam à procura de novas terras para “dilatara fé e o império” e, quando fundavam novas povoações, davam-lhes nomes dos lugares onde nasceram, o que expressavam “a saudade da terra natal”. O mesmo faziam os espanhóis, os franceses, os ingleses e os holandeses. O Brasil, conforme explica o autor, poderia ter recebido o nome de Novo-Portugal, mas, por circunstâncias históricas, isso não aconteceu. Inúmeras povoações do território brasileiro, em compensação, foram batizadas com topônimos portugueses. É preciso considerar, no entanto, que muitos topônimos iguais aos que existem em Portugal não representam casos de transplantação de designativos geográficos. O que ocorre, segundo o autor, é que a identidade de língua pode ser responsável pelos nomes geográficos idênticos, sem que os topônimos daqui sejam uma referência aos de lá.

Por outro lado, a transplantação de topônimos portugueses é significativa. Quase sempre o processo ocorria de forma espontânea pelos povoadores anônimos saudosos de seu local de nascimento, mas, em alguns casos, havia objetivos políticos, culturais e ideológicos muito fortes, como o relatado a seguir:

Algumas vezes [a transplantação] se deu por influência oficial, com o intuito de fazer desaparecer o topônimo aborígene, como aconteceu no Pará em 1758.

O capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado ordenou que se substituíssem por topônimos portugueses os de origem tupi, visando assim a dissimular a origem indígena dos povoados em que se transfiguraram os aldeamentos organizados pelos jesuítas, incursos então na má vontade do marquês de Pombal (NASCENTES, 1960, p. 103).

No exposto, em síntese, duas razões principais estão explícitas como motivos de transplantação de topônimos portugueses: uma espontânea, saudade da terra natal dos colonizadores e outra oficial, suplantação ou controle do idioma tupi, que resistia como majoritário na língua falada. E, nesses casos de colonização, ainda é possível supor que a utilização de topônimos que já existem como tais pode sugerir uma intenção de marcar o território novo com outras características do colonizador (além das questões linguísticas) como forma de reforçar o domínio e a autoridade sob o colonizado.

Comparando o que registram os dois autores, nota-se que a questão da saudade do local de nascimento, mencionada explicitamente pelo segundo, pode ser entendida como o “desejo de prolongar a pátria em longes terras” a que o primeiro faz referência.

Mais recentemente, Mori (2017) publicou um trabalho a respeito de nomes transplantados nas ruas de Buenos Aires (Argentina). Antes, porém, de retomar esse estudo especificamente, considerou-se relevante recuperar algumas reflexões da autora acerca da toponímia urbana, sobretudo em relação a sua função:

As designações urbanas têm por função identificar e individualizar um certo referente urbano: uma

rua, uma passagem, uma praça e outros com precisão com o objetivo de permitir uma fácil orientação no ambiente urbano. Entretanto, ao mesmo tempo, constitui um meio oficial para render homenagem a pessoas que tenham contribuído com seus feitos, obras e doações para o engrandecimento da cidade, do país ou do progresso universal. Além disso, fatos históricos de importância nacional são lembrados; registram-se ideias, valores e traços característicos do país⁵ (MORI, 2007, p. 316).

A autora acrescenta também que, em especial, as designações das ruas, além da função de orientar as pessoas no espaço, são transmissoras da memória cultural da cidade e têm caráter de monumento. Nesse sentido, pode-se dizer que esse tipo de designativo geográfico é atribuído com a intenção de render honras a alguém ou a algum acontecimento importante para a comunidade; em geral tem o poder de passar à posteridade. Já em relação aos nomes de ruas provenientes de outros acidentes geográficos, inicialmente, esclarece:

Os hodônimos constituem um tipo especial de topônimos porque designam outro tipo de referente [...] por hodônimo se entende a designação de ruas e praças, do sistema de vias de comunicação dentro de uma comunidade. [...] Os hodônimos, etimologicamente, podem ter sido expressamente criados para designar uma rua com termos homófonos de outros com conteúdo lexical [...] ou podem ser o resultado de transposições de outros nomes próprios, por

⁵ “Las designaciones urbanas tienen por función identificar e individualizar un cierto referente urbano: una calle, un pasaje, una avenida, una plaza y otros con precisión con el fin de permitir una fácil orientación dentro del ambiente urbano. Sin embargo, al mismo tiempo, constituyen un medio oficial para rendir homenaje a personas que han contribuido con sus hechos, obras o donaciones al engrandecimiento de la ciudad, del país o al progreso universal. Además, se recuerdan hechos históricos de importancia nacional; se nombran ideas, valores y rasgos característicos de un país” (MORI, 2007, p. 316, tradução nossa).

exemplo, de topônimos, hagiônimos, antropônimos⁶ (MORI, 2017, p. 1315).

Como se nota, nesse trecho, a autora chama de transposição os casos em que os nomes de ruas são, anteriormente, nomes próprios de acidentes geográficos (topônimos), santos (hagiônimos) e de pessoas (antropônimos). Entretanto, na introdução de seu texto, deixa claro que a intenção é analisar as designações de hodônimos que são homófonas de designações de outros referentes geográficos.

Sobre as razões pelas quais se escolhe nomear acidentes urbanos com designativos já utilizados em outros espaços, a mesma autora elenca várias entre as quais, a reciprocidade. Por exemplo, o Brasil homenageia a Argentina, atribuindo o nome do país a uma rua, e a Argentina, por sua vez, retribui a homenagem fazendo o mesmo. Os logradouros podem ter também nomes de locais de nascimento ou de morte de um personagem histórico importante. Podem, ainda, lembrar locais onde algum fato relevante ou incomum tenha acontecido. Além disso, a lembrança pode ser do país colonizador ou do local de onde vieram pioneiros, imigrantes, por exemplo.

Assim, a partir da leitura do texto, é possível depreender que muitas das possíveis razões citadas pela autora estão vinculadas às relações que uma localidade possui com outra e essas relações podem ser, especialmente, histórico-culturais, mas também comerciais – a cidade pode desejar homenagear uma cidade ou um país de onde compra ou para onde vende produtos, por exemplo.

⁶ “Los odónimos constituyen un tipo especial dentro de los topónimos porque designan otro tipo de referentes. [...] por “odónimo” se entiende la designación oficial de calles y plazas, del sistema de vías de comunicación dentro de una comunidad. [...] Los odónimos, etimológicamente, pueden haber sido creados expresamente para designar una calle con términos homófonos de otros con contenido léxico [...] pero también pueden ser el resultado de transposiciones de otros nombres propios, p. ej., topónimos, hagiônimos, antropónimos” (MORI, 2017, p. 1315, tradução nossa).

Desse modo, pode-se então concluir, que além das razões mencionadas por Backheuser (1952) e Nascentes (1960) – saudade do elemento que migrou e prestígio que o nome evoca, as razões para que um topônimo seja transplantado podem ser explicadas ainda por diversos vínculos que um local pode ter com outro, sobretudo vínculos históricos, conforme explica Mori (2017). Resta conferir, então, se algumas dessas razões podem ser notadas no recorte investigado nesta pesquisa.

No que se refere ainda a questões teóricas, convém mencionar o que Dick (1990b, p. 57), em trabalho específico sobre nomes de ruas, sugeriu chamar de “áreas toponímicas”, ou seja, “[...] zonas demarcadas pela maior concentração de uma mesma tipologia classificatória [...]”. Esse conceito de áreas toponímicas, segundo a autora, poderia ser aplicado também em relação a outras características dos topônimos – não apenas aos seus componentes semânticos – e à micro ou à macrotoponímia.

Um exame rápido da toponímia urbana de Dourados poderá mostrar a existências de algumas áreas semânticas, quando se consideram os nomes de ruas. Existem, por exemplo, bairros em que os nomes de ruas são também nomes de árvores ou plantas ornamentais (Portal de Dourados), de árvores frutíferas (Jardim Colibri), de pássaros (Jardim Rasslem), de escritores da literatura brasileira (Jardim Cristhais), de peixes (Jardim Laranja Doce), de portos (Porto Madeiro), de pedras preciosas (Campo Dourado) entre outros. A questão que se coloca é a medida da existência de áreas em que os corotopônimos prevalecem.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para constituir o *corpus* deste estudo, inicialmente foram observados 985 nomes de ruas e avenidas. Desse total, verificou-se que 629 são nomes, sobrenomes ou apelidos de pessoas e, conforme visto, constituem

um mecanismo bastante alinhado com a Lei Orgânica do município de Dourados (2019, p. 07). Os 356 restantes são motivados por fatores diversos de natureza física ou antropocultural.

Entre os topônimos que não são nomes de pessoas, destacam-se, os designativos transplantados relativos a outras divisões administrativas: 116 recuperam nomes de distritos, cidades, estados, países e regiões, ou seja, aqueles que podem ser considerados como corotopônimos. Foram esses os selecionados como objeto de estudo desta pesquisa e estão apresentados no Quadro 1. Na sequência, passa-se à análise desses dados.

Quadro 1 – Corotopônimos nas ruas de Dourados – MS

Rua Abruzzo	Rua Cuba	Rua Monte Alegre
Rua Alegrete	Rua Cuiabá	Rua Montese
Rua Alemanha	Rua Dubai	Rua Natal
Rua Altamira	Rua Emília Romagna	Rua Nicarágua
Rua Anápolis	Rua Equador	Rua Paissandu
Rua Aquidauana	Rua Espanha	Rua Paraguai
Rua Araguaia	Rua Fernando de Noronha	Rua Paraná
Rua Arezzo	Rua Florianópolis	Rua Paranhos
Rua Argentina	Rua França	Rua Passo Fundo
Rua Aruba	Rua Friul Veneza	Rua Peru
Rua Assis	Rua Goiás	Rua Picadinha
Rua Áustria	Rua Grosseto	Rua Piemonte
Rua Bahamas	Rua Guarapari	Rua Ponta Grossa
Rua Bariloche	Rua Guaratuba	Rua Ponta Porã
Rua Barreirinho	Rua Guarujá	Rua Porto Alegre
Rua Basilicata	Rua Guassu	Rua Portugal
Rua Bela Vista	Rua Guatemala	Rua Puglia
Rua Belo Horizonte	Rua Guiana	Rua Punta Cana
Rua Blumenau	Rua Haváí	Rua Rio Brillhante
Rua Bocajá	Rua Honduras	Rua Rio Grande do Sul
Rua Bolívia	Rua Inglaterra	Rua Roma
Rua Bora Bora	Rua Iracema	Rua Sardenha
Rua Brasil	Rua Itália	Rua Sicília
Rua Caarapó	Rua Itamarati	Rua Siena
Rua Calábria	Rua Itu	Rua Suécia
Rua Camboriú	Rua Ivinhema	Rua Suíça
Rua Campânia	Rua Jateí	Rua Tahiti
Rua Campo Grande	Rua Joinville	Rua Tietê

Rua Canaã	Rua Judi	Rua Toscana
Rua Canadá	Rua Lázio	Rua Trentino
Rua Cananéia	Rua Ligúria	Rua Tubarão
Rua Cancun	Rua Lombardia	Rua Umbria
Rua Candeias	Rua Macaúba	Rua Uruguai
Rua Caribe	Rua Machu Picchu	Rua Vale Daosta
Rua Chapecó	Rua Marche	Rua Vaticano
Rua Colômbia	Rua Mato Grosso	Rua Veneto
Rua Concórdia	Rua Mendoza	Rua Veneza
Rua Costa Rica	Rua México	Rua Venezuela
Rua Criciúma	Rua Molise	

Fonte: Elaborado pela autora

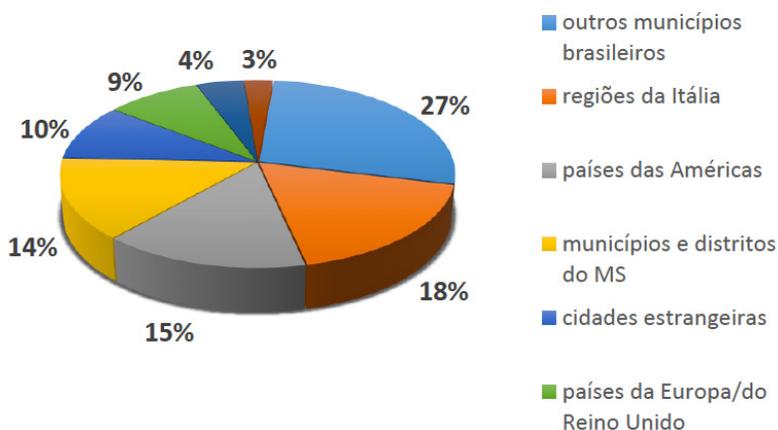
Os nomes transplantados que foram incluídos na categoria dos corotopônimos, reitera-se, representam a segunda categoria mais produtiva nos nomes de ruas, conforme Tavares (2017) já havia constatado. Em estudo relativo à toponímia urbana de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Oliveira (2014) verificou que essa categoria também é a segunda, em termos quantitativos na *Região Central* da cidade; na *Região do Imbirussu* e na *Região do Segredo*, Cavalcante (2016) e Amorim (2017), respectivamente, verificaram que a categoria também se mantém como a segunda mais produtiva. Cazarotto (2019), pesquisando a toponímia da área de fronteira, constatou que, no que se refere aos designativos da área urbana de Ponta Porã (MS), os resultados também indicam os corotopônimos em segundo lugar quanto à recorrência.

Cotejando, então, os dados de Dourados, das regiões mencionadas de Campo Grande e de Ponta Porã, poder-se-ia ter indícios de que o tipo de motivação em análise neste estudo é uma tendência na toponímia urbana e está entre os mais significativos. Entretanto, é necessário ter cautela quanto a essa afirmação, porque, por exemplo, os resultados encontrados por Bittencourt (2015), referentes à toponímia de Três Lagoas (MS), não ratificam tal tendência. Nessa cidade, os designativos dessa categoria ficaram em sexto lugar, em termos quantitativos, ou seja, não estão entre os mais produtivos. Dessa forma, apenas, após o estudo dos topônimos de

um maior contingente de áreas urbanas do estado, será possível indicar tendências mais confiáveis.

Conforme se observa no Quadro 1, para nomear o conjunto de ruas de Dourados, foram transplantados nomes de diferentes procedências, de locais mais próximos ao município a locais muito distantes. O Gráfico 1, a seguir, demonstra os tipos de acidentes geográficos nomeados anteriormente às ruas douradenses.

Gráfico 1 – Procedências dos corotopônimos das ruas de Dourados – MS



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme se constata, considerando os corotopônimos verificados na nomeação das ruas, a utilização de nomes de municípios brasileiros que não pertence ao estado de Mato Grosso do Sul é o procedimento mais recorrente, com 27% do total. São exemplos incluídos nesse percentual os seguintes nomes: Rua *Belo Horizonte*, Rua *Cuiabá*, Rua *Passo Fundo*, Rua *Ponta Grossa* – respectivamente verificados na nomeação de ruas dos estados de Minas Gerais, de Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Mori (2017, p. 1318) menciona, em seu estudo, ruas com nomes de cidades onde nasceram pessoas consideradas importantes para a história, seja de Buenos Aires, seja da Argentina como um todo. Nesse sentido, é possível ter como hipótese que alguns nomes de ruas de Dourados sejam homenagem às cidades natais dos primeiros habitantes que se destacaram na cidade. Por exemplo, o pioneiro Joaquim Teixeira Alves, nascido em Passo Fundo (RS), chegou à região em 1904; Raul Frost, nascido em Ponta Grossa (PR), chegou em 1910; Antônio Emílio de Figueiredo, nascido em Cuiabá (MT), veio em 1924⁷. Esses migrantes ou outros que tenham nascido nas mesmas cidades podem ter influenciado na escolha dos nomes das ruas – Rua *Passo Fundo*, Rua *Ponta Grossa*, Rua *Cuiabá*. O processo de nomeação com essa motivação caracterizaria o que Nascentes (1960) chamou de “saudade da terra natal”. A relação de Dourados com Cuiabá, entretanto, pode ainda ser de outra natureza: Cuiabá é capital de Mato Grosso, estado que, antes de 1977, integrava o território de Mato Grosso do Sul.

Representam 18% do total os nomes que remetem a regiões da Itália como, por exemplo, Rua *Abruzzo*, Rua *Basilicata*, Rua *Calábria*, Rua *Ligúria*, Rua *Sicília*. Convém destacar que essas ruas e as demais que têm nomes de acidentes geográficos italianos estão concentradas em alguns conjuntos residenciais populares e periféricos da cidade, como o Vila Roma I, Vila Roma II, e Vila Toscana II. Os bairros citados são relativamente novos, criados nos últimos dez anos a partir de loteamentos planejados.

Em relação a esses nomes, a motivação que parece ser a mais forte é a que Backheuser (1952) chamou de “mimetismo ou espírito de imitação”. Nesse caso, para que um topônimo já existente seja reutilizado na nomenclatura geográfica de outro local, em geral, ele tende a ser dotado de prestígio, de impressões positivas. Por exemplo, quando se decide nomear todas as ruas de um bairro com topônimos de regiões italianas, a intenção

⁷ As informações referentes aos pioneiros foram retiradas da obra de Gressler (1996).

pode ser a de conferir àquele local as mesmas impressões que se têm dessas regiões. A figura a seguir, disponível no site *Viagem na Itália*, mostra os nomes das regiões da Itália que motivaram vários nomes de ruas.

Figura 1 – Regiões da Itália



Fonte: Site *Viagem na Itália*⁸

Dos topônimos que aparecem na Figura 1, com exceção de Alto Adige, todos foram transplantados para ruas dos residenciais Vila Roma I e Vila Roma II, conforme se pode conferir na relação dos designativos apresentados no Quadro 01.

⁸ Disponível em: <http://viagemitalia.com/origem-nomes-regioes-italianas>. Acesso em: 18 abr. 2020.

A propósito da presença italiana na toponímia urbana de Dourados, outros topônimos foram observados, como Rua *Apeninos*, Rua *Esquilinos* e Rua *Palatino*. Os designativos, entretanto, referem-se, respectivamente, aos acidentes geográficos físicos cordilheira, colina e monte. Pelos motivos já mencionados, esse tipo de designativo não foi incluído no *corpus*.

Nesse particular, convém lembrar que Dick (1988, p. 85) afirma acreditar que o deslocamento de topônimos ocorre mais comumente a partir de “acidentes culturais ou antrópicos” (povoados, aldeias, vilas, cidades). Os nomes de rios, morros ou serras parecem deslocar menos de um sítio para outros. De fato, o que afirma autora foi constatado durante a pesquisa; ou seja, ainda que não tenha sido objetivo do trabalho, verificou-se que nomes próprios de acidentes físicos são menos “reaproveitados” que aqueles relativos a acidentes humanos.

Tendo em vista o exemplo de bairros com topônimos que remetem à Itália, é preciso considerar que, no desenvolvimento de um núcleo populacional urbano, as ruas podem ser abertas e nomeadas aos poucos, conforme a necessidade, ou podem surgir bairros planejados nos quais todas as suas ruas são abertas e nomeadas ao mesmo tempo, com uma intenção muito mais explícita. No primeiro caso, é normal que a motivação dos nomes seja mais variada que no segundo caso. Em outras palavras, quando se analisa a toponímia de bairros planejados, é possível se estabelecer, mais facilmente, nos termos de Dick (1990b), algumas áreas toponímicas, como é o caso da área relativa às regiões italianas.

As ruas com nomes de países das Américas do Sul, Central e do Norte também se destacam entre os corotopônimos, totalizando 15%. São exemplos desse tipo de topônimos: Rua *Argentina*, Rua *Colômbia*, Rua *Honduras*, Rua *México*, Rua *Venezuela*. A maioria das designações desse tipo está concentrada no Parque das Nações I, um dos bairros mais antigos da cidade. O bairro se constitui como mais um exemplo de área topo-

nímica, quanto à motivação. Nesses casos, parece não se aplicar nenhuma das causas elencadas como motivadoras da transplantação. Uma homenagem, num sentido bem amplo, pode ter motivado a escolha dos nomes.

As ruas também lembram municípios e distritos do próprio estado de Mato Grosso do Sul como em Rua *Campo Grande*, Rua *Caarapó*, Rua *Picadinha*, Rua *Ponta Porã*. Essa forma de nomeação totalizou 14% do recorte estudado. Nos exemplos citados, as razões da transplantação do nome, talvez não estejam vinculadas nem à homenagem do local de nascimento do indivíduo que migrou e nem ao prestígio que impulsiona o deslocamento do nome. O município de Dourados tem relações muito estreitas, especialmente relacionadas a questões territoriais com três dos locais mencionados. Campo Grande é a capital do estado; Caarapó já foi parte do território de Dourados; Picadinha é um dos seus atuais distritos; Ponta Porã já foi um território que incluía vários municípios, entre os quais, Dourados.

Essas vias, que são nomes de cidades e distritos do próprio estado, em geral, estão em vários pontos da cidade, mas algumas estão em área específica, como a Vila Nova Esperança, bairro novo e periférico de Dourados.

As cidades estrangeiras estão em 10% dos dados analisados, como nos exemplos: Rua *Bariloche*, Rua *Cancun*, Rua *Dubai*, Rua *Machu Pichu*, Rua *Veneza*. As cidades homenageadas são, respectivamente, da Argentina, do México, dos Emirados Árabes, do Peru e da Itália. As vias citadas são todas de um condomínio fechado considerado de alto padrão, o Golden Park Residence. Assim como já se discutiu a propósito dos nomes transplantados relativos a regiões da Itália, no caso dessas cidades estrangeiras, mais uma vez se observa a questão do prestígio e ainda um forte apelo comercial, uma vez que o condomínio é um empreendimento particular e os terrenos precisam ser vendidos.

Países da Europa e do Reino Unido estão rememorados em ruas como Rua *Alemanha*, Rua *Áustria*, Rua *França*, Rua *Inglaterra*, Rua *Suíça*, que representam 9% do total dos dados analisados. Essas ruas estão restritas aos bairros Jardim *Europa* e Jardim *Mônaco*, e se constituem como bairros destinados à população de classe média ou alta. São também exemplos de áreas toponímicas no que se refere à motivação dos nomes, que também têm a pretensão de evocar prestígio.

Estados brasileiros foram lembrados em 4% dessa categoria de topônimos, como os seguintes: Rua *Goiás*, Rua *Mato Grosso*, Rua *Paraná*, Rua *Rio Grande do Sul*. Algumas dessas são via curtas de bairros pequenos e outras, como a Rua *Mato Grosso*, são consideradas ruas importantes devido ao fluxo intenso e a grande extensão. Desses estados, vieram para Dourados, uma quantidade significativa de migrantes. Porém, é preciso reconhecer que a homenagem aos estados pode ou não estar associada às origens de uma grande quantidade de migrantes. Isso porque vários topônimos de outros estados, sem relação muita significativa com a questão da migração, também já figuraram como nomes de ruas na cidade.

Nesse sentido, embora a perspectiva deste estudo seja sincrônica, entendeu-se como relevante registrar que, em 2017, por ocasião de aniversário de cinquenta anos da lei que criou a Rua *Joaquim Teixeira Alves* – anteriormente, Rua *Paraná* – o jornal digital *Douradosnews* publicou matéria sobre a alteração de nomes de ruas em Dourados. A referência se justifica por tratar-se de antigos corotopônimos, que foram substituídos por antropotopônimos. No Quadro 2, apresenta-se uma síntese dessas alterações e os anos em elas que ocorreram. Em relação a três alterações, o texto não informa a data precisa; afirma-se apenas que a mudança ocorreu “logo depois” de 1963.

Quadro 2 – Alteração de nomes de ruas de Dourados – MS

Nome anterior	Nome atual	Ano da alteração
Rua Pernambuco	Rua Presidente Vargas	1954
Rua Minas Gerais	Rua João Cândido da Câmara	1963
Rua Rio de Janeiro	Rua Hilda Bergo Duarte	Não informado
Rua Maranhão	Rua Dr. Nelson de Araújo	Não informado
Rua Sergipe	Rua João Rosa Góes	Não informado
Rua Paraná	Rua Joaquim Teixeira Alves	1967
Rua Goiás	Rua Dr. Camilo Ermelindo da Silva	1968
Rua Rio Grande do Sul	Rua Weimar Torres	1969
Rua Bahia	Rua Hayel Bon Faker	1979
Rua Espírito Santo	Rua Toshinobu Katayama	1980

Fonte: Elaborado pela autora, com base em matéria do jornal *Douradosnews* (2017)

Alguns desses nomes antigos foram atribuídos a outras ruas de menor importância quanto à extensão e à circulação. *Goiás, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul*, por exemplo, atualmente nomeiam ruas do bairro *BNHI Plano*. Os demais nomes, até o momento, não foram atribuídos a outras ruas. Ressalta-se ainda que o topônimo *Rua Bahia* continua sendo usado por moradores mais antigos da cidade e se constitui como um exemplo de topônimo paralelo que resiste ao lado da nomeação oficial (*Rua Hayel Bom Faker*).

Por fim, constatou-se que 3% dos topônimos não se incluem nas divisões anteriores. Ilustram esse tipo de nomeação a *Rua Caribe*, que recupera uma região do continente americano; a *Rua Havaí*, um estado dos Estados Unidos, e a *Rua Punta Cana*, uma região da República Dominicana. Essas ruas também integram o condomínio *Golden Park Residence*, já mencionado. Os locais lembrados estão entre os principais destinos turísticos do mundo e podem ter a intenção de reproduzir, na imaginação das pessoas, impressões muito positivas relacionadas a férias, descanso,

tranquilidade, ou seja, novamente a questão do prestígio é o destaque desses nomes.

Realizadas as considerações a respeito dos tipos de corotopônimos encontrados nas ruas e os possíveis motivos para a transplantação de alguns dos nomes, passa-se à reflexão sobre uma dificuldade relativa à classificação de certos designativos, que podem ou não ser incluídos nessa categoria.

Os topônimos *Belo Horizonte* e *Bela Vista*, que compõem o *corpus* deste estudo, são exemplos daqueles que pode gerar dúvidas quanto à classificação. Existe a possibilidade de se questionar: os designativos expressam conteúdos anímicos eufóricos ou são homenagens às cidades brasileiras? Sobre o primeiro topônimo, também discutindo essa questão, Isquierdo e Figueiredo (2012, p. 101), em análise referente a outro recorte toponímico, afirmaram:

Topônimo bem ilustrativo [...] é Belo Horizonte, que nomeia um córrego em São Gabriel do Oeste – MS, microrregião do Alto Taquari, e outro córrego em Iturama – MG. Sabendo-se que no município mineiro de Iturama também existe um córrego denominado Viçosa (outra cidade mineira), a classificação de Belo Horizonte como corotopônimo nesse território parece mais coerente do que no Estado de Mato Grosso do Sul.

As autoras mencionam também o caso do topônimo *Fortaleza*, atribuído a vários acidentes do estado, e que pode ser analisado como um animotopônimo ou como um corotopônimo, mas concluem:

[...] a representativa incidência desse topônimo em diferentes pontos geográficos do Estado; o grande contingente de nordestinos, incluindo os cearenses, que migraram para o Mato Grosso do Sul, durante diferentes fases de povoamento da região, somados à

falta de informações acerca da motivação do batismo desses seis acidentes físicos e de um acidente humano corroboram a decisão de manter a classificação desses designativos como corotopônimos (ISQUERDO; FIGUEIREDO, 2012, p. 101).

Entende-se que, nessas situações, a análise de condicionantes sócio-históricas, como fazem as autoras, torna-se muito importante para uma interpretação mais adequada dos designativos.

Além disso, especialmente na toponímia urbana, é possível recorrer a procedimentos relativamente objetivos como ter em vista a noção de áreas toponímicas e consultar, frequentemente, o mapa durante a pesquisa. Isso é fundamental porque as áreas e os mapas podem fazer as vezes do texto, que funcionará como um contexto importante dos designativos geográficos em análise.

Assim, por exemplo, Rua *Arapongas* poderia ser uma referência ao município do interior do estado do Paraná; portanto, um corotopônimo. Observando-se, porém, sua localização no mapa, verifica-se que está em uma área onde há também as ruas *Jandaia*, *Rouxinol*, *Perdizes*, *Uirapuru*, o que permite compreender que a motivação, nesse caso, é ave e não o município já existente. Da mesma forma, a Rua *Emilia Romagna* poderia ter sua motivação associada apenas ao nome de pessoa, caso o pesquisador não se lembrasse ou não tivesse conhecimento dos nomes das regiões italianas. Entretanto, o fato de esse topônimo estar em um bairro em que as demais ruas são também nomes de regiões da Itália pode conduzir o investigador à verificação e à confirmação de que se trata também de um corotopônimo.

Diante do exposto, entende-se que os referenciais em forma de lista de topônimos ou os programas de computador que fornecem essas listas podem representar uma fonte muito prática para o pesquisador, mas não devem excluir a consulta aos mapas, sejam impressos ou digitalizados, da região investigada.

Em situação em que a consulta imediata aos mapas não é possível, algumas vezes, o nome do bairro poderá dar pistas sobre a motivação dos nomes de suas ruas. Nesse sentido, convém relatar que, inicialmente, incluiu-se o topônimo Rua *São Paulo* entre os dados desta pesquisa. Observando-se, depois, que a rua integra o bairro Jardim Maracanã onde há também a Rua *Fluminense*, considerou-se mais provável que os nomes das duas ruas sejam homenagens a clubes de futebol e, por essa razão, optou-se por excluir esse nome do *corpus*. Nesse caso, a pista para uma análise mais atenta foi, ao menos no início, o nome do bairro.

Essas pistas, contudo, são válidas apenas quando existe uma “coerência” entre o macrotopônimo (nesse caso, o nome do bairro, que é o espaço maior em relação às ruas) e os macrotopônimos (os nomes de ruas). Em Dourados, essa coerência só é verificada em relação a alguns bairros, como, por exemplo, o *Jardim Europa*, onde as ruas são nomes de países do continente europeu e no *Parque das Nações*, onde as ruas são nomes de países do continente americano. Na maioria dos demais, não existe relação entre o nome do bairro e os nomes de suas ruas. Apenas para ilustrar, no *Jardim América* e no *Jardim dos Estados*, as ruas têm nomes de personalidades históricas de importância local ou nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado, antes do início deste estudo, já se sabia, em razão de trabalho anterior realizado pela autora, que os corotopônimos são muito significativos na toponímia urbana de Dourados, uma vez que ocupa a segunda posição no que se refere à recorrência; está atrás apenas dos antropotopônimos. Restava, então, lançar um olhar mais detalhado sobre essa categoria, tanto do ponto de vista teórico quanto em relação aos designativos das ruas que podem nela ser incluídos, conforme a teoria utilizada.

Um dos objetivos da pesquisa foi verificar a procedência dos nomes transplantados que se incluem entre os corotopônimos. A análise demonstrou que diversos tipos de divisões administrativas de outras localidades tiveram seus nomes atribuídos também às ruas de Dourados. Verificou-se, então, que a maior parte dos nomes analisados foi atribuída, anteriormente, a municípios de outros estados brasileiros e estão espalhados por várias regiões da cidade, nomeando vias de menor e de maior importância quanto à intensidade do fluxo. Também sobre a origem dos nomes, registra-se que regiões da Itália e países das Américas, principalmente da América do Sul e da América Central, tiveram um destaque significativo no que se refere à quantidade.

É preciso lembrar, entretanto, que, como demonstrado, esses nomes estão concentrados em algumas áreas da cidade e foram atribuídos às ruas todos ao mesmo tempo. É, portanto, diferente de outros casos, em que as ruas vão sendo abertas de acordo com a necessidade do desenvolvimento da cidade, e os nomes também vão sendo atribuídos conforme a necessidade de organização do espaço.

Os corotopônimos podem, em alguns casos, até sugerir que os novos locais têm características semelhantes ao do local que primeiro recebeu o nome, mas, objetivamente, não são descritivos e apenas evocam o outro espaço designado com o mesmo topônimo. Desse modo, a análise pretendeu demonstrar quais os motivos para se escolher como topônimo um signo que já existe como tal em acidente geográfico humano de outra localidade. A revisão teórica ajudou a sintetizar algumas razões tais como: lembrar e homenagear o lugar onde colonizadores e migrantes nasceram; imprimir aos novos locais o mesmo prestígio do primeiro acidente geográfico nomeado; registrar aspectos históricos e culturais diversos que ligam um local ao outro. Em certa medida, essas razões puderam ser constatadas por meio da análise, entretanto, em geral, a questão do desejo de se atribuir prestígio por meio do nome, se destaca no recorte estudado.

A coleta e a análise dos dados deixaram evidentes também que ainda que um topônimo possa ser classificado quanto à motivação apenas pelo conteúdo semântico que apresenta sincronicamente, em muitos casos, é preciso ter vista as condicionantes que o envolve, como o contexto espacial em que estão os nomes. No caso desses dados da toponímia urbana, a consulta ao mapa da área pesquisada para a identificação de possíveis áreas toponímicas foi essencial, pois eles forneceram pistas importantes para uma interpretação mais adequada da motivação.

Ainda que não fosse objetivo inicial do estudo, a pesquisa acabou provocando a necessidade de reflexão a respeito da mudança de nomes de ruas. Isso porque se verificou que ruas muito importantes da área central de Dourados tinham nomes de estados brasileiros, que foram trocados por nomes de pessoas. Em geral, em trabalhos referentes a pesquisas toponímicas, assim como se fez aqui, em algum momento, costuma-se afirmar que os nomes geográficos são repositórios – ou qualquer outro termo que equivalha – de ideias, de fatos históricos, de aspectos da cultura, de estados psicológicos. Mudar os topônimos é, então, deixar parte da história se perder.

Backheuser (1952, p. 191) afirma que os topônimos “[...] adquirem com o tempo como que ‘alma’ porque traduzem estados psicológicos de quem os deu e quem os perfilhou e revelam tradição histórica”. De acordo com o autor, mudar os topônimos “significa ignorância e desrespeito ao passado”. Diante disso, com exceção dos casos em que as mudanças sejam muito bem justificadas – duplicidade de nomes e ruas, por exemplo, que geram problemas relativos a endereçamento – entende-se que os topônimos originários de qualquer motivação devem ser mantidos para que conservem seu caráter de “monumento” ou de “fóssil linguístico”, quando for o caso.

A questão da mudança traz à tona também a existência de casos de toponímia paralela em Dourados. Esses assuntos, porém, são prováveis temas para outros estudos.

Por fim, considera-se que os objetivos propostos inicialmente foram alcançados e espera-se que as discussões e análises apresentadas possam ser úteis para o conhecimento da toponímia da área urbana de Dourados e de outros municípios, ao menos no que se refere ao cotejamento dos resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Bianca da Silveira. **A toponímia urbana de Campo Grande – MS: um estudo etnolinguístico da região do Segredo**. 2017. 241f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, 2017.

BACKHEUSER, Everardo. Toponímia. Suas regras, sua evolução. **Revista Geográfica**. Rio de Janeiro, Instituto Pan-Americano de Geografia e História. v. IX, X. n. 25, p. 163-195, 1952.

BILLY, Pierre-Henri. Essai de typologie historique des désignations ononymiques. In: BOUVIER, Jean-Claude; GUILLON, Jean-Marie (dir.). **La toponymie urbaine**. Significations et enjeux. Actes du Colloque tenu à Aix-en-Provence, 11–12 décembre 1998. Paris: L. Harmattan, 2001, p. 17–40.

BITTENCOURT, Karla Porto. **Toponímia urbana da cidade de Três Lagoas – MS: interfaces entre léxico, cultura e história**. 2015. 227f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Três Lagoas, 2015.

CAVALCANTE, Letícia Barbosa da Silva. **Léxico toponímico urbano na cidade de Campo Grande: região urbana do Imbirussu**. 2016. 276f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande, 2016.

CAZAROTTO, Suely Aparecida. **Interfaces entre a toponímia brasileira e a paraguaia em área de fronteira: perspectiva etnodialetológica**. 2019. 468f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Três Lagoas, 2019.

DAUZAT, Albert. **La toponymie française**. 2. ed. Payot, Paris, 1946.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e imigração no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, SP, 29: 83–92, 1988.

DOURADOSNEWS. **História**. Lei que criou a rua Joaquim Teixeira Alves completa 50 anos. Disponível em: <http://www.douranews.com.br/index.php/entretenimento/item/104259-historia-lei-que-criou-a-rua-joaquim-teixeira-alves-completa-50-anos>. Acesso em: 20 maio.2020.

GRESSLER, Lori Alice. **Memória de Dourados**. Ruas, edifícios e logradouros públicos. Dourados: [s.n.], 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Dourados. Amostra. Migração. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/pesquisa/23/24007>. Acesso em: 03 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dourados**. Histórico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/historico>. Acesso em 03 jun. 2020.

ISQUERDO, Aparecida Negri; FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. Corotopônimos na toponímia sul-mato-grossense: reflexões teórico-metodológicas. **Papéis** (UFMS). Campo Grande/MS. V. 16, n. 31. Especial ABRALIN, p. 85–106, 2012.

MORI, Olga. Aspectos teóricos relevantes de las designaciones urbanas. *In*: ILIESCU, Maria, SILLER-RUNGGALDIER, Heidi, DANLER, Paul. **Actes du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Innsbruck, 2007, p. 315–324.

MORI, Olga. Odónimos. El espacio mayor en el espacio menor. **Actes del XXIV Congrès Internacional d'ICOS sobre Ciències Onomàstiques**. Alemanha: Biblioteca Tècnica de Política Lingüística, 2014, p. 1314–1325.

NASCENTES, Antenor. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. **Revista Letras**, Curitiba, 1960, v. 11, p. 102–107, 1960. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19903>. Acesso em: 28 maio 2020.

OLIVEIRA, Leticia Alves Correa de. **A toponímia urbana da Região Central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico**. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande, 2014.

PREFEITURA DE DOURADOS. **Lei orgânica do município de Dourados** (2019). Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/LOM-ATUAL-at%C3%A9-a-Emenda-68.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

PREFEITURA DE DOURADOS. **Mapa Urbano Básico**. Disponível em: <https://geodourados.dourados.ms.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

TAVARES, Marilze. Tendências da toponímia urbana do município de Dourados (MS): os nomes de ruas. **Guavira Letras**, Três Lagoas/MS, n. 25, p. 79–95, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/486/439>. Acesso em: 27 maio 2020.

VIAGEM NA ITÁLIA. **Origem dos nomes das regiões italianas**. Disponível em: <http://viagemitalia.com/origem-nomes-regioes-italianas/> Acesso em: 27 maio 2020.

A ANTROPONÍMIA NA NOMEAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE PARANAÍBA/MS¹

Neidiani Alves da Silva Dutra
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel

INTRODUÇÃO

O estudo dos nomes próprios tem uma área bem definida e delimitada dentro da Linguística: a Onomástica, que se dedica à pesquisa dos nomes próprios de pessoas (Antroponímia) e de lugares (Toponímia), dentre outras modalidades de nomes próprios. Dick (1999, p. 123) pondera que tanto a Antroponímia como a Toponímia “são corresponsáveis pela preservação dos fatos culturais em uma determinada área geográfica, como formas conservadoras da memória, capazes de recuperar os momentos históricos vividos”.

O nome próprio, nesse sentido, é um elemento da língua usado para particularizar um referente (um rio, uma rua, uma pessoa, um animal) e o identificar entre os demais. Um topônimo, especialmente, permite ao homem ter noção espacial, podendo evidenciar zonas para moradia, áreas de perigo, espaço adequado para agricultura, fontes de água potável ou ainda locais para lazer, dentre tantas possibilidades existentes em um espaço.

O topônimo é um signo de língua com algumas características peculiares que o diferenciam de outros nomes por ser motivado,

¹ Este trabalho discute parte dos resultados da Dissertação de Mestrado *Toponímia urbana de Paranaíba/MS*, produzida por Neidiane Alves da Silva Dutra, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, defendida em 2020, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Paula Tribesse Patrício Dargel.

revestido de significação, simbologia e memória na medida em que revela os aspectos ambientais de uma sociedade.

A língua, nesse ponto de vista, reflete a realidade de um povo ao registrar, por meio de um nome, situações, das mais simples às complexas, e as forças envolvidas no batismo de um lugar, ou seja, ao se dar um nome, inserem-se nele as marcas, os pensamentos, a visão de mundo e as perspectivas inter-relacionadas entre o referente e o nome dado. Esse nome, no decorrer do tempo, permanecerá vivo no espaço circunscrito a essa sociedade e se cristalizará como um signo linguístico. De acordo com Dick (1992, p. 119),

[...] a Toponímia reserva-se o direito de se apresentar como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras. Assim é que os elementos mais diferenciadores da mentalidade do homem, em sua época e em seu tempo, em face das condições ambientais de vida, que condicionam a sua percepção do mundo, então representados nos nomes de lugares, senão todos, pelo menos os mais flagrantes.

Sapir (1969, p. 26), em raciocínio parecido, já destacara que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida”. Os topônimos, como parte do léxico da língua, refletem de perto aspectos culturais e sociais que envolvem o homem no ato denominativo, e, assim, os nomes de lugares se configuram como signos linguísticos enriquecidos que revelam aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, históricos, físico-geográficos, humanos atuantes no momento da nomeação de um lugar.

Nessa perspectiva, neste texto, busca-se tecer a “crônica de uma comunidade” à medida que se revelam condicionantes ambientais ressaltados pela pesquisa referente à motivação semântica dos topô-

timos. Mais especialmente, a discussão está centrada nos nomes dos logradouros públicos da cidade de Paranaíba/MS² motivados pela natureza antroponímica.

Os fundamentos teórico-metodológicos da Toponímia, particularmente a teoria de Dick (1990; 1992), orientaram este estudo em que se examina um recorte da pesquisa de Dutra (2020) cujo objetivo mais amplo foi estudar a toponímia urbana da cidade de Paranaíba/MS, buscando, por meio de investigação toponímica, recuperar condicionantes ambientais relacionados à motivação semântica dos topônimos.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O homem amplia o léxico da língua conforme surge a necessidade de nomear, distinguir, particularizar e caracterizar algo novo na sociedade. No ato denominativo, o nome passa a constituir uma forma de registrar o conhecimento do universo, já que, ao mesmo tempo em que nomeia, o indivíduo também classifica os referentes (BIDERMAN, 1998, p. 91), refletindo de perto todos os aspectos culturais e sociais que envolvem o homem no ato de batismo de um lugar.

Dick (1998, p. 103), ao tratar das marcas distintivas das designações, assinala que o nome próprio, diferente do léxico comum, pressupõe um nomeador e um nomeado, uma representação externa à qual ele se une: “o nomeador (sujeito, emissor ou enunciador), o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceituais, que incorpora a função referencial, sobre o que recairá a ação de nomear), o receptor (ou o enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação, na qualidade de sujeito passivo)”. O

² Este trabalho discute um recorte da pesquisa realizada por Neidiani Alves da Silva Dutra como Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, defendida em 2020, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Paula Tribesse Patrício Dargel.

topônimo, apesar de ser um signo linguístico enriquecido (motivado no momento de batismo do espaço), torna-se opaco como todos os nomes comuns porque, no decorrer do tempo, o nome se cristaliza no ambiente em que foi gerado, incorporando-se à sociedade e, assim, é transmitido às gerações futuras.

Acerca do estudo da motivação toponímica, Isquierdo (1996, p. 90) argumenta:

O signo toponímico se nos apresenta como um dos aspectos do léxico, particularmente complexo, no que se refere a sua motivação designativa. A diversidade de influências culturais na formação étnica da população, como também as especificidades físicas de cada região tornam dificultosa toda tentativa de explicação das fontes geradoras dos nomes de lugares e de acidentes geográficos.

A junção de um elemento genérico, o acidente a ser nomeado, com um elemento específico, o nome propriamente dito, forma o sintagma toponímico, de acordo com Dick (1992, p. 10). Em córrego *Bonito* e rio *Paranaíba*, por exemplo, córrego e rio são os termos genéricos e *Bonito* e *Paranaíba* são os específicos. Em seu modelo teórico, Dick (1992) propõe a análise do topônimo a partir de duas categorias quanto à motivação semântica: as taxionomias de natureza física (onze taxes), conforme³ verificado em rua *Azaléia*; rua *Lírio do Vale*; rua *Samamabia*; e as taxionomias de natureza antropocultural (dezesesseis taxes), como ocorre em rua *Murilo Malheiros do Amaral*; *avenida Moacir da Silveira Queiroz*; rua *Sebastião Nunes*, somando ao todo 27 taxes. O modelo de Dick é o adotado neste trabalho na categorização semântica de nomes dos logradouros de natureza antroponímica do espaço urbano de Paranaíba/MS.

³ Os exemplos foram retirados da dissertação de mestrado de Dutra (2020).

Nessa linha, por intermédio de pesquisas sobre questões relacionadas à motivação do nome de um lugar, é possível conhecer a cultura, costumes, valores, possibilitando a compreensão e a informação a respeito da constituição de seu patrimônio cultural, ou seja, “o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época” (SEABRA, 2008, p. 1953). Logo, a toponímia urbana de Paranaíba/MS, ao inscrever topônimos de natureza antroponímica em seu desenho, revela um retrato genuíno da própria formação histórica da Cidade.

2. PARANAÍBA: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO⁴

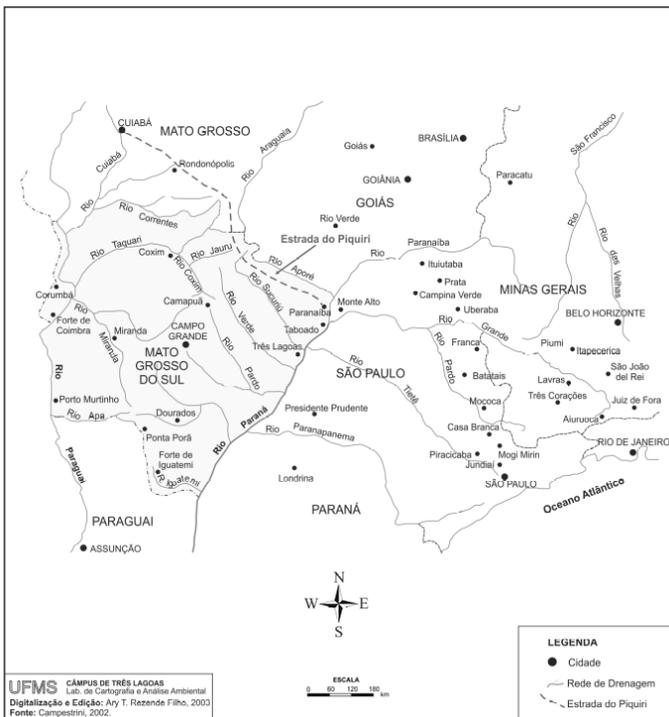
No início do século XVIII, a região onde se localiza o município de Paranaíba era habitada por pessoas da etnia Caiapó. A partir de 1830, a localidade começou a ser povoada por várias famílias, lideradas por José Garcia Leal, originadas de Minas Gerais. Garcia Leal trouxe para a região os familiares e agregados que se estabeleceram a três léguas de onde hoje está a cidade de Paranaíba.

Anos mais tarde, na Guerra do Paraguai (1864–1870), Paranaíba teve participação estratégica por ter sido a rota de apoio logístico e de fuga dos civis envolvidos no conflito cujo ápice foi a atuação de José Francisco Lopes, o Guia Lopes, em 1867, no episódio bélico denominado *Retirada da Laguna*. Visconde de Taunay, autor de *Inocência e Retirada da Laguna*, passou pelo local e registrou observações acerca de habitantes, costumes, natureza e, assim, tornou a região conhecida no restante do País.

⁴ Item redigido a partir de leituras destas fontes: Dargel (2003), Campestrini (1994) e dados do site oficial da Prefeitura Municipal de Paranaíba.

A construção da pioneira *Estrada do Piquiri*, que partia de Cuiabá/MT em direção a Uberaba/MG e a Araraquara/SP, também foi um fator a estimular o desenvolvimento da região porque essa Estrada se bifurcava exatamente onde hoje se localiza a cidade de Paranaíba. Em decorrência dessa bifurcação, Paranaíba era passagem obrigatória de tropeiros rumo a Cuiabá/MT. A seguir, a *Estrada do Piquiri* ilustrada na Figura 1.

Figura 1 – Estrada do Piquiri



Fonte: Dargel (2003, p. 178)

Conforme Campestrini (1994, p. 39), em 19 de abril de 1838, houve a criação do Distrito de Paz (Resolução nº 04 de 19.04.1838) a elevação do povoado à freguesia de *Sant'Anna do Paranaíba*. Em 1857, por uma Lei Provincial (Lei nº 5 de 04 de julho), foi criado o município de Paranaíba.

ba, atualmente situado na divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG) e Goiás (GO) com cerca de 42.000 habitantes distribuídos por uma extensão territorial com fazendas de gado e setor industrial em desenvolvimento. Além disso, Paranaíba se localiza entre Campo Grande/MS e Uberlândia/MG, dois importantes centros regionais, a pouco mais de 400 km de distância de cada uma dessas cidades.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Observar a toponímia de uma cidade é também desvendar as riquezas que subjazem esses nomes, além das crenças, dos mitos e das histórias criadas, vivenciadas e contadas pelos que por ali passaram e/ou habitaram. Muitas vezes, os topônimos que nomeiam os acidentes urbanos revelam muitos mistérios, particularizam e consolidam olhares lançados sobre esses espaços.

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi efetivada em diferentes etapas. Primeiramente, realizou-se uma consulta a dados históricos e geográficos sobre o estado de Mato Grosso do Sul e acerca da cidade de Paranaíba, em obras históricas e enciclopédicas sobre o município. Depois, iniciou-se a constituição do inventário dos topônimos de Paranaíba, utilizando, para tanto, os dados cartográficos fornecidos pela Prefeitura Municipal. De posse do mapa urbano da cidade⁵, fez-se a coleta dos topônimos que nomeiam bairros, avenidas, ruas, praças, parques e travessas. Na sequência, procedeu-se ao processo de catalogação e estudo dos dados toponímicos. O *corpus* foi analisado com base no modelo teórico de Dick (1992) e discutido um recorte dos dados analisados por Dutra (2020), a seguir apresentados.

⁵ O Mapa Viário Urbano pertencente à Secretaria de Obras de Paranaíba/MS foi fornecido pelo engenheiro da Prefeitura Municipal. Não há um mapa consolidado de loteamento considerando que o cadastro imobiliário da prefeitura não é sistematizado e, ainda, não houve, por parte da secretaria de obras, a cartografiação de todos os dados em um mapa.

4. OS TOPÔNIMOS DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE PARANAÍBA/MS

Os topônimos urbanos são um meio oficial para denominar e individualizar um logradouro público (rua, praça, avenida, bairro etc.), que, muitas vezes são utilizados para homenagear pessoas e, assim, eternizá-los na memória local, regional e até nacional pelos feitos, obras e doações que contribuíram para o engrandecimento da cidade ou do país.

Conforme já mencionado, neste trabalho, apresenta-se um recorte dos topônimos de logradouros públicos da cidade de Paranaíba/MS que abrigam os designativos de natureza antroponímica, ou seja, discutem-se, principalmente, os antropotopônimos e se mencionam, no Quadro 6, alguns axiotopônimos e historiotopônimos porque essas duas taxinomias toponímicas também são de natureza antroponímica.

Dutra (2020) analisou 240 topônimos com a recorrência de 71% do total geral classificados como antropotopônimos e, além disso, foram registrados 4% de axiotopônimos e 1% de historiotopônimos. Desses resultados, depreendeu-se que a nomenclatura toponomástica da cidade de Paranaíba/MS é formada principalmente por nomes motivados a homenagear pioneiros, políticos, vultos históricos e pessoas ilustres, enfim, cidadãos de atividades sociais diferentes, que fazem parte da história política e cultural da localidade.

Quando foram realizadas a coleta e a classificação dos topônimos das vias urbanas de Paranaíba, um dado se destacou: a maioria dos denominativos tinha estreita relação com os nomes dos fundadores, pessoas que deixaram a marca na história e na vida cultural da Cidade. Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram recorrência a topônimos formados pelos sobrenomes de José Garcia Leal, considerado fundador do povoado, e aos seus descendentes.

Quadro 1 – Garcia Leal na antropotoponímia de Paranaíba/MS

Elemento Geográfico	Topônimo
Rua	Aluírio <i>Garcia Leal</i>
Avenida	Antônio <i>Garcia de Freitas</i>
Rua	Antônio <i>Ferreira Garcia</i>
Rua	Aurelhiano M. <i>Garcia</i>
Rua	Eponino <i>Leal Garcia</i>
Rua	Ermírio <i>Leal Garcia</i>
Avenida	Ernesto <i>Garcia Leal</i>
Rua	Feliciana <i>Garcia Gomes</i>
Rua	José <i>Garcia Leal</i>
Rua	Juventino <i>Garcia de Oliveira</i>
Rua	Manoel <i>Garcia Leal</i>
Rua	Milton <i>Garcia Leal</i>
Rua	Nicomedes <i>Garcia</i>
Rua	Odília Alves <i>Garcia Araújo</i>
Avenida	Vicente Peralta <i>Garcia</i>
Rua	Wladislaw <i>Garcia Gomes</i>
Rua	Maria <i>Leal de Oliveira</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme observado no Quadro 1, há formações de antropotopônimos originados de antropônimos tanto de *Garcia Leal* quanto de *Leal Garcia*⁶ e, além disso, há outras com *Garcia* e *Leal* separadamente como em *Garcia Gomes*, *Garcia de Oliveira*, *Garcia Araújo*, *Maria Leal de Oliveira*. Ressalta-se que foram relacionados nos quadros os nomes de pioneiros referenciados na história oficial de Paranaíba/MS com comprovados laços. Para outros antropônimos, apesar de também recorrentes na toponímia urbana de Paranaíba, não foi possível localizar registro documental que atestasse o caráter pioneiro dessas famílias.

Além da produtividade significativa de topônimos motivados pelo antropônimo *José Garcia Leal* e descendentes, ainda há considerável inci-

⁶ *Garcia Leal* e *Leal Garcia* são sobrenomes que correspondem à mesma família.

dência de outros sobrenomes de pioneiros de Paranaíba como os *Ferreira*, *Oliveira* e *Queiroz*, conforme relacionados nos Quadros 2, 3 e 4.

Quadro 2 – Ferreira na antropotoponímia de Paranaíba/MS

Elemento Geográfico	Topônimo
Rua	Adão <i>Ferreira</i> Silva
Rua	Antenor Elias <i>Ferreira</i>
Rua	Antônio <i>Ferreira</i> Garcia
Rua	Bento <i>Ferreira</i> de Moraes
Rua	Debrair Elias <i>Ferreira</i>
Avenida	Egídio <i>Ferreira</i>
Avenida	Evaristo Pereira <i>Ferreira</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 3 – Oliveira na antropotoponímia de Paranaíba/MS

Elemento Geográfico	Topônimo
Avenida	Agenor Francisco de <i>Oliveira</i>
Rua	Anelina F. de <i>Oliveira</i>
Rua	Benedito Palma de <i>Oliveira</i>
Rua	Cap. Francisco J. de <i>Oliveira</i>
Rua	Cap. Martinho da Palma e <i>Oliveira</i>
Travessa	Gertrudes Alves <i>Oliveira</i>
Rua	José F. de <i>Oliveira</i>
Rua	José Gonçalves de <i>Oliveira</i>
Rua	José Modesto de <i>Oliveira</i>
Rua	Juventino G. de <i>Oliveira</i>
Rua	Maria <i>Leal</i> de <i>Oliveira</i>
Rua	Robsom M. de <i>Oliveira</i>
Rua	Sebastião da Palma <i>Oliveira</i>
Rua	Selma M. de <i>Oliveira</i>
Avenida	Waldemar de <i>Oliveira</i> Verdi

Fonte: Elaborado pelas autoras

Quadro 4 – Queiroz na antropotoponímia de Paranaíba/MS

Elemento Geográfico	Topônimo
Rua	Aurícia <i>Queiroz</i>
Rua	Ivo Fabres de <i>Queiroz</i>
Avenida	Edú <i>Queiroz</i> Neves
Rua	Francisco P. de <i>Queiroz</i>
Rua	Jaime <i>Queiroz</i> de Carvalho
Rua	José Evaristo de <i>Queiroz</i>
Rua	José R. de <i>Queiroz</i>
Rua	Macrino <i>Queiróz</i>
Avenida	Moacir da Silveira <i>Queiroz</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme mencionado, além dos antropotopônimos originados de José *Garcia Leal* e descendentes (Quadro 1), ou seja, os sobrenomes do pioneiro e fundador de Paranaíba/MS, impressos na toponímia da cidade, verificou-se a recorrência a sobrenomes de outras famílias também consideradas fundadoras do espaço em questão como *Queiroz* (Quadro 4), *Ferreira* (Quadro 2), *Oliveira*⁷ (Quadro 3) com várias relações de parentesco posteriores registradas nos topônimos rua Francisco Palma de *Queiroz*, rua Antônio *Ferreira Garcia*, rua Capitão Martinho de Palma e *Oliveira*, rua Sebastião da *Palma Oliveira*, rua Maria *Leal* de *Oliveira*, rua Benedito Palma de *Oliveira*. Observa-se a recorrência ao sobrenome *Palma* relacionada às famílias *Oliveira* e *Queiroz*.

Outro ponto a se destacar na toponímia urbana de Paranaíba é a presença de topônimos femininos (rua *Maria Rodrigues de Freitas*, rua *Maria V. Faustino*, rua *Odília Alves G. Araújo*, rua *Najla Mameri Faria*, rua *Nequinha*, rua *Maria de Lurdes Vilela*, rua *Maria Leal de Oliveira*, rua *Marlene Maria Sene de Souza*, rua *Maria Antônia*, rua *Maria Cândida de Freitas*...) que, apesar de não muito expressiva (36 designativos), valoriza as mulheres que tiveram importância marcante na história da cidade. Do total dos antropotopônimos registrados na cidade de Paranaíba, 15% são

⁷ Nos quadros 3 e 4, observam-se também formações com o sobrenome *Palma*.

formados com antropônimos femininos. Desse porcentual, apenas dois deles estão associados à família *Garcia Leal* (rua Maria *Leal* de Oliveira, rua Feliciano *Garcia* Gomes). Entretanto, as mulheres que inspiraram esses designativos tiveram projeção local por terem relação de parentesco com fundadores, políticos e pecuaristas, como *Freitas*, *Grande* e *Queiroz*. Esses dados podem ser conferidos no quadro a seguir:

Quadro 5 – Antropotopônimos inspirados em mulheres

Elemento Geográfico	Topônimo
Travessa	Abadia M. Macedo
Rua	Afonsina M. Freitas
Rua	Agripina P. dos Santos
Rua	Ana Gomes
Rua	Ana Luiza
Rua	Anelina F. de Oliveira
Rua	Aurícia Queiroz
Rua	Batistina Chaves
Rua	Braulina R. da Conceição
Rua	Cândida Vieira Lopes
Rua	Carolina B. Freitas
Rua	Clementina Maria de Freitas
Rua	Dona Bitinha
Travessa	Dona Jovina
Rua	Eliza Tanã
Rua	Etelvina Gabriela de Jesus
Rua	Feliciano Garcia Gomes
Rua	Gerônima Batista Grande
Travessa	Gertrudes Alves Oliveira
Rua	Gilda R. de Souza
Rua	Irna P. Machado
Rua	Leopoldina da Silva Lemos
Rua	Maria Antônia
Rua	Maria Cândida de Freitas
Rua	Maria da P. Alves
Rua	Maria de Lurdes Vilela
Rua	Maria L. da Silva
Rua	Maria Leal de Oliveira
Rua	Maria Rodrigues de Freitas
Rua	Maria V. Faustino
Rua	Marlene Maria Sene de Souza
Rua	Najla Mameri Faria
Rua	Odília Alves G. Araújo
Rua	Rita Pereira de Mendonça
Rua	Rosa A. Barreto
Rua	Selma M. de Oliveira

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os dados revelam que a história da cidade de Paranaíba está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento histórico, sociocultural e, por extensão, a toponímia urbana de Paranaíba/MS configura-se como símbolo das lutas travadas pelas famílias fundadoras, políticos e figuras históricas importantes que por ali passaram e, assim, deixaram sua marca nos nomes dos logradouros. Nessa perspectiva, Dick (1996, p. 131), ao tratar da toponímia urbana de um espaço, já considerava a rua como “um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano”, refletindo intimamente o ambiente ao qual o nome está inserido, bem como a época, o contexto e os aspectos humanos expressos pelos denominativos. Esse microcosmo revela a trajetória, tanto do povoamento quanto dos habitantes, etapas do processo de povoamentos, migrações, influências econômicas e vínculos sociais ali estabelecidos. Nesse sentido, a autora esclarece que:

[...] a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atenuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p. 19).

A toponímia urbana de Paranaíba/MS refletiu esse repositório cultural ao cristalizar a história do topônimo que permanece vivo na memória coletiva. A título de ilustração, apresenta-se o Quadro 6 com informações históricas a respeito da pessoa homenageada por alguns dos topônimos urbanos do *corpus* em estudo, além do topônimo, taxionomia e o elemento geográfico nomeado.

Quadro 6 – Informações toponímica de Paranaíba/MS

Elemento geográfico	Topônimo	Taxionomia	Informações históricas
Rua	Autogamis Rodrigues da Silva	Antropotopônimo	Morador de Paranaíba eleito prefeito de 1963 a 1966 (CAMPESTRINI, 1994, p. 88).
Avenida	Edú Queiroz Neves	Antropotopônimo	Nascido em 1913, comerciante e pecuarista; em 1946 foi prefeito pelo PSD, empreendeu diversas obras: primeira rede de água da cidade o início da Santa Casa de Misericórdia e da rodovia para Inocência. (CAMPESTRINI, 1994, p. 75).
Rua	Emílio Ferraz	Antropotopônimo	Intendente de Paranaíba de 1923–1927, Prefeito em 1929, sendo também vereador em 1914 (CAMPESTRINI, 1994, p. 166; 196).
Rua	Eponino Leal Garcia	Antropotopônimo	Descendente de José Garcia Leal; morador de Santana, eleito vereador em 1914. (CAMPESTRINI, 1994, p. 202).
Rua	Francisco Neves	Antropotopônimo	Pai de Edu Queirós Neves, figura pública importante na conjuntura política de Paranaíba (CAMPESTRINI, 1994, p. 65; 166).
Rua	Gerônima Batista Grande	Antropotopônimo	Filha de Pedro Grande, dona da sapataria <i>A Popular</i> (CAMPESTRINI, 1994, p. 97).
Rua	João Gonçalves de Moraes	Historiotopônimo	Pracinha da FEB, na segunda guerra mundial (CAMPESTRINI, 1994, p. 72).
Rua	João Simão	Antropotopônimo	Morador de Paranaíba e fundador, junto com sua esposa, da igreja Santo Antônio do Bairro Santo Antônio. Comandava um grupo de catira (CAMPESTRINI, 1994, p. 88).
Rua	José Rodrigues Ferraz	Antropotopônimo	Prefeito nomeado de 1936–1937; vice-presidente da câmara em 1950 (CAMPESTRINI, 1994, p. 199).
Avenida	Juca Pinhé	Antropotopônimo	Mudou-se para Paranaíba em 1927 com a família; Dentista prático, trabalhador, conservador, tornou-se chefe político respeitado, ligado a UDN (União Democrática nacional). Em 1932 participou da Revolução Constitucionalista (CAMPESTRINI, 1994, p. 68).
Rua	Manoel Garcia Leal	Antropotopônimo	Ou Manoel Leal Garcia: tenente-coronel: filho de Januário Garcia Leal um dos fundadores de Paranaíba. (CAMPESTRINI, 1994, p. 36).
Rua	Martinho da Palma e Mello	Antropotopônimo	Capitão Martinho da Palma e Oliveira foi Intendente de Paranaíba 1912 a 1915, Prefeito em 1932, renunciou ao cargo nesse mesmo ano, devido a Revolução Constitucionalista (CAMPESTRINI, 1994, p. 195; 204).

Fonte: Elaboração das autoras

No Quadro 6, foram relacionados topônimos de natureza antropônímica, inseridos nas taxas dos antropotopônimos, historiotopônimos, axiotopônimos, que imprimem à toponímia de Paranaíba/MS a apreensão dos motivos pelos quais as referências a pioneiros se mantiveram vivas. À vista disso, de acordo com os dados em tela no Quadro 6, as pessoas homenageadas nos nomes de logradouros de Paranaíba/MS são, em maioria, de projeção local como os nomes rua *Manoel Garcia Leal*, avenida *Juca Pinhé* e rua *Martinho da Palma e Mello*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram analisados topônimos os nomes das vias públicas da área urbana de Paranaíba/MS, registrados em mapas oficiais da Cidade. O exame da toponímia urbana do município de Paranaíba/MS reflete o predomínio de homenagens aos fundadores e pioneiros, cristalizados em nomes como rua *Maria Leal de Oliveira*, rua *Antônio Ferreira Garcia*, rua *Martinho da Palma e Mello*, rua *Aurícia Queiroz*, rua *Eponino Leal Garcia*, rua *José Garcia Leal*. Segundo Dick (1997, p. 193), os topônimos de natureza antropônímica podem homenagear “indivíduos simples, o morador da rua ou do canto, o proprietário de um chão ou mesmo uma autoridade civil ou religiosa”. Nessa perspectiva, os nomes de pessoas que inspiraram os topônimos de Paranaíba refletem de perto a presença social, histórica e linguística dos pioneiros, políticos e moradores de diferentes esferas e atividades sociais que erigiram parcela expressiva do estado de Mato Grosso do Sul, principalmente das regiões imediatas de Paranaíba-Cassilândia-Chapadão do Sul e Três Lagoas.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da Palavra. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, n. 2, p. 81–118, 1998.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba**. Dos Caiapós à atualidade. Paranaíba: Prefeitura Municipal de Paranaíba, 1994.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. **Entre Buritis e Veredas**: o desvendar da toponímia bolsão sul-mato-grossense. 2003. 265 f. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2003.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554–1897**. São Paulo: Annablume, 1996

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica et Lingvistca**. SPPL/SP. Editora Pléiade, v. 7, p. 97–122, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações**. Linguística e Teoria Literária. Recife, UFPE: v. 9, p. 119–148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 91–117.

DUTRA, Neidiani Alves da Silva. **Toponímia urbana de Paranaíba/MS**. 2020. 182 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2020.

História de Paranaíba-MS. Disponível em: <http://www.paranaiba.ms.gov.br/site/paranaiba?id=18-historia>. Acesso em: 20 out. 2020.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O fato linguístico como recorte da realidade socio-cultural**. 1996. 420 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). UNESP/Araraquara, Araraquara/SP, 1996.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: SAPIR, Edward. **A linguística como ciência**. Ensaios. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969, p. 43–62.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

MOTIVAÇÃO RELIGIOSA NA TOPONÍMIA URBANA DE CAMPO GRANDE/MS

Priscila do Nascimento Ribeiro Rezende
Aparecida Negri Isquierdo

INTRODUÇÃO

A religiosidade de um povo pode ser percebida também na ação de nomear, contexto em que o elemento religioso se torna o suporte pelo qual o falante da língua, no momento da enunciação, manifesta a presença do sagrado no real. Assim, ao nomear um lugar, o homem traduz a visão de mundo que o circunda. É comum, desde os tempos passados, a prática da utilização de nomes de divindades para nomear o espaço geográfico. Nessa perspectiva, este trabalho discute parte dos resultados obtidos por meio da pesquisa de dissertação de Mestrado *Religiosidade na toponímia urbana de Campo Grande/MS: entrelaçamentos históricos e linguísticos* (RIBEIRO, 2015)¹, que teve como objetivo geral estudar os topônimos urbanos de caráter religioso da cidade de Campo Grande/MS, denominados, segundo a terminologia de Dick (1990), como hierotopônimos², com foco na presença de traços de religiosidade nos nomes dos logradouros públicos da capital sul-mato-grossense.

¹ Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/CCHS, em 2015, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo. Trabalho disponível em: <http://atems.ufms.br/wp-content/uploads/2017/03/DISSERTA%c3%87%c3%83O-PRISCILA-RIBEIRO.pdf>.

² O trabalho de Ribeiro (2015) foi o segundo a estudar a toponímia urbana de Campo Grande e, diferentemente da primeira dissertação produzida – *Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico* (OLIVEIRA, 2014), estudou os topônimos das sete regiões urbanas que compõem a capital de Mato Grosso do Sul: Centro, Prosa, Segredo, Imbirussu, Lagoa, Bandeira e Anhanduizinho.

O estudo toma como pressuposto que o estudo da influência das crenças populares no ato de denominação pode evidenciar marcas etno-históricas da população que habita e/ou habitou a região. Campo Grande/MS, por exemplo, inicialmente foi denominada como *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande*, topônimo esse que materializou crenças religiosas de José Antônio Pereira, fundador do povoado que deu origem à cidade no final do século XIX (1899).

O estudo da toponímia relacionada à temática da religiosidade, à medida que pressupõe a busca de informações sobre os períodos histórico-religiosos que marcaram o território, possibilita verificar em que proporção mecanismos de nomeação motivados por questões de fé se manifestam nos nomes de lugares, podendo, ainda, identificar traços ideológicos de determinada comunidade impressos na toponímia urbana.

Este trabalho apresenta um panorama geral da toponímia urbana de natureza religiosa da cidade de Campo Grande/MS estudada por Ribeiro (2015), perpassando pelos nomes dos aglomerados urbanos, logradouros, em particular os situados no bairro Seminário que é formado por ruas cujos nomes fazem referência a santos e santas do hagiológico romano e a autoridades eclesiásticas da Igreja Católica.

Assim, por ser um estudo de caráter linguístico, considera-se a análise da extensão semântica de construção do sintagma toponímico dos designativos, verificando possíveis influências de crenças religiosas e de credences populares, de aspectos históricos e linguísticos relacionados à região investigada que se manifestam na nomeação dos logradouros da cidade de Campo Grande.

O *corpus* examinado foi extraído dos mapas oficiais da cidade de Campo Grande disponibilizados pela Mapoteca/SEMADUR (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana)³. Para a análise, levou-se

³ Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/mapoteca/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

em consideração os parâmetros teórico-metodológicos da ciência Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios, particularmente os da Toponímia, em especial, o modelo proposto por Dick (1990a; 1990b; 1996); da Lexicologia, da Morfologia, da Semântica, além de aportes teóricos relacionados a outras áreas do saber, como a Antropologia, a História, a Geografia e a Etnolinguística.

1. TOPONÍMIA URBANA: PARTICULARIDADES

O estudo do significado e da etimologia dos nomes de lugares, os topônimos, configura-se como campo de interesse de diversas áreas do saber humano e deve ser entendido como objeto de investigação da Toponímia, disciplina que, além da investigação etimológica do nome de lugar, examina a estrutura morfológica do topônimo, uma vez que

[...] os estudos toponímicos passam a estudar conjuntamente, o espaço e o nome do espaço, trata-se de um estudo de natureza geográfica pelo vocabulário que utiliza, ou histórico pelas fontes documentais de que se serve, procurando definir melhor o campo de atuação, como de natureza linguística, em função da palavra-sígnica tornada nome (DICK, 2006, p. 96).

Seguindo o ponto de vista da mesma autora, entende-se que, ao associar o ambiente ao dado toponímico, defende que o estudo possui caráter geográfico por referir-se a lugares e, histórico, pela busca da memória da região, mas, ao ser analisado como signo de língua, deve ser tomado como uma *palavra-sígnica*:

[...] a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerido pela própria natureza do acidente nomeado [...], vai pôr em relevo outras das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares, mas a

indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contidos na denominação (DICK, 1990, p. 24).

Um olhar para a toponímia de áreas urbanas demonstra a presença de organizações peculiares que apontam para características distintas da toponímia da área rural, com pesquisas já mais solidificadas.

Não é demais pontuar que os topônimos traduzem características peculiares que permitem identificar, na maioria dos designativos, além de aspectos físicos da região, o modo de ver, as ideias, o ponto de vista de uma comunidade de determinada época, sendo, portanto, “essa ‘marca’ inconfundível de adequação a um lugar que conferirá ao designativo a qualidade de ‘topônimo’ em sua mais pura acepção” (DICK, 1996, p. 63). No caso do Brasil, ainda conforme a toponimista brasileira,

[...] as expressões linguísticas que encerram essa carga pessoal emprestam, sem dúvida, à toponímia brasileira, uma característica peculiar, bem de acordo ao ‘gosto’ do povo. Têm o aspecto de coisas naturais e familiares, cultivadas dentro de um processo espontâneo de maturação (DICK, 1990b, p. 56).

Em se tratando da estrutura do sintagma toponímico, Dick (1990b, p. 10) considera como “termo ou elemento genérico” o nome do espaço geográfico nomeado (rio, córrego, montanha, rua, avenida, praça...) e, como “elemento ou termo específico”, o nome atribuído ao local, ou seja, o “topônimo propriamente dito”, que individualiza o topônimo, como ocorre, por exemplo, em rua *Sacramento*, em que “rua” é o elemento genérico e *Sacramento*, o específico. A autora também trata da estrutura morfológica do termo específico, se simples e composto, considerando como “elemento específico simples” (rua do *Rosário*) aquele que se constitui de um só formante e como “elemento composto” (rua Padre João Crippa), o que apresenta em sua estrutura mais de um constituinte. Acresce, ainda, a mesma autora que, quanto à formação, os topônimos simples e compos-

tos podem ser formados com unidades lexicais de uma mesma língua ou de línguas distintas, gerando-se, assim, os elementos específicos híbridos quanto à formação linguística.

No que diz respeito à natureza do termo genérico, a toponímia de caráter urbano tende a apresentar características próprias que exigem categorizações específicas que a diferem da toponímia rural. Desta forma, no estudo dos topônimos de uma cidade, deve-se levar em consideração características do planejamento urbano, pois a estrutura organizacional normalmente se diferencia de uma cidade para outra e, por extensão, a metodologia adotada também deve considerar essa diversidade.

O traçado urbano de Campo Grande, por exemplo, contempla sete regiões urbanas que, por sua vez, são divididas em bairros e estes em parcelamentos. Assim, ao analisar o sintagma toponímico, a pesquisa de Ribeiro (2015) demonstrou a necessidade de considerar entre os elementos genéricos a categoria de “genérico composto”, uma vez que, dentro dos parcelamentos, há subdivisões como vilas, jardins, conjuntos, parques, dentre outros, que também se configuram como elemento genérico, pois, para fins de planejamento urbano, são concebidos como sinônimos de bairro, no caso “divisões menores” como “vilas, jardins, conjuntos, parques, dentre outros, que também se configuram como elemento genérico, pois, para fins de planejamento urbano, são concebidos como sinônimos de bairro” (RIBEIRO, 2015, p. 35). Em razão disso, a pesquisadora considerou duas categorias de termos genéricos, a exemplo do que ocorre com o termo específico que, a depender da sua estrutura, também pode ser classificado como simples ou composto.

Ilustra essa questão a presença do termo *vila* que Ferrari (2004, p. 385), por exemplo, define como “[...] aglomerado humano com população pouco maior que a de aldeia ou arraial, dedicada predominantemente a atividades primárias. [...] parte do nome de alguns bairros, como Vila Maria, Vila Madalena”. Desse modo, levando em conta as característi-

cas da divisão urbanística da cidade de Campo Grande, Ribeiro (2015) agregou os vocábulos com sentido semelhante ao de “vila” ao elemento genérico *parcelamento*.

Sabe-se que o espaço geográfico engloba áreas humanas que resultam da intervenção do homem no meio ambiente, à medida que ele faz uso do meio físico, a área geográfica natural. A análise toponímica, ao cobrir esses dois conjuntos de espaço, adquire traços peculiares aplicados a investigações de cada tipo área, como bem argumenta Dick (1990, p. 3):

[...] comparando as duas classes genéricas de acidentes geográficos que os onomásticos identificam, ser mais acessível, chegar-se às verdadeiras causas dos nomes dos acidentes humanos ou culturais, também identificados por antrópicos, porque mais próximos do nativo da região. Pode existir, com melhor constância, um registro histórico e/ou documentação permitindo a consulta. Menos eficaz, em nossa opinião, parece ser a pesquisa relativa à origem dos acidentes físicos (rios, ribeirões, cachoeiras, morros, etc.), muito embora consigam uma vantagem sobre os precedentes, e que deve ser ponderada: com mais frequência, conservam a denominação primeira que lhes foi colocada, sendo mesmo avessos a mudanças de qualquer ordem, o que, talvez, até possa ser generalizado como regra inerente à Toponímia. Veja-se, por exemplo, o caso do rio (das) Amazonas, que conserva a mesma denominação, desde os idos do século XVI.

Aplicando-se esse raciocínio aos topônimos de natureza religiosa aqui analisados, verifica-se a importância do envolvimento do homem na ação de atribuir nomes a logradouros do meio urbano que, no caso, evidenciam particularidades sugestivas, relacionadas, por exemplo, à religiosidade, o que confere aos topônimos um caráter etnolinguístico, à medida que denotam aspectos da visão de mundo do denominador.

2. O REFERENCIAL RELIGIOSO NA TOPONÍMIA

2.1. Características da religiosidade em denominações dos lugares

É sabido que, desde os tempos passados, pode-se identificar, no processo de nomeação toponímica, a presença de traços culturais do nomeador, sua visão de mundo e, por extensão, suas crenças. Na Antiguidade, o nome, utilizado para designar as pessoas, os animais e as coisas, tinha a sua motivação nos deuses, uma vez que essas entidades eram vistas pelos antigos como sagradas, criadoras do mundo e das coisas. Nesse sentido, “[...] os nomes são frequentemente dotados de poderes mágicos e rodeados de complicadas superstições e tabus” (ULLMANN, p. 1964, p. 119).

No ato de nomeação de um lugar o homem transmite particularidades ideológicas que refletem aspectos de sua cultura e, por extensão, da sua religião:

Um fator ideológico é uma força que age ideologicamente [...]. Não há dúvida de que a religião é um fator ideológico com uma grande força moral na sociedade. A religião, a moral e a ciência são formas de ideologia, como a filosofia, a literatura e as artes [...] A ideologia é uma superestrutura. Um reflexo cultural das forças estruturais da sociedade (CHIAVENATO, 2002, p. 17).

A temática religiosa é tradicionalmente representada na toponímia. Na França, por exemplo, berço dos estudos toponímicos, Lejeune (2002, p. 82), ao estudar nomes de municípios franceses, reitera que “A toponímia de origem religiosa é extremamente rica e variada”⁴. Os nomes de lugares refletem, pois, características religiosas, desde a Antiguidade, época em que se observa a presença de divindades homenageadas pelos

⁴ “La toponymie d’origine religieuse étant extrêmement riche et variée [...]” (LEJEUNE, 2002, p. 82, tradução nossa).

gauleses que fundaram muitos santuários que receberam nomes de um deus ou deusa. A toponímia é marcada ainda pela presença de nomes de entidades de outras religiões mais recentes, muito embora seja o Cristianismo, particularmente o Catolicismo, que tem exercido impactos mais profundos e duradouros sobre os nomes de lugares em diferentes épocas.

Em Portugal, como pondera Chaves (1956), a influência religiosa sempre esteve presente na escolha dos nomes, sejam antropônimos ou topônimos, principalmente os relativos ao Catolicismo, o que demonstra a devoção dos portugueses a entidades religiosas da tradição da Igreja Católica. Assim, além da influência significativa na toponímia de cunho religioso, o ideal cristão se propagou, também, durante a época dos descobrimentos e conquistas ultramarinas, por todos os continentes onde aportaram os portugueses. Desse modo,

Os nomes de cabos, enseadas, baías, acidentes do litoral, ilhas e ilhéus, que iam sendo descobertos, recebiam os mesmos influxos religiosos. Povoações, que os colonizadores fundavam, lugares de missão, que os apóstolos missionários da obra de civilização cristã fixavam para suas actividades, conservam o nome de origem religiosa, então recebido (CHAVES, 1956, p. 177).

No Brasil não foi diferente, conforme atesta o excerto. Os portugueses que vieram para o continente americano tinham como principal objetivo a exploração econômica e a catequização dos nativos faziam parte do projeto de colonização. Assim, segundo Dick (1990b, p. 81), a par de “uma nomenclatura toponímica básica” já existente quando da chegada dos colonizadores, “a denominação dos acidentes costeiros, nos primórdios da ocupação, por desconhecimento dessa camada primitiva, foi feito segundo os padrões vigentes na cultura lusitana” e, conseqüentemente, acidentes físicos e aglomerados humanos passaram a receber nomes especialmente de santos de devoção católica e de localidades portuguesas em

homenagem à terra natal dos colonizadores. Dick (1990b, p. 81) exemplifica esse fenômeno, dentre outros, com os seguintes topônimos: rio de *São Francisco*, angra de *Todos os Santos*, cabo de *Santo Agostinho*.⁵

Na mesma linha de pensamento, Carvalho (2012, p. 44–50) reitera que, na toponímia brasileira, a presença da religiosidade como reflexo na língua de um povo pode ser percebida desde o início da colonização portuguesa (século XVI), uma vez que, junto à conquista territorial, o projeto colonizador buscava também propagar princípios da religião Católica. Nesse contexto, foi decisiva a atuação dos jesuítas, religiosos oriundos do território português, que exerceram importante papel na educação da população local, cumprindo o projeto colonizador, em meados dos séculos XVI e XVII, de formar uma população religiosa respaldada pela expansão da língua portuguesa. Assim, os jesuítas tiveram que aprender as línguas nativas para terem condições de melhor, tanto instruir os habitantes do novo território, ensinando-os a ler e a escrever em língua portuguesa, quanto catequizar as populações nativas. Para tanto, tomavam por base, normalmente, textos religiosos.

Assim, esse cenário manifesta-se como motivação na nomeação dos lugares, razão pela qual um olhar atento para a toponímia brasileira permite identificar a presença do sagrado nas denominações dos lugares, assim caracterizado por Alves (1984, p. 27–28):

O sagrado se instaura graças ao poder do visível. E é ao invisível que a linguagem religiosa se refere ao mencionar as profundezas da alma, as alturas dos céus, o desespero do inferno, os fluidos e as influências dos que curam, o paraíso, as bem-aventuranças eternas e o próprio Deus [...] o discurso religioso pretende fazer com as coisas: transformá-las, de entidades brutas e vazias, em portadoras de sentido [...].

⁵ Veja-se, nesse particular, Dick (1990b, p. 81–104)

Transferindo essa noção de sagrado para a toponímia, nota-se que o lugar, ao ser nomeado com um topônimo de natureza religiosa, torna-se uma espécie de entidade portadora de sentido místico, ou seja, o nome é o suporte pelo qual o falante da língua, no momento da enunciação, estabelece contato com a divindade.

É bom lembrar ainda que os portugueses, ao chegarem às terras brasileiras em abril de 1500, inicialmente as chamaram de *Ilha de Vera Cruz* e, posteriormente, de *Terra de Santa Cruz*. “Nota-se que o processo gerativo desses designativos está focado na visão do colonizador e marcado pelo sema do sagrado” (ISQUERDO, 2012, p. 119), mas em um contexto em que a fauna e a flora eram fontes de exploração econômica, o topônimo *Terra de Santa Cruz* cedeu lugar aos nomes *Terra dos Papagaios* e *Terra do Brasil*. Devido à grande riqueza da árvore pau-brasil e sua respectiva exploração, prevaleceu o nome Brasil, uma redução da forma lexical pau-brasil.

Percebe-se, pois, a ligação entre o projeto de colonização dos portugueses e a força exercida pela Igreja Católica no projeto de colonização, o que se refletiu na nomeação de lugares na nova colônia. Inicialmente eram mais abundantes nomes de santos muitas vezes associados a elementos locais, como ocorreu, dentre outros inúmeros casos, com topônimos como *São Paulo de Piratininga*, *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande*, *Arraial do Bom Jesus de Cuiabá*. Segundo Chaves (1956, p. 178),

[...] não podiam os portugueses estabelecer um “hiato histórico” e de ação entre o que era nacional em Portugal e o que tinha de ser igualmente nacional para além do mar. Se as instituições metropolitanas foram o padrão da colonização e administração dos territórios ultramarinos e constituíam a força criadora dessa mesma atividade, era de se esperar que toda a vida espiritual dos navegantes e colonizadores fosse transplantada para as terras ultramarinas. Por isso, terras e mares receberam notáveis nomes san-

tificados pela Igreja Católica. Indígenas, convertidos pelos missionários, recebiam nomes litúrgicos, que significavam adesão completa de vida cristã.

Outro exemplo nesse sentido é o processo de denominação da cidade de *Santos* descrito por Dick (1990, p. 109), com base em D'Alincourt (1953, p. 27) que narra a história do nome dessa importante cidade brasileira. Inicialmente, o local recebeu o nome de *Porto da Vila de São Vicente*, nome que foi conservado durante anos, até que Brás Cubas “[...] fundou um Hospital junto à Casa de Misericórdia para socorro dos marinheiros que adoeciam e lhe deu o apelido de Santos, à imitação de semelhante em Lisboa. Este nome bem depressa se estendeu a toda a povoação, que até hoje se ficou chamando Porto de Santos” (D’ALINCOURT, 1953 *apud* DICK, 1990, p. 109).

Cabe lembrar ainda que, nos estudos de caráter antroponímicos, detecta-se a presença do nome de cunho mágico-religioso utilizado como designativo pessoal, na história da cultura ocidental, pois há a crença de que o nome traz “[...] a proteção divina para o seu portador, através da intermediação nominal qualquer que seja a crença envolvida” (DICK, 1990, p. 195). Em relação ao emprego dos nomes de santos na nomeação de pessoas, a mesma toponímista brasileira, recuperando Dauzat (1934, p. 53), esclarece que essa prática se tornou comum a partir do século XIII, embora no Cristianismo aparecesse desde o final do século III (DICK, 1990, p. 193).

Transferindo essas tendências para o recorte toponímico analisado neste trabalho, pode-se considerar que a toponímia urbana de Campo Grande é um reflexo, tanto da visão de mundo dos colonizadores que aqui chegaram, se instalaram e disseminaram sua cultura, quanto da influência de outros migrantes que se fixaram em Campo Grande, no decorrer dos 123 anos da sua história.

2.2 Toponímia de natureza religiosa e sua relação com a história de Campo Grande/MS

Historicamente, sabe-se que a cidade de Campo Grande foi fundada por mineiros e não pode ser aqui desconsiderado o fato de o estado de Minas Gerais ser considerado um território que abriga grandes contingentes de pessoas religiosas e que a toponímia mineira reflete essa característica da população. Megale (2000, p. 22), ao tratar das viagens de desbravadores, registra aspectos da influência religiosa na nomeação de lugares:

A toponímia na trilha das bandeiras documenta a presença desses religiosos: se o comando era de carmelitas, os núcleos habitacionais que surgiam perpetuavam a lembrança do orago de Nossa Senhora do Carmo; se o comando era de franciscanos, no de São Francisco, e assim com outras ordens da mesma maneira, os oragos marcam sua passagem. Lá onde o povoado é novo, o nome religioso o inaugura, se havia uma designação indígena o novo nome religioso a substituiu.

Com o processo inicial de nomeação nas terras do então sul de Mato Grosso o quadro não foi diferente, como atesta o processo gerativo do nome da cidade, hoje Campo Grande, que teve como nome inicial *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande*. Conforme Rodrigues (1980, p. 36), durante a segunda viagem de José Antônio para o território, então mato-grossense, em 1874, “[...] depois de transpor as águas do rio Paranaíba, vários membros da comitiva foram acometidos de matadeira, uma febre maligna de consequências mortais, bastante comum naquela região”. Como José Antônio era religioso e frente à dificuldade em que se encontrava, fez uma promessa a Santo Antônio: “[...] o velho patriarca lembrou-se de Santo Antônio, seu santo protetor, e, em meio à ardente prece, prometeu-lhe uma capela e uma festa na inauguração, caso os doentes sarassem e chegassem ao seu destino” (RODRIGUES, 1980, p. 36).

Assim, depois de quase um mês em Sant'Ana do Paranaíba (hoje o município de Paranaíba/MS), José Antonio Pereira voltou ao percurso traçado com todos os companheiros com bom estado de saúde.

Em 14 de agosto de 1875, os mineiros chegam ao destino e constroem suas primeiras moradias: “Esses primeiros ranchos, edificados sem nenhum alinhamento, deram início à atual Rua 26 de Agosto, outrora denominada Rua Velha, que é considerada a mais antiga de Campo Grande” (RODRIGUES, 1980, p. 40).

No ano de 1877, o mesmo expedicionário construiu, próximo aos primeiros ranchos da atual rua 26 de Agosto, uma pequena igreja, coberta de palha em homenagem a Santo Antônio e nela abrigando a imagem do seu santo de devoção, “[...] tudo em cumprimento de promessa feita durante a segunda viagem” (MACHADO, 1990, p. 20). Essa foi a primeira igreja de Campo Grande, “[...] armada em esteio de aroeira, as paredes de taipa, com três portas na frente, e também coberta com folhas de uacuri, como os ranchos, erguia-se em breve a capela do milagroso santo que passou a ser considerado padroeiro do lugar” (RODRIGUES, 1980, p. 43).

A partir dessa data, o povoado passou a ser denominado como *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande da Vacaria*: “[...] a denominação Campo Grande foi adotada em virtude das vastas campinas que se estendiam pelos arredores, e Vacaria por ser a nascente da povoação localizada na região conhecida por esse nome desde tempos imemoriais” (RODRIGUES, 1980, p. 43). A Figura 1, a seguir, traz a foto da primeira Igreja de Santo Antônio construída em Campo Grande (1879) por José Antônio Pereira.

Figura 1 – Igreja Santo Antônio, construída por José Antônio Pereira (1879)



Fonte: Machado (1990, p. 21)

A construção da igreja teve grande importância no contexto da época, pois simbolizava, para o fundador, seus familiares e companheiros, que o povoamento da localidade se iniciava graças “às bênçãos de Santo Antônio”. O modesto templo foi inaugurado pelo padre Julião Urquia, pertencente à Paróquia de Miranda, no dia 4 de março de 1879, com a celebração da primeira missa, cerimônia em que ocorreram diversos batizados e de alguns casamentos: “[...] a igreja ligava-se à Rua 26 de Agosto por uma tortuosa azinhaga, pois logo algumas casas foram aparecendo ao redor, de tal forma que, para evitar futuros atravancamentos, tornou-se necessário mudá-la, sendo reconstruída em lugar próximo” (MACHADO, 1990, p. 21).

Transcorridos os primeiros anos de expansão da cidade, no ano de 1922, a igreja foi demolida para surgir um templo novo, grande, que passou a ser a matriz de Santo Antônio, administrada pelos salesianos, ordem religiosa católica voltada para a educação integral dos jovens.

Pelo exposto, reitera-se que o nome inicial da capital Campo Grande foi motivado pela devoção do seu fundador a um dos santos mais venerados pela Igreja Católica. Conforme Dick (1990, p. 159), Santo Antônio é um dos santos católicos mais representativos na toponímia brasileira, a par de São José, e está na preferência popular em todos os estados brasileiros.

Em síntese, o primeiro nome da cidade segue a tradição da época em termos de processo designativo dos lugares do Brasil no período colonial, pois a própria história demonstra um relevante contingente de cidades que inicialmente foram batizadas com nomes da tradição religiosa católica, seguido de um elemento especificador da realidade brasileira. Segue essa tendência, por exemplo, o primeiro nome da capital de Mato Grosso: *Arraial do Bom Jesus de Cuiabá* (século XVIII), nomes de outras cidades sul-mato-grossense, dentre outros, *São João Batista de Dourados e Sant'Ana do Paranaíba*. Considerando o exposto em relação à causa denominativa do topônimo Campo Grande e os demais casos mencionados, pode-se considerar que “[...] toda cultura de um povo se estrutura em base à sua religiosidade e toda expressão religiosa enriquece a sua cultura” (PAVANELLO, 2010, p. 15). É o que se verifica na história de Campo Grande refletida na sua toponímia.

3. O SISTEMA DE URBANIZAÇÃO DE CAMPO GRANDE

Complementando informações já fornecida, registra-se que, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020)⁶, pela Lei n.º 792, de 23 de novembro de 1889, foi criado o distrito de Campo Grande subordinado ao município de Nioaque; pela

⁶ IBGE @cidades (2020). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/historico>. Acesso em: 08 nov. 2020.

Resolução Estadual n.º 225, de 26 de agosto de 1899 foi elevado à categoria de vila, em 1918 à condição de cidade pela Lei Estadual n.º 772 de 16 de julho de 1918.

Em termos urbanísticos, Campo Grande tem o seu plano diretor aprovado pela Lei complementar n.º 05, de 22 de novembro de 1995. Assim, para fins de planejamento, o território urbano da cidade de Campo Grande é composto de Regiões Urbanas, Polos Urbanos, Arredores, Bairros, Vilas, e Áreas Especiais de Interesse Social, Cultural, Urbanístico ou Ambiental. O Art. 13 da mesma Lei complementar (1995, p. 11) define Regiões Urbanas como “porções do território urbano, referenciais para descentralização das ações de planejamento e administração, assim denominadas: Centro, Segredo, Prosa, Bandeira, Imbirussu, Anhanduizinho, Lagoa, Rochedinho e Anhanduí”⁷. Na verdade, são sete as regiões urbanas, pois Rochedinho e Anhanduí correspondem ao perímetro urbano desses dois distritos do município de Campo Grande. Assim, do ponto de vista histórico, vale mencionar, nesse contexto, a segunda viagem de José Antônio (1875) que atraiu outros mineiros expedicionários que foram se instalando nas mediações do novo arraial, espaços que hoje se configuram como regiões urbanas da cidade (MACHADO, 1990).

Segundo a mesma lei que aprovou o planejamento urbano, o termo bairro denomina “áreas pertencentes às Regiões Urbanas, [...] organizadas para qualificar as condições de trabalho, circulação, recreação, moradia e as relações de cooperação em todos os tipos de vizinhança” (Lei complementar n.º 05 de 22/11/1995, p. 12). A mesma legislação prevê

⁷ Disponível em: <https://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/257187/lei-complementar-5-95>. Acesso em: 30 out. 2020.

ainda a subdivisão dos bairros em Parcelamentos Urbanos. Conforme Ferrari (2004, p. 265), “ao gênero parcelamento urbano pertencem duas espécies: loteamento e desmembramento. O parcelamento urbano é da competência do Município naquilo que for de seu local ou peculiar interesse”. Explicada a nomenclatura dos elementos que compõem o sistema de planejamento urbano, registre-se que a cidade de Campo Grande abriga 74 bairros que, por sua vez, são subdivididos em 836 parcelamentos e em cerca de 7.000 logradouros que se distribuem pelas sete regiões urbanas que cobrem a área geográfica da capital sul-mato-grossense.

4. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa a que este texto se vincula, foram levantados dos mapas oficiais da cidade todos os nomes que designam aglomerados urbanos (bairros e parcelamentos), além de ruas, travessas, vielas e avenidas que compõem o traçado urbano da cidade de Campo Grande.

Os dados foram obtidos por meio da consulta a mapas oficiais disponibilizados em linha pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR) e por meio da utilização do Programa *Kosmo*, software livre para Sistema de Informações Geográficas (SIG) utilizado pelo Grupo de Informática e Geoprocessamento (GIG) da SEMADUR e que possibilita a todo o servidor de cartografia vetorial o acesso às informações sobre o traçado urbano da cidade e respectiva toponímia.

Como a pesquisa da qual se origina este trabalho vinculou-se ao Projeto *Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS)*, também se beneficiou de parâmetros teórico-metodológicos adotados por esse projeto para subsidiar a investigação e a análise dos topônimos sul-ma-

to-grossenses. Desta forma, considerando a metodologia já adotada pelo Projeto ATEMS e as peculiaridades que envolvem o estudo da toponímia urbana, na fase de coleta de dados, fez-se necessário buscar suporte metodológico na área de geoprocessamento da SEMADUR, uma vez que, considerada a dimensão do *corpus* a ser levantado e o tempo destinado à pesquisa, o uso de ferramentas computacionais passou a ser essencial (RIBEIRO, 2015).

Desta forma, devido à grande quantidade de mapas e, consequentemente, de logradouros, foi preciso buscar um sistema que gerasse um rol das ruas da cidade, sem a necessidade de baixar mapa a mapa. Assim, com a ajuda de um profissional da área de Geoprocessamento da SEMADUR, obteve-se acesso ao Programa Kosmo que gerencia qualquer tipo de dado relacionado ao processamento de terras. Como a SEMADUR já tinha a base do mapa geral de Campo Grande no sistema, foram geradas, por meio do Programa Kosmo, mapas/plantas de cada bairro que compõe a cidade. Assim, paralelo a cada *layout* de bairro que era gerado por meio do programa, era possível gerar uma planilha contendo todas as informações geográficas relacionadas àquele loteamento. Assim, baixado o programa, para que ele localizasse o mapa correto da cidade, deveria ser digitado um código específico, correspondente à localização do dado já cadastrado pelo GIG (Grupo de Informática e Geoprocessamento) da SEMADUR.

Cumprida essa etapa foram selecionados os topônimos que direta ou indiretamente se relacionam com a temática da religiosidade. Para a Dissertação, Ribeiro (2015) levantou todos os nomes de bairros e seus respectivos parcelamentos e, posteriormente, catalogou todos os nomes de ruas, vielas, becos, avenidas com nomes que remetem a essa temática. O *corpus* reuniu 225 nomes de logradouros nomeados com topônimos de natureza religiosa, o que representa 3,21% do total de logradouros da capital Campo Grande.

Para a organização dos dados levantados, foram utilizados quadros contendo elementos da ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004), com adaptações acrescidas por Dargel (2003) e da própria pesquisa da qual se originou este trabalho. Assim, a estrutura dos quadros contempla as seguintes informações: i) bairro; ii) elemento geográfico; iii) topônimo; iv) taxionomia; v) estrutura morfológica; vi) língua de origem e, vii) informações enciclopédicas e/ou contexto em que se insere o topônimo.

Este trabalho, à medida que analisa os topônimos de índole religiosa do meio urbano da cidade de Campo Grande, buscou também detectar marcas de correntes migratórias de colonização, de acontecimentos históricos, que contribuem para o entendimento do processo histórico do nome do lugar. Nesse sentido, entende-se que a toponímia registrada em mapas oficiais representa um, dentre muitos, enfoques do estudo dos topônimos, pois, se associada à consulta a documentos históricos sobre a região e a relatos orais, pode identificar informações, muitas vezes, difíceis de serem localizadas, pois, para cada enfoque de estudo toponímico, há a necessidade de obediência a padrões distintos. No caso deste trabalho, as orientações teórico-metodológicas relacionam-se à toponímia urbana.

Para o preenchimento dos quadros toponímicos, foi necessário, além do acesso aos mapas atuais da cidade, buscar informações referentes aos topônimos e à área pesquisada em outros documentos como mapas antigos de Campo Grande; arquivos da Diocese de Campo Grande; registros disponíveis no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA); “conversas” informais com antigos funcionários da Diocese de Campo Grande e consultas a obras lexicográficas relacionadas à temática e a biografias sobre a vida dos santos católicos.

5. A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NOS DESIGNATIVOS URBANOS

5.1 Os nomes dos aglomerados urbanos: algumas tendências

Como já mencionado ao longo deste trabalho, a cidade de Campo Grande é composta por 74 bairros subdivididos em 836 parcelamentos que abrigam cerca de 7.000 logradouros. É importante destacar que o topônimo que designa o bairro normalmente tem como fonte o nome de algum de seus parcelamentos. Dos nomes dos 74 bairros, sete contêm em sua estrutura elementos de cunho religioso.

A categoria dos hagiotopônimos, que recuperam nomes de santos, é a mais produtiva, com cinco ocorrências na nomeação de bairros de Campo Grande: *Santo Amaro*, *São Bento*, *São Conrado*, *São Francisco e São Lourenço*, santos de destaque na história da Igreja Católica. Na classe dos hierotopônimos, houve uma ocorrência, o topônimo *Santa Fé*. De forma similar, a taxa dos sociotopônimos é representada pelo topônimo *Seminário*, também com ocorrência única. O Quadro 1, a seguir, lista os topônimos de cunho religioso que nomeiam bairros de Campo Grande/MS.

Quadro 1 – Topônimos de natureza religiosa que nomeiam bairros da cidade Campo Grande, distribuídos segundo as regiões urbanas⁸

Região urbana	Elemento geográfico	Topônimo	Taxionomia
Imbirussu	Bairro	Santo Amaro	Hagiotopônimo
Centro	Bairro	São Bento	Hagiotopônimo
Lagoa	Bairro	São Conrado	Hagiotopônimo
Centro	Bairro	São Francisco	Hagiotopônimo
Bandeira	Bairro	São Lourenço	Hagiotopônimo
Segredo	Bairro	Seminário	Sociotopônimo
Prosa	Bairro	Santa Fé	Hierotopônimo

Fonte: Elaborado pelas autoras

Como se percebe nos dados reunidos no Quadro 1, os hagiotopônimos catalogados se reportam a nomes de santos da Igreja Católica. Conforme Sgarbossa e Giovannini (2013, p. 223–224), São Bento, por exemplo, foi “declarado como Patrono da Europa por Paulo VI, escreveu a famosa Regra que se resume em um lema ‘Ora e trabalha’. Tornou-se fundador da ordem dos beneditos”.

Entretanto, é importante registrar que o nome do bairro na cidade de Campo Grande tem como causa denominativa a homenagem a Bento Gomes Benjamim, dono da antiga e tradicional Pensão Bentinho. Segundo Machado (1990, p. 116), “o dono da Pensão Bentinho era um mato-grossense de Santana do Paranaíba, nascido em 1882, no dia de São Bento, que veio com dois anos de idade, com a família para Campo Grande”. Esclarecida a causa denominativa do topônimo em exame, ele foi considerado como hagiotopônimo por ser formado com o nome de um santo do hagiolégio romano, o que é esclarecido pela própria estrutura morfológica do topônimo, no caso, pela presença do elemento “são” antecedendo o nome “Bento”.

⁸ O Quadro 1 foi adaptado do Quadro 9 de Ribeiro (2015, p. 122), para adequação a este trabalho.

Outro caso que merece destaque é o topônimo *Seminário*, termo que no vocabulário comum é definido como “estabelecimento destinado à formação dos futuros presbíteros ou, por extensão, dos religiosos leigos” (PEDRO, 1994, p. 285). No contexto da motivação toponímica, a atribuição do nome *Seminário* para o bairro tem como causa a existência de vários seminários na região, merecendo destaque o *Seminário Diocesano CFP – Centro de formação Pastoral*, antigo seminário diocesano regional, cuja história remonta a 1952, atualmente pertencente à Arquidiocese de Campo Grande. Desta forma, o topônimo *Seminário*, embora se enquadre na taxa dos sociotopônimos, possui um forte traço de religiosidade em decorrência da sua causa denominativa. Registre-se que dos 836 parcelamentos que compõem o sistema urbanístico da cidade de Campo Grande, 65 têm em sua estrutura um elemento que faz referência à religiosidade.

É importante reiterar o fato de todos os designativos relativos aos parcelamentos incorporarem em sua estrutura os termos *vila, jardim, bosque, parque ou conjunto* que também se referem ao termo genérico do sintagma toponímico, ou seja, o nome de um elemento geográfico em decorrência do planejamento urbano da cidade, sendo identificado pela população como uma espécie de sinônimo do elemento “bairro”. Deve-se ressaltar que o termo *parcelamento* não é de senso comum, ficando o seu uso circunscrito aos profissionais que trabalham na área urbanística. O Quadro 2, na sequência, informa o modelo de sistematização dos 65 topônimos que nomeiam parcelamentos com traços de religiosidade analisados por Ribeiro (2015).

Quadro 2 – Amostra de topônimos de natureza religiosa que nomeiam parcelamentos da cidade de Campo Grande/MS

REGIÃO URBANA	BAIRRO	ELEMENTO GEOGRÁFICO COMPOSTO	TOPÔNIMO	TAXIONOMIA	ESTRUTURA MORFOLÓGICA	LÍNGUA DE ORIGEM	INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS-CONTEXTO
Centro	Amambai	Parcelamento Vila	São Vicente	Hagiotopônimo	Composto	LP+LP	"Vicente, sacerdote e píroco, dedicou-se primeiro à evangelização das populações rurais, foi capelão das galáxas e apóstolo da caridade entre os pobres, doentes e sofredores. Na sua escola se formaram "sacerdotes, religiosos e leigos, que foram os animadores da França, e sua voz fez interceder dos direitos dos humildes junto aos poderosos. Promoveu uma forma simples e popular de evangelização. Fundou os Padres da Missão e, junto com Santa Luzia de Marillac, as filhas da Caridade" (BATTISTI 2007, p. 74).
Centro	Amambai	Parcelamento Vila	Santo Antônio	Hagiotopônimo	Composto	LP+LP	"Santo Antônio nasceu em Lisboa (Portugal), no final do século XII. Foi recebido entre os Cônegos Regulares de Santo Agostinho, mas pouco depois de sua ordenação sacerdotal transferiu-se para a Ordem dos Frades Menores para dedicar-se à evangelização entre os povos da África. Foi, entretanto, na França e na Itália que viveu com grandes frutos o ministério da pregação. Foi o primeiro professor de Teologia na sua Ordem. Escreveu muitas célebres homilias sobre a doutrina e de ensino espiritual. Morreu em Pádua no ano de 1231" (BATTISTI 2007, p. 19).
Centro	Bela Vista	Parcelamento Vila	Santa Catarina	Hagiotopônimo	Composto	LP+LP	"Era culta, inteligente e bela. Recusou casamento com divorcado. Foi tornada sob as rodas com pedras de ferro. Foi martirizada em 315. Santa Catarina nasceu em Alexandria, no Egito. Estudou filosofia, teologia e outras ciências. Em discussão pública com filósofos pagãos, superou-os a todos, não deixando nenhuma pergunta sem resposta. Por isso é tida como auxiliadora dos estudantes. Por ter sido tornada numa roda de engrenagem, é também protetora contra os acidentes de trabalho" (BATTISTI 2007, p. 80).
Centro	Cabreiva	Parcelamento Vila	Santa Rosa	Hagiotopônimo	Composto	LP+LP	"Isabel, apelidada de Rosa pela beleza de seu rosto, nasceu em Lima, Peru, em 1586. Morreu no dia 24 de agosto de 1617. É a primeira Santa do continente americano. Foi modelo de vida penitente e de oração contínua na simplicidade da vida laical. Inscrita no Terceiro Ordem dominicano, manteve sempre extraordinária seriedade em meio às provações dolorosas que acompanharam sua vida, imitando a

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2015)

Em relação às taxionomias, no recorte selecionado, a taxa predominante foi a dos hagiotopônimos com 50 ocorrências, seguida dos hie-
rotopônimos que aparecem com 13 registros, sete formados com nomes da Virgem Maria; um que faz referência a uma divindade indígena, Pajé: “aquele que realiza rituais mágicos de cura”; um que resgata um princípio da fé cristã (*Santa Fé*); dois que se reportam ao precursor do Cristianismo (*Bom Jesus, Cristo Redentor*) e um que valoriza uma divindade mulçumana (*Allah*). Esses dados confirmam, pois, a referência religiosa na toponímia em exame.

Outros fatos toponímicos merecem destaque. Trata-se do topônimo que nomeia o parcelamento *Novo São Paulo*, criado em 1981, que não foi considerado nome religioso, pois é parte do bairro *Novos Estados*, assim como os topônimos *Novo Alagoas, Novo Amazonas, Novo Pernambuco*, que são uma referência ao estado de *São Paulo* e não ao santo, sendo, pois, classificado como cronotopônimo, diferentemente do parcelamento São

Paulo, criado em 1951, que faz parte do bairro Monte Castelo, onde há também o parcelamento *São João Bosco*, ambos hagiotoipônimos. O bairro *Monte Castelo* faz fronteira com o bairro *Seminário* que abriga os parcelamentos *Santa Lúcia*, *Nossa Senhora da Conceição*, *São Roque*, *Lagoa da Cruz* e com o bairro *São Francisco* que também reúne parcelamentos com nomes de santos.

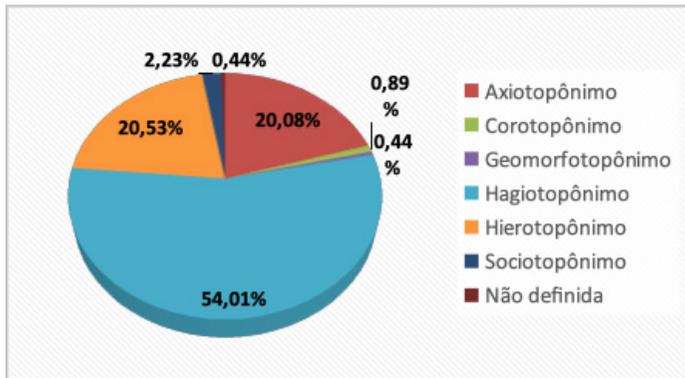
Dentre os hagiotoipônimos há um percentual que valoriza nomes de entidades religiosas femininas, dentre outros, *Nossa Senhora de Lourdes*, *Nossa Senhora de Fátima*, *Nossa Senhora Aparecida*, *Nossa Senhora das Graças*, *Nossa senhora do Perpétuo Socorro*, *Nossa Senhora da Conceição* e *Nossa Senhora Auxiliadora*, topônimos esses que têm em comum a homenagem aos vários nomes da “Virgem Maria”. Ao focalizar a questão da exaltação da mulher e o culto à “Virgem Mãe”, Garcia Paula (1978, p. 72) esclarece o seguinte:

Era um belo coroamento da elaboração religiosa ou do aperfeiçoamento afetivo de nossa espécie, conseguido pelos medievos; o que constitui uma antecipação do que viria a ser, no século XIX, na Religião fundada por Augusto Comte (Religião da Humanidade), a qual põe no altar de seus templos uma mulher ideal, ou artisticamente idealizada, tendo no colo uma criança, lembrando a mais sublime de suas funções – a maternidade.

5.2 Os nomes das ruas e a origem religiosa

Como já afirmado, a cidade de Campo Grande é composta por cerca de 7.000 logradouros, dos quais, 225 fazem referência a algum traço religioso. O Gráfico 1 traz a distribuição desses topônimos segundo as categorias toponímicas de Dick (1990b):

Gráfico 1 – Distribuição de topônimos traços religiosos que nomeiam logradouros da cidade de Campo Grande (DICK, 1990b)



Fonte: Ribeiro (2015, p. 142)

Percebe-se na toponímia campo-grandense a significativa incidência de nomes representativos da hagianímia, à medida que dos 225 topônimos com traços religiosos, 121 (54,01%) topônimos têm origem em nomes de santos e de santas da Igreja Católica. Os hierotopônimos aparecem com 49 ocorrências (20,53%) e os axiotopônimos com 45 (20,08%).

5.2.1 Os nomes das ruas do bairro Seminário

O bairro Seminário faz parte da Região Urbana do Segredo e é composto por 13 parcelamentos: Bairro *Lagoa da Cruz*, **Jardim Maria Amélia**, **Jardim Oraclia**, **Jardim Seminário I**, **Jardim Seminário II**, Portal do *Gramado*, *Vila Antonieta*, *Vila Dalila*, *Vila Leda*, *Vila Nossa Senhora da Conceição*, *Vila Santa Lúcia*, *Vila São Roque*, *Vila Saraiva*. Os topônimos de caráter religioso concentram-se, em sua maioria, nos parcelamentos Jardim Seminário I e II, área que pertencia à Fazenda Olho D'água pertencente à Diocese de Campo Grande.

5.3 Os referenciais hiero e hagiotoponímico

Ao tratar da temática dos referenciais toponímicos, Dick (1990, p. 155) esclarece que

As características do estudo hierotoponímico con-substanciam um dos aspectos mais gratificantes da pesquisa toponímica propriamente dita, desde que a designação das localidades geográficas pelos nomes sagrados não se vale, exclusivamente, de técnicas mecânicas ou de conteúdo impreciso. Talvez mais do que em qualquer outra das categorias onomásticas será possível intuir, nesta, os estreitos vínculos que devem existir entre o denominador e o móvel da denominação.

Na história do Brasil, como já salientado, o colonizador lusitano não só buscou expandir terras, mas também evangelizar os habitantes do novo território. Nesse sentido, recuperando palavras do Papa Alexandre VI na “Bula Inter-Cetera”, sobre a disseminação religiosa, seguida por Pedro Álvares Cabral, Dick (1990, p. 156) pondera que,

Por seus méritos, Pedro Álvares Cabral foi escolhido Capitão da Armada portuguesa às Índias. A partida de Restelo, após a missa na Ermida de Nossa Senhora do Belém, se fez preceder da bênção da Bandeira de Cristo, doada pelo Rei, e das relíquias e cruzes que acompanhariam os navegantes durante a travessia, quando estariam entregues aos cuidados espirituais dos franciscanos de Frei Henrique de Coimbra. Sob os auspícios de Nossa Senhora da Esperança, partiram as naus, entre outras denominadas Trindade, Anunciada, Espírito Santo, Santa Cruz, São Pedro....

Compreende-se, pois, o motivo da denominação atribuída aos lugares do Brasil com nomes religiosos, já que, além de ser uma característica da toponímia lusitana, seguiam-se as ordens do Papa Alexandre IV, fator que explica a tradição de usar nome de santos e santas para no-

mear acidentes geográficos, característica recorrente nos primórdios da colonização do Brasil e que perdura, embora em menor proporção, na atualidade. Isquerdo (2014, p. 21–22), em relação aos nomes das capitais brasileiras, faz a seguinte ponderação:

Seguindo, pois, uma das tendências da toponímia brasileira no Brasil Colônia, o primeiro nome atribuído aos povoados que deram origem a dezesseis capitais têm base religiosa: nove delas têm em seus designativos os formativos Nossa Senhora e Maria e sete delas homenageiam santos do Catolicismo, em sua maioria os de maior preferência popular. Esses nomes apresentam a mesma motivação semântica e construção morfológica similar⁹

Com Campo Grande não foi diferente, pois, além de o seu primeiro nome ter sido motivado pela homenagem a um santo do hagiológico romano, a cidade que foi se formando também refletiu essa característica da toponímia brasileira, como se vê na maior parte dos nomes de logradouros analisados, que homenageiam nomes de diversas divindades da Igreja Católica.

Pereira (2007, p. 166), ao tratar da relação entre relato hagiográfico e fonte histórica, valendo-se do pensamento de Certeau (1975, p. 274), pondera que “a vida de santo se inscreve na vida de um grupo e representa a consciência que ele tem de si e da relação entre os grupos”, o que justifica o reflexo da ação do homem, manifestado pela expressiva presença de nomes de cunho religioso na nomeação de logradouros, além da existência de uma grande variedade de nomes de lugares que remetem a conceitos religiosos e, conseqüentemente, traduzem a “consciência” do denominador em relação ao meio que o circunda. Essa tradição de atribuir nomes de santos aos lugares manifesta-se na toponímia como um todo e, em

⁹ Cf. “Quadro 2: Presença de nomes de entidades religiosas do catolicismo nas primeiras nomeações das capitais brasileiras” (ISQUERDO, 2014, p. 22) que incluiu o primeiro nome da capital Campo Grande.

especial, na toponímia brasileira, como demonstram os estudos de Dick (1990; 1996); de Carvalho (2012); de Ananias (2013); de Carvalho (2014), dentre outros.

Outra questão que emerge no contexto da toponímia de caráter religioso é a questão de gênero manifestada na preferência por nomes de divindades religiosas femininas ou masculinas. No caso da toponímia da cidade de Campo Grande, confirmam-se homenagens a santas do hagiológico romano, mas em número bem inferior às que referenciam santos com nomes masculinos: 38 registros com nomes de santas contra 84 com nomes masculinos.

Outra particularidade em relação à natureza semântica dos hagiotopônimos diz respeito às homenagens a pessoas ilustres na região. Assim, há casos de recorrência de nomes formados com os elementos *são* ou *santo(a)* associados a nomes de pessoas consideradas ilustres na comunidade sem nenhum traço de divindade católica. Nesse particular, Dick (1990, p. 109) esclarece que o município de São Manuel, antigo São Manuel do Paraíso, teve como fundador Manuel Gomes de Faria, assim, no caso, o designativo da cidade presta homenagem ao fundador do povoado e não ao santo. A mesma autora ainda pontua que essa característica dificulta a classificação terminológica, pois “empresta ao topônimo uma aparência religioso-devocional que nem sempre corresponde à realidade fática” (DICK, 1990, p. 109). Em Campo Grande, há casos semelhantes em topônimos de parcelamentos como *Santa Amélia* e *São Bento* que prestam homenagem a personalidades da região e não a entidades religiosas.

O próximo tópico focaliza outras tendências toponímicas identificadas no *corpus* em relação à presença de traços de religiosidade em axiotopônimos.

6. O REFERENCIAL TOPONÍMICO DE CARÁTER RELIGIOSO: OUTROS CASOS

Ao partir da temática da religiosidade, é importante considerar que, apesar de o modelo taxionômico proposto por Dick (1990a; 1990b) contemplar a hierotoponímia como uma categoria ampla que abarca os nomes relacionados a crenças, também merece destaque a presença de nomes que estão ligados à religião, mas que pela sua natureza são classificados pertencem a outras taxes em razão da natureza do núcleo formador do topônimo. Desta forma, além dos *hierotopônimos* e dos *hagiotopônimos*, foram identificados alguns casos de *corotopônimos*, *sociotopônimos*, *geomorfotopônimos* e, com maior destaque, de *axiotopônimos*, taxes em que indiretamente também podem evocar religiosidade. O Quadro 3, a seguir, reúne esse conjunto de topônimos:

Quadro 3 – Outras taxionomias de topônimos com formantes de natureza religiosa na cidade de Campo Grande/MS

Taxionomias	Topônimos
Axiotopônimos	Cardeal Arcoverde; Conde de São Joaquim; Condessa de São Joaquim; Dom Altivo Pacheco; Dom Antônio Barbosa; Dom Aquino, Dom Bosco; Dom Cirilo; Dom Duarte da Costa; Dom Fernandes Sardinha, Dom Frei Luiz M. de Santana, Dom Henrique; Dom Ladislau Paz, Dom Lustosa, Dom Sebastião Leme, Dom Vicente Maria Piante, Dom Walter Bini, Don Anache, Don Carlo, Don Pasquale, Don Giovanni, Frei Caneca, Frei Gregório, Frei Henrique de Coimbra, Irmã Dulce, Irmã Edith Coelho, Madre Cristina, Madre de Deus, Madre Tereza, Madre Paulina, Madre Maria Augusta, João Paulo I (Papa), João XXIII (Papa), Padre Antônio Franco, Padre Caetano Patané, Padre Damião, Padre Heitor Castoldi, Padre João Crippa, Padre João Delfino, Padre João Falco, Padre João Greiner, Padre Julião Urquiza, Padre Musa Tuma, Padre Paulo Devin, Padre Rodolfo Lunkenbein, Padre Tomaz e Pagé.
Corotopônimos	Santo Ângelo, São Borja e São Sepe
Geomorfotopônimos	Monte Santo, Alto do São Francisco
Sociotopônimos	Apóstolo, do; Beneditinos, dos; Bispos, dos; Diocese de Campo Grande; Seminário, do.

Fonte: Ribeiro (2015, p. 146)

Dentre as taxes relacionadas no quadro, destaca-se a dos axiotopônimos que abriga topônimos formados com a associação de títulos e dignidades a um nome próprio de pessoa. No caso deste estudo, de títulos relacionados à hierarquia eclesiástica da Igreja Católica, como forma de homenagem a autoridades religiosas que exerceram ministério na capital sul-mato-grossense e em outras localidades brasileiras, em menor proporção, como: *Padre João Falco* (padre salesiano muito respeitado na cidade por ter dedicado parte de sua vida à educação, às comunidades indígenas e, principalmente, ao Museu Dom Bosco); *Cardeal Arcoverde/Arco Verde* (uma das figuras mais notáveis da Igreja Católica em território brasileiro, tendo sido o primeiro cardeal do Brasil e de toda a América Latina); *Dom Lustosa* (3º arcebispo da Diocese de Corumbá, entre os anos de 1928 a 1931); *Dom Ladislau Paz* (7º arcebispo da Diocese de Corumbá entre os anos de 1957 a 1978); *Dom Cirilo* (1º arcebispo responsável pela Diocese de Corumbá entre os anos de 1911 a 1918).

Observando-se, pois, a relevância dessa hierarquia no âmbito da organização da Igreja Católica, os topônimos vinculados à taxe dos axiotopônimos com as características apontadas no parágrafo anterior foi considerada entre as outras taxes que contemplam um elemento de cunho religioso. Para tanto, foi acrescida à nomenclatura das duas taxes a expressão “de índole religiosa”, dadas às características que os individualizam. Desse modo, temos: axiotopônimos de índole religiosa, corotopônimos de índole religiosa, geomorfotopônimos de índole religiosa e sociotopônimos de índole religiosa.

Frente ao discutido nas diferentes sessões deste texto, ratifica-se, pelo recorte de dados analisados, que a toponímia urbana, diferentemente da rural, evidencia características particulares, no que diz respeito à temática da religiosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte toponímico estudado por Ribeiro (2015) considerou as sete regiões urbanas que integram a cidade de Campo Grande/MS. A pesquisa deu continuidade aos estudos já realizados sobre a toponímia do estado de Mato Grosso do Sul, fornecendo dados para o projeto ao qual se vincula, o do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), além de configurar-se como a segunda pesquisa sobre toponímia urbana da capital de Mato Grosso do Sul.

A significativa presença de topônimos de índole religiosa na toponímia da área urbana de Campo Grande reitera a influência das crenças do denominador no ato da nomeação, principalmente no que diz respeito à devoção a santos e santas por pessoas que confessam a religião Católica. Ilustra isso o nome inicial da capital de Mato Grosso do Sul, *Arraial do Santo Antônio de Campo Grande*, que resultou da homenagem ao santo de devoção do fundador, José Antônio Pereira. Desse modo, a exemplo da toponímia brasileira em geral em termos de nomeação dos logradouros, na cidade de Campo Grande também o denominador usa o nome de santos (as) da sua devoção para nomear o local em que habita.

O estudo demonstrou ainda a influência das crenças populares no ato da nomeação de espaços urbanos, evidenciando marcas históricas da população que ali reside e a motivação pelas questões da fé que se manifesta nos nomes dos lugares. Confirma-se, portanto, que o léxico toponímico, dado o seu caráter social, reflete aspectos da visão de mundo de um povo.

Deve-se ressaltar também dificuldades encontradas durante o desenvolvimento do estudo, como a escassez de informações acerca dos topônimos catalogados a partir de consulta aos arquivos dos órgãos responsáveis pela organização urbanística de Campo Grande; as várias modificações ocorridas no sistema de planejamento urbano da cidade dado o processo de expansão da capital.

Entretanto, apesar disso, o estudo demonstrou que o conjunto de topônimos analisados evidencia certa percepção lógica da sociedade e, no que concerne à temática estudada, a religiosidade se apresenta de várias formas, uma vez que a toponímia urbana, além de recuperar denominações de entidades sagradas de diversas religiões, resgata nomes de instituições e de personalidades que remetem à temática religiosa. Em se tratando da relação entre a linguagem e a religião, verifica-se que a fé é o mecanismo que sustenta a crença do denominador materializada nos nomes de logradouros públicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O que é religião**. 7. ed. Brasiliense: São Paulo, 1984.

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos. **Um passeio pela toponímia das mesorregiões das mesorregiões de Toledo e Foz do Iguaçu**. 2013. 268 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

CARVALHO, Ana Paula Mendes de. **Hagiotoponímia em Minas Gerais**. 2014. 821f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a palavra e o chão**: memória toponímica da Estrada Real. 2012. 535 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHAVES, Luís. Influências religiosas na formação da Toponímia e Antroponímia em Portugal. **O arqueólogo português** – 2ª Série. V. 3. Lisboa: DGPC – Patrimônio Cultural. República Portuguesa, 1956, p. 177–209. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_2/volume_3/influencias_religiosas.pdf . Acesso em: 08 out. 2020.

CHIAVENATO, Julio José. **Religião** – da origem à ideologia, Ribeirão Preto: Funpec Editora, 2002.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. **Entre buritis e veredas**: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, Três Lagoas – MS, 2003.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554–1897**. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de Caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 91–117.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. 1. ed. São Paulo, SP: Disal, 2004.

GARCIA PAULA, Ruben Descartes de. **Religião: uma criação da humanidade**. Rio de Janeiro: Itambé, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE. Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/historico>. Acesso em: 08 nov. 2020.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico Regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade da Costa de. (orgs.) **As ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia, v. VI. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2012, p. 115–139.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Capitais brasileiras: um olhar para a história da cidade e a história do nome. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. Cartas Linguísticas 1. Vol. 2. Londrina: EDUEL, 2014, p. 11–27.

LEJEUNE, Sylvie. La religion dans la toponymie. **Le monde des cartes**. n. 174–173, p. 82–95, 2002. Disponível em: <http://www.lecfc.fr/new/articles/173-article-9.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

MACHADO, Paulo Coelho. **A Rua Velha: pelas Ruas de Campo Grande**. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande, 1990.

MEGALE, Heitor. Bandeira e bandeirantes. In: MEGALE, Heitor. **Filologia Bandeirante**. Estudos 1. São Paulo, Humanitas, 2000, p. 15–48.

OLIVEIRA, Leticia Alves Correa de. **A toponímia urbana da Região Central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico**. 2014. 262 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande, 2014.

PAVANELLO, Dom Vitório. Arquiocese. *In: Campo Grande – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

PEDRO, Aquilino de. **Dicionário de termos religiosos e afins**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 1994.

PEREIRA, Ana Paula Lopes. O relato hagiográfico como fonte histórica. **Revista do Mestrado de História**, v. 9, n. 10, p. 161, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS. **Mapoteca SEMADUR**. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/mapoteca/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

RODRIGUES, Joaquim Barbosa. **História de Campo Grande**. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1980.

RIBEIRO, Priscila do Nascimento. **Religiosidade na toponímia urbana de Campo Grande/MS: entrelaçamentos históricos e linguísticos**. 2015. 154f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2015.

ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

TENDÊNCIAS DA TOPONÍMIA URBANA DE PONTA PORÃ/MS/BR E DE PEDRO JUAN CABALLERO/AMAMBAY/PY: UM OLHAR SOBRE AS TAXIONOMIAS¹

Suely Aparecida Cazarotto

INTRODUÇÃO

A atividade de nomear, de fazer com que determinado(s) elemento(s) assumam caráter próprio por meio de um nome que o particularize, é atividade específica da espécie humana porque só o homem faz uso da linguagem articulada. Do ato de nomear obtém-se o produto da nomeação, o *nome*, que pode ser *comum* ou *próprio*, sendo o *nome próprio* o objeto de estudo da *Onomástica* que, ao estudar os nomes próprios em geral, biparte-se em diferentes áreas de investigação sendo as mais exploradas: a *Antroponímia* (estudo dos nomes próprios de pessoas) e a *Toponímia* (estudo dos nomes próprios de lugares) (DICK, 1975, p. 376–377).

A *Toponímia*, termo originado do grego *topos* (lugar) e *onoma* (nome), é, pois, a disciplina que estuda os topônimos: nomes de lugares que particularizam elementos geográficos como região, cidade, vila, povoação, logradouro, rio, cachoeira, arroio, serra etc. Segundo Dick (1990b, p. 35), a toponímia de um espaço geográfico pode ser considerada um tesouro linguístico-cultural à disposição dos pesquisadores, porque, às vezes, os topônimos são a única evidência da existência ou da permanência de grupos e são percebidos como uma fonte de identificação e de diferenciação das coisas e dos fenômenos.

¹ Este trabalho discute um recorte dos resultados obtidos por meio da Tese *Interfaces entre a toponímia brasileira e a paraguaia em área de fronteira: perspectiva etnodialeológica* defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo.

Os estudos toponímicos mostram que a “[...] nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem” (DICK, 1990b, p. 5) e que o nome de um lugar expressa a manifestação de um povo, de uma memória e pode ter relação com fatores geográficos e históricos. Logo, o sentido dos topônimos é o ponto de partida para investigações da relação entre o nome e o pensamento do denominador no momento do batismo do lugar. E mais, conforme a época em que ocorre esse batismo, tendências distintas podem ser refletidas nas manifestações linguísticas.

A pesquisa toponímica favorece, ainda, a análise das relações entre a cultura e a história do lugar, pois o homem, ao nomear um elemento geográfico, procura traduzir o que mais o impressiona naquele espaço ou que lhe serve como referência, daí a necessidade de, na análise dos topônimos, serem consideradas também questões mais abrangentes, de natureza extralinguística, como aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos, que permitam ao estudioso uma melhor compreensão dos processos denominativos expressos na toponímia e que traduzem aspectos da motivação que deu origem ao nome de lugar.

Este trabalho tem a toponímia como objeto de discussão e resulta de uma pesquisa de caráter descritivo, com dados onomásticos, que buscou apontar tendências, semelhanças e diferenças entre a toponímia urbana das cidades de Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, e de Pedro Juan Caballero, capital da província de Amambay, fronteira entre Brasil e Paraguai.

Assinale-se que Brasil e Paraguai são países fronteiriços que compartilham aspectos da mesma história e se assemelham pela colonização e pelo contato entre três línguas: guarani, espanhol e português. Na sua configuração atual, a fronteira internacional do Brasil com o Paraguai estende-se de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, até Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, e foi estabelecida após a *Guerra do Paraguai* (1864-1870), por meio do Tratado de Paz firmado entre o Brasil e o Paraguai, em 1872.

1. O ESPAÇO DA INVESTIGAÇÃO

A Figura 1, que segue, fornece, em duas perspectivas, uma visão da delimitação da fronteira internacional entre o Brasil e o Paraguai, no caso, entre as cidades de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero, o espaço onde se situa a investigação toponímica realizada cujos resultados são, em parte, aqui discutidos. A imagem à esquerda mostra a *Avenida Internacional* que separa os dois países e que, na foto, estão identificados pelas suas respectivas bandeiras, enquanto a da direita, uma imagem aérea, focaliza a mesma avenida, que demarca a fronteira seca em uma perspectiva mais ampla.

Figura 1 – Avenida Internacional: linha demarcatória da divisa entre Brasil (Ponta Porã) e Paraguai (Pedro Juan Caballero)



Fonte: <https://www.google.com.br>. Acesso em: 18 maio.2020

Conforme Benítez (2008, p. 13), na obra *A la sombra de los perobales*, “[...] andando pelas ruas de Pedro Juan Caballero/Paraguai e Ponta Porã/Brasil, você pode ver o incrível desenvolvimento dessas cidades, separadas por uma faixa de terra que em alguns trechos é tão estreita que quase não se percebe”². Ferraro Jr. (2011), por sua vez, também esclarece que Ponta Porã e Pedro Juan Caballero repartem uma estreita faixa de terra

² “[...] al caminar por las calles de Pedro Juan Caballero/Paraguay y de Ponta Porã/Brasil se nota el asombroso desarrollo de estas ciudades, separadas por una franja de tierra que en algunos tramos es tan estrecha que casi no se percibe” (BENÍTEZ, 2008, p. 13, tradução nossa).

correspondente ao limite Brasil/Paraguai e, juntas, encontram-se entre as principais conurbações fronteiriças da América Latina. Essa mesma fronteira é também um espaço de constantes trocas culturais e linguísticas, pois nela convivem três línguas: o português, língua oficial no Brasil, o espanhol e o guarani, ambos os idiomas oficiais no Paraguai.

Com o objetivo de abordar mais particularmente as taxas toponímicas, o item a seguir ocupa-se das causas denominativas, dos referenciais e das taxionomias para melhor compreensão do nome do acidente geográfico, o topônimo.

2. CAUSAS DENOMINATIVAS, REFERENCIAIS TOPONÍMICOS E TAXIONOMIAS TOPONÍMICAS

Uma vez que o homem conheça uma localidade, um logradouro, ele sente a necessidade de nomeá-lo e essa nomeação se dá de forma natural, então, “[...] à medida que a população vai se adensando em torno de um núcleo recém-criado, começam a aparecer topônimos identificadores” (DICK, 1997, p. 146). Compreende-se que é inevitável que isso ocorra, pois “[...] a toponímia concorre para o entendimento entre os moradores, facilitando a identificação dos lugares e, conseqüentemente, permitindo a movimentação e o deslocamento dos indivíduos, de maneira ampla e objetiva” (DICK, 1997, p. 144).

A natureza dos topônimos segue rumos que permitem analisá-los nas perspectivas da causa denominativa, que é “[...] o motivo encontrado para o surgimento do topônimo e pode ser buscado por meio de uma pesquisa histórica acerca do nome analisado” (ISQUERDO; DARGEL, 2020, p. 241), ou seja, a causa denominativa revela o motivo pelo qual um lugar recebeu um determinado nome e a pesquisa histórica configurou-se como um processo investigativo paralelo ao estudo linguístico. As

autoras exemplificam a ocorrência da causa denominativa do nome *Sete Quedas*, município sul-mato-grossense, declarando que

[...] o topônimo *Sete Quedas* evoca na memória das pessoas as extintas quedas do rio Paraná, mas não se pode classificar esse topônimo como um hidrotopônimo tendo em vista que no signo toponímico transparece o referencial numerotoponímico e, assim, a taxionomia em que se classifica esse topônimo é a dos *numerotopônimos* (ISQUERDO; DARGEL, 2020, p. 241).

O topônimo também pode ser examinado, de acordo com as nuances semânticas que denotam, no *referencial toponímico*, que são as tendências onomásticas presentes na denominação de lugares de uma determinada localidade, isto é, a ordenação das características toponímicas existentes nos denominativos que permite conduzi-los a uma base referencial. Com a intenção de determinar as tendências onomásticas percebidas na cidade de São Paulo, entre 1554 a 1897, Dick, em sua obra *A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo* (1997), apresenta uma nova abordagem de análise toponímica, os referenciais, que, ainda que baseados na proposta taxionômica dessa autora, seguem uma base diferente para a distribuição dos nomes, “uns, tendo um suporte concreto, material, facilmente deduzível porque explícito ou icônico; outros, menos sensíveis, mas igualmente válidos” (DICK, 1997, p. 147). Ainda nesse trabalho Dick (1996, p. 148–249) propõe oito categorias de referenciais toponímicos: *hierotoponímico*, *antropotoponímico*, *hidrotoponímico*, *geomorfotoponímico*, *litotoponímico*, *fitotoponímico*, *animotoponímico* e *historio-sociotoponímico*, pois “a fundamentação classificatória empregada para enquadrar determinados topônimos tornar-se-á mais importante para justificar a inserção de alguns nomes em determinados referenciais” (DICK, 1997, p. 147).

Isquierdo e Dargel (2020, p. 242), por sua vez, tendo em vista a natureza dos topônimos analisados (nomes dos municípios de Mato Grosso do Sul), ampliaram o universo da categoria dos referenciais toponímicos de oito (DICK, 1997) para 24 referenciais:

[...] ânimo-fitotoponímico, ânimo-hidrotoponímico, antrotoponímico, antropo-animotoponímico, artis³-antropotoponímico, axiotoponímico, corotoponímico, coro-sociotoponímico, crono-animotoponímico, crono-corotoponímico, ergotoponímico, etnotoponímico, geomorfo-hidrotoponímico, hagiotoponímico, hágio-hidrotoponímico, hierotoponímico, hiero-antropotoponímico, hiero-fitotoponímico, historiotoponímico, histórico-antropotoponímico, histórico-axiotoponímico, numerotoponímico, sócio-antropotoponímico, somatotoponímico, zootoponímico (ISQUERDO; DARGEL, 2020, p. 242).

As autoras assim esclarecem a proposta:

Entende-se que a expansão das categorias dos referenciais tanto facilita a classificação dos topônimos em termos de taxionomias toponímicas quanto reduz a ambiguidade e, conseqüentemente, os equívocos normalmente evidenciados entre as concepções de causa denominativa, de referenciais e de taxionomias. Enfim, ao se buscarem os referenciais com informações explícitas, implícitas e tranquilamente deduzidas pelos dados, evita-se confundir o conceito de causa denominativa (o motivo para o surgimento do nome) com o de taxionomia toponímica (a categoria de classificação desse nome a partir da natureza linguística do nome). Por exemplo, o topônimo *Paraíso das Águas*⁴ tem como causa denominativa o *rio Paraíso*, porém, a taxionomia toponímica, considerando como parâmetro o elemento linguístico é animotopônimo

³ As autoras discutem essa nomenclatura e seu respectivo conceito nas páginas 253 e 254. Cf. <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/3549>. Acesso em: 20 maio 2020.

⁴ Paraíso das Águas é um município brasileiro da região Centro-Oeste, situado no nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, localizado entre Camapuã e Chapadão do Sul. Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/paraiso-das-aguas/historico>. Acesso em: 20 maio 2020.

e não hidrotopônimo. O referencial, por sua vez, é animo-hidrotopônimo (ISQUERDO; DARGEL, 2020, p. 242).

Além das causas denominativas e dos referenciais toponímicos, os topônimos também se inserem na taxionomia toponímica, os mecanismos revelados “[...] por meio da análise do nome *em si e per si*” (ISQUERDO; DARGEL, 2020, p. 241), que considera as características particulares apresentadas pelo produto gerado no processo denominativo. Note-se que

[...] a aproximação do topônimo aos conceitos de ícone ou de símbolo, sugerida pela própria natureza do acidente nomeado, poria em relevo outra das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares, mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropoculturais, contidos na denominação (DICK, 1990a, p. 40).

E tendo em vista os conceitos de físico e social imanentes ao signo toponímico, a estudiosa retoma o exame das motivações toponímicas e elabora um modelo de taxionomia toponímica compreendendo 27 taxes: 11 de natureza física

(*astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos e zootopônimos*) e 16 de natureza antropocultural (*animotopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematotopônimos, hierotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos e somatotopônimos*) (DICK, 1990b, p. 31–34).

Em resumo, as muitas particularidades significativas que configuram o nome próprio do lugar e as mais diversificadas informações que

dele se infere não podem ser consideradas isoladamente ou com exclusivismo, pois, dessa maneira, não “será possível atingir a plenitude do fenômeno toponomástico” (DICK, 1990b, p. 16).

A título de ilustração, para maior compreensão do exposto, no Quadro 1, na sequência, os topônimos *Ponta Porã* e *Pedro Juan Caballero* são analisados dentro das três perspectivas apontadas.

Quadro 1 – Causa denominativa, referencial toponímico e taxionomia toponímica dos topônimos Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Topônimo	Causa denominativa	Referencial toponímico	Taxionomia toponímica
<i>Ponta Porã</i>	Devido à forma (<i>ponta</i>) e à beleza (<i>porã</i> /bonita) do terreno onde se localiza(va) Ponta Porã. “Como a natureza havia sido tão pródiga ao pôr ante a vista do viajante tão brilhante espetáculo. Era uma espécie de ponta de lança que corria de oriente a ocidente indicando o rumo da fronteira Paraguai-Brasil” (CENTURIÓN <i>apud</i> BENÍTEZ, 2008, p. 17).	<i>Geomorfo-animotoponímico</i>	<i>Geomorfotopônimo</i> (Segundo o modelo taxionômico de Dick [1990b], pois o primeiro elemento do topônimo composto remete a um referente de natureza morfogeográfica).
<i>Pedro Juan Caballero</i>	Homenagem ao herói da Independência do Paraguai, Pedro Juan Caballero, capitão do exército paraguaio.	<i>Histório-antropotoponímico</i>	<i>Historiotopônimo</i> (Por se tratar de um membro da história paraguaia [DICK, 1990b]).

Fonte: Elaboração da autora

A seguir apresentam-se algumas observações sobre toponímia urbana para, após, focalizar os dados toponímicos relativos às cidades de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY.

3. TOPONÍMIA URBANA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É sabido que, em qualquer espaço físico considerado, “[...] os nomes geográficos são uma expressão viva da interação entre o homem e seu meio ambiente. Desta forma, quando um lugar ou um elemento geográfico adquire uma significação determinada para o homem, surge a necessidade de identificá-los” (MAROUN; NEVES, 1996, p. 3). Isso significa que a função primeira dos topônimos urbanos é identificar e individualizar os referentes, seja uma avenida, uma rua, uma travessa, uma praça, um parque etc., e, ainda, essas mesmas denominações normalmente constituem um meio oficial de se prestar homenagens a pessoas que contribuíram de alguma forma para a cidade, o país e até mesmo para o progresso universal (MORI, 2007, p. 316). Além da função ‘orientadora’, os nomes perpetuados por meio da toponímia servem como transmissores da memória cultural de uma cidade e têm caráter de ‘monumento’, recordando não só os aspectos positivos como também os reprimidos e os esquecidos, considerados pelo fluxo dos habitantes daquela localidade. Além disso, vale acrescentar que

[...] o logradouro é um lugar de memória. Permite a comunidade testemunhar seu próprio percurso, ao ver seu passado presente nos bens que usa coletivamente. A denominação do logradouro, mais ainda, permite que as pessoas agraciadas tenham seus nomes nas correspondências dos correios, em anúncios comerciais, nas listas telefônicas, nas referências feitas pela imprensa, enfim, tudo aquilo que passa a integrar o cotidiano da comunidade. Passa mesmo a fazer parte da vida das pessoas (NADER, 2007, p. 54).

De acordo com Mori (2007, p. 316), os nomes utilizados nos logradouros urbanos, mesmo com o passar do tempo, fazem com que muito da história local, nacional e/ou universal fique gravada na memória de um povo. Isso significa que fatos e personagens históricos, quando convertidos em nomes de ruas, podem se incorporar ao cotidiano das pessoas.

Assim, investigações sobre toponímia urbana demonstram que fatores antropoculturais, como motivadores da denominação, são mais recorrentes, sendo os nomes de pessoas, os nomes de outras localidades, as datas de acontecimentos e nomes de personagens históricos, dentre outros, os mais comuns na nomeação dos logradouros de qualquer cidade. Desse modo, pode-se considerar a toponímia como

[...] a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço de tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro [...] (DICK, 1997, p. 12).

Ratificando essa assertiva, estudos sobre toponímia urbana, como os de Dias (2000); Zamariano (2010); Oliveira (2014); Bittencourt (2015), Pimentel (2015), Cavalcante (2016) e Amorim (2017), dentre outros, têm demonstrado que traços da história oficial (local, nacional e/ou universal) são recorrentes na denominação das vias públicas de cidades brasileiras.

Na toponímia urbana, dos lugares mais simples aos mais majestosos, os nomes de ruas e praças geralmente constituem uma síntese histórica de todo o conjunto de mudanças pelas quais a localidade passou durante os séculos e que marcou suas etapas de desenvolvimento em todas as áreas. Ao lado da história, muitos ditados e lendas também costumam dar nome a esses espaços comuns, por onde os homens transitavam/transitam, pois, ainda que seja o beco mais longínquo, não há um só canto que não seja definido e especificado com um nome e, portanto, a toponímia urbana constitui-se num instrumento de análise “[...] insubstituível quando se trata de construir memória coletiva” (BILLY, 2001, p. 11)⁵.

⁵ “[...] irremplaçável en ce qui concerne la construction de la mémoire collective” (BILLY, 2001, p. 11) Tradução nossa.

Se considerados os aspectos *lugar e tempo*, percebe-se que a toponímia urbana ‘interpreta’ os períodos de desenvolvimento e crescimento da uma cidade e também é testemunho claro do momento histórico do seu nascimento que não se pode apagar, do contrário, se quebrarão elos de uma cadeia que são páginas da história de um povo. Olhar para a cidade é ‘aproximar-se’ dos eventos e personagens que, de alguma forma, deixaram sua marca inscrita na memória da coletividade, porque os nomes da avenida, da rua, da praça, do beco, da travessa são a memória do passado, páginas de uma história que, se excluídas ou ignoradas, desfigura a realidade.

Todavia, ainda que sejam inúmeros os trabalhos sobre a toponímia urbana, mais particularmente sobre os nomes dos logradouros, que vão além do enfoque linguístico, pois também são objeto de estudo de outras disciplinas como a História, a Geografia, a Sociologia, a Cartografia, esse recorte toponímico oferece dificuldade de investigação porque nem sempre a documentação legal traz esclarecimentos necessários sobre o processo e as causas das denominações dos logradouros. Essa carência de dados afeta de forma decisiva um estudo toponímico, uma vez que nem sempre a motivação subjacente aos nomes dos logradouros urbanos pode ser elucidada. Como pondera Mori (2007, p. 315), “[...] este assunto não deixa de apresentar dificuldades para os pesquisadores, porque nem sempre há consistência entre a documentação, as disposições legais e a designação utilizada”⁶.

Tecendo considerações a respeito da toponímia urbana, Dias (2000, p. 104) argumenta que, “[...] a despeito de eventuais limitações, a tendência de buscar perenizar nomes e eventos, longe de ser hábito desta ou daquela localidade, pode ser verificada em qualquer lugar do mundo e é adotada por governos de ideologias diversas”. Em síntese:

⁶ “[...] este tema no deja de ofrecer dificultades a los investigadores porque no siempre existe congruencia entre la documentación, las disposiciones legales y la designación empleada” (MORI, 2007, p. 315). Tradução nossa.

A denominação dos logradouros, responsabilidade municipal, ponderada em seu evoluir, pode indicar para os seus municípios, o desejável equilíbrio entre sua espontaneidade e sua sistematização. Pode e deve valorizar a sua identidade e memória comum, consubstanciadas pelo ambiente de todos. Repositório de tantas venturas e desventuras, de tantas formas e reformas, de tantas caracterizações sucessivas, de uma consciência histórica que se faz e refaz [...] (DICK, 1997, p. 10).

Concernente aos modelos de classificação toponímica, Billy (2001, p. 17), ao estudar designações hodonímicas francesas, considerando a macroestrutura de classificação dos hodotopônimos, apresenta um “ensaio” de tipologia histórica, com sete tipos de categorias⁷: a) *descrições funcionais* (ponto de referência, localização, direções, descrições); 2) *universo social* (comércio, artesanato, profissões, estabelecimentos, proprietários de terras, benfeitorias públicas, vida religiosa, forças armadas, ciências, arquitetura, associações, escritores célebres, grupos sociais, datas comemorativas); 3) *universo histórico* (eventos históricos [datas, lugares]), personalidades [locais, nacionais e internacionais], costumes locais); 4) *universo geográfico* (vilas [francesas e estrangeiras], países, povos [franceses e estrangeiros], extensões, montanhas e maciços franceses); 5) *universo natural* (animais [concretos e abstratos], vegetação [concreta e abstrata], minérios, estações e clima); 6) *universo mental* (ideais, valores institucionais, sentimentos, símbolos, divisa e slogans) e 7) *universo psíquico* (ritmo vital, necessidades e natureza humanas).

Por sua vez, o modelo teórico de Dick (1990b) pode ser aplicado tanto à toponímia urbana quanto à rural e, em ambos os casos, a “[...] toponímia pode concorrer para fortificar a memória da terra, inscrevendo-se como um elemento da mais alta significação nesse campo, ao lado das

⁷ “I. Descriptions fonctionnelles; II. L. univers social; III. L. univers historique; IV. L. univers géographique; V. L. univers naturel; VI. L. univers mental; VII. L. univers physique” (BILLY, 2001, p. 17, tradução nossa).

fontes documentais escritas” (DICK, 1997, p. 23). Assim, o estudo da toponímia urbana, por exemplo, permite a recuperação de um leque enorme de informações de natureza linguística, histórica, cultural substanciada nos nomes de logradouros à medida que a cidade é a “expressão palpável” de um determinado momento histórico e circunstância físico-social.

E, também na toponímia urbana, uma característica que aflora é o caráter não circunstancial dos nomes atribuídos a logradouros, à medida que os nomes de ruas normalmente traduzem atos oficiais que, não raras vezes, têm a função de homenagear personalidades públicas, de importância histórica de maior ou menor expressão.

Nesse sentido, Dick (1997, p. 177), por exemplo, aponta quatro estratos toponímicos que se manifestam na toponímia urbana da cidade de São Paulo: a) o *antropônimo* que, segundo a autora, parece ser “o espontâneo, o natural, nascido popularmente da lembrança daquele morador que melhor identificou o lugar, em seu tempo”; b) o *religioso*, “também espontâneo, funcional, adequado ao elemento identificador”; c) o terceiro e o quarto, sistemáticos, oficializados, mas não espontâneos, “vislumbrando-se, em seu conteúdo, a tendência a homenagens a personalidades e a fatos ligados a momentos históricos regionais, ou locais, o que viria a constituir a meta perseguida por grande parte da toponímia no Brasil”.

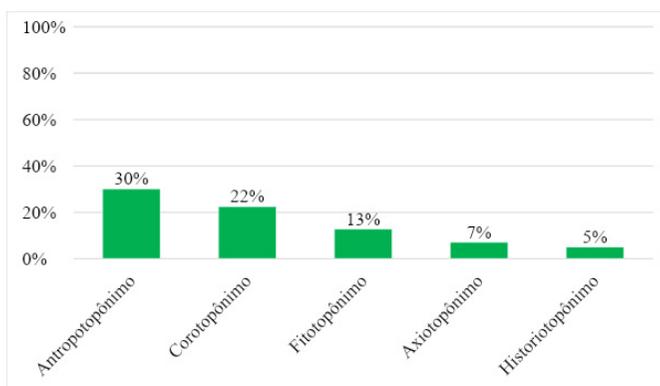
Nesse cenário situa-se também a toponímia urbana das cidades de Ponta Porã/Brasil e de Pedro Juan Caballero/Paraguai que emergiram em uma área de fronteira num momento histórico nada favorável de pós-guerra, no caso, a *Guerra da Tríplice Aliança* (1864–1870), popularizada como *Guerra do Paraguai*, no Brasil, e como *Guerra Grande*, no Paraguai. Portanto, este estudo também verifica, por meio da análise das taxas registradas nessas localidades, em que proporção a toponímia urbana dessas duas cidades fronteiriças evidencia características que se reportam a esse contexto histórico.

Na sequência são traçadas considerações acerca da toponímia urbana de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Brasil.

4. TOPONÍMIA URBANA: LOGRADOUROS DA CIDADE DE PONTA PORÃ – BRASIL

A cidade de Ponta Porã é constituída por 98 bairros⁸ que, juntos, somam 1.119 topônimos de logradouros (avenidas, ruas, travessas e alamedas), no entanto, como há inúmeras ruas que atravessam vários bairros, uma vez retirados os ‘nomes que se repetem’, denominados *topônimos transversais*, “topônimos que nomeiam logradouros pertencentes a mais de um bairro ou parcelamento” (AMORIM, 2017, p. 213), obtém-se a quantia de 758 designativos. A Tese de Doutorado *Interfaces entre a toponímia brasileira e a paraguaia em área de fronteira* (CAZAROTTO, 2019) tratou da análise de todos esses topônimos, em termos de taxionomia, estrutura morfológica e língua de origem, entretanto, neste estudo, são evidenciadas as cinco taxes mais produtivas e, em vista disso, o Gráfico 1, a seguir, fornece um panorama acerca dessas cinco taxionomias toponímicas mais produtivas nos logradouros ponta-poranenses.

Gráfico 1 – Taxionomias mais produtivas dos topônimos dos logradouros da cidade de Ponta Porã/Mato Grosso do Sul/Brasil



Fonte: Elaboração da autora

⁸ Esse quantitativo de 98 bairros da cidade de Ponta Porã refere-se ao ano de 2016, quando da coleta de dados para a produção da tese já referenciada (CAZAROTTO, 2019).

A análise dos dados evidenciou que 79% dos nomes dos logradouros da cidade de Ponta Porã têm motivação inspirada em aspectos de natureza antropocultural⁹, sendo essa a primeira tendência observada no conjunto dos topônimos urbanos dessa localidade.

Quanto às taxionomias, as cinco que alcançaram maior produtividade foram: antropotopônimos¹⁰(228 ocorrências), corotopônimos¹¹ (170), fitotopônimos¹² (97), axiotopônimos¹³ (54) e historiotopônimos¹⁴ (38). Registre-se que, dentre essas taxes, apenas os fitotopônimos pertencem à categoria de elementos de natureza física¹⁵.

Os *antropotopônimos* constituem a categoria de maior destaque na toponímia urbana ponta-poranense contabilizando 30% do total de 758 topônimos urbanos sob investigação.

A presença de antropônimos na nomeação de logradouros urbanos das cidades é uma tendência da toponímia urbana brasileira, registrada em diversos estudos, e aqui ratificada por: i) Dias (2000, p. 118) registrando que “as ruas de Maringá, a exemplo do que ocorre em outras cidades, foram

⁹ *Taxionomias de natureza antropocultural* caracterizam as manifestações psíquicas, sociais e culturais do homem, no meio em que se encontra: estado de ânimo, sentimentos, nomes próprios, nomes de cidades, estados, países, títulos (DICK, 1990b, p. 31-34).

¹⁰ “*Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais” (DICK, 1990b, p. 32).

¹¹ “*Corotopônimos*: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes” (DICK, 1990b, p. 32).

¹² “*Fitotopônimos*: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade; ou de espécies diferentes; além de formações não espontâneas individuais e em conjunto” (DICK, 1990b, p. 31).

¹³ “*Axiotopônimos*: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais” (DICK, 1990b, p. 32).

¹⁴ “*Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes” (DICK, 1990b, p. 33).

¹⁵ *Taxionomias de natureza física* caracterizam o ambiente em todos os aspectos que compõem sua formação – rios, córregos, dimensões, formações topográficas, árvores, animais etc. (DICK, 1990b, p. 31-34).

palco para a perpetuação de nomes de personagens”; ii) Souza (2006, p. 99) que, em sua dissertação de Mestrado *Toponímia e Entrelaçamentos Históricos na rota da Retirada da Laguna*, estudou a toponímia de Bela Vista, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Nioaque, municípios sul-mato-grossenses, e, resumindo, concluiu que, “quando deparamos com a realidade toponímica da área urbana dos municípios analisados, verificamos que em todas as localidades houve o predomínio dos antropotopônimos”; iii) Almeida (2011, p. 199), estudando a toponímia urbana de Santo Antônio de Jesus/BA, pontua que “o maior percentual de motivação para os topônimos nesta cidade é para os antropotopônimos, os quais correspondem a 45% dos topônimos analisados”; iv) Oliveira (2014, p. 220) que, em estudo sobre a toponímia da cidade de Campo Grande/MS, na Região Urbana do Centro, registrou que “os antropotopônimos foram a categoria mais produtiva entre os 13 bairros estudados, nomeando 194 elementos urbanos”, de um total de 480 topônimos investigados; v) Santos (2016, p. 185), investigando a toponímia de São Luiz do Maranhão, aponta que “as maiores incidências taxonômicas no Centro antigo de São Luís são os Antropotopônimos (33%)”; vi) Seabra e Faria (2016, p. 611), discorrendo sobre os nomes das ruas da cidade mineira de Ponte Nova, concluem que “os antropotopônimos ocupam a posição de maior representatividade entre os topônimos de natureza antropocultural, pois foram 355 ocorrências encontradas”, num universo de 525 nomes, e vii) Tavares (2017a, p. 83), quando assinala que “os nomes de pessoas estão mais frequentemente na toponímia urbana” e, refletindo sobre a nomenclatura dos logradouros da cidade de Dourados/MS, aponta que “do *corpus* de 985 nomes, 629 são nomes de pessoas”.

Ainda sobre os antropotopônimos, outra tendência da toponímia brasileira é o elevado índice de antropônimos masculinos utilizados em função toponímica, comparados com os femininos. Neste estudo, num universo de 228 antropotopônimos, apenas 15% (36 ocorrências) são de nomes femininos, deixando clara a questão ideológica impregnada na sociedade brasileira e incorporada, neste particular, na toponímia ponta-poranense.

Em produtividade, os *corotopônimos* alcançaram a relevante marca de 170 ocorrências (22%) e destacaram-se como a segunda taxa mais produtiva. Registre-se que quase todos os 79 municípios sul-mato-grossenses são nomes de ruas na cidade de Ponta Porã (ruas *Amambai, Guia Lopes, Angélica, Ladário, Antônio João, Maracaju, Água Clara, Anastácio, Bataguacu, Camapuã, Porto Murтинho, Sidrolândia, Caracol, Itaquirai, Bandeirantes, Corumbá, Bela Vista, Caarapó etc.*), bem como outros municípios brasileiros também são homenageados pela toponímia urbana ponta-poranense, notadamente municípios mineiros (ruas *Barbacena, Uberaba, São João del Rey, Diamantina, Caxambu etc.*, inclusive, o bairro Jardim Monte Alto, composto de oito ruas, apresenta sete homônimas às cidades de Minas Gerais: ruas *Alfenas, Araxá, Capelinha, Curvelo, Monte Azul, Montes Claros e Unáí*); de São Paulo (ruas *Jundiá, Bauru, Lorena, Lucélia, Catanduva, Agudos, Itu, Bebedouro, Lins, Piracicaba etc.*) e do Rio grande do Sul (ruas *Dom Pedrito, Santo Ângelo, Santa Rosa, Santa Maria, São Borja, Passo Fundo, Alegrete etc.*). Ademais, foram registrados nomes de países (avenida *Brasil*, ruas *Paraguai, Bolívia, Uruguai, Venezuela, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Dinamarca, Irlanda, México etc.*), de estados do Brasil (ruas *Ceará, Piauí, Alagoas, Goiás, Pará, Amazonas, Mato Grosso do Sul etc.*), de capitais de estados brasileiros (ruas *Teresina, Belém, Belo Horizonte, Cuiabá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, São Luiz, João Pessoa, Manaus etc.*) e de locais de prestígio nacional e internacional (ruas *Copacabana, Camboriú, Morumbi, Maracanã, Guanabara, Guarujá, Barcelona, Califórnia, Pisa, Corinto, Veneza etc.*).

Dick (1982, p. 95), sobre a prática de nomear um espaço com o nome de outro espaço, esclarece que:

[...] os topônimos deslocam-se [...] ou acompanhando as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentada “saudade” da terra natal, ou separadamente do elemento humano que imigrou, impulsionado, apenas pelo próprio prestígio, como diz Backheuser, configurando, neste caso, um típico exemplo de “mimetismo toponímico”.

Anteriormente, Nascentes (1960) também já tratara da nostalgia direcionada à pátria ao ponderar que

Os navegadores portugueses que a partir do século XVI começaram a explorar os “mares nunca dantes navegados” à procura de novas terras para “dilatara fé e o império”, levavam consigo a saudade da terra natal e para mitigá-la muitas vezes davam às povoações fundadas nomes dos lugares onde nasceram (NASCENTES, 1960, p. 102).

Portanto, sobre os corotopônimos identificados em Ponta Porã, presume-se que a toponímia urbana dessa localidade exiba um índice relevante de ‘nomes transplantados’ como propósito do nomeador de demonstrar a saudade da sua terra natal ou, também, de imprimir notoriedade ao local ressignificado pelo nome.

Dentre os 758 topônimos inventariados na zona urbana de Ponta Porã, os de natureza física totalizaram 148 ocorrências (19,5%) e, desses, destacaram-se os fitotopônimos (98 ocorrências), privilegiando: i) madeiras de lei: ruas das/dos *Aroeiras*, *Cerejeiras*, *Perobas*, *Carandás*, *Mognos*, *Ipês* etc.; ii) flores ornamentais: ruas das *Adálias*, *Camélias*, *Margaridas*, *Orquídeas*, (*h*)*Ortências*, *Rosas*, *Violetas*, *Antúrios* etc. e iii) árvores frutíferas: ruas *Abacateiro*, *Abieiro*, *Ameixeira*, *Amoreira*, *Cajueiro*, *Caramboleira*, *Tamarindeiro* etc. na nomenclatura dos logradouros ponta-poranenses.

Em referência à relevante presença dos fitotopônimos na toponímia, Isquerdo (1997, p. 35) assevera que isso se dá, “na maioria das vezes, motivada pela abundância da espécie na localidade e/ou até mesmo pela presença significativa de alguma em particular que sirva de ponto de referência para a identificação da localidade” ou em homenagem à flora brasileira, particularizada na região. Também se justifica pela indiscutível importância dos vegetais para o homem, para os animais, para a terra e porque, segundo A. J. de Sampaio (*apud* DICK, 1990a, p. 146), “todo mundo conhece numerosas plantas úteis, campestres e florestais, geralmente compreende o papel protetor das florestas para os mananciais e

não há quem desconheça a utilidade de uma árvore frutífera, ornamental ou de sombra”.

Logo, mediante o exposto é possível afirmar que, de modo geral, as espécies florísticas identificadas na toponímia urbana de Ponta Porã estão presentes na região onde se situa o município.

Com relação aos axiotopônimos, são registrados 54 topônimos urbanos ponta-poranenses inscritos nessa categoria, em homenagem a personalidades locais, nacionais e internacionais, tais como: ruas *Almirante Barroso, Comandante Cardoso, Dom Pedro I, Marechal Rondon, Guia Lopes, Papa João Paulo II, Presidente Vargas, Prefeito Hélio Peluffo, Professor Milton Froes, Coronel Camisão, Deputado Aral Moreira, Duque de Caxias, General Osório, Marechal Deodoro da Fonseca, Visconde de Taunay, Padre José de Anchieta* etc.

Por sua vez, os historiotopônimos, que foram a quinta categoria em produtividade na toponímia urbana de Ponta Porã, prestam homenagem a: i) personalidades históricas de vulto nacional e internacional: ruas *Tiradentes, Benjamin Constant, Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Simón Bolívar, José Bonifácio* etc.; ii) fatos históricos: ruas da *Independência, Humaitá*¹⁶, *Riachuelo*¹⁷ etc.; iii) datas históricas: ruas *11 de Novembro*¹⁸, *1º de Março*¹⁹ etc.

¹⁶ *Humaitá*: nome de uma alha fluvial ocorrida em 15/2/1868, no rio Paraguai, entre forças brasileiras e paraguaias. Esta batalha visava destruir a Fortaleza de Humaitá, a fortificação que impedia a passagem da esquadra brasileira para chegar à Assunção, atual capital do Paraguai (CALBAZAR, 2006, p. 2).

¹⁷ *Riachuelo*: A Batalha do Riachuelo foi um dos principais eventos militares ocorridos durante a Guerra do Paraguai. Aconteceu no dia 11 de junho de 1865, nas margens do rio Riachuelo. As forças navais brasileiras, lideradas pelo Almirante Barroso, venceram o Paraguai nessa estratégica batalha. Informações disponíveis em: http://www.historiadorbrasil.net/brasil_monarquia/batalha_riachuelo.htm. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁸ *11 de Novembro de 1864*: Invasão do Mato Grosso pelos paraguaios, que arrasam a guarnição brasileira de Dourados. Informações disponíveis em: <http://noticias.terra.com.br>. Acesso em: 30 maio 2020

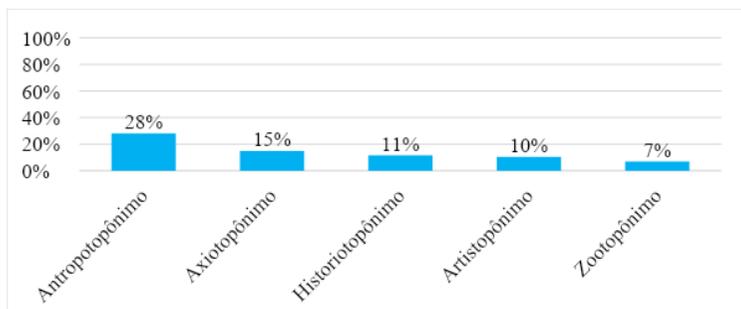
¹⁹ *1º de Março de 1870*: Termina a Guerra do Paraguai com a vitória da Tríplice Aliança: Brasil, Argentina e Uruguai. Informações disponíveis em: <http://noticias.terra.com.br>. Acesso em: 30 maio 2020.

O tópico seguinte aborda as tendências identificadas na toponímia urbana da cidade de Pedro Juan Caballero/Paraguai.

5. TOPONÍMIA URBANA: LOGRADOUROS DA CIDADE DE PEDRO JUAN CABALLERO – PARAGUAY

A cidade de Pedro Juan Caballero possui 15 bairros que abrigam 249 logradouros, como avenidas, ruas, travessas e alamedas, objetos de investigação deste estudo. O Gráfico 2, que segue, fornece uma perspectiva mais ampla das características desses topônimos, considerando-se particularmente a *taxionomia toponímica* e as tendências apresentadas em termos de classificações.

Gráfico 2 – Taxionomias mais produtivas dos topônimos dos logradouros da cidade de Pedro Juan Caballero/Amambay/Paraguay



Fonte: Elaboração da autora

A exemplo do que acontece em muitas cidades brasileiras, a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero também privilegiou os elementos de natureza antropocultural na toponímia dos logradouros, com 197 designativos (79%) de um total de 249. E, desses, também se assemelhando à tendência das urbes brasileiras, os *antropotônimos* obtiveram o maior número de ocorrências, 70 (28%). Seguindo o número de ocorrências mais relevantes na nomeação dos logradouros pedrojuaninos têm-se os *axiotônimos* com 37 casos (15%), os *historiotônimos* com 29 (11%), os

*artistopônimos*²⁰ com 26 ocorrências (10%) e os *zootopônimos*²¹ com 17 casos (7%), sendo esta última a única taxa que figura na categoria dos elementos de natureza física.

Os antropotopônimos pedrojuaninos, tais como os ponta-poraneses, priorizam os antropônimos masculinos na nomeação dos logradouros, pois dos 70 registrados apenas 10 (14%) são de antropônimos femininos, indicando que a toponímia de Pedro Juan Caballero igualmente retrata a tendência social e ideológica estabelecida pela sociedade paraguaia.

Os axiotopônimos, que foram a segunda taxa em produtividade na toponímia urbana de Pedro Juan Caballero, compreendem, basicamente, patentes atribuídas a militares paraguaios, tais como: *calles Mariscal Francisco Solano López, Teniente Andrés Herrerros, General José Maria Bruguez, Coronel Francisco Martínez, General Francisco Roa, Mariscal José Felix Estigarribia, General José Eduvigis Díaz* etc.

Os historiopotônimos, por sua vez, privilegiam heróis/personagens da história paraguaia, datas históricas e nomes de batalhas travadas durante a Guerra do Paraguai (1864–1870) e a Guerra do Chaco (1932–1935)²², de-

²⁰ Em 2020, Isquierdo e Dargel propõem a taxa *artistopônimo*, contemplando os topônimos de índole artística, quer sejam os nomes ligados à literatura, à música, ao teatro, à pintura, à escultura etc., e essa taxa foi considerada neste trabalho.

²¹ “*Zootopônimos*: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos e não domésticos, e da mesma espécie em grupos” (DICK, 1990b, p. 31).

²² A Guerra do Chaco foi um conflito entre Paraguai e Bolívia pela disputa da região do Chaco Boreal, entre 1932 e 1935. Essa região em questão apresentava uma grande vantagem devido à descoberta de petróleo, além de outra importantíssima vantagem estratégica. No Chaco Boreal se localizava o rio Paraguai, a principal forma de acesso ao oceano Atlântico. A Bolívia almejava ter um acesso ao oceano Atlântico, via rio Paraguai, na bacia do Rio da Prata, e para ter acesso àquele rio, era necessário ocupar o Chaco, em território paraguaio. [...] As disputas tiveram duração de três anos e resultaram em um conflito que provocou a morte de cerca de 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios, tendo como fim a derrota dos bolivianos, que mesmo possuindo um exército bem maior em número, perdeu parte de seu território. [...] Disponível em: <https://suldamerica.wordpress.com/2010/04/05/a-guerra-do-chaco-entre-bolivia-e-paraguai-1932-1935>. Acesso em: 15 ago.2020.

monstrando o patriotismo do homem paraguaio perante as lutas travadas por seu país, independentemente da vitória ou da derrota. Como exemplos citam-se: *calles 29 de Septiembre* (dia da Batalha do Boquerón/Guerra do Chaco), *Las Residentas* (em homenagem a todas as ‘abnegadas e valentes’ mulheres paraguaias que participaram da Guerra do Paraguai), *Acosta Ñu* (batalha da Guerra do Paraguai), *Carlos Antonio López* (Presidente da República do Paraguai), *12 de Junio* (dia que se recorda a Paz do Chaco), *Cincuentenario de la Guerra de la Defensa del Chaco* (em homenagem aos 50 anos da Guerra do Chaco), *Vicente Ignacio Iturbe* (herói da Independência Paraguai) etc.

Como exemplos de artistopônimos inscritos na toponímia pedrojuanina têm-se as *calles Natalicio Talavera*²³, *Luís Alberto del Parana*²⁴, *Emiliano Rivarola Fernández*²⁵, *Francisco Almeida*²⁶, *Francisco Acuña de Figueroa*²⁷ etc., em homenagem a artistas paraguaios de variadas tendências.

Já os elementos de natureza física totalizaram 51 ocorrências, com uma prevalência de zootopônimos (17), como: *calles Ynambu, Masakara-guai, Jeruti, Piririta, Pycazu, Tui Para* etc., uma declarada homenagem à fauna paraguaia.

²³ Primeiro poeta épico do Paraguai. [...] Quando seu país enfrentou a Tríplice Aliança, Talavera foi destacado à frente de operações como correspondente de guerra (CABALZAR, 2006, p. 18–19).

²⁴ Cantor e compositor popular que, para muitos, é o maior cantor popular da história da música paraguaia. [...] (CABALZAR, 2006, p. 36).

²⁵ Poeta popular que durante a Guerra do Chaco participou como soldado do regimento de infantaria “13 Tuyuti”, escrevendo seus melhores versos entre as pausas das batalhas (CABALZAR, 2006, p. 36).

²⁶ Escultor, é o autor da escultura de Pedro Juan Caballero, localizado na praça de mesmo nome, no Distrito de Pedro Juan Caballero (CABALZAR, 2006, p. 51).

²⁷ Autor dos Hinos Nacionais do Paraguai e do Uruguai. Nasceu em Montevidéu, 1790. [...] Em maio de 1846 apresentou o texto do Hino “*Ad Honorem*”, com dedicação especial a López (CABALZAR, 2006, p. 62–63).

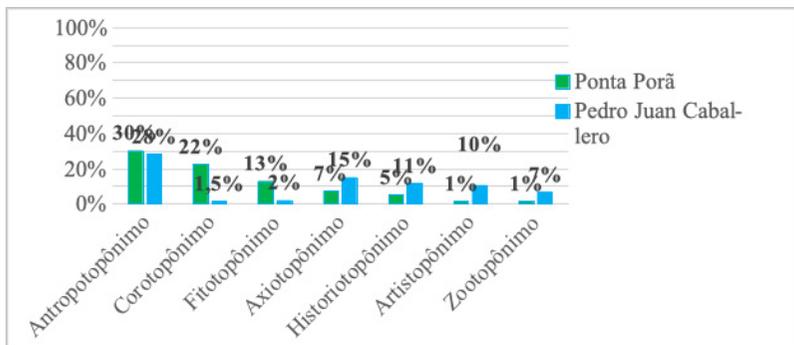
Na seqüência, discorrer-se-ão sobre as semelhanças encontradas entre as toponímias urbanas de Ponta Porã/BR e de Pedro Juan Caballero/PY.

6. INTERFACES ENTRE A TOPONÍMIA URBANA DAS CIDADES DE PONTA PORÃ/MATO GROSSO/BRASIL E A DE PEDRO JUAN CABALLERO/AMAMBAY/PARAGUAY

A análise do *corpus* deste estudo apontou vários aspectos de convergência entre a toponímia brasileira e a paraguaia, a seguir explicitados:

a) Entre as cinco taxas mais produtivas na toponímia urbana de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero, os *antropotopônimos*, os *axiotopônimos* e os *historiotopônimos* coincidiram, havendo divergência de: *corotopônimos* e *fitotopônimos*, na localidade brasileira, e *artistotopônimos* e *zootopônimos*, na paraguaia, como demonstra o Gráfico 3, na seqüência.

Gráfico 3 – Interfaces entre a toponímia dos logradouros urbanos de Ponta Porã/Mato Grosso do Sul/Brasil e a de Pedro Juan Caballero/Amambay/Paraguay



Fonte: Elaboração da autora

b) Predominância de antropônimos na nomeação dos logradouros na toponímia urbana tanto na cidade brasileira quanto na paraguaia, com um quantitativo de 228 antropotopônimos em Ponta Porã (30%) e 70 em Pedro Juan Caballero (27%), índice de uma tendência mundial da toponímia, já atestada por inúmeros estudos e confirmada por Dick (1990a), segundo a qual a Antroponímia e a Toponímia são duas áreas que se interseccionam e que é comum observar nomes de pessoas sendo utilizados como designativos de lugar, assim como nomes de lugares podem vir a ser empregados como nomes de pessoas: “Américo Vespúcio pôde emprestar seu nome pessoal ao Novo Mundo, da mesma forma que a República Argentina transforma-se em antropônimo comum a tantas pessoas de diferentes localidades” (DICK, 1990a, p. 294).

c) A preferência por antropônimos masculinos na nomeação dos logradouros urbanos, pois ainda que os *antropotopônimos* tenham sido a taxa mais produtiva na toponímia urbana de ambas as localidades, Ponta Porã contabilizou 15% de antropônimos femininos e Pedro Juan Caballero, 14%. A única diferença entre os dois espaços estudados recai no registro da história de cada um dos nomes que foram elevados à função de topônimos. Em Pedro Juan Caballero as mulheres que têm seus nomes gravados na toponímia da cidade são descritas com mérito(s), em documento oficial, o que não ocorre em Ponta Porã, onde as mulheres que têm seus nomes na toponímia são ‘ilustres anônimas’.

d) Ponta Porã e Pedro Juan Caballero evidenciam, em sua toponímia, uma acentuada presença de topônimos formados com elementos da *fauna* (como borevi, garça, quero-quero, papagaio, codorna, jataí, urutau, yaguavara, mbutú, acuti, masakaraguai, jeruti, tuka, tujuju, coroxire, mytu etc.) e da *flora* (como jaboticabeira, abacateiro, caramboleira, flamboyant, carnaubal, pinheiro, samambaia, buriti, aroeira, peroba, guatambu, ipê, mogno, margarida, rosa, violeta, antúrio, arasa, tajy, cedro, kranday, pakuri, guavirami, urundey, vyvrami, carurú, naranja jhaí, tacuara, zapallo etc.), dos respectivos países.

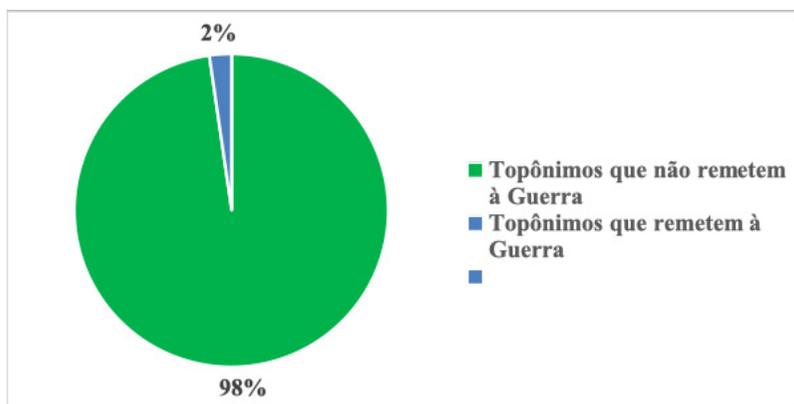
e) A *Guerra do Paraguai* foi o conflito de maior repercussão ocorrido na América Latina e, para os países envolvidos, um episódio que mobilizou grande parte dos seus homens, inclusive mulheres e crianças, e que acarretou grandes perdas humanas e financeiras. Envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai, a *Tríplice Aliança*, na luta contra o Paraguai. Por se tratar de um episódio de significativa importância, acredita-se que tenha deixado marcas na história desses países e, um dos aspectos a se considerar na busca dessas marcas, é a toponímia, como se observa no excerto que segue:

Os registros históricos mostram que o confronto foi um grande massacre, e, para muitos estudiosos do assunto, uma verdadeira covardia contra o Paraguai. O conflito é, inclusive, chamado também de *Guerra contra o Paraguai* (em oposição ao nome oficial Guerra do Paraguai). Apesar disso, para muitas pessoas, formadas pelas versões de livros didáticos utilizados nas escolas de Educação Básica, o Brasil demonstrou coragem, força e resistência na defesa de seu povo e de seu território. Muitos combatentes são considerados heróis e são dignos de honrarias e homenagens. Legítima essa visão o discurso produzido por escritores chamados de memorialistas ligados a uma elite que detém o poder e tem interesse em criar uma identidade histórica que reforça interesses próprios. Nesse sentido, datas, episódios e personagens relacionados à Guerra são rememorados, por exemplo, em topônimos de várias cidades brasileiras, sobretudo no Mato Grosso do Sul (TAVARES, 2017b, p. 135).

Assim, este estudo registrou marcas da Guerra do Paraguai na toponímia das cidades de Ponta Porã, no Brasil, e de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, localidades situadas na faixa de fronteira entre esses dois países e fazem parte do território onde ocorreu esse episódio bélico, ficando evidenciado que tanto Ponta Porã quanto Pedro Juan Caballero

registram marcas da *Guerra do Paraguai/Guerra Grande* em suas toponímias, ainda que com valores distintos. A localidade paraguaia demonstrou que o episódio bélico teve influência relevante na sua sociedade e cultura, o que pode explicar os 15% dos topônimos urbanos (40 de 264) com essas marcas. O município brasileiro, ao contrário, evidencia essas marcas somente em 2% de seus topônimos urbanos (17 de 758) deixando transparecer que a sociedade ponta-poranense não demonstrou interesse expressivo pelo fato histórico e nem fez da toponímia um canal de expressão para isso. Os Gráficos 4 e 5, na sequência, possibilitam uma melhor compreensão do exposto.

Gráfico 4 – Marcas da “Guerra” na toponímia de Ponta Porã/Mato Grosso do Sul/Brasil



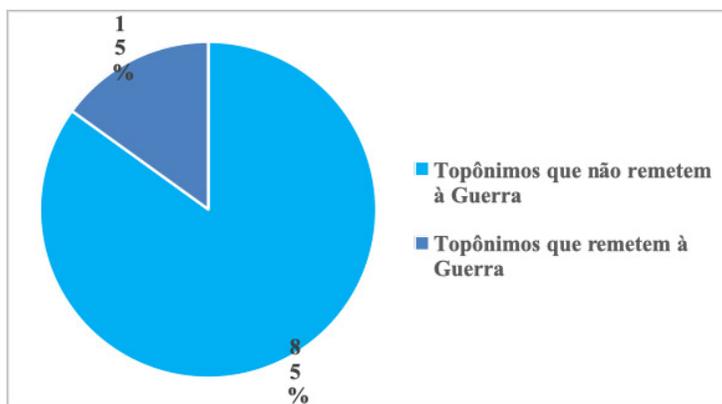
Fonte: Elaboração da autora

A toponímia dos logradouros urbanos de Ponta Porã/BR, constituída por 758 topônimos, registrou a presença de 17 designativos (2%) que evidenciam alguma relação com o episódio bélico, como se pode notar pelos dados do Gráfico 3. Depreende-se, portanto, que o episódio bélico envolvendo Brasil e Paraguai não mereceu expressiva homenagem na toponímia desse município brasileiro.

Os designativos que remetem à Guerra do Paraguai, registrados na toponímia dos logradouros de Ponta Porã, são: *11 de Novembro, 1º de Março, Almirante Barroso, Ana Neri, Antônio João, Barão de Cotegipe, Barão de Maracaju, Coronel Camisão, Duque de Caxias, General Andrade Neves, General Osório, Guia Lopes, Humaitá, Riachuelo, Tamandaré, Tuiuti e Visconde de Taunay*.

Pedro Juan Caballero/PY, por sua vez, apresenta 40 topônimos na zona urbana, 38 designativos de logradouros e dois que nomeiam bairros dessa cidade paraguaia, que evidenciam marcas da 'Guerra Grande' (16% dos topônimos), como demonstra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Marcas da “Guerra” na toponímia de Pedro Juan Caballero/Amambay/Paraguay



Fonte: Elaboração da autora

Dentre os 249 topônimos dos logradouros da área urbana de Pedro Juan Caballero, 38 (13%) revelam marcas da *Guerra Grande*. Assim como entre os 15 topônimos dos bairros dessa cidade há dois com essas características (13%), pois recuperam nomes de militares que lutaram pelo Paraguai durante a guerra contra a *Tríplice Aliança*. Observa-se por meio

dos dados do Gráfico 5 que o episódio bélico envolvendo Brasil e Paraguai teve maior relevância na toponímia de Pedro Juan Caballero, em relação à de Ponta Porã, embora não tenha sido tão expressivo se considerados os impactos da Grande Guerra na localidade.

Os topônimos pedrojuaninos que remetem à Guerra do Paraguai, verificados na toponímia urbana, como designativos de logradouros foram: *1º de Marzo, 2 de Mayo, Acosta Ñu, Aquidaban, Capitán Ramón Álvarez Quintana, Carlos Antonio López, Cerro Corá, Cerro León, Coronel Francisco Martínez, Coronel Panchito López, Curupayty, Elisa Alicia Lynch, General Francisco Isidoro Resquin, General Francisco Roa, General Ignacio Genes, General José Eduwigis Díaz, General José Maria Bruguez, Humaitá, Isabel Ferreira de Rodríguez, Isla Madama Lynch, José Berges, José de Jesús Martínez, Juan Bautista Alberdi, Juan Silvano Godoy, Las Residentas, Lomas Valentinas, Manuel Vega Centurión, Mariscal Francisco Solano Lopez, Natalicio Talavera, Peatonal Alicia Lynch, Picada Chiriguelo, Presidente Juan Bautista Gill, Pykysyry, Rubio Ñu, Sauce, Tenente Andrés Herreros, Valois Rivarola e Ytororo*. E, ainda na toponímia urbana, os topônimos *General Diaz* e *General Genes*, designativos de bairros em Pedro Juan Caballero.

Ainda que na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero tenham evidenciado divergência em relação à valorização do episódio bélico na toponímia, na classificação dos designativos houve equivalência quanto às taxas identificadas em ambas as localidades, pois tanto a cidade brasileira quanto a paraguaia renderam homenagens ao homem, ao ‘herói da Guerra’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu resultados do estudo dos topônimos urbanos de Ponta Porã/MS/BR e de Pedro Juan Caballero/Amambay/PY com a finalidade de descrever as taxionomias toponímicas identificadas

nessas localidades, analisá-las e, por fim, traçar um comparativo entre a toponímia urbana dessas duas cidades. Para isso, foi necessário inventariar, classificar e examinar o acervo que contabilizou 758 topônimos dos logradouros públicos da cidade brasileira e 249, da paraguaia.

Dentre os topônimos inventariados, observou-se a presença relevante dos *antropotopônimos* (228), *corotopônimos* (170), *fitotopônimos* (97), *axiotopônimos* (54) e *historiotopônimos* (38), na toponímia urbana de Ponta Porã, e dos *antropotopônimos* (70), *axiotopônimos* (37), *historiotopônimos* (29), *artistopônimos* (26) e *zootopônimos* (17), em Pedro Juan Caballero.

Com a análise comparativa, observou-se que: i) os antropotopônimos foram a categoria mais produtiva dentre os topônimos dos logradouros urbanos dos dois municípios investigados; ii) a produtividade dos antropotopônimos femininos foi baixa também em ambas as localidades: Ponta Porã, 36 antropotopônimos femininos; Pedro Juan Caballero, 10; iii) os dados denotam a preponderante hierarquia masculina na sociedade brasileira e na paraguaia, ainda que mudanças culturais (já) estejam ocorrendo e a mulher sendo reconhecida como cidadã e, inclusive, identificada na toponímia; iv) o conjunto dos topônimos inventariados evidenciam “vestígios” da *Guerra do Paraguai/Guerra Grande* nas duas cidades, mas com maior expressividade em Pedro Juan Caballero, pois dos 249 topônimos urbanos, 38 remetem à Guerra (13%), enquanto em Ponta Porã, dos 758, apenas 17 (ou 2%) trazem esse traço.

Em face do exposto, ressalte-se que os estudos toponímicos devem ser compreendidos como mais uma possibilidade de investigar, descrever e conhecer aspectos da vida dos povos, porque os topônimos podem traduzir sua história, sua memória, suas crenças, sua identidade e suas particularidades, e, com isso, contribuir com o conhecimento a ser transmitido às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lana Cristina Santana de. Nos trilhos da rua da linha: a motivação semântica da toponímia urbana da cidade de Santo Antônio de Jesus. **Domínios de Lingu@gem - Revista Eletrônica de Linguística**. Uberlândia/MG. V. 5, n. 2, p. 180–201, 2 Sem., 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso em: 27 out. 2020.

AMORIM, Bianca da Silveira de. **A toponímia urbana de Campo Grande/MS: um estudo etnolinguístico da região do Segredo**. 2017. 234 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2017.

BENÍTEZ, Sacha Aníbal Cardona. **A la sombra de los perobales**. Historia del poblado de Punta Porã. Genesis de dos ciudades. 1870/1902. Paraguay: Imprenta Salesiana, 2008.

BILLY, Pierre-Henri. Essai de typologie historique des désignations odonymiques. In: BOUVIER, Jean Claude; GUILLON, Jean-Marie (dir.). **La toponymie urbaine**. Significations et enjeux. Paris: L. Harmattan, 2001, p. 17–40.

BITTENCOURT, Karla Porto. **Toponímia urbana da cidade de Três Lagoas – MS: interfaces entre léxico, cultura e história**. 2015. 227 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2015.

CABALZAR, Wilda Ines Mendoza. **Nomenclaturas de calles de la ciudad de Pedro Juan Caballero**. Pedro Juan Caballero/PY: Division de Urbanismo y Catastro, 2006.

CAVALCANTE, Leticia Barbosa da Silva. **Léxico toponímico urbano na cidade de Campo Grande/MS: região do Imbirussu**. 2016. 272 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

CAZAROTTO, Suely Aparecida. **Interfaces entre a toponímia brasileira e a paraguaia em área de fronteira: perspectiva etnodialetológica**. 2019. 468f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2019.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. **História e Ensino**. Londrina/PR, v. 6, p. 103–120, 2000.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O problema das taxionomias toponímicas: uma contribuição metodológica. **Revista Língua e Literatura**, USP, vol. 4, p. 373–380, 1975.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amara. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 24, p. 75–96, dez. 1982. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69706/72364>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo/SP: Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: Coletânea de estudos. 2ª ed. São Paulo/SP: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo**: (1554–1897). São Paulo/SP: ANNABLUME, 1997.

FERRARO JR., Vicente Giaccagliani. A integração na fronteira seca: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). In: **Anais da Jornada Nacional de Iniciação Científica da 63ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**. Goiânia: UFG: jul. 2011.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras – Revista de História**. Campo Grande/MS, v. 1, n. 2, p. 27–46, jul./dez. 1997.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. A macrotoponímia dos municípios sul-mato-grossenses: mecanismos de classificação semântica. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **TOPONÍMIA: Tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2020, p. 228–272. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3549>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MAROUN, Maria Célia dos Santos Bou; NEVES, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco. **Nomes geográficos: normas para indexação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. MORI, Olga. Aspectos teóricos relevantes de las designaciones urbanas. ILIESCU, Maria; SILLER-RUNGGALDIER; Heidi, DANLER, Paul (eds). **Actes du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. Innsbruck, 2007, p. 316–323.

NADER, Penha Mara Fernandes. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos**. 1970–2000. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2007.

NASCENTES, Antenor. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. **Revista Letras**. Curitiba. 1960, p. 102–107 Disponível em <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19903> Acesso em: 28 maio 2020.

OLIVEIRA, Letícia Alves Correia de. **Toponímia urbana da região central de Campo Grande/MS: um olhar socioetnolinguístico**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2014.

PIMENTEL, Patrícia de Cássia Gomes. **A toponímia da região central mineira**. 2015. 273 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2015.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 28, p. 171–195, 2016.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. Toponímia urbana: nomes de ruas da cidade mineira de Ponte Nova. **Caletrosópio**. Ouro Preto/MG, v. 4, n. Especial: II DIVERMINAS, p. 602–613, 2016. Disponível em: <https://www.caletrosopio.ufop.br/index.php/caletrosopio/article/view/159> Acesso em: 3 mar. 2020.

SOUZA, Carla Regina de. **Toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna**. 2006. 233 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2006.

TAVARES, Marilze. Tendências da toponímia urbana do município de Dourados/MS: os nomes das ruas. **Guavira Letras**. Três Lagoas/MS, n. 25, p. 79–95, 2017a.

TAVARES, Marilze. Toponímia e História: a Guerra do Paraguai em nomes de ruas e praça de Dourados/MS. **DLCV: Língua, Linguística e Literatura**. João Pessoa/PB, v. 13, n. 2, p. 130–141, jul./dez. 2017b, Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/dclv/article/view/35997/20580>. Acesso em: 9 jan. 2018.

ZAMARIANO, Márcia. **Estudo toponímico no espaço geográfico das mesorregiões paranaenses**: Metropolitana de Curitiba, Centro-Oriental e Norte Pioneiro. 2010. 412 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2010.

OS AUTORES

ALEXANDRE MELO DE SOUSA



Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2007). Realizou estágio de Pós-Doutorado em Linguística Aplicada/Libras na Universidade Federal de Santa Catarina (2018–2019). Professor de Linguística e Língua Portuguesa na Universidade Federal do Acre, graduação e pós-graduação. Membro da Academia Acreana de Letras – Cadeira nº 1. Pesquisador na área de Linguística, atuando em especial nos seguintes temas: Lexicologia e Lexicografia, Onomástica, Linguística Aplicada à Língua Brasileira de Sinais; Ensino de língua materna.

E-mail: alexlinguista@gmail.com

ANA CLAUDIA CASTIGLIONI



Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (2014). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Araguaína, no curso de graduação em Letras, no Mestrado Profissional em Rede (Profletras) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura. Pesquisadora na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Toponímia, Lexicografia e Terminologia. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: anacastiglioni@hotmail.com

ANA PAULA TRIBESSE PATRÍCIO DARGEL



Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (2011). Pós-Doutorado na área de “Análise, descrição e documentação de língua naturais” pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pesquisadora na área de Linguística e atua, principalmente, nos seguintes temas: Lexicologia, Lexicografia, Pedagogia do léxico, Toponímia.

E-mail: tribesse@yahoo.com.br

APARECIDA NEGRI ISQUERDO



Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (1996), com estágio no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Docente aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pesquisadora Sênior na UFMS e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Campo Grande), e em Letras (Três Lagoas), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Lexicologia, Lexicografia, Toponímia e Dialectologia. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq 1C.

E-mail: aparecida.isquerdo@ufms.br

CELINA MÁRCIA DE SOUZA ABBADE



Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2003) e Pós-Doutora em Estudos de Linguagens pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (2016). Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica e Lexicologia, atuando principalmente nas seguintes áreas: Filologia Românica, Lexicologia, Terminologia e Onomástica.

E-mail: celinabbade@gmail.com

FRANCIELE RODOVALHO FERREIRA



Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras) pela Universidade Federal do Tocantins (2019). Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2016). cursou o Ensino Médio na Escola Estadual Hermelina Barbosa Leal (2011). É pesquisadora na área da Onomástica/ Toponímia.

E-mail: franciele.rodvalho@hotmail.com

JEANDER CRISTIAN DA SILVA



Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2021) sob orientação da Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra; graduação em Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa pela mesma instituição (2018) com período de intercâmbio pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal (2017/2). Pesquisador nas áreas de Onomástica, Lexicologia, Variação e Mudança Linguística, com ênfase nos seguintes temas: toponímia urbana, axiotoponímia e antroponímia. Tem experiências na área de Linguística Teórica e Descritiva, atuando no projeto de pesquisa Nomes gerais, coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Tadeu Roque Amaral.

E-mail: jeandercristian@gmail.com

JOSÉ MARTINS ABBADE



Mestre em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia e Professor do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Católica do Salvador. Publicitário, poeta e pesquisador do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL).

E-mail: joseabbade@gmail.com

KARYLLEILA DOS SANTOS ANDRADE



Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (2006) e Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra/Portugal (2015). Professora Associada III da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisadora na área de Linguística e Antropologia Linguística, com ênfase nos estudos do léxico, atuando principalmente nas seguintes áreas: Etnolinguística e Onomástica/Toponímia. É Bolsista Produtividade PQ2 CNPq.

E-mail: karylleila@uft.edu.br

LETÍCIA RODRIGUES GUIMARÃES MENDES



Mestre em Letras, com ênfase em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009). Doutoranda em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. É pesquisadora na área da Toponímia Urbana, pelo PosLin – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG e pesquisadora do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente

nos seguintes temas: ensino de linguagens e estudos toponímicos.

E-mail: leticia.paripassu@gmail.com

MARIA CÂNDIDA TRINDADE COSTA DE SEABRA



Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004); pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2009), sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick; pós-doutorado pela UNISINOS (2017), sob a supervisão da Profa. Dra. Maria da Graça Krieger. Desde 1996 é professora da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Letras. Desenvolve pesquisa em Linguística Teórica e Descritiva, nas perspectivas sincrônica e diacrônica, com ênfase em Onomástica, Lexicologia, Lexicografia, Português do Brasil, Variação e Mudança Linguística.

E-mail: candidaseabra@gmail.com

MARILZE TAVARES



Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2015). Professora na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no curso de Letras. Pesquisadora na área de Linguística e atua, principalmente, nos seguintes temas: Toponímia, Sociolinguística. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: marilzetavares@ufgd.edu.br

NEIDIANE ALVES DA SILVA DUTRA



Mestre em Letras pela Universidade de Mato Grosso do sul (UEMS) (2020). Professora na rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Linguística atuando principalmente nos seguintes temas: sociolinguística, ensino de linguagens e estudos toponímicos.

E-mail: neidiani.dutra@hotmail.com

PRISCILA NASCIMENTO RIBEIRO REZENDE



Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2015). Professora EBTT no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, atuando na área de Língua Portuguesa nos cursos técnicos integrados e graduação. Tem experiência na área de Linguística e atua, principalmente, nos seguintes temas: ensino de língua portuguesa, produção textual e estudos toponímicos. Pesquisadora do Projeto ATEMS - Atlas Toponímico do Estado de Mato

Grosso do Sul.

E-mail: priscila.rezende@ifms.edu.br

SUELY APARECIDA CAZAROTTO



Doutora em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2019). Professora de Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora na área de Linguística, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Lexicologia, Toponímia e Lexicografia. Pesquisadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: suely.cazarotto@hotmail.com

ORGANIZADORA

APARECIDA NEGRI ISQUERDO



Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (1996), com estágio no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Docente aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pesquisadora Sênior na UFMS e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (Campo Grande), e em Letras (Três Lagoas), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenadora do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do estado de Mato Grosso do Sul e do DTMS – Dicionário de Topônimos de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Lexicologia, Lexicografia, Toponímia e Dialectologia, atuando principalmente nos seguintes temas: léxico, toponímia, atlas toponímico e atlas linguístico. Membro do Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil como Diretora Científica e Coordenadora do ALiB – Regional Mato Grosso do Sul. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq 1C.

Organizadora dos volumes 1 e 2 da Série Toponímia (Editora UFMS).

E-mail: aparecida.isquerdo@ufms.br

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Barlow
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

P A R T E

D O

G O V E R N O D O R I

N E G R O P

P A

E

PROVINCIA DE M...

C A B I T A N O

ISBN 978-65-86943-82-5



9 786586 943825

